

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**INSTITUTO DE MATEMÁTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

**LUCIANI COELHO GUINDO**

**ELEMENTOS DA HISTÓRIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA**  
**NO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA ENTRE 1930 A 1970**  
**NO SUL DO MATO GROSSO UNO**

**CAMPO GRANDE - MS**  
**2018**

**LUCIANI COELHO GUINDO**

**ELEMENTOS DA HISTÓRIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NO  
COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA ENTRE 1930 A 1970 NO  
SUL DO MATO GROSSO UNO**

Dissertação apresentada a Banca de defesa do Programa do Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Matemática, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Edilene Simões C. dos Santos.

**CAMPO GRANDE – MS  
2018**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Edilene Simões Costa dos Santos  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Sandalo Pereira  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Prof. Dr Antônio Sales  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Campo Grande/MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração, corpo e alma ao meu Deus, que com sua infinita misericórdia, me deu o privilégio de chegar até aqui. Foram incontáveis lutas, tanto de cunho material como principalmente física. Minhas palavras não são suficientes para mensurarem a gratidão que tenho ao Senhor Deus todo poderoso por me dar força, coragem determinação e perseverança nesta caminhada.

À minha mãe, que com braços fortes e palavras amigas tem me ajudado em todo percurso, desde a minha enfermidade até a recuperação. Não teria conseguido sem ela, ela acreditou no impossível e fez acreditar que poderia conseguir meus objetivos.

Ao meu pai e meu irmão, que estão no céu, que sei que me amaram e me ajudaram muito, eu sinto a falta de vocês. Eu gostaria muito de dizer para você pai: “eu consegui”.

À minha família, que com respeito e renúncia abdicou momentos de estarmos juntos para que eu pudesse estar me dedicando aos estudos, e de maneira singular compreendia minha ausência e torcia por com cada vitória alcançada no meio acadêmico.

À minha orientadora, por acreditar que eu poderia chegar até aqui, agradeço principalmente as cobranças, pois me fez enxergar que é possível organizar e manter um ritmo de controle do tempo.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, que compartilharam seus saberes estimulando de uma maneira ímpar a constituir novos saberes e mais amplo.

Aos meus colegas do mestrado turma 2016, jamais me esquecerei de vocês, principalmente das nossas risadas, nossos choros e nossas aflições, por que não dos nossos momentos de sono na sala de aula, amplamente registrados e divulgados nas redes sociais.

E a você José Roberto, por me amar e dar significado a vida, por acreditar no meu esforço e dedicação, por ampliar meu mundo e fazer dele colorido, por proporcionar momentos onde posso esquecer os problemas e me concentrar na essência onde tudo começa, onde tudo termina, no amor, por amor, para o amor.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, pelo auxílio financeiro.

Aos Professores da Banca, pela competência e sabedoria na condução do exame e apresentação, tornando este trabalho uma realidade.

A todos, que de uma maneira ou de outra contribuíram para que realizasse este sonho, interrompido em 2006 pela enfermidade e hoje concluído pela graça e misericórdia do Senhor, portanto, a Ele toda a Honra, toda a Glória e todo o Louvor. Senhor Deus, não teria conseguido sem ti.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como campo norteador a seguinte questão: Que trajetória histórica teve o ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sendo este um colégio para moças? Diante disso, refletimos acerca dos processos de constituição da Matemática escolar, nos primeiros anos escolares no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Campo Grande no Sul do Mato Grosso Uno, entre os períodos de 1930 a 1970; para tanto, nos debruçamos sobre os autores da história cultural, procurando identificar as modificações sofridas através do tempo delimitado na pesquisa, para então, tematizarmos sobre os métodos e processos de ensino da Matemática escolar nesse colégio. Assim, com base nas informações históricas que contribuíram na produção de uma história comprometida com a circulação de objetos culturais, com o estabelecimento de relações entre os saberes escolares, e representações construídas pelos sujeitos em ‘locus’, analisamos o que consideramos como elementos históricos: os referenciais, documentos norteadores das ações escolares que entendemos são as reformas Francisco Campos 19890/31, Capanema 4244/42 e a LDB 5692/71, os Regimentos Internos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, os Relatórios do Inspetor Geral; os materiais didáticos, elementos produzidos no interior do Colégio, tais, matérias didáticos e pedagógicos; e os personagens: que retratam suas experiências como alunas. Dessa forma utilizamos também como fonte de pesquisa o depoimento de uma ex-aluna do Colégio na busca de cobrir algumas lacunas. Para tanto levamos em conta as seguintes categorias para a produção das análises desses elementos: estratégia e tática a partir das concepções de Certeau, cultura escolar de Dominique Julia e disciplina escolar de André Chervel. As análises nos trouxeram informações que a Matemática proposta no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora não tinha distinção de gênero, ou seja, eram as mesmas propostas nas normativas estabelecidas nos períodos delimitado da pesquisa, tendo como espelho a proposta metodológica do Colégio Pedro II, que era referência de ensino no Brasil na época, além de um currículo extenso, com aulas de costura, bordado, música, economia doméstica e saúde.

**Palavras-chave:** História cultural, Colégio Feminino, Cultura escolar.

## ABSTRACT

The present research has as guiding field the following question: What historic trajectory had the teaching of Mathematics in the College Our Lady Help of Christians, being this one college for girls? Thus, we reflect on the processes of school mathematics in the first years of school in the College of Our Lady Help of Christians in Campo Grande in the South of Mato Grosso Uno, between the periods of 1930 and 1970; To do so, we focus on the authors of cultural history, trying to identify the changes suffered through the time delimited in the research, and then, thematize on the methods and processes of teaching of mathematics in this school. Thus, based on the historical information that contributed to the produce a history committed to the circulation of cultural objects, establishing relationships between school knowledge, and representations constructed by the subjects in 'locus', we analyze what we consider as historical elements : the references, guiding documents of the school actions that we understand are the reforms Francisco Campos 19890/31, Capanema 4244/42 and LDB 5692/71, the Internal Regulations of the College Our Lady Help of Christians, the Reports of the Inspector General; didactic materials, elements produced within the College, such as didactic and pedagogical matters; and the characters: who portray their experiences as students, so we also used as a source of research the testimony of a former student of the College in the search to cover some gaps. For this we take into account the following categories for the production of analyzes of these elements: strategy and tactics from the conceptions of Certeau, school culture of Dominique Julia and school discipline of André Chervel. The analyzes brought us information that the Mathematics proposed in the College of Our Lady Help of Christians did not have gender distinction, that is, they were the same proposals in the regulations established in the delimited period of the research, having as a mirror the methodological proposal of the College Pedro II, that was reference of teaching in Brazil at the time, besides an extensive curriculum, with lessons in sewing, embroidery, music, home, economics and health.

**Keywords:** Cultural history, Female college, School culture.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tipos de Elementos	44
Tabela 2	Lei Francisco Campos 19 890/31	89
Tabela 3	Lei Capanema de 1942	111
Tabela 4	LDB 5692/71	124

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1	Conceitos a serem usados na análise	40
Quadro 2	Professores catedráticos e substitutos 1838 - 1950	90
Quadro 3	Características imputadas na LDB: 5692/71	116

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Nota de auxílio financeiro para construção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	25
Figura 2	Sede do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1931, na Rua Pedro Celestino	25
Figura 3	Revista Folha da Serra	33
Figura 4	Anúncio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	35
Figura 5	Organograma dos objetivos da pesquisa	41
Figura 6	Prestígio da família	50
Figura 7	Educação Modelar	53
Figura 8	Constituição do Corpo docente	55
Figura 9	Apresentação do corpo docente para o diretor geral da Diretoria Nacional de Ensino	56
Figura 10	Apresentação do corpo docente para o diretor geral da Diretoria Nacional de Ensino	57
Figura 11	Propaganda do Colégio	58
Figura 12	O ensino da Matemática a partir do relatório de inspeção	59
Figura 13	Classificação de estabelecimento de Ensino no Estado do Mato Grosso	69
Figura 14	Material encontrado na sala de desenho pelo serviço de inspeção: texto escrito no relatório datado 1935 – 1939	72
Figura 15	Sala de Geometria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	73
Figura 16	Currículo do curso Ginásial	74
Figura 17	Exposição de trabalhos manuais da escola doméstica	75
Figura 18	Relação de Livros curso primário para o ano de 1940	78
Figura 19	Capa da 5ª edição Livro “Matemática” de Cecil Thiré	92
Figura 20	Capítulo II do livro “Matemática” Cecil Thiré de Mello e Souza p.27	96
Figura 21	Propriedades da Adição do livro “Matemática” Cecil Thiré de Mello e Souza p.29	97
Figura 22	Processo de Adição do livro “Matemática” Cecil Thiré de Mello e Souza p. 30 – 31	99

Figura 23	Processo de Adição do livro “Matemática” Cecil Thiré de Mello e Souza p. 32 – 33	100
Figura 24	Exercícios de Adição do livro “Matemática” Cecil Thiré de Mello e Souza p. 34	102
Figura 25	Adição de seguimentos do livro “Matemática” Cecil Thiré de Mello e Souza p.34	103
Figura 26	Equiparação do CNSA ao Colégio Pedro II	105
Figura 27	Recorte da Lista de Livros para o ensino Normal e primário	112
Figura 28	Relação de Livros Didáticos indicados pelos professores do CNSA	114
Figura 29	Pontos para a Prova de exame de Matemática	115
Figura 30	Apropriação do CNSA as Leis Federais	121
Figura 31	Capas dos Livros ‘Exercícios de Matemática’ e o ‘Livro Matemática’	125
Figura 32	Contracapa dos Livros ‘Exercícios de Matemática’ e o ‘Livro Matemática	12

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – SUL DO MATO GROSSO UNO: ASPECTOS SOCIAL, POLÍTICO ECONÔMICO E EDUCACIONAL.....</b>	<b>15</b>
1.1 Sul do Mato Grosso Uno.....	17
1.2 Movimento escolar no Estado.....	19
1.3 Escola para Moças.....	21
1.4 A Educação feminina e a força religiosa.....	22
1.5 Constituição do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora: uma influência política e social.....	24
<b>CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL METODOLÓGICO-TEÓRICO.....</b>	<b>28</b>
2.1 Um olhar para o Colégio – o que fizeram as pesquisas já realizadas.....	29
2.2 Classificação e divisão que organizou os conceitos e os elementos.....	36
2.3 Procedimentos metodológicos.....	39
<b>CAPÍTULO 3 – ELEMENTOS NA HISTÓRIA.....</b>	<b>42</b>
3.1 Elementos históricos: escutar com os olhos.....	43
3.2 Personagens: conhecendo o conhecido.....	45
3.2.1 Movimento de análise: personagens.....	46
3.3 Materiais Didáticos.....	70
3.3.1 Movimento de análise: Materiais didáticos.....	72
3.4 Referenciais.....	79
3.4.1 Movimento de análise: Referenciais.....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>
ANEXO 1 – Entrevista.....	142
ANEXO 2 – Regime Interno do Ginásio Feminino.....	152
ANEXO 3 - Regime Interno do Curso Secundário.....	155
ANEXO 4 e 5 – Relatórios.....	159
ANEXO 6 – Livros indicados pelos professores para o ano letivo de 1940.....	170
ANEXO 7 – Livros adaptados no curso elementar em 1936.....	171
ANEXO 8 e 9 – Relação dos Livros didáticos indicados pelos professores.....	174

## INTRODUÇÃO

Minha trajetória pessoal no campo da Matemática projeta-se a partir dos estímulos que minha professora do Ensino Médio proporcionava nas ocasiões das aulas. Os incentivos eram tantos que, em um determinado tempo, pensei que havia nascido diferente das outras mulheres em virtude da habilidade que tinha com os números e as questões de raciocínio lógico, elementos natos para a classe masculina, no meu ponto de vista.

As colegas viam a esperança em uma possível aprovação, em meio ao caos das notas das provas, quando eu me dispunha a ir mais cedo para o colégio com o objetivo de ensiná-las. Em troca, elas revezavam-se para cuidar de minha filha do meio, que tinha alguns meses de nascimento, e que é professora de Matemática na Rede Pública Municipal e Estadual deste Estado, hoje.

Com muito esforço, sacrifício e com dois filhos pequenos, terminei o Ensino Médio e fiz o vestibular. Como era esperado, passei no curso de Matemática na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus de Campo Grande, no ano 1995. Então, o que era mágico e extraordinário no contexto da Matemática se tornou, aos poucos, um pesadelo que não tinha fim, pois por mais que estudasse não conseguia tirar notas suficientes para a aprovação e via meu mundo tão dificilmente construído sendo perdido.

Em virtude de problemas financeiros e pessoais, mudei de Instituição de Ensino. Trabalhava o dia todo ministrando aulas nas redes particular e municipal, e estudava à noite, mas agora na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB desta cidade. Terminei minha Graduação em 2002. Assim, concluí meu curso em Matemática Aplicada e Computacional, com habilitação em Matemática e Física, e com Bacharelado em Informática.

No ano de 2006, concluí minha primeira Pós-Graduação e me tornei Especialista em Educação Matemática. Usei como base de pesquisa a área tecnológica que, na época, estava em crescimento no meio educacional, aproveitando também os conhecimentos que adquiri na graduação. Enquanto dava continuidade aos meus estudos, ministrava aulas na rede municipal e participava dos cursos de capacitação proporcionados pela rede, encontrei o Professor Dr. João Ricardo Viola, professor concursado da UFMS, que fora em uma dessas capacitações para apresentar uma proposta de Formação Continuada na Universidade, onde teríamos

discussões e propostas para o trabalho docente em sala de aula. Interessei-me e, por um período de aproximadamente um bimestre, consegui frequentar com assiduidade o grupo, mas em virtude da mudança dos meus dias de Planejamento Escolar Obrigatório na rede municipal, tive de me afastar.

Não perdi o interesse pela Instituição e queria muito aprimorar meus estudos e melhorar meu desempenho como professora em sala de aula. Então, articulei meu horário de planejamento na unidade de ensino para que pudesse frequentar as aulas no Programa de Mestrado em Educação Matemática como Aluna Especial, no ano de 2015. Assim sendo, cursei disciplinas durante um ano como aluna especial, participei do processo do Mestrado em Educação Matemática e fui aprovada.

Ao entrar no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, passei a integrar o Grupo de Ensino e Pesquisa em História da Educação Matemática Escolar - GEPHEME.

Esta pesquisa está inserida em um projeto maior sob a coordenação da Professora Dra. Edilene Simões Costa dos Santos, intitulado: “A Matemática e os primeiros anos escolares na região Sul do Mato Grosso Uno, 1880-1970”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, cujo objetivo é analisar os processos de institucionalização, profissionalização e circulação que envolveu a Matemática a ensinar no curso primário da Região Sul do Mato Grosso Uno.

A opção por nosso tema de pesquisa foi tomando corpo a partir dos encontros no Grupo de Estudos e emerge da curiosidade de entender como seria o ensino da Matemática que circulava na transição entre a primeira reforma educacional de caráter nacional, conhecida como Reforma Francisco Campos de 1931, e a Lei de Diretrizes e Bases de 1971,

A delimitação temporal escolhida (1930-1970) prenuncia um período de grandes transformações na educação brasileira, uma vez que é perpassada por importantes Reformas: Francisco Campos 19890/31; Capanema 4244/42; LDB 4024/61; e LDB 5692/71.

Tal delimitação está de acordo com alguns historiadores que defendem que essas quatro décadas (1930-1970) são decisivas em questões de movimentos preliminares à reforma de 1970, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 5692/71, prevendo no

ensino que contempla, por exemplo, a ampliação da obrigatoriedade de quatro para oito anos de escolaridade com a fusão do primário e ginásio (SAVIANI, 2010).

Sendo assim, iremos desenvolver nossa Dissertação de Mestrado com base nos primeiros anos escolares, que vai do primário até o ginásio<sup>1</sup>, levando em conta as Leis vigentes em cada período. Para melhor compreensão ‘os primeiros anos escolares’ são para nós as séries que antecedem o ensino secundário, hoje chamado de ensino médio.

Destacamos que, a partir de agora o termo que utilizaremos nessa dissertação será Matemática, que segundo Valente (2004), a partir da reforma de Francisco Campos, essa disciplina foi assim constituída, dada a fusão da Aritmética, da Álgebra e da Geometria.

Assim, essa pesquisa justifica-se na possibilidade de os resultados contribuírem para a compreensão dos desafios atuais do ensino da Matemática na região em estudo. Entender as quatro décadas é permitir o reconhecimento dos desafios contemporâneos da Educação Matemática. Desta forma, podemos estabelecer relações entre os saberes abordados na Matemática contemporânea e as raízes culturais inseridas nas tradições históricas da educação de nosso Estado e, conseqüentemente, da educação brasileira.

A descrição e análise de técnicas e tecnologias associadas ao campo da Matemática escolar de outros períodos são condições importantes na possibilidade de proporcionar aos nossos educandos uma Matemática que possa contribuir para o processo de humanização<sup>2</sup>.

Bloch (2001) explica esse movimento entre os tempos históricos, esclarecendo que a história é um ciclo entre a passagem do presente para o passado e do passado para o presente. Esse movimento de ir, e voltar são a alma do historiador deste tempo, que busca entender o presente. Portanto, por meio do ir e vir, o pesquisador pode constatar quais informações norteiam os objetos a serem investigados, possibilitando uma reflexão crítica sobre os pontos que tiveram relevância na época em estudo.

Assim, temos como questão norteadora dessa pesquisa: “Que trajetória histórica teve o ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, uma escola para moças?”.

---

1 Em 1930, o Ensino Ginásial era conhecido como ensino secundário e tinha duração de cinco anos, hoje conhecido como Ensino Fundamental dos anos finais correspondente do 6º ao 9º. Desta forma, para melhor compreensão essa Dissertação está delimitada na investigação do ensino da Matemática do 1º ao 8º, o que definimos como anos iniciais, ou ensino de primeiro grau, após a Lei 5692/71.

2 Segundo (Pimenta, 1999, p.23) é um “processo que ocorre na sociedade humana com a finalidade explícita de tornar os indivíduos participantes do processo civilizatório e responsáveis por leva-lo adiante”.

Então temos como objetivo geral analisar elementos presentes no processo histórico de constituição escolar do ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Campo Grande, no Sul do Mato Grosso Uno, no período de 1930 a 1970. A partir do objetivo geral estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

**1** Identificar aspectos históricos ao ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora;

**2** Identificar os recursos didáticos utilizados no ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora;

**3** Investigar os saberes dos professores<sup>3</sup> que lecionaram matemática escolar no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora nos anos iniciais.

Assim, tomamos como ponto de partida para a escrita desta dissertação contar um pouco como foi a minha trajetória até a chegada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática aliado à problemática de pesquisa. No capítulo 1, discorreremos sobre como desenvolvemos as atividades de pesquisa e quais os obstáculos enfrentados no decorrer da coleta dos dados.

O capítulo 2 apresenta o referencial teórico e metodológico, cujos aportes sustentam este estudo e vêm sendo trabalhados semanalmente pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática Escolar (GEPHEME), criado por nós, por meio de leituras, estudos e discussões para alicerçar o conhecimento do método de pesquisa historiográfica como um caminho filosófico na pesquisa em História da Educação Matemática.

O capítulo 3 traz uma articulação entre os elementos que permearam o ensino da Matemática nos primeiros anos escolares, em no Colégio Salesiano administrado pelas Irmãs Salesianas Filhas de Maria Auxiliadora, objetivando responder à problemática desta pesquisa.

E por fim no capítulo 4 as considerações finais, onde discorreremos o texto com base na análise dos documentos.

---

<sup>3</sup> Pimenta (1999) caracteriza os saberes dos professores por meio da constituição de três pilares; *o saber da experiência*, onde os professores produzem seu conhecimento por meio do cotidiano, ou seja, a sua prática docente; *o saber do conhecimento*, que se baseia na formação do professor seja na área de História, Geografia, Matemática, etc.; e *os saberes pedagógicos*, inerente ao saber ensinar.

## CAPÍTULO 1

### **SUL DO MATO GROSSO UNO: ASPECTOS SOCIAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E EDUCACIONAL**

Para entender melhor estas questões que norteiam do Sul do Mato Grosso Uno, faz-se necessário apresentar antes de tudo os aspectos sociais, políticos, econômico e educacional no Brasil entre 1930 a 1970. Assim iremos apenas descrever um panorama geral, com o objetivo de compreender, alguns destes aspectos que de forma direta ou indireta, orientou as ações do Estado do Mato Grosso, neste período.

Essa relação social, política, econômica, são tratadas conjuntamente, em alguns tópicos dessa pesquisa de dissertação quando consideramos relevantes na compreensão do movimento educacional, seja ela por meio de uma reforma, ou por atos políticos ou outros fatores que puderam contribuir para uma modificação, ou abstrição do desenvolvimento educacional no Brasil. .

O que consideramos com maior significação neste recorte temporal é a influência dos países europeus na construção de uma nova cultura escolarizada no Brasil, proporcionando um salto da tecnológica, ocasionando crescimento significativo da economia no país com a instalação de novas indústrias, estrada de ferro, onde facilitaria o escoamento de riquezas naturais, grãos, gado, entre outros produtos, inclusive a exportação para os países da Europa.

Este progresso tinha um preço, o Brasil, necessitava de mão de obra qualificada para preencher a lacuna que foi ocasionada pelo avanço industrial e econômico, porém o país tinha um alto índice de analfabetos. Assim, o governo nesse recorte temporal (1930 a 1970), mobiliza ações em que incentivavam por meio de políticas públicas, as implantações de escolas, universidades, Centros Educacionais e Profissionalizantes que emergiam na tentativa de abaixar o índice de analfabetismo no país, aumentar a mão de obra qualificada e conseqüentemente gerar um crescimento econômico na população, com disposição de uma melhor qualidade de vida.

O que iremos discorrer a seguir é este movimento entre as ações políticas, econômicas dos governos vigentes, e suas influências no contexto social; em cada capítulo abordaremos

algum fragmento que narra de forma sucinta este mecanismo, dando sempre ênfase ao contexto educacional.

A virada do século XX foi de grandes avanços no âmbito da ciência e tecnologia, elementos comuns para uma fina camada da sociedade brasileira, pois o acesso à educação ainda era um privilégio de poucos e apenas uma “esperança” para os pobres, esse avanço foi formalizado ainda no governo Imperial na forma da Lei 4 de 15 de outubro de 1827, que diz: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Porém, só teve maior empenho por parte do poder Imperial e dos governadores das províncias (1827-1890), caracterizada por Saviani (2014, p. 20) como segundo período de “descontínuas e intermitentes”. Evidentemente, houve uma grande lacuna que separava as classes sociais, e o mercado frenético do consumimos, o que não era a realidade para o seguimento social de baixa renda, em especial, no ensino superior, como aponta Saviani (2014).

Para melhor compreender o movimento político e econômico do Brasil XIX e XX, recorreremos à obra de Eric Hobsbawm de 1995 publicado na Inglaterra, com o título “*A era dos Extremos*”, no qual ele trata o século XX, que é período de nossa pesquisa como o “breve século XX”, nele é abordado três *eras* a da Catástrofe (1914-1947); a de ouro (1947-1973) e a da instabilidade e das crises (1973-1991). Entre os relatos que o autor pontua a expressão dada por um de seus depoentes nos chama atenção - “A principal característica do século XX é a terrível multiplicação da população do mundo.” (HOBSBAWN, 1995, p. 6).

A era das Catástrofes (1914-1947), apontada por Hobsbawm (1995), retrata um período marcado por movimentos fascistas, que tem início na Itália, cujas vertentes se mobilizam na ideologia de Karl Marx e as duas grandes guerras mundiais. O autor acrescenta ainda, que por volta da década de 1920, houve a maior crise no cenário mundial ocasionando uma queda na economia entre outros fatores, o autor ainda pontua que:

A guerra promoveu o crescimento econômico? Num certo sentido, é evidente que não. As perdas de recursos produtivos foram pesadas, sem contar a queda no contingente da população ativa. Vinte e cinco por cento dos bens de capital pré-guerra foram destruídos na URSS durante a Segunda Guerra Mundial, 13% na Alemanha, 8% na Itália, 7% na França, embora apenas 3% na Grã-Bretanha (mas isso deve ser contrabalançado pelas novas construções de tempo de guerra) (HOBSBAWN, 1995, p. 45).

---

4 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

Diante de um crescimento frenético da população a força do capitalismo internacional faz-se necessário que o governo brasileiro tome uma atitude que amenize a desigualdade social e torne a nação brasileira mais produtiva e crescente no mercado interno e externo.

Os grupos escolares no Brasil, iniciados em 1890 são uma nuance que têm a finalidade nos seus discursos de promover a “uma educação para todos” a pouco custo, assim, de forma progressiva e gradual dos Estados, que há seu tempo, iam incorporando política pública que beneficiava a implantação de grupos escolares nas regiões do país.

Com a Revolução Industrial movimentada nos países de fronteira, as exportações crescentes no mercado internacional, se viu a necessidade de maior mão de obra qualificada, o que não era mais possível já que o país já era abolicionista e não tinham mais mão de obra escrava para a produção e exportação de café. “A educação para todos” começa a passos lentos e estreitos no âmbito de todo território nacional.

O que vemos ao longo da história no período que Eric Hobsbawn (1995) chama de “Era da Catástrofe”, que vai de 1914 a 1947, em nosso país. As transformações mais decisivas em todas as vertentes sejam elas política, econômica, cultural, educacional e social, estão nesta ‘Era’, como afirma Saviani (2014), e o mais abrangente foi expresso na Revolução de 1930, o que veremos no Capítulo 3, no item Referenciais.

### **1.1 Sul do Mato Grosso Uno**

Primeiramente, vale destacar o motivo pelo qual utilizamos nesta dissertação a expressão “Sul do Mato Grosso UNO”, que será encontrada repetidas vezes. Adotamos esta nomenclatura para salientar que o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, ambos Estados do Brasil, neste tempo, formavam um único Estado (1930-1970), sendo, por isso, “UNO”; e Sul do Mato Grosso, reporta-se ao atual Mato Grosso do Sul, criado por meio da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977. Como esta pesquisa delimita-se entre os anos de 1930 e 1970, não usaremos Mato Grosso do Sul.

Para entendermos o processo de constituição da Matemática escolar nos primeiros anos escolares no colégio salesiano, temos que nos reportar ao cenário social, econômico e político, e suas influências no contexto educacional do Estado e, conforme relata Certeau

(1982, p. 68): “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela”.

O Estado de Mato Grosso, no começo do século XX, era o segundo maior Estado do Brasil em expansão geográfica, com aproximadamente 12.604.000 km<sup>2</sup> de território. Sua economia girava em torno da agricultura, da extração mineral e da pecuária que, paulatinamente, transformou-se na maior fonte econômica do Estado (RODRIGUEZ, 2006). Sua capital era Cuiabá. A economia do Estado foi fortalecida pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, que interligava o município de Aquidauana a São Paulo, este sendo polo econômico nacional, o que facilitava o escoamento das produções do Estado e abria portas ao seu crescimento urbano e econômico.

Nesse período, o capitalismo financeiro no Estado do Mato Grosso passa a emergir em duas vertentes: uma com a Casa Comercial, tendo como representantes bancos nacionais e estrangeiros, e a outra com empresas de produção de transportes (ALVES, 2015). Com a decadência da primeira, o Estado é impulsionado pelas propriedades fundiárias e da produção.

Outra contribuição para o crescimento econômico no Estado foi o fato de o Governo proporcionar certos incentivos, chamados de “Marcha para o Oeste”, que tinham como objetivo promover a ocupação de terras nas áreas de fronteiras, onde se pudesse garantir a soberania e a segurança nacional por parte do Governo Federal. Os incentivos eram literalmente a distribuição de terras nas regiões de fronteiras e também em lugares devolutos, lembrando que Mato Grosso UNO era um Estado grande em território, porém pouco habitado.

Em virtude da imigração de várias etnias para esta região, principalmente por meio de projetos de colonização nas terras devolutas, houve um grande avanço na economia no Estado. Entre as colonizações, destacamos duas implantadas na região sul do Mato Grosso UNO: a Colônia Bodoquena, em Miranda, localizada aproximadamente a 251 km de distância de Campo Grande; e a Colônia Marechal Dutra, em Ponta Porã, atual município de Aral Moreira, situada a 314,1 km de Campo Grande.

Em detrimento ao ambiente favorável promovido pelo Governo e ao crescimento econômico e expansão territorial e populacional, a economia do Estado tinha, “[...] uma função comercial e uma indústria em crescimento, que incluía a construção civil, móveis, calçados, beneficiamento de arroz, café, algodão, laticínios, charqueadas e o Frigorífico Matogrossense (FRIMA).” (RODRIGUEZ *et al.*, 2013, p. 02).

Porém, este incentivo trazia nas entrelinhas a preocupação do Governo em balancear a ocupação territorial no solo brasileiro, desafogando a região sudeste, que atraía brasileiros e estrangeiros por meio do vasto crescimento econômico da região, pois lá havia um grande parque industrial. Assim, a população de outros territórios, viam na região sudeste, o lugar no país com melhores condições de vida, emprego e renda.

Em relação à economia do Brasil, Alves (1997, p. 14) pontua que: “Nesse período, o Brasil passou por um amplo processo de modernização, com a construção de ferrovias, estaleiros, reorganização do Banco do Brasil, melhorias no capital, etc., impulsionados pela dominação do capital financeiro sobre o capital em geral”.

Outro fator era exatamente proteger as defesas do Brasil, principalmente nas regiões de fronteiras, após a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). Diante do crescimento econômico e das políticas públicas propostas na Era Vargas (1930), faz-se necessária uma maior escolarização da sociedade, como apontam Rodrigues e Oliveira (2008):

[...] no sul do Estado a posição geográfica da cidade de Campo Grande e a expansão da rede ferroviária e rodoviária no centro das transações comerciais da região que atraiu uma grande quantidade de imigrantes (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses e italianos), principalmente após a inauguração da estrada de ferro em 1914, além de comerciantes e fazendeiros nacionais, desencadeando um processo de modernização e demanda de profissionais, para atuar na área educacional (BITTAR, 2004 apud RODRÍGUEZ *et al.*, 2008, p. 04).

Desta forma, como explica Alves (1997), era preponderante para obter a modernização do país a alfabetização da população, baseado na crença de muitos pensadores de que, ao se multiplicar o número de escolas, o Brasil atingiria o tão sonhado progresso, o que iremos ver a seguir.

## **1.2 Movimento escolar no Estado**

Por volta de 1926, o Mato Grosso Uno tinha aproximadamente 250.000 habitantes. Segundo Alves (1997, p. 16), havia um “escasso sistema de estradas e comunicação”, ou seja, havia aproximadamente 150 escolas em todo o Estado, cuja via de acesso era restrita e precária; além do que, a maioria delas achava-se em péssimas condições, praticamente abandonadas, sem materiais pedagógicos ou didáticos. A autora diz:

[...] não havia fiscalização nem orientação aos professores. Pelos relatórios consta-se que a maioria das escolas não possuía prédio próprio, funcionavam em casas alugadas, sem condições higiênicas e pedagógicas e muito afastadas umas das outras devido à baixa densidade demográfica. Além disso, o Estado possuía poucos professores habilitados, sendo que a maioria sabia apenas ler e escrever e enfrentava uma série de obstáculos (ALVES, 1997, p. 17).

Diante disso, o ensino no Estado era considerado insuficiente, visto a necessidade emergente do país. O Sistema Educacional começa a chegar a Mato Grosso UNO de forma discreta, entre 1889 e 1913. Conforme Alves (1997), neste período, houve um avanço na criação de escolas, com um salto de 91 escolas em 1889 para 123 em 1913, e 5 grupos escolares. A autora acrescenta que:

[...] continuavam em funcionamento 5 grupos escolares, 2 cursos de ensino secundário; 1 curso normal (dirigido especialmente para mulheres) e 1 curso profissionalizante ministrado na Escola de Aprendizizes e Artífices. Este último era destinado à formação dos “moços mato-grossenses”, com o objetivo de torná-los operário [...] (ALVES, 1997, p. 14).

Neste conjunto de fatores, o ensino na região do Estado não incorporava em suas políticas públicas alcançar toda a população, como eram propostos na Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 que, em um dos itens propostos no Art. 1.º, especificava que houvesse em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, escolas de primeiras letras que contemplassem o ensino da Leitura e Escrita, das quatro operações fundamentais da Aritmética, bem como noções de Geometria (somente para meninos), prática com números quebrados, decimais e proporções, Gramática, Educação Moral e Cristã, e História do Brasil. No ensino para meninas, estavam destinadas as quatro operações e prendas domésticas. Mesmo quase um século depois de ter tramitado a Lei Imperial, o Estado do Mato Grosso UNO ainda não havia articulado condições favoráveis à escolarização para todas as classes sociais.

Assim, o ensino era privilégio das classes sociais mais elevadas, como explica Alves (1997), e se limitava a lugares mais centrais e mais populosos do Estado.

Neste cenário, a educação voltava-se para o *ensino das ciências* ficando restrita ao Lyceu Cuiabano, localizado na região central de Cuiabá, capital do Mato Grosso UNO, no Ginásio Municipal de Campo Grande, e no Instituto Osvaldo Cruz, ambos localizados no Sul do Mato Grosso UNO; e outro na Cidade de Corumbá, também localizado do Sul do Estado, sendo todos equiparados ao Colégio D. Pedro II (ALVES, 1997). Nestes colégios, eram oferecidos:

[...] boa educação moral e cívica, ensino eficiente e disciplina racional; além de um curso comercial anexo, para a formação de ‘guarda-livros’, Em Corumbá também foi implantado um curso comercial que visava à formação de bons trabalhadores para atuarem na vida comercial e bancária de Mato Grosso e que possibilitaria a muitos moços e moças melhores condições de vida. (ALVES, 1997, p. 18, grifo do autor).

Porém, o Ensino Básico não se limitava apenas aos grandes colégios. Para a população mais simples, havia a possibilidade de concluir o Ensino Secundário em alguns grupos escolares, o que a princípio, era privilégio de uma pequena parcela da população, a qual podia ter instrução mais abrangente e específica, pois, para a maioria, o ensino restringia-se aos grupos escolares<sup>5</sup> com Ensino Primário Elementar. Para muitos pesquisadores da área de Educação, esse fato pode ter sido uma estratégia do Governo do Estado para tentar cumprir a lei da obrigatoriedade escolar<sup>6</sup>, facilitando a criação de grupos escolares com o objetivo de expandir o Ensino Primário, mas o “Estado não tinha condições de fiscalizar todas as escolas e nem obrigar os alunos a frequentá-las.” (ALVES, 1997, p. 17).

Segundo a autora, o problema não se limitava apenas à obrigatoriedade de os alunos frequentarem as aulas, mas na deficiência do “[...] aparelho fiscalizador para que se garantisse um ensino de melhor qualidade”. Outros pontos que devem ser destacados são a falta de profissionais habilitados para a função do Magistério e os baixos salários, que dificultavam ainda mais a expansão do ensino nesta região.

Na Era Vargas, por volta da década de 1930, norteou a esperança de um Brasil Novo com unidade no ensino em todas as regiões do país, fundamentada em princípios democráticos que mobilizam o sonho dos brasileiros em ter uma educação de qualidade para todos, sendo única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

### **1.3 Escola para Moças**

---

<sup>5</sup> Segundo Saviani (2014), era uma modalidade de ensino de escolas primárias que foi predominante no país, principalmente em meados do século XX, acompanhada pela necessidade emergente do Brasil em detrimento do processo de urbanização e democratização do Ensino Público, tendo uma metodologia ligada ao método intuitivo, ou seja, prática pedagógica materializada na arte de aprender pelo exemplo, base canônica do movimento da Escola Nova, que iremos pontuar no decorrer desta dissertação.

<sup>6</sup> REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Decreto n.º 759, de 22 de abril de 1927) - Art. 3 - O Ensino Público Primário é gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública.

Na Era Vargas, tempo em que se retrata o liberalismo<sup>7</sup> no Brasil, emerge outro problema: no bojo de atribuir a educação para todos estava à inclusão da educação para as moças. Nestas entrelinhas, cresce a preocupação das autoridades quanto a uma possível quebra da estrutura familiar, na qual o homem era o provedor e guardião da família, e a esposa era a mãe amorosa, criadora dos filhos, ou seja, viam as mulheres como possuidoras do ar materno e harmônico aos afazeres domésticos (SAVIANI, 2014).

Nestas circunstâncias, o único caminho possível para a mudança era entrelaçar as habilidades maternas ao ofício do ensino. Desta maneira, em meados do século XX, houve uma crescente expansão do Magistério e nela a esperança por parte das moças “desejosas de ampliar sua instrução e melhorar seus conhecimentos para melhor gerenciar o lar e criar os filhos.” (SAVIANI, 2014, p. 71).

Nesse contexto, a Escola Normal tinha como função primordial a educação feminina, voltada aos interesses governamentais em diminuir a escassez de professores e a injustiça social. Assim, associa-se a figura feminina ao ofício do Magistério, um fenômeno universal, segundo a professora Jane Soares de Almeida da Universidade de Sorocaba - UNISO, que explica ser esse um dos legados do século XX; a expansão do Magistério na figura feminina, portanto, que tinha suas influências; os governantes, que buscavam o controle e a solidez da família, como sendo um abrigo para a boa formação do cidadão; e a doutrina cristã, que fortalecia este enlace harmônico vinculando a figura da mulher como um símbolo da “mulher-mãe com atributos de santa, anjo de bondade e pureza, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos.” (SAVIANI, 2014, p. 64).

#### **1.4 A educação feminina e a força religiosa**

Para compreender a cultura escolar<sup>8</sup> do Estado, mergulhamos no contexto político, social e econômico do Estado do Mato Grosso Uno, com o objetivo de entendermos como foi constituído o Colégio Salesiano, no Sul do Mato Grosso Uno, e suas finalidades na região em questão.

---

<sup>7</sup> Segundo o dicionário online: O liberalismo é uma doutrina político-econômica e sistema doutrinário que se caracteriza pela sua atitude de abertura e tolerância a vários níveis. De acordo com essa doutrina, o interesse geral requer o respeito pela liberdade cívica, econômica e da consciência dos cidadãos. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/liberalismo/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

<sup>8</sup> Este conceito será tratado no capítulo 2 dessa Dissertação.

Como visto anteriormente, o Estado era composto por latifundiários, criadores de gados e autoridades políticas e militares que vieram para o Estado em busca de novas oportunidades de riquezas, incentivadas pelo Governo Federal como forma de resolver o problema da baixa densidade populacional neste território e desafogar a crescente corrida para a região Sudeste do Brasil, ocasionada pela modernização da economia e a implantação de indústrias. Desta maneira, a sociedade era composta por uma classe elitizada com grande poder aquisitivo, advindo da exploração de riquezas minerais, criação de gado de corte, comércio e militares.

Neste contexto social, havia a necessidade de uma crescente escolarização das pessoas da região, que vinham em decorrência de movimentos mundiais, como esclarece Alves (1997):

Nesse período, várias mudanças ocorreram ao nível mundial: aguçamento do antagonismo entre a burguesia e o proletariado; ascensão das camadas médias; reivindicações operárias através de greves; aceleração no processo de industrialização e urbanização; início da emancipação feminina; deslocamento do poder hegemônico da Europa para os Estados Unidos; surgimento dos regimes totalitários, a Revolução Russa, dentre outros (ALVES, 1997, p. 15).

Assim, o ambiente social, político e econômico estava envolto nestas mudanças de ares que atingiam o Brasil e, conseqüentemente, a região do Mato Grosso Uno. Estas mudanças atingiriam a sociedade em geral, que tinha a cultura de educar suas filhas em ambientes domésticos, protegidas pelos olhares dos pais e restritas apenas ao ensino da leitura e escrita, bordar, coser, fazer doces e contar (SAVIANI, 2014), elementos bem diferentes do ensino concedido aos meninos. Mas como ensinar estas meninas enfatizando um ensino de melhor qualidade e, ao mesmo tempo, protegido pelas influências externas de um movimento feminista, que tinha em seus discursos a igualdade social que feria a égide fé religiosa, a moral e os bons costumes?

Uma possível solução eram os Colégios Salesianos, pioneiros da educação do Brasil desde o seu descobrimento, herança dos jesuítas e raiz de uma tradição que perpetuava como sendo uma educação de qualidade, que tinha como foco a doutrina da fé cristã, alicerçada na moral e nos bons costumes. Esses bem vistos pela sociedade em geral, por ser um ambiente favorável para a educação de suas filhas, em um terreno onde a sexualidade era reprimida e constantemente vigiada pela família (SAVIANI, 2014). Neste terreno místico, era necessário, sobretudo, oferecer uma educação garantindo a pureza feminina, por meio do controle do corpo e da mente, da seguinte maneira:

O primeiro (*o corpo*), exacerbada vigilância de pais, irmãos e maridos, encarregados de extirpar nas mulheres sob sua guarda qualquer tentativa de pecado carnal. As mentes eram possíveis de serem adestradas por uma pedagogia do temor e da culpa que fazia as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino (SAVIANI, 2014, p. 63, grifo nosso).

Diante disto, o universo feminino no interior do colégio seria pautado a princípio em uma educação preparatória para um bom casamento, regrando a sexualidade feminina no contexto doméstico adestrando-as pelo governo, onde o currículo continha além dos conteúdos previstos nas leis<sup>9</sup> os de economia doméstica<sup>10</sup>, o que valorizavam este tipo de comportamento, que resguardavam os movimentos modernos de ideais emancipatórios da moral e dos bons costumes. Desta forma, os colégios salesianos seriam precursores da educação feminina e, conseqüentemente, elitizada.

### **1.5 Constituição do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora: uma Influência Política e Social**

Fundada em 22 de fevereiro de 1926 e atualmente localizada na Rua Pedro Celestino, no Município de Campo Grande, neste Estado, o Instituto de Nossa Senhora Auxiliadora foi um marco para a cidade de Campo Grande, região Sul do Mato Grosso Uno, segundo Yara Penteadó<sup>11</sup>.

De acordo com as narrativas de Penteadó (1996), a articulação da fundação do Instituto de Nossa Senhora Auxiliadora deu-se pelo visitador católico Reverendíssimo Padre Marcello Renaud que circulou pelos dois Institutos, localizados na cidade de Corumbá e em Cuiabá, capital do Mato Grosso. O visitador era representante oficial do Papa Pio XI e, conforme registrado nos jornais da época, sua influência e prestígio era algo inquestionável para a Diocese.

---

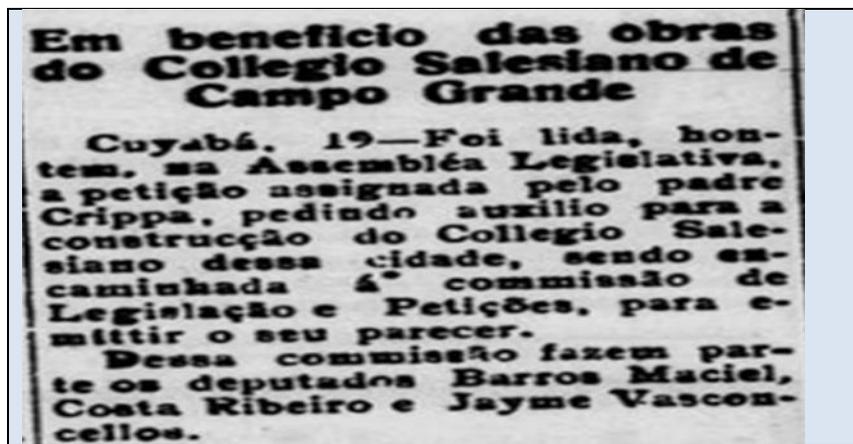
9 Lei Francisco Campos 1931 - Português – Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico), para o curso Elementar com duração de cinco anos. Lei Capanema 1942 – Português – Latim – Francês – Inglês – Ciências – Matemática – Ciências Naturais – História Geral – História do Brasil – Geografia Geral - Geografia do Brasil – Artes – Trabalhos Manuais - Canto Orfeônico. Com duração de quatro anos; LDB 5692/71 – Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa) – Estudos Sociais (História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira) – Educação Física – Educação Artística – Ciências (Matemática Ciências Físicas e Biológicas) – Educação Moral e Cívica – Programas de Saúde - Ensino Religioso (Nas escolas oficiais e de matrícula facultativa) Duração de quatro anos para o Ginásio, porém nesta Lei o ensino passa a ser de oito anos, ou seja, o ensino primário e ginásial torna-se ensino de primeiro grau, para nós anos iniciais.

10 Art. 25 do DECRETO-LEI N. 4.244 - de 9 de abril de 1942

<sup>11</sup>A escritora Yara Penteadó é antropóloga e uma ex-aluna que publicou o livro de crônicas dos 70 anos de existência do atual Colégio Maria Auxiliadora, contemplando o período de 1926 a 1996. Estas crônicas foram baseadas em relatos de ex-alunas, professores, cartas e outros documentos pertencentes à Unidade Escolar.

Durante a visita à cidade de Cuiabá, foi solicitada à Superiora Inspetorial, Irmã Francisca Lang, uma das Filhas de Maria Auxiliadora, a fundação de um colégio na região Sul do Estado. Com a notícia da bênção do Bispo de Corumbá, as principais damas da sociedade lideradas pelo Padre João Crippa, articularam-se e montaram uma comissão<sup>12</sup> para preparar um lugar que seria a sede provisória do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. O movimento do Padre João Crippa na arrecadação de fundos para a construção do então Colégio Confessional foi registrado no Jornal do Comércio, em 1927, e contou também com mais colaboradores, agora, de cunho político, como mostra a figura 01.

**Figura 1 - Nota de auxílio financeiro para a construção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora**



Fonte: Arquivo da Hemeroteca Digital – Jornal do Comércio 1929 – edição 02145

Segundo Penteado (1996), a matrícula do curso primário começou no dia 25 de fevereiro de 1926, com aproximadamente 143 alunas, em um prédio provisório alugado na Rua 26 de Agosto, oferecendo cursos elementares de 4 anos e complementares de 2 anos, funcionando em regime de internato, semi-internato e atendendo alunas pagantes e não pagantes. A seguir, a fotografia do Colégio, logo após sua inauguração em 1931.

**Figura 2 – Sede do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1931, na Rua Pedro Celestino**

<sup>12</sup> A comissão era composta por: Dona Dorinha de Figueiredo, esposa do Prefeito de Campo Grande, o Engenheiro Agrônomo Araldo Estevão de Figueiredo; Dona Beatriz Chaves, esposa do Senhor Laurentino de Araújo Chaves, Juiz de Direito da Comarca de Campo Grande; Dona Antônia de Moraes Ribeiro Corrêa da Costa, que cedeu a casa na Rua 26 de Agosto; Dona Blanche dos Santos Pereira; e Dona Thomazia Rondon.



Fonte: Penteadó, (1996)

De acordo com os registros do Colégio, os não pagantes são as órfãs, as abandonadas e as pobres que não dispunham de recursos suficientes para o pagamento das mensalidades. Para estas meninas, existia um curso primário exclusivo, cujas vagas eram disponibilizadas pelas autoridades públicas, dos poderes municipal e estadual, assim elas eram da Escola Doméstica.

Em 1929, segundo as crônicas de Penteadó (1996), deu-se o início da construção do Colégio, em sua sede própria na Rua Pedro Celestino, mas somente em 1950 é que o complexo foi totalmente concluído, tornando-se, a partir desta data, o Centro de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora - CENSA.

O Colégio passou por vários nomes, que iam mudando a partir da introdução de novos cursos. Um deles foi Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, como nos relata Ortiz (2014, p. 87): “[...] Após a fundação do curso ginásial, em 1934, denominou-se Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora” e, por meio do Decreto n.º 11.470, de 03/02/1943, o então ginásio passou a denominar-se Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Assim, para melhor compreensão iremos reportar ao colégio salesiano feminino na nomenclatura final Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – CNSA.

No decorrer das leituras preliminares, antes da escrita da nossa Dissertação identificamos que o objetivo do ensino das meninas deste Colégio, como foi demonstrado nas pesquisas de Ortiz (2014), era prepará-las para um bom casamento, obtendo um comportamento adequado dentro dos padrões rígidos do Colégio Feminino administrado pelas Salesianas e um ensino voltado à condição feminina da época, que tinha no seu foco o refinamento cultural e social para que, ao final dos estudos, estivessem aptas ao convívio social como mulheres honradas, sendo verdadeiras “damas da sociedade”.

No contexto do ensino da Matemática, observamos que o preparar para um bom casamento significaria não somente um ensino elementar, mas um currículo que iria além das quatro operações fundamentais, onde iremos descrever mais detalhadamente no capítulo 3 dessa Dissertação.

Assim sendo, abordaremos no Capítulo 2, o referencial teórico e metodológico, que deu suporte para o movimento de análise.

## CAPÍTULO 2

### REFERENCIAL METODOLÓGICO TEÓRICO

Como em todo trabalho de pesquisa acadêmica, se faz necessário inicialmente, fazer uma leitura por parte do pesquisador, de alguns trabalhos que já foram realizados de forma direta ou indireta, com seu objeto de pesquisa. Um dos objetivos desta ação é não entrar em caminhos que já foram pesquisados, outro ponto, é ver o que outros pesquisadores encontraram que podem contribuir para aprimorar seus conhecimentos e enriquecer sua pesquisa.

Tendo o mesmo ponto de partida, fizemos a leitura de vários trabalhos sobre o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, identificando alguns elementos que julgamos significativo, para se entender o processo de constituição da Matemática no Colégio Salesiano Feminino, porém, nem todas fizeram parte da escrita dessa Dissertação, pois o tempo é pequeno para analisar todas as pesquisas já realizadas no âmbito nacional que envolveu o nosso '*locus*' de pesquisa.

Diante disso selecionamos as pesquisas que foram feitas no Estado do Mato Grosso do Sul e fizemos a leitura das produções realizadas envolvendo o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Campo Grande, entre elas destacamos a Dissertação de Mestrado de Ortiz (2014), a Tese de Doutorado de Rahe (2015), o artigo de Rodrigues (2016), Santos (2003). Todos apontaram suas pesquisas discorrendo elementos que fizeram parte do cotidiano do nosso lugar de pesquisa, porém não ficamos presos somente nestas leituras, usamos também o livro de crônicas de Penteado (1996) onde a autora foi uma ex-aluna da instituição salesiana.

Estas leituras nos deram condições de nos posicionar onde pesquisar e como encontrar as fontes de nossa pesquisa. Entendemos também que não bastava apenas encontrar documentos que nos serviriam de fontes para nossa pesquisa de Dissertação, necessitaríamos entender como tratar dessas fontes de maneira adequada e científica. Por isso a importância do estudo teórico.

Assim, outro ponto que iremos tratar nesse capítulo é o referencial teórico e a metodologia que estabelecemos no Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática Escolar – GEPHEME, criado por nós, onde nos fundamentamos em pesquisadores da História

e estabelecemos caminhos de pesquisas baseados em um olhar crítico nos documentos que definimos como importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Desta forma, iremos descrever algumas pesquisas que já foram realizadas e sequencialmente o referencial teórico e metodológico da pesquisa.

## **2.1 Um olhar para o colégio - o que dizem as pesquisas já realizadas**

Nesta parte, como apontamos anteriormente, pesquisamos as produções já constituídas do Colégio, empregando como uma das fontes de pesquisa o banco de dados de teses e dissertações da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, partindo da leitura dos resumos para, só então, proceder à leitura dos trabalhos na íntegra. Utilizamos os resumos como critério de seleção, pois consideramos possibilitarem uma primeira visão das informações disponíveis no corpo do trabalho acadêmico, contudo, entendemos que somente isso não é suficiente, como esclarece Megid (1999, p.58), ao afirmar que: “Os resumos ampliam um pouco mais as informações disponíveis, porém, por serem muito sucintos e, em muitos casos, mal elaborados ou equivocados, não são suficientes para a divulgação dos resultados”.

Outra fonte de pesquisa foi a Hemeroteca Digital que possibilitou o acesso a jornais, revistas e produções independentes, permitindo-nos coletar informações que contribuíssem à escrita historiográfica desta unidade de ensino.

Nesta busca, inicialmente, encontramos a obra de Penteado (1996) e foi por meio desta literatura que conhecemos mais o interior do Colégio das Irmãs Salesianas, suas rotinas de trabalho com as internas, o sistema docimológico de avaliação, os eventos e festas que marcaram as ex-alunas da instituição, no período de 70 anos de história.

Penteado (1996), antropóloga e ex-aluna do colégio, escreveu um livro de histórias do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1926-1996), em comemoração aos 70 anos de fundação do Colégio. O fato de a autora ter sido uma das alunas e ser conhecedora do ambiente escolar possibilitou uma escrita com uma perspectiva bastante completa do colégio, por meio das narrativas de ex-alunas e colegas de classe.

As crônicas da autora conduzem o leitor a percorrer uma retrospectiva histórica destes setenta anos do Colégio, permeada pelo ambiente escolar das ex-alunas, trazendo

contribuições sobre o cotidiano por meio das ações educativas que eram oferecidas pelas Irmãs Salesianas, ao mesmo tempo, em que é explícito em toda a obra a fé e a “espiritualidade baseada na caridade apostólica e no amor à causa de Deus.” (PENTEADO, 1996, p. 221).

A autora também aborda as ações peculiares do internato, como os banhos coletivos, as aulas de música, características físicas do ambiente interno, entre outros. Ou seja, uma retrospectiva detalhada da fundação em 22 de fevereiro de 1926, em sua sede provisória na Rua 26 de Agosto, ainda, em regime de internato e externato, passando no dia 06 de janeiro de 1931 para a sede da Rua Pedro Celestino. O CENSA- MS<sup>13</sup> somente foi inaugurado no dia 15 de março do mesmo ano, sem a instalação de laboratórios e bibliotecas, pois tais obras foram concluídas 17 anos depois da mudança para esta sede.

Essa obra de Penteadado (1996) norteou nossos estudos, pois por meio dela é possível traçar uma visão panorâmica de como era o cotidiano da instituição escolar, permitindo uma análise historiográfica da Instituição Salesiana. Conforme Certeau (1982, p. 38): “À medida que se diluem as divisões que, ontem, organizaram ao mesmo tempo uma época e sua historiografia, elas podem ser analisadas nos próprios trabalhos deste tempo”. Desta forma, podemos entender o cotidiano do colégio, suas relações sociais e sua possível influência no ensino da Matemática escolar.

Outra obra selecionada para compor este capítulo é a dissertação de Mestrado em Educação de Fernanda Ros Ortiz, realizada em 2014 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus de Campo Grande, sob a orientação da Dr.<sup>a</sup> Jacira Helena do Valle Pereira Assis. A autora pontua as relações entre a formação obtida na Escola Normal, no início do século XX, oferecida para estudantes de classe social mais elevada do Mato Grosso Uno, destacando as práticas escolar, social e cultural que permearam o curso de formação de professoras primárias no CNSA, entre 1946 a 1961. Este período é delimitado a partir da Lei Orgânica (8530/1946), que regulamenta o Ensino Normal no país, haja vista o colégio ter uma “[...] educação católica, oferecida somente ao público feminino, custeada pelas famílias, seja em regime de internato, semi-internato ou externato.” (ORTIZ, 2014, p. 8).

Em sua pesquisa, a autora, apresenta a estrutura curricular do Colégio entre cópias dos estatutos internos, documentos escolares e um acervo iconográfico. Por meio destes elementos,

---

<sup>13</sup> Sigla do Centro de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora no Mato Grosso do Sul - CENSA-MS.

pode construir um caminho historiográfico que possibilitou nas suas análises compreender o objetivo principal da formação das moças naquela época.

Os conhecimentos relacionados ao matrimônio e à maternidade tinham lugar cativo na educação, o que pode ser explicado pelos preceitos católicos pregados, cujo destino esperado para a mulher seria de esposa e mãe, vocações “inerentes à condição feminina”. Havia informações a respeito daqueles temas, aulas de trabalhos manuais, enfim, ensinamentos que pudessem conferir status de “bons partidos” àquelas moças (ORTIZ, 2014, p. 154, grifo nosso).

Desta maneira, podemos entender que o objetivo principal da formação das moças nesta instituição salesiana era prepará-las para o matrimônio, não deixando de lado a moral e os bons costumes: “Havia também lições sobre hábitos e atitudes, um conjunto de preceitos morais e comportamentais que eram continuamente lembrados às alunas.” (ORTIZ 2014, p. 154). Tal afirmação também é feita, em outras palavras, por Azzi (2008, p. 162): “Na formação da sociedade burguesa, a contribuição mais expressiva foi dada pelos colégios de padres e freiras. Enquanto os rapazes eram preparados para uma inserção dentro da ordem pública estabelecida, as jovens eram destinadas a serem as futuras rainhas do lar”.

Dessa maneira, podemos conjecturar que os ensinamentos atribuídos ao comportamento das estudantes eram atrelados aos parâmetros da imagem de Maria, que era mãe e um modelo feminino a ser seguido, um protótipo do ideal feminino puro, recatado, a ser seguindo fielmente por todas as alunas (AZZI, 2008).

Neste caminho de pesquisa sobre trabalhos relacionados ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, encontramos outra Dissertação de Mestrado em Educação, de Alessandra Christiani Cardoso dos Santos, realizada em 2003, no campus de Campo Grande da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Carlos Pais.

Seu trabalho enfatizou, por meio da abordagem fenomenológica, o estudo entre as relações do sujeito e os recursos didáticos nas representações geométricas espaciais com alunos da 4.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental. A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Ensino Nossa Senhora Auxiliadora - CENSA/MS, no ano de 2003, em seis sessões didáticas planejadas *a priori* e divididas em 4 dias, alternados com período e duração diferentes, que tinha o objetivo principal de responder ao seguinte questionamento: “Como esses recursos didáticos podem auxiliar na visualização e representação dos elementos da geometria espacial?” (SANTOS, 2003, p. 90).

Sem o caráter de ensino do conteúdo de poliedros, a proposta da sequência didática que foi empregada teve como referências os Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (1997) e o Livro de Sarquis<sup>14</sup> (1998), além da utilização do Centro Tecnológico do CENSA-MS.

Em 1992, o CENSA-MS deu início a um centro tecnológico com o objetivo de favorecer o processo educativo, equipando onze laboratórios com diversos recursos tecnológicos como computadores, softwares, servidor de Internet, televisores, vídeos; e outros laboratórios com equipamentos para experiências em química, física, biologia e recursos didáticos voltados para o ensino de Matemática (SANTOS, 2003, p. 89).

O recurso que Santos (2003) utilizou no Centro Tecnológico foi o *software Poly*, procurando entender, sobretudo, a interação do sujeito com o recurso didático supracitado na representação de figuras espaciais.

A pesquisa mais atual que encontramos sobre o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora é a tese de Doutorado em Educação de Marta Banducci Rahe, realizada em 2015, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, intitulada: “Inovações incorporadas ou “modernidades abandonadas”? Uma investigação sobre os materiais didáticos para as aulas de línguas vivas em dois ginásios de Campo Grande, Sul do Estado de Mato Grosso (1931-1961)”, sob a orientação da Professora Dra. Eurize Caldas Pessanha.

Rahe (2015) faz a investigação sobre dois ginásios no município de Campo Grande, em um período onde também o Estado de Mato Grosso era UNO, como é observado na delimitação temporal da autora. Esta tese baseia-se na análise de materiais didáticos que compunham as listas de objetos sugeridos ou exigidos para o ensino de Inglês e Francês nos programas governamentais no nosso país. Os locus da pesquisa foi o Colégio Estadual Maria Constança de Barros Machado e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ambos escolhidos pela autora pelo seguinte motivo:

A inclinação por essas duas escolas secundárias veio por julgá-las representativas da cultura escolar da cidade e por terem suas histórias muito presentes e interligadas à história de Campo Grande. Também o fato de ser a primeira, uma instituição privada e confessional e a outra, o primeiro ginásio público da cidade, pode evidenciar aspectos de suas singularidades, inclusive na forma de pensar a relação entre os objetos e o ensino das Línguas Vivas. (RAHE, 2015, p. 18).

---

<sup>14</sup> SARQUIS, E. **Matemática com o Sarquis**. Belo Horizonte: Formato, 1998.

Como o ‘*locus*’ de nossa pesquisa é o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, extraímos da tese de Rahe (2015) apenas elementos pertinentes e que contribuíram para o estudo pretendido. O foco da pesquisa da autora são os materiais didáticos empregados como instrumentos de apoio pedagógico no ensino das Línguas Vivas: “[...] modernização e inovação do ensino das línguas francesa e inglesa e da educação secundária e que, ao habitarem esses espaços trouxeram com eles as ideias e tendências metodológicas para esse ensino e as recomendações governamentais para seu uso.” (RAHE, 2015, p. 25). Logo, por meio desta obra, podemos encontrar materiais que supomos serem instrumentos para o ensino da Aritmética nos primeiros anos escolares desta unidade de ensino, tais como:

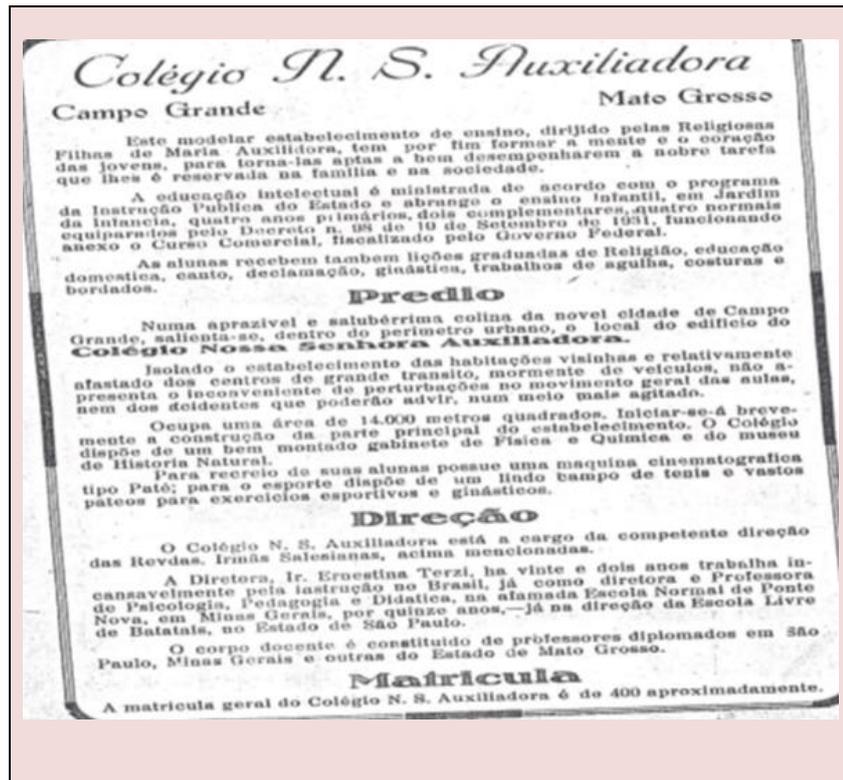
Nesse mesmo *documento*<sup>15</sup> são apresentadas as Salas Especiais e seus materiais didáticos, as instalações da escola, as salas de aula com a descrição do seu mobiliário, carteiras, quadros-negros, cátedra, armários embutidos em cada sala de aula para materiais de uso diário como “mapas, quadros-murais, giz, tinta, artigos de desenho” (RAHE, 2015, p. 25, grifo nosso).

A pesquisa de Rahe (2015) permitiu compreender que o objetivo da aquisição destes materiais didáticos não era somente para propor um melhor ensino aos cidadãos da época, mas uma exigência por parte dos programas oficiais e do constante e rigoroso processo de inspeção, que concedia um *status* de equiparação ao Colégio Pedro II como *lócus* de referência de ensino e *status* da sociedade da época. Assim, concedendo mais credibilidade e prestígio à instituição, conforme na figura 3 referentes à Revista Folha da Serra.

### **Figura 3 – Revista Folha da Serra**

---

<sup>15</sup> Decreto-Lei n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, Capítulo I, Art. 44 e 45, onde é regulamentada a seguinte lei: Art. 44 - Serão oficialmente equiparados para o efeito de expedir certificados de habilitação, validos para os fins legais, aos alumnos nelle regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundario mantidos por Governo estadual municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescriptas. Art. 45. A concessão, de que trata o artigo anterior, será requerida ao ministro da Educação e Saude Publica, que fará verificar pelo Departamento Nacional de Ensino si o estabelecimento satisfaz as condições essenciaes de: I. dispor de instalações, de edificios e material didactico, que preenham os requisitos minimos prescriptos pelo Departamento Nacional de Ensino; II. ter corpo docente inscripto no Registro de Professores; III. ter regulamento que haja sido approved, préviamente, pelo Departamento Nacional de Ensino. IV. offerecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo periodo minimo de dous annos.



Fonte: Rahe (2015.p.106)

Essa revista foi produzida na cidade de Campo Grande, entre 1931 e 1940, período que também permeia esta pesquisa, onde eram publicados assuntos de interesse da sociedade, tais como: nota de falecimento, nascimento, casamento e avisos, mas também anúncios de instituições de ensino, entre outros, conforme a pesquisa<sup>16</sup> de Mestrado em Educação em andamento de Eglem de Oliveira Passone Rodrigues, na Universidade Federal da Grande Dourados.

Rodrigues (2016) pontua que esta revista era uma fonte de comunicação rápida, que permitia “[...] difundir ideologias e concepções produzidas em determinado período, sendo assim, pode ser entendido tanto como um produto, quanto como um produtor social.” (RODRIGUES, 2016, p. 12). Pode-se, então, por meio desta afirmação, conjecturar sobre a importância de se publicar anúncios relativos a instituições escolares, detalhando a formação instrucional do corpo docente e eventual prestígio da formação destes professores em instituições paulistas, conforme figura 4 a seguir:

<sup>16</sup> A pesquisa em andamento e com término em 2017 tem como título: “A Revista Mensal Ilustrada Folha da Serra no Sul de Mato Grosso (1931-1940) e suas dimensões educativas”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kênia Hilda Moreira. A autora prontamente ofereceu-se em contribuir para que obtivéssemos informações pertinentes ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, através de seu artigo publicado nos anais do I Congresso Internacional de História Regional, em maio de 2016, também utilizado para a composição deste capítulo.

Figura 04 - Anúncio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

**COLEGIO "N. S. Auxiliadora"**

**MANTEM OS SEGUINTE CURSOS:**

*PRIMARIO* — de 4 annos, de accordo com os programas do Estado.  
*DE ADMISSÃO* — aos Cursos: Normal, Commercial, Ginasial.

*ESCOLA DE COMERCIO «D. BOSCO»*, reconhecida pelo Decreto Federal n. 23.956 de 5 de Março de 1934, constando do Curso Propedeutico (3 annos) Curso de Secretaria (1 anno) e Curso de Perito Contador (3 annos) e para os quais ingressam as alunas que terminarem o Curso Propedeutico ou a 5a. Serie do Curso Ginasial.

*ESCOLA NORMAL «D. BOSCO»*, oficializada pelo governo Estadual com o Decreto n. 96 de 10 de Setembro de 1931.

*O Colégio N. S. Auxiliadora, conceituado Estabelecimento de ensino, constitue um patrimonio da vida intelectual do grande Estado de Mato Grosso. E' dirigido pelas Irmãs Salesianas, que adotam o sistema educativo preconizado pelo admiravel D. João Bosco, sistema que tem por base, a caridade e a justiça.*

*O modesto edificio sito á Rua Pedro Celestino, cuja fachada em breve se levantará magestosa qual eloquente vitória das denodadas educadoras Salesianas, dispõe de grandes áreas para educação fisica e de jogos esportivos.*

*Considerando a seriedade dos estudos que o Colégio mantém e a proficiência do corpo docente que visa não sómente ensinar bem mas educar perfeitamente, este estabelecimento se impõe, pela sua alta finalidade.*

**Externato "Sagrado Coração de Jesus"**

Funciona no centro da cidade para maior comodidade das familias que desejam confiar a educação de seus filhos ás Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora.

Mantem **JARDIM DE INFANCIA** para crianças de 3 a 6 annos e 1.º e 2.º annos para ambos os sexos.

O jardim de infancia organizado sob conveniente adaptação dos metodos Decroly, Montessori e Agazzi e está a cargo de uma professora especializada.

Mantem tambem um curso particular de musica, pintura, bordado, flores e corte.

**QUADRO GERAL DE MATRICULAS**

CURSO GINASIAL	52
CURSO NORMAL	103
CURSO COMMERCIAL	92
CURSO PRIMARIO	114
<b>TOTAL</b>	<b>361</b>

RUA PEDRO CELESTINO      CAMPO GRANDE      MATO GROSSO

Fonte: Hemeroteca Digital, - Jornal do Comércio 1935 edição: 01785.

Este recorte do Jornal do Comércio também contribui para a construção desta pesquisa, pois pode-se verificar ações humanas que fizeram parte do movimento cultural que permeou o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em um determinado período. Um movimento defendido por Le Goff (2003), que explica sobre a importância de trazer estes vestígios como forma de descrever ações da cultura de determinada sociedade, afirmando, ainda, que “[...] tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo que toca, pode e deve informar-nos sobre ele.” (LE GOFF, 2003, p. 107).

Por fim, por meio de elementos encontrados no mapeamento dos estudos e pesquisas que permearam o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, procura entender a rotina, as particularidades, os desafios, o cotidiano escolar e conhecer o lugar a ser pesquisado, tendo como referência as palavras de Certeau (1982, p. 55), ao afirmar que: “Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação”, ou seja, a importância da particularidade dos fatos históricos.

## 2.2 Classificação e divisão que organizou os conceitos e os elementos

Mas o que seria História Cultural? Nós do GEPHEME entendemos por meio do movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febver (1929), ser um movimento historiográfico que leva em conta as concepções humanas tanto do coletivamente como individualmente. Assim, a história é vista por nós do grupo de pesquisa nos apontamentos de Bloch, como sendo ciência social, desta forma aproximando a história com áreas do conhecimento, que no nosso caso é a Matemática escolar.

Para compreender o cenário cultural e histórico no qual elementos de ensino foram produzidos, considera-se o que Valente (2008) conceitua como biografia do texto didático. Para o autor, biografia do texto didático aborda a análise dos conteúdos internos e externos. Para isto, o historiador deve levar em conta os conteúdos, o prefácio, as referências, a investigação sobre a origem da obra bem como as finalidades, o contexto político e social da época, a legislação, ou seja, os caminhos que perpassam a utilização do texto didático na instituição.

A partir disso, é possível ampliar esse conceito para além do texto didático, uma vez que consideraremos elementos históricos que permeiam o ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Campo Grande, na busca de respostas à questão: **Que trajetória histórica teve o ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, uma escola para moças?** Esta pesquisa está sendo analisada, por meio de elementos produzidos no cotidiano interno e externo no colégio no período em estudo, tais como as normatizações oficiais, livros didáticos, cadernos de alunos, manuais, diários de classe, provas e materiais didáticos, entre outros, principalmente nos livros didáticos onde podemos observar a Vulgata onde definiremos na sequência.

Agora, quando olhando pelo fenômeno da Vulgata<sup>17</sup> pontuada por Chervel (1990), pode-se compreender o movimento histórico do ensino da Matemática no Colégio Nossa

---

<sup>17</sup> Para Chervel (1990), o termo Vulgata se refere a um termo usado em caracterizar uma regularidade na apresentação dos conteúdos de mesmo nível de ensino, com poucas variações de uma obra para outra; um exemplo é que no livro de Thiré (1934) livro de matemática adotado no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora usado no ensino secundário, ele, tinha uma sequência de apresentação que era comum em quase todos os livros de matemática da época; sua organização didática apontava a parte teórica, passava para exemplos numéricos, exemplos com o uso de problemas, após continha uma lista de exercícios característicos do cotidiano em forma de problemas e ao final do conteúdo uma abordagem histórica da História da Matemática; assim essa sequência linear da apresentação dos conteúdos matemáticos eram comum nesse período, o que Chervel (1990) pontua ser uma Vulgata.

Senhora Auxiliadora, isto porque entende-se uma das características da Vulgata ser uma estabilidade nas formas e nos conteúdos atribuídos em livros didáticos.

Para esse historiador, apropriar-se de fontes desta natureza proporcionará uma gama de matéria-prima e, ao lapidá-la, pode compreender a trajetória histórica de esse saber: a Matemática nos anos iniciais; ou, como sinaliza Valente (2008), pode - se encontrar “produções” que intentam dar origem a um novo modo de organização do ensino, surgindo assim, uma nova Vulgata. O autor afirma:

O estudo desses novos manuais poderá revelar importantes elementos constituintes da trajetória histórica de uma dada disciplina escolar. Caberá ao historiador indagar em que medida o aparecimento de uma nova proposta - apresenta num manual audacioso e inédito - foi capaz de fertilizar produções didáticas posteriores e de ser apropriada por elas, a ponto de converter-se numa nova vulgata que, em certa medida, poderá atestar o sucesso da nova proposta contida no manual transformador (VALENTE, 2008, p. 142).

Dessa maneira, compreendemos que, ao olharmos para produção cultural e, portanto, como fonte de análise histórica, podemos encontrar indícios para entender a história das disciplinas escolares explicada por Chervel (1990), principalmente a história da Educação Matemática, em um período delimitado entre dois grandes movimentos: o da Escola Nova (1930) para a Escola Tecnicista (1970).

Para Valente (2008), o movimento teórico-metodológico possibilita organizar um leque de obras que podem contribuir na investigação do ensino da Matemática, em um determinado período.

Tomando essas diretrizes teóricas - metodológicas, o historiador da Educação Matemática tem, por tarefa, organizar um conjunto de obras didáticas sobre as quais irá se debruçar para investigar a trajetória da educação Matemática num determinado período. Se em cada tempo histórico faz-se presente uma vulgata, será necessário caracteriza-la e, assim fazendo, haverá possibilidade de que essa caracterização informe historicamente o percurso seguido pela Educação Matemática. Desse modo, vulgata e manual inovador representarão elementos imbricados e fundamentais para pesquisa (VALENTE, 2008, p. 143).

Já Chervel (1990, p. 184), trata da história dos conteúdos como componente central da história das disciplinas, pois devemos “encontrar na própria escola o princípio de uma investigação e de uma descrição histórica específica e estudar a natureza exata dos conhecimentos adquiridos pelos alunos no contexto escolar”. Julia (2001), por sua vez, aborda as disciplinas escolares como um movimento de interações.

É essencial afirmar que toda história das disciplinas escolares deve, em um mesmo movimento, levar em conta as finalidades óbvias e implícitas perseguidas, os conteúdos de ensino e a apropriação realizada pelos alunos tal como poderá ser verificada pelos seus trabalhos e exercícios. Existe uma interação constante entre estes três polos que concorrem, os três, na constituição de uma disciplina, e estaríamos diretamente condenados a graves desconhecimentos se menos prezar qualquer um deles (JULIA, 2001, p. 60).

Para Valente (2003), a escola é reconhecida pelas pesquisas culturais em história da educação como um local rico para a pesquisa da memória e da identidade, tornando os arquivos escolares fontes de pesquisa. Nestes arquivos é possível encontrar uma grande quantidade de documentos produzidos pelo cotidiano escolar: Diário de Classes prova de alunos, manuais, cadernos, livros-ponto de professores, atas de reuniões pedagógicas, entre outros. Na história das disciplinas escolares, também consideramos como fonte os livros didáticos.

Para refletirmos acerca dos aspectos e processos de constituição da Matemática escolar, nos primeiros anos escolares, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Campo Grande, nos debruçamos sobre os autores da história cultural, procurando identificar as modificações sofridas através dos tempos delimitados na pesquisa, para então, tematizarmos sobre os métodos e processos de ensino da Matemática escolar nesse colégio.

Dessa forma, primeiro vamos embasar teoricamente este estudo para verificar e identificar as práticas reais de ensino através dos tempos para o funcionamento do ensino de Matemática e a expressão de uma cultura escolar, buscando assim, novas e outras compreensões e significações diferenciadas acerca dos fazeres e finalidades cumpridos pelo Colégio. Os pesquisadores da História Cultural nos ajudarão na produção de uma história comprometida com a circulação de objetos culturais, com o estabelecimento de relações entre os saberes escolares, com representações construídas pelos sujeitos.

Desta forma, ampliamos as fontes de pesquisas que permeiam o ensino da Matemática, levando em conta, onde a matemática será pesquisa, assim nos apropriamos do pensamento de Le Goff (2001), onde o ofício do historiador é narrar os fatos a partir do lugar, o 'locus', tendo em vista as influências econômicas, políticas e sociais.

É diante deste viés, que entendemos a importância de relatar nessa dissertação, o contexto histórico, político, econômico e social do Sul do Mato Grosso Uno conjuntamente com o cotidiano no interior do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora que é o lugar onde a pesquisa foi feita, na tentativa de compreender como era o ensino da Matemática nos anos

iniciais em um Colégio Salesiano, administrados por freiras filhas de Maria Auxiliadora, que propunha uma educação que abrangesse não só a mente, mas também o corpo a alma e o espírito elementos táticos e estratégicos definidos de Certeau (2014).

Para Certeau (2014), a tática são movimentos relativos a efeitos imprevisíveis, dispostos por um controle, um comando, uma normativa, o modo de fazer partindo da tensão causada pelo comando do ‘forte’, ou seja, do dominante aquele que exerce o poder sobre o mais fraco.

Já estratégia segundo o autor é o movimento do ‘forte’ o sujeito dominante sobre o ‘fraco’, o sujeito dominado, onde estes exercem suas ações de forma previsíveis, e ele que manipula o saber, o planejar, exercendo o controle do fraco por meio de tensões impostas em uma determinada instituição, por exemplo, as leis, os regimentos estabelecidos por um líder, seja ele governante, diretor, professor; qualquer indivíduo que exercera uma atribuição, podendo em determinados momentos o mesmo individuo tanto exercer um movimento tático como podendo exercer um movimento estratégico, o que veremos a seguir, com mais detalhes no capítulo 3 dessa Dissertação.

### **2.3 Procedimentos metodológicos**

Um primeiro desafio que a História Cultural coloca ao historiador é a escolha de documentos que contenham vestígios da prática cultural investigada. No caso da Cultura Escolar, os documentos que interessam ao pesquisador são os portadores de normas, códigos e condutas escolares. Julia (2001) define cultura escolar como:

[...] como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as finalidades que pode variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10, grifo do autor).

Já as disciplinas escolares, segundo a definição de Chervel (1990), são compreendidas como um produto cultural, responsáveis pela transmissão de conteúdos e saberes escolares. Além de seu rol programático, são também constituídas pelo aparato didático-pedagógico que orienta seu ensino. Concebida como uma construção escolar, uma disciplina ajuda a moldar a cultura escolar pelos códigos próprios criados para o seu funcionamento.

Assim, nessa pesquisa, conforme explanado anteriormente, adotaremos o quadro teórico-metodológico que tem as suas bases em autores que favorecem a análise de um conjunto de elementos históricos e culturais da escola e dos processos que lhe são significativos, como o saber escolar. Dentre eles, podemos destacar Certeau (2008; 2014), Chartier (1990), Chervel (1990) e Julia (2001; 2002). Para melhor entender as categorias que iremos adotar na análise, apresentamos o quadro 1 abaixo:

**Quadro 1 – Conceitos a serem usados na análise**

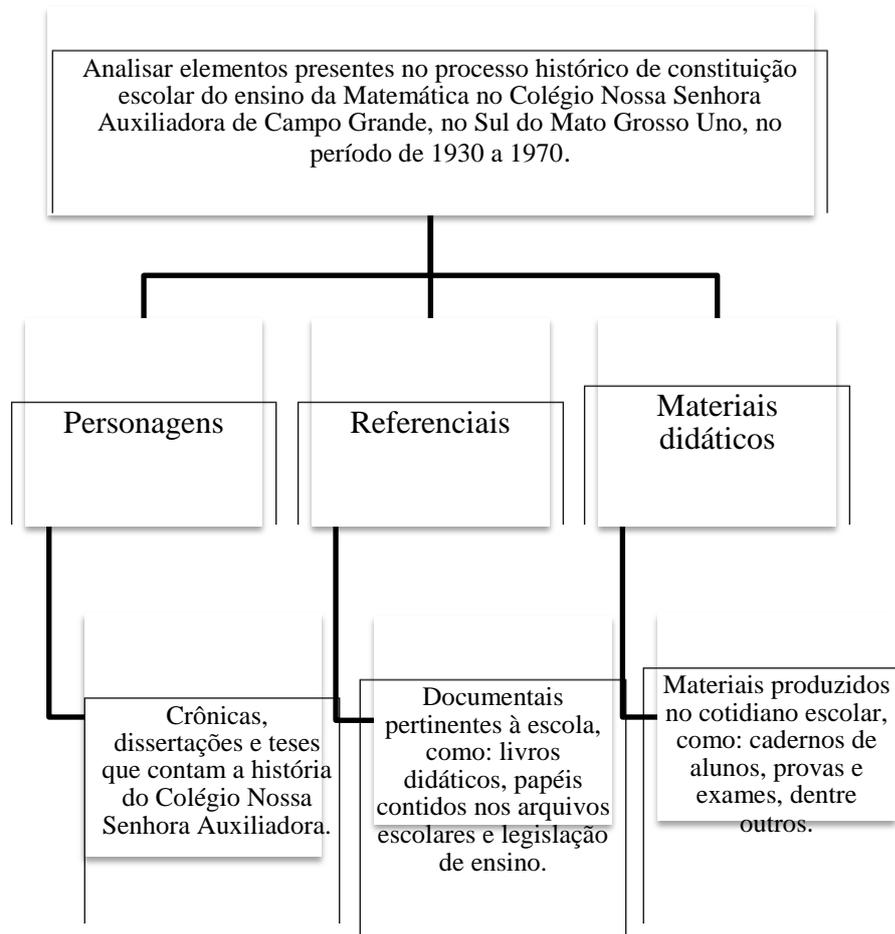
<b>Autor</b>	<b>Conceitos</b>
Chervel	Cultura - produção social Disciplina - conteúdo de ensino Escola - aparelho ideológico do Estado Vulgata.
Chartier	Apropriação e Finalidades
Julia	Cultura Escolar
Certeau	Estratégia e Tática

Fonte: Autora

Trabalharemos, portanto, com fontes que podem subsidiar as reflexões sobre a constituição dos saberes elementares matemáticos, sendo estas: (1) crônicas dissertações e teses que contam a história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; (2) documentos pertinentes à escola, como livros didáticos, papéis contidos nos arquivos escolares e legislação de ensino; e (3) materiais produzidos no cotidiano escolar, como cadernos de alunos, provas e exames, dentre outros.

A pesquisa foi realizada considerando os três eixos a serem analisados e que representam elementos da história do ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sendo: (1) personagens; (2) referenciais; e (3) materiais didáticos. Assim, tivemos como parâmetro para sustentar a pesquisa um olhar criterioso e bem definido, como mostra a (figura 5):

**Figura 5 – Organograma dos objetivos da pesquisa**



Fonte: Autora, (2018)

O que se propõe na figura 5, é justamente organizar os conceitos entendidos como elementos históricos. Assim, os personagens, os referenciais e os materiais didáticos, serão detalhados nos itens a seguir, na tentativa de definir o que compreendemos em cada seguimento que norteia ser elementos de análise.

Dessa forma, buscamos no arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora estes elementos e neles encontramos relatórios, regimento interno, currículos de professores, relatórios de notas das alunas, grade curricular de cada disciplina. Todo o repertório pedagógico e didático que foi selecionado e separado, de acordo com os eixos que sustentam o objetivo geral da pesquisa de analisar elementos presentes no processo histórico do ensino.

### CAPÍTULO 3

## ELEMENTOS DA HISTÓRIA

Tentando compreender que trajetória de constituição teve a matemática em um colégio que era exclusivamente para moças, nos apropriamos das ideias de Marc Bloch e os *Annales* que em seu diálogo apresenta duas concepções de investigar a história: uma da história-problema e a outra da interdisciplinar Bloch (2001). Tomamos posse, então, de uma história baseada em problema cujo núcleo está na *constituição da matemática em um colégio feminino*, administrado por freiras salesianas que incorpora os padrões e dogmas que pretendemos investigar se estes fatores externos influenciavam no currículo das moças no contexto educacional, buscando assim desvendar que matemática circulava no âmbito salesiano.

A partir desse conceito, apresentamos a análise realizada a partir da questão central da pesquisa de identificar elementos históricos no ensino de Matemática nos anos iniciais no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, entre 1930 a 1970, no Sul do Mato Grosso UNO. Mas o que seria elementos? Para nós que pesquisamos no campo da História da Educação da Matemática Escolar, é muito comum falarmos de elementos. Nós, do Grupo de Pesquisa História em Educação Matemática Escolar - GEPHEME, compreendemos que elementos são repertórios pedagógicos que possibilita a investigação de como o ensino era proposto no decorrer do tempo - documentos que se constituem para o ensino de uma determinada área do conhecimento, ou seja, conteúdo, documentos oficiais (leis), o que vimos no capítulo anterior, normativas e objetos de cunho didático e pedagógico, tais como: livros didáticos, cadernos, régua, transferidor, entre outros. Em outras palavras, tudo o que permeia o ensino e é usado como estratégia ou tática para as práticas de aprendizagem. É isso consideramos como sendo elementos.

O nosso *locus* de pesquisa é o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mas não é o nosso foco analisar o colégio, mas sim o movimento pelo qual a matemática passou foi ensinada. Sabemos que não se tratava de qualquer colégio, todavia uma instituição de ensino privado administrada por Freiras Salesianas, em um período que contempla o Movimento da Escola

Nova (1931),<sup>18</sup> passando por períodos de inflexões: Lei n.º 4244/1942, Lei n.º 5692/1961 e, finalmente, a LDB 5692/71 que regularizou e organizou o ensino no Brasil.

### 3.1 Elementos históricos: escutar com os olhos

Com base no fragmento do texto de Roger Chartier (2010), “Escutar os mortos com os olhos”, de maneira análoga, tomamos o ‘escutar com os olhos’ como sendo o nosso ofício de pesquisadoras em História da Educação Matemática, abordando o estudo dos elementos históricos produzidos por uma cultura escolar, por meio da análise de documentos: a arte de escrever textos científicos a partir da leitura e a interpretação dos documentos.

Assim sendo, buscamos analisar elementos encontrados no interior do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora com este ‘escutar’, com o intuito em responder à nossa investigação a respeito da trajetória de constituição do ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sendo esta uma escola para moças; e, também, sobre qual foi o impacto das leis 4024/31 e LDB 5692/71 no ensino da Matemática no Colégio. Para tanto, organizamos uma sequência de elementos a serem investigados *in loco*, com o objetivo de escrever uma Biografia Didática do campo da Matemática Escolar a ensinar e a ser ensinada no referido colégio, no período de 1930 a 1970.

O nosso grupo de pesquisa GEPHEME ampliou o conceito de Biografia Didática, abordada por Valente (2008), para além do texto didático. Assim, ao considerar *elementos históricos* que permeiam o ensino da matemática escolar, *que nos emergem* alguns conceitos apropriados de Bloch (2001) como sendo um caminho epistemológico para analisar elementos que serão relevantes para a pesquisa de campo.

Mas o que são estes elementos históricos tão importantes para esta investigação? Nós, que adotamos uma filosofia historiográfica em pesquisa de campo, entendemos serem os vestígios deixados pelo cotidiano, por meio das normatizações oficiais, livros-ponto de professores, livros didáticos, cadernos de alunos, manuais, diários de classe, atas de reuniões

---

<sup>18</sup> Nos anos 1920, no Brasil, inicia um movimento educacional que já estava em vigência em outros países - o Movimento da Escola Nova - que atingiu seu auge com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) que visava à aceleração de um processo de modernização educacional, no qual uma nova escola pudesse abordar um conceito funcional da educação e oferecer às crianças um ambiente dinâmico e natural, com atividades escolares espontâneas, de modo a estimular constantemente os alunos que passavam a ser o centro no processo educativo e detentor das iniciativas em atividades desenvolvidas na sala de aula (AZEVEDO *et al.*, 2010).

pedagógicas, provas e materiais didáticos, entre outros. Nesta pesquisa, classificamos três tipos de elementos a serem investigados, quais sejam:

**I Personagens** – Os personagens para nós estão presentes no cotidiano e serão investigados por meio das crônicas, entrevistas com ex-alunas, dissertações, teses que permearam o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Para-nos os personagens, se materializa na figura da ex-aluna Zita e nas freiras, que é citada tanto nas crônicas como também no depoimento da ex-aluna.

**II Referenciais** – Estamos considerando como referenciais, documentos, que possivelmente estão ligados neste colégio tais como: documentos pertencentes à escola, livros didáticos, ementa curricular, ou seja, papéis contidos nos arquivos escolares e as legislações de ensino.

**III Materiais Didáticos** – Estamos compondo este eixo com os materiais produzidos no cotidiano escolar, tais como: cadernos de alunos, provas, exames, dentre outros.

Desta forma, organizamos nossa pesquisa, como mostra a Tabela 2, classificando os tipos de elementos, que são: os Personagens; os Referenciais; e os Materiais didáticos, os documentos analisados em cada classificação, o lugar da pesquisa e a data do estudo e pesquisa.

**Tabela 1 – Tipos de elementos**

	<b>Fonte</b>	<b>Local</b>
Personagens	Crônicas	Yara Penteado (1990)
		Fernanda Roz Ortiz (2014)
	Dissertações	Alessandra Christiani C. Santos (2003)
	Tese	Marta Banducci Rahe (2015)
	Entrevista	Maria do Socorro Matos de Moraes – Zita
Referências	Livros didáticos	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
	Legislação leis *19	Leis 4024/31 e a LDB 5692/71
	Atas	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
	Ementa curricular	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
Didáticos	Cadernos dos alunos	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
	Provas e exames	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

\*19 Leis 4024/31 e a LDB 5692/71

Quando olhamos para cada um dos elementos históricos, anteriormente descritos, podemos tecer um cenário de uma bibliografia didática no âmbito da matemática, produzida no ambiente de um colégio exclusivo de moças onde, segundo as pesquisas já apontadas anteriormente, o ensino era voltado às práticas domésticas e prendas do lar.

Ao analisarmos os personagens, onde adotamos como uma das categorias de análise desta pesquisa; iremos apontar: o cotidiano escolar, as práticas pedagógicas e didáticas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; que é *locus* de uma sociedade privilegiada, com um ensino que era considerado para poucos. Desta maneira, articulamos estes elementos com a história cultural de Julia (2001) e Chartier (1990). A cultura escolar faz-nos entender as normas existentes no meio escolar e na prática que permeia a transmissão do conhecimento a ser ensinado, no âmbito de um Colégio Salesiano administrado pelas filhas de Maria Auxiliadora.

Nos referenciais, conseguiremos dialogar com Chervel (1990) e Valente (2008; 2003), que pontua a possibilidade, a partir dos elementos extraídos no ambiente escolar, de construir uma trajetória do ensino da matemática em Campo Grande, região Sul do Mato Grosso Uno.

Já quando olhamos os materiais didáticos e os personagens podemos conjecturar os conteúdos ensinados e sua importância no contexto histórico cultural do Colégio Salesiano. Desta forma, podemos dialogar com Certeau (2014) e Chervel (1990). Diante destes elementos, é possível encontrar vestígios dos conteúdos ensinados e relevantes em um ambiente de cunho religioso, que tinha como princípio o ensino para moças, cujo exemplo de postura deveria ser o de Maria, mãe dedicada, exemplar e amorosa.

### **3.2 Personagens: conhecendo o conhecido**

Usando outra forma análoga em descrever o que é conhecido, como sendo uma maneira de expressar de como o historiador de aporta aos documentos investigados, neste caso, os personagens tomaram formas concretas e abstratas. Concreta quando localizamos uma ex-aluna do Colégio, tivemos a oportunidade de dialogar com a entrevistada e construir um cenário histórico do ensino da Matemática a partir da sua fala, das suas lembranças. Assim tomamos conhecer o conhecido da entrevistada.

A abstrata e quando tomamos a ‘escutar com os olhos’, a partir da leitura das Crônicas, da também ex-aluna Yara Penteadó, das Dissertações e teses, que fizeram compor o cotidiano escolar e as práticas das freiras no tratamento e controle das alunas.

Assim, por intermédio de uma entrevista e pelas leituras já pontuadas, coletar vestígios deixados nas lembranças dos então personagens, onde estes fizeram parte do cenário do CNSA; podemos com esta ação trazer contribuições que englobam fragmentos deixados no tempo que estão ausentes nos documentos oficiais.

Desta forma, reconhecemos também a amplitude da importância da subjetividade no processo investigativo desta pesquisa, conceito este ampliado por Bloch (2001) que propõem uma ruptura na historiografia positivista, incorporando outros elementos que incorporam o ofício do historiador deste tempo, articulando em seu discurso o passado e o presente por meio movimento historiográfico Le Goff (2001, p. 24, grifos do autor) pontua: “[...] De outro, estar atento às relações entre presente e passado, isto é, compreender o passado pelo presente” - donde a necessidade de um método prudentemente regressivo, não deixamos de lado os artefatos que fazem parte da escola, tais como: os documentos oficiais, os materiais didáticos, as provas e exames, entre outros, mas sim não ficar apenas restrito a estes, como afirma Bloch (2001):

Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos [portanto] pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de [seus] vestígios, conseguimos, todavia, saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. [É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado]. Mas, a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar [pura e] *simplesmente as palavras de nossas testemunhas*, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar, [mesmo a contragosto], mais do que nunca se impõe um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida (BLOCH, 2001, p. 73, grifo nosso).

Partindo da afirmação de Bloch (2001), segue no anexo 01 apresentamos a estrutura e a entrevista na íntegra com a ex-aluna Maria do Socorro Matos de Moraes – Zita.

### **3.2.1 Movimento de análise: personagens**

Desse modo, este tópico em específico, tem o objetivo de analisar os personagens por meio de dois recursos: o primeiro consiste em uma entrevista realizada com uma ex-aluna, Maria do Socorro Matos de Moraes, chamada carinhosamente de Zita. De acordo com sua entrevista<sup>20</sup>, a ex-aluna estudou em regime de internato, entre os anos de 1956 a 1961, do quarto ao oitavo ano do Ensino Primário. Zita, como tantas outras moças da época, era de uma cidade do interior do Estado Sul do Mato Grosso Uno, do município de Pedro Gomes. Seu pai tinha um comércio e sua mãe era professora do Grupo Escolar da região. A Zita foi alfabetizada

---

<sup>20</sup> As narrativas estão na íntegra no anexo. 1, nesta dissertação.

pela mãe, juntamente com os irmãos neste Grupo Escolar. Sua família veio do Ceará, em 1952, provavelmente com o auxílio dos incentivos do Governo Federal, como vimos no capítulo I.

A ex-aluna depõe os fatos acontecidos em sua época de internado do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Buscamos neste item trazer fragmentos deste diálogo, que ocorreu no dia 23 de março de 2017, cujo roteiro que norteou a entrevista também se apresenta como anexo 01 nesta dissertação. Assim, procuramos compreender como era constituído o ensino da Matemática nos primeiros anos escolares e como era a formação do quadro de professores, que tinha a incumbência do ensino desta disciplina no referido Colégio salesiano.

O segundo recurso é o depoimento que foi retirado das crônicas de Yara Penteadó, que anteriormente explicamos ser uma antropóloga e ex-aluna que contou, por meio de narrativas de ex-estudantes do colégio, os 70 anos desta instituição. Esta obra foi publicada pela escola em 1996 e suas narrativas são pertencentes aos anos de 1926 a 1996.

Assim sendo, iremos articular estes dois elementos para compor este movimento de análise. Para isso, definimos realizar o movimento de análise subdividindo-o em categorias, para melhor compreender o processo de constituição da Matemática, sendo elas: o cotidiano, as práticas pedagógicas e o sistema docimológico.

### **As Alunas e seu cotidiano**

Conforme o regimento escolar que se encontra no anexo 02 desta dissertação, que apresenta as finalidades desta Instituição Salesiana administrada pelas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, o objetivo da mesma era: “*Educar a juventude feminina, tendo em vista a realidade social cristã*”.<sup>21</sup> Para tanto, as irmãs adotavam um dos mecanismos de controle, ‘as regras’, que definiam o tempo e o espaço das estudantes, na busca de alcançar os objetivos que eram ansiados pela sociedade mais abastada.

Assim, a rotina do Colégio começa com a missa logo cedo com as alunas internas, antes mesmo do café da manhã. Antes da aula, elas tinham o rito de estar sendo regidas pelos moldes da Igreja Católica, tinha na sua retórica, exercer a influência e o controle do “corpo, da alma e do espírito”, e manter a separação das alunas internas e externas, como mostra a narrativa da Zita.

[...] a gente sempre tinha aula no período matutino que era pós a missa na época, que era obrigatória todas as manhãs, a gente a missa, após ia para o refeitório no café da manhã. Logo após, passava na sala de estudo pegava o material e depois descia para

---

21 Regimento Interno do Curso Secundário do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, (anexo 03, p. 02 art. 06).

aula. Na sala de aula, a gente tinha, por exemplo, existia eu me lembro muito bem desta imagem. Tinha quatro fileiras de alunas na sala de aula duas eram de alunas internas e duas de alunas externas. Até o uniforme era diferente, o nosso uniforme tinha o mesmo modelo das externas, só que nosso era xadrezinho com alça não é! Suspensório e blusa branca. Das externas era todo branco, era saía e blusa branca, na época, e meia cor de carne até o joelho, sabe, como o sapato preto. O uniforme nesta época, o cumprimento já era abaixo dos joelhos de encontro com as meias <sup>34</sup>. E o que diferenciava a gente na sala de aula era justamente isto. A gente não mantinha contato de bater papo, e estas coisas com as externas, com as alunas externas, a gente tinha as mesmas aulas, na mesma sala, mas, como expliquei pra você em fileiras diferentes. O recreio nosso era no pátio da parte de cima da escola que ficava já próximo a capela, refeitório. E das externas era lá em baixo no pátio da entrada, onde elas tinham o recreio delas. No sinal a gente subia. Elas subiam em fila, mas a gente já tinha ido à fila para as salas então era tudo assim, uma disciplina muito organizada pelas freiras salesianas elas tinham uma característica de organização muito boa [...].

MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo 1, dessa Dissertação].

O que podemos entender é que a ordem religiosa, neste sentido, movimenta como sendo uma estratégia das irmãs salesianas no controle das moças no cumprimento das regras, no adestramento, na inibição de seus instintos em saber sobre o mundo externo fora das paredes da instituição, mantendo a separação de internas e externas pelo rígido controle no espaço. Quando analisamos pelo ponto de vista de Certeau (2014), compreendemos que:

Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição (CERTEAU, 2014, p. 46).

Como aponta o autor, as freiras se “movimenta do forte sobre o fraco”, ou seja, ela possui ações previsíveis no controle e separação das moças em um mesmo ambiente. A ação do ‘forte’ que entendemos serem as freiras, sobre o ‘fraco’ que são as alunas, o que restaria a elas o cumprimento das regras na passividade do movimento na submissão as freiras sob pena pré-estabelecida em Regimento Interno página 18 do Anexo 03 que diz:

Art. 114 - São obrigações gerais das alunas:

- a) Proceder de acordo com as regras de urbanidade, dentro do colégio e fora estando obrigado o uso do uniforme, de acordo com o modelo estabelecido;
- b) Aplicar-se, com máximo diligência, no aproveitamento do ensino ministrado, frequentando com pontualidade as aulas e todos os atos escolares e executando os trabalhos e exercícios que lhe forem prescritos;
- c) Devolver, em tempo os livros da biblioteca e outro material de que tenham feito uso;
- d) Acatar a autoridade da Diretora, professores e Assistentes;
- e) Respeitar a orientação religiosa do estabelecimento.

Entendemos que as ações previsíveis como aponta o referido autor são as normatizações impostas no regimento escolar, como vimos no item (a), no que diz a respeito do uso do uniforme padronizado como modelo de acordo com a forma que a aluna era matriculada, seja ela interna ou externa. Uma forma estratégica que identificar as alunas e manter a disciplina.

Outro sistema do controle de saída das alunas, que ocorria apenas três vezes por ano, como aponta outra ex-aluna interna: “o colégio era rigoroso, só permitia três saídas por ano, mas era muito bom e eu não sentia vontade de sair.” (PENTEADO, 1996, p. 39).

Assim encontramos nas ações das alunas passividade de não sentir a necessidade de se ausentar da Instituição Escolar, um movimento tático das alunas, no cumprimento do comando estabelecidos pelas regras internas inculcado em uma Cultura Escolar, como sendo uma forma de boa conduta de uma moça com princípios familiares, dispostos à obediência as regras superiores. Desta maneira as alunas usavam essa oportunidade de sair dos olhares dos pais, e encontravam-se ‘livres’ de alguma forma, uma falsa liberdade vigiada, com a esperança de que novos tempos haviam chegado um tempo de avanços na sociedade vigente, que permitia a escolarização das moças, onde elas poderiam exercer um nível de ensino superior, mesmo que para elas só existiria duas alternativas uma era a carreira do magistério<sup>22</sup>

A tática das meninas era fingir passividade, usar o ‘privilegio’ disponibilizado pelas famílias, em interagir com outras meninas, poder brincar, passear pela cidade, conhecer o mundo fora das porteiras das fazendas, ou dos pontos do comércio, ter novas oportunidades de vida, diferentemente de suas mães e avós. Burlar o sistema da estratégia familiar em benefício próprio era uma tática das moças.

O que observamos também, que no contexto histórico cultural da época, as famílias mais ricas do Estado que mantinha suas filhas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora tinham uma forma de estratégia em caracterizar os padrões econômicos, mostrando para a sociedade local que suas filhas estudavam no conceituado Colégio Salesiano; visto que ao estudar no Colégio caracterizava que a moça tinha boa conduta, reputação e culta, aos moldes da Igreja, um bom partido para futuros matrimônios um movimento político discreto descrito nas sutilezas das ações dos pais em escolher o Colégio para suas filhas.

---

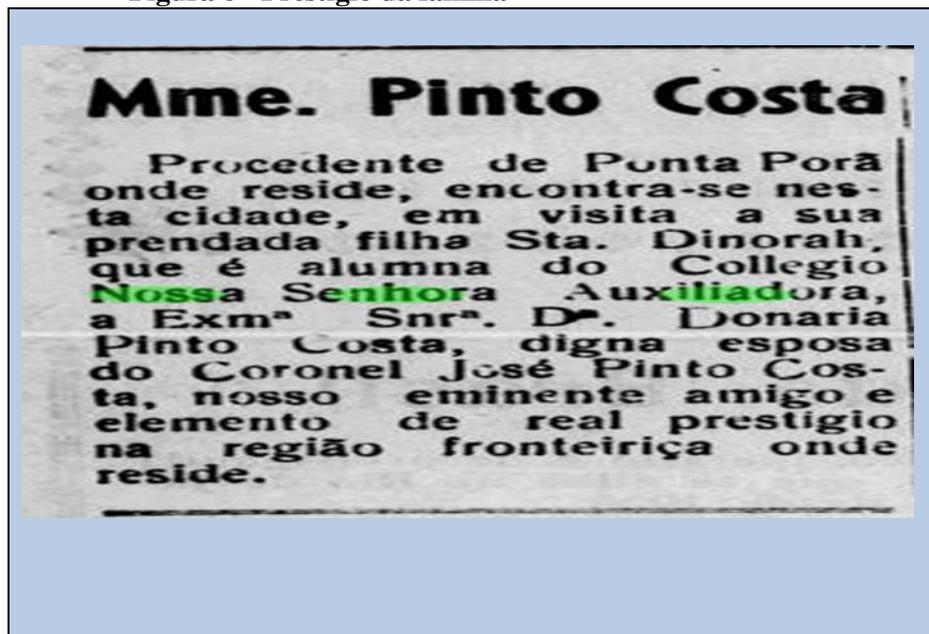
22 Saviani (2014. p.72) “Durante as primeiras décadas do século XX, o magistério representou praticamente a única carreira aberta para mulheres, apesar de algumas procurarem enfermagem. O fato de não terem o amplo acesso as demais profissões fez do magistério a opção mais adequada para o sexo feminino, o que foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade do trabalho do lar”.

Saviani (2014) aponta o seguinte sobre a importância do recolhimento das moças nessas instituições religiosas para ter um bom matrimônio:

“A ida das jovens ao convento ou recolhimento significava aprender a bordar, coser, fazer doces, ler escrever e contar; um pouco de latim, música e história sagrada. Uma educação que visava, sobre tudo, preparar as jovens para o casamento em idade de extrema juventude. A sexualidade era reprimida e a extremada vigilância da família e da Igreja colaborava para a imposição de valores misóginos<sup>23</sup>” (SAVIANI 2014.p.61).

Assim, as famílias, na época das férias divulgavam o retorno de sua prole, por meio da imprensa local, como mostra a (figura 06) um movimento em estabelecer as relações de força política e econômica e de certa forma atribuir um valor maior a ‘mão da moça’, visto que sua sexualidade estava protegida dentro dos portões do Colégio Salesiano, articulados com uma boa instrução, que se estendia a prendas domésticas, a música, o português, o francês, a aritmética entre outras conforme Saviani (2014).

**Figura 6 - Prestígio da família**



Fonte: Hemeroteca Digital - JORNAL DO COMÉRCIO ano 1934 ed. (01501)

Já quando olhamos para o ponto de vista do Estado em manter as moças ‘protegidas’, articulamos como sendo um movimento de estratégia por parte dos governantes, onde pelo seu ponto de vista, permitiria a escolarização feminina não perdendo o foco a domesticação feminina no cumprimento dos deveres do lar e da família, assim caberia às freiras em articular a tática em separar as alunas internas e externas por meio de diferentes uniformes, tendo em

<sup>23</sup> Para Araújo (1997), o termo misógino significava que a mulher carregava sobre si o peso original do pecado, por este motivo, a sua sexualidade era vigiada constantemente.

vista que as famílias das internas confiam na totalidade o ensino e a educação de suas filhas. E as externas a educação era compartilhada com as freiras, onde elas poderiam trazer outra influência que não era compatível com os dogmas das Irmãs salesianas.

Para Foucault (1987) a ação de controle não é somente do Estado, mas é também adotada pelas escolas como é o caso do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que eram controladas pelo governo por meio das leis<sup>24</sup> que, neste caso, eram úteis aos governantes, pois mantinha suas filhas ‘protegidas’ e bem adestradas nas responsabilidades domésticas, oferecendo o privilégio de uma educação regrada de cuidados, garantindo um bom comportamento perante a sociedade, inculcando o papel central da mulher de ser esposa, mãe e cuidadora da família. .

Já na figura paterna observamos à tática, na escolha da instituição de ensino que tinha estas características de proteção e controle, e que oferecia uma doutrina religiosa capaz de estabelecer a ponte entre o conhecimento e o saber, mas ao mesmo tempo, seguindo os padrões de uma cultura voltada à moral e aos bons costumes, como vemos neste trecho da narrativa de Zita:

[...] Estudei até o terceiro ano primário com minha mãe e fui alfabetizada por ela como meus irmãos, também que nós somos cinco mulheres e cinco homens todos vivos graças a Deus. Ela alfabetizou todos nós. No terceiro ano primário ela achou que eu já deveria vir para uma escola mais avançada, não é? E na época era bem carente mesmo de quase tudo, não é? Como meu pai achou um campo bom para investir e crescer, ele também se preocupava muito tanto ele como a mamãe com a nossa formação. Aí, ele veio para Campo Grande sondar primeiro o local, e indicaram para ele na época foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora [...]  
MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

A finalidade do Colégio Salesiano era educar as meninas tendo em vista a realidade social cristã, que era dar uma modelagem às moças de submissão e controle de “corpo, alma e espírito”. Quando olhamos sob o ponto de vista de Chervel (1990), a finalidade é um conjunto complexo cheio de sutilezas, que se reduz aos ensinamentos explícitos e programados de uma escola, ou seja, às rotinas, às normas, às condutas a serem ensinadas por meio do ‘controle’ das ações das alunas.

---

<sup>24</sup> Decreto lei 19.890 de 18 de abril de 1931- Lei Francisco Campos.

Chervel (1990, p. 188) também pontua que: “As disciplinas escolares estão no centro desses dispositivos. Sua função consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa”.

A finalidade no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e propor uma educação voltada às moças de boa família preparando-as para a responsabilidade do lar, propondo em seu currículo além das disciplinas previstas em lei n. 4024 de 20/12/61, as alunas ainda tinham aulas de “[...] piano, violino, bandolim, pintura, flores artificiais, datilografia, bordados corte e costura”<sup>25</sup> O que entendemos ser uma Cultura Escolar, com base em Julia (2001), ao afirmar que:

A cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as finalidades que pode variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10, grifo nosso).

O que fica evidente diante dos registros, a Cultura Escolar dessa instituição, com a ação de adicionar os conteúdos extras, que pontuamos anteriormente; as freiras poderia ao ensinar as moças, incorporar um comportamento previsto as famílias que tinham em mente a tática de garantir uma boa educação escolhendo uma instituição própria para moças, em que atribuíssem valores oriundos de uma sociedade tradicional e elitizada que buscava saberes elementar e a socialização de uma conduta que agregava valores morais.

Desta forma, os rituais escolares mantidos pelas freiras, por meio das práticas permanentes de inculcamento, ou seja, as doutrinas cristãs, a moral, a disciplina, e o controle do espaço e tempo, desempenhavam um papel importante na cultura escolar em consequência atribuía a Instituição Salesiana Feminina uma identidade institucional de respeito e boa qualidade de ensino, como mostra o Jornal do Comércio na (figura 07) de 1940.

---

<sup>25</sup> Estatuto do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Anexo 02.

Figura 7 - Educação Modelar

JORNAL DO COMÉRCIO

## O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora é um educandário modelar

**Instituto oficializado do ensino ginasial, normal e comercial, dele se orgulha com razão Campo Grande**

Os dois colégios que em Campo-Grande são mantidos pela benemérita Congregação Salesiana, e em que vivem e palpitam os nobres exemplos e ensinamentos de S. João Bosco, constituem legítimos padrões para o justo orgulho dos campogradenses.

O Colégio fundado e dirigido pelas Reverendas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, então, representa um educandário modelo, de que muito poucos similares serão encontrados mesmo nos grandes e mais adiantados centros culturais dos mais cultos países de Mundo!

Felizmente, os índices da evolução do seu movimento de alunas, entre as quais se contam as mais distintas senhoritas das famílias abastadas de todo o Sul do Estado, — famílias que antes faziam suas filhas estudar no «SACRÉ COEUR» e no «SION» —, os índices da frequência do Colégio N. S. Auxiliadora, por si só bastam como uma significativa consagração e atestado eloquente do alto e justíssimo prestígio que soube conquistar.

Assim, em 1940, o número de alunas matriculadas no Colégio N. S. Auxiliadora elevou-se a 616, que, somadas às 173 do Externato S. C. Jesus e às 295 da Escola Paroquial, do Amambai, perfaz um expressivo total de mil e oitenta e quatro meninas que estão sendo instruídas e educadas pelas Irmãs Salesianas nesta cidade.

Que Deus lhe multiplique os recursos para que essa obra benemérita vá crescendo dia a dia!



Fonte: Hemeroteca Digital - JORNAL DO COMÉRCIO ano 1940 ed. (0244)

Assim sendo, a igreja católica no campo educacional separada por gêneros Colégio Dom Bosco para os meninos e Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para as meninas, dominou no Estado do Mato Grosso Uno neste período, como sendo instituições que mantinham em seus programas uma educação de qualidade segundo os moldes salesianos e oficialmente

legalizados pelas leis vigentes, oportunizando para a classe feminina elitizada além do currículo previsto nas leis, o ensino do papel materno e o amor à pátria.

Na sequência, iremos ao próximo item analisar as práticas pedagógicas utilizadas no ensino da Matemática, bem como os saberes dos professores e suas atribuições.

### **Docentes e as práticas pedagógicas no ensino da Matemática**

As aulas eram ministradas no período matutino, como vimos anteriormente, no depoimento da Zita. O Ensino Primário era de quatro anos e abrangia as seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geografia, História Pátria, Religião, Noção de ‘Cousas’, Ciências e Higiene, Civilidade, Instrução Moral e Cívica, Desenho; Caligrafia, Educação Física e Trabalhos Manuais, como mostra no art. 9.º do relatório de inspeção,<sup>26</sup> datado de 1935 a 1939. O ginásio era de cinco anos, conforme o Decreto<sup>27</sup> n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, e descrito no regimento interno. Estas disciplinas escolares tiveram um movimento que levou em conta as finalidades estabelecidas pelo Colégio Salesiano, onde concordamos com Julia (2001), quando pontua sobre a história das disciplinas escolares.

Consideramos, portanto, que o trabalho pedagógico no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora pautava-se nas práticas pedagógicas que contemplava o rigor da lei, como mostra o regimento interno, pois passavam por inspeção permanente (conforme os documentos encontrados no interior do Colégio e anexados a este texto), alicerçados nas finalidades de um Colégio Feminino administrado e ensinado por Freiras Salesianas que tinha os moldes na organização dos ensinamentos de São João Bosco<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Relatório cujo cumprimento estava regido pelo Decreto-Lei n.º 21.241, de 04 de abril de 1932, art. 51 e que está no anexo 04 desta dissertação.

<sup>27</sup> Art. 3.º - Constituirão o curso fundamental as matérias abaixo indicadas, distribuídas em cinco anos, de acordo com a seguinte seriação: 1.ª série: Português - Francês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico). 2.ª série: Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico). 3.ª série: Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho - Música (canto orfeônico). 4.ª série: Português - Francês - Inglês - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História Natural - Desenho. 5ª série: Português - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho.

<sup>28</sup> Segundo Freire () “A pedagogia salesiana é um” sistema de atuação no corpo, em que se insere uma discursividade específica, tornando-se um saber quando comunica formas de educar, objetivando sujeitos de qual fala, disciplinando conteúdos, espaços, relações entre professores e alunos, brincadeiras, pecado, amor, caridade era conduzida, entre outras

O corpo docente era constituído por professores registrados no Departamento Nacional do Ensino, como mostra a figura 08 do Regimento Interno de 1939 (anexo 02), bem como suas atribuições no ofício de professor.

### **Figura 8 - Constituição do Corpo Docente**

Art. 18ª – O corpo docente será constituído por professores devidamente registrados no Departamento Nacional de ensino.

§ 1º Os professores terão os seus lugares garantidos enquanto mostrarem capacidade normal de trabalho e a absoluta idoneidade moral;

§ 2º Os honorários do corpo docente serão pagos até o dia 5 de cada mês;

§ 3º Os professores do estabelecimento assinarão com a Direção um contrato de locação de serviços, para a sua salvaguarda e para garantir ao colégio ensino eficiente;

§ 4º aos professores compete;

- a) Organizar o horário, comparecer pontualmente às aulas, ministrando-as durante o tempo prescrito por lei;
- b) Seguir à risca os programas oficiais de as instruções do Departamento Nacional de ensino e as direções do Estabelecimento;
- c) Comparecer dez minutos, pelo menos, antes do início da primeira aula do período;
- d) Não faltar às aulas sem prévio aviso de 24 horas, salvo caso de doença comprovada por força maior e juízo da Direção;
- e) Manter a disciplina nos moldes deste regimento e as instruções da Diretoria;
- f) Determinar exercícios para casa, corrigi-los, anotar os seus valores, sempre de acordo com a orientação da diretoria.
- g) Levar ao conhecimento da diretoria o que tiver notado de anormal dentro ou fora do estabelecimento e que possa interessar sob qualquer aspecto, principalmente o moral e o intelectual;
- h) Comparecer nas reuniões da congregação.

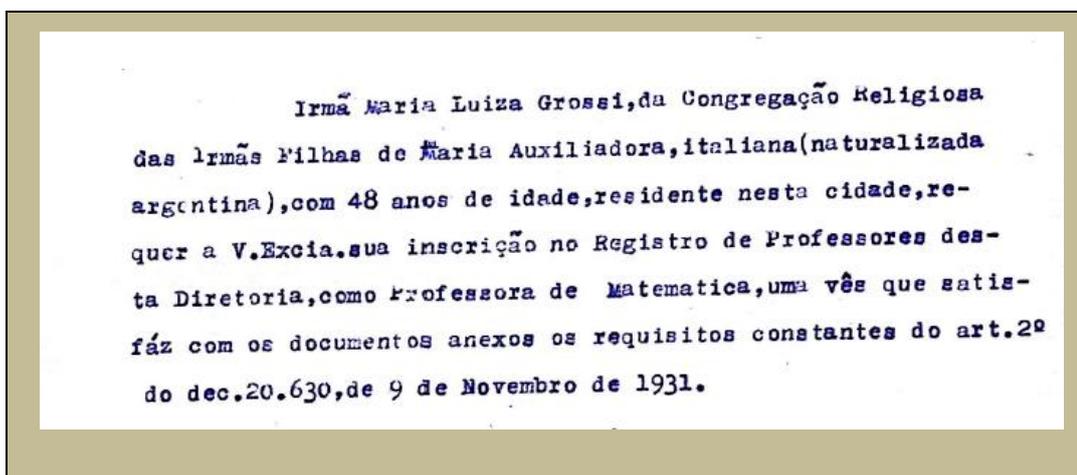
Fonte: Arquivos da Secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

O que observamos neste documento que os professores eram contratados e devidamente registrados no Departamento Nacional do Ensino, conforme a Lei n.º 19.890, de 18 de abril de 1931.

Um dos requisitos para equiparação ao Colégio Pedro II era que, além de dispor de instalações e materiais didáticos adequados, era necessário que o corpo docente fosse devidamente registrado, seguindo uma regra própria<sup>29</sup>

O que também verificamos nos documentos e no depoimento da ex-aluna Zita é que os professores que lecionavam no Colégio, principalmente as professoras, em sua maioria, eram freiras da própria comunidade, Filhas de Maria Auxiliadora, e que muitas delas eram estrangeiras, como é o caso da professora Irmã Maria Luiza Italiana, naturalizada Argentina, e Irmã Angioletta Vitali, que era Italiana, como mostra o documento na (figura 09 e 10) na sequência.

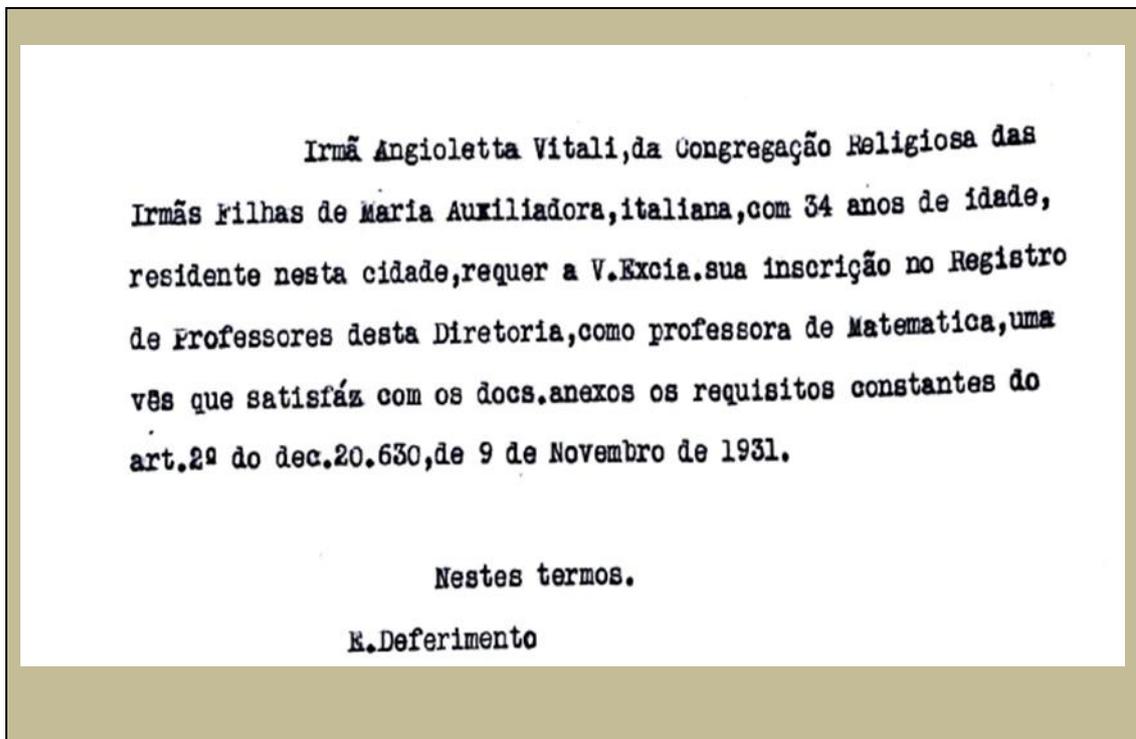
Figura 9 - Apresentação do Corpo Docente para o diretor geral da Diretoria Nacional de Ensino (ANEXO AO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO)



Fonte: Arquivos da Secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

<sup>29</sup> Art. 68 - Lei n.º 19.890 - Fica instituído no Departamento Nacional do Ensino. O Registo de Professores destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário oficiais, equiparados ou sob inspeção preliminar. Art. 69 - A título provisório será concedida inscrição no Registro de Professores aos que o requerem, dentro de seis meses a contar da data da publicação deste decreto, instruindo o requerimento dirigido ao Departamento Nacional do Ensino, com os seguintes documentos: a) prova de identidade; b) prova de idoneidade moral; c) certidão de idade, d) certidão de aprovação em instituto oficial de ensino secundário ou superior, do país ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendam inscrição; e) quaisquer título ou diplomas científico que possuam, bem como exemplares de trabalhos publicados; f) prova de exercício regular no magistério, pelo menos durante dois anos. Parágrafo Único - O documento a que se refere este artigo na letra d) poderá ser substituído por qualquer título idôneo, a juízo de uma comissão nomeada pelo ministro da Educação e Saúde Pública e constituída por 3 professores do magistério secundário oficial e 2 do equiparado.

Figura 10 - Apresentação do corpo docente para o diretor geral da Diretoria Nacional de Ensino (ANEXO AO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO)

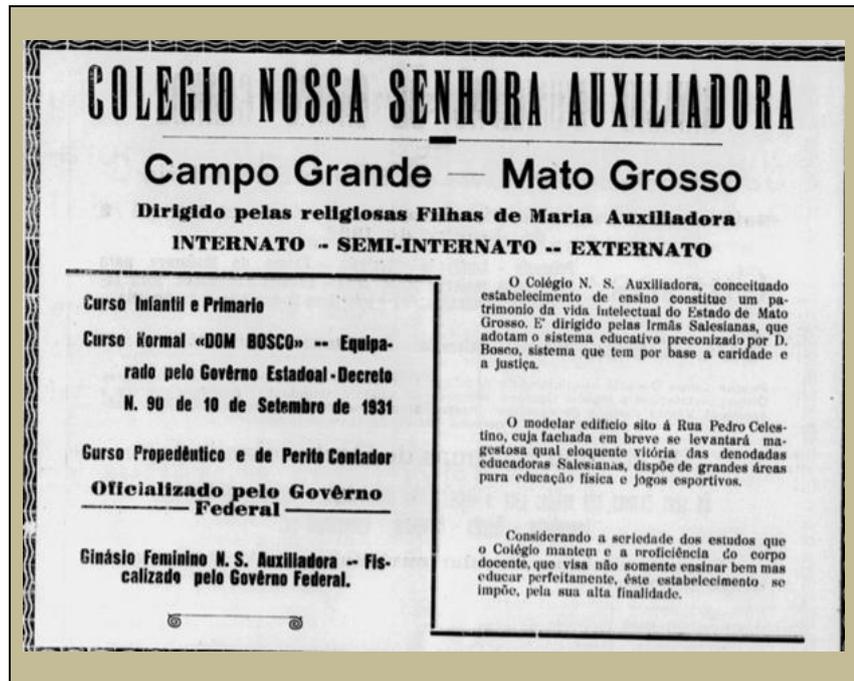


Fonte: Arquivos da Secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Assim, por insuficiência de dados encontrados na unidade escolar, não podemos dizer se houve certa influência das Irmãs Maria Luiza e Angioletta na constituição do Ensino da Matemática por elas serem estrangeiras, tanto no Ensino Primário como no Secundário, apenas indicativos que estas freiras possuíam registro como professoras. Conjecturamos que as habilidades pertinentes a elas eram, no mínimo, qualquer título ou diploma científico e experiência de dois anos na docência, como era regido pela Lei n.º 19.890.

Entendemos, que para legitimar a identidade Institucional que proporcionava a sociedade campograndense uma qualidade de ensino no rigor da base na fé cristã no do inculcamento do papel materno mediante a sociedade; seria necessário o conjunto, de estabelecer recursos físicos de qualidade e também ter bons professores o que era amplamente divulgado no Jornal local como mostra a figura 11 a seguir.

Figura 11 – Propaganda do Colégio



Fonte: Hemeroteca Digital - JORNAL DO COMÉRCIO 1940 edição (02644)

A estratégia das Instituições Salesianas era passar para sociedade uma confiabilidade em todos os âmbitos do campo do ensino, tanto no que se refere ao intelecto, como também o conceito moral, é por essa razão que as Filhas de Maria Auxiliadora dispunham da tática de usar o Jornal local, para divulgação que seus docentes tinham auto padrão de conhecimento e cuja moral era inquestionável, pois para fazer parte do corpo docente de qualquer instituição salesiana, se fazia necessário um atestado de proficiência e idoneidade moral.

Garantindo assim, que as práticas pedagógicas proposta pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era na base em uma boa instrução, na educação cristã a mocidade feminina, como diz o último parágrafo da propagando: “[...] que visa não somente ensinar bem, mas educar perfeitamente [...]”. A perfeição no que entendemos, seriam práticas pedagógicas das freiras em estabelecer o rigor do adestramento das lições, no cumprimento da ordem tanto nas questões do tempo como no espaço, mantendo o patriotismo, inculcando o atributo da pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade e espiritualidade, mecanismos de uma cultura escolar voltada a moral e aos bons costumes.

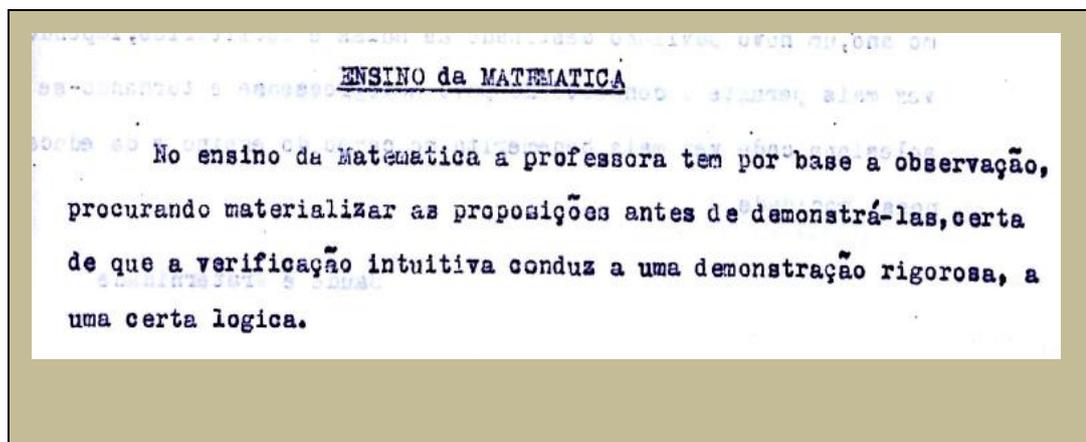
As práticas pedagógicas no campo da Matemática escolar são encontradas na figura da professora Maria Oneto, italiana, professora de Matemática, conforme o depoimento da ex-aluna:

[...] eu me lembro muito bem da Irmã Maria Oneto que era da Matemática, ela era professora, freira Irmã Maria Oneto, freira ela dava aula de Matemática pra mim, usava muito debates de tabuadas e usava os palitos de picolé. Era palitos de picolé que ela usava para fazer as operações, entendeu? Ela usava tampinha de garrafa, já nesta época aí. [...] Eu me lembro muito, ah estes palitos de picolé que ela usava, este eu me lembro bem é das tampinhas de garrafas, Sabe por quê? As externas eram que juntavam para ela (professora), naquela época não tinha nada descartável, não é? Era tudo tampinha de guaraná, tubaína tampinha de garrafas. Então ela usava tampinha e usava palitinhos de picolé. [...] Aí, ela perguntava a tabuada pra um lado e para outro; ela fazia esta competição nossa que era os debates que a gente chamava. Ela falava. “[...] Olha vai ter debate de tabuada” e ela era séria, sabe, tinha horas que ela brincava com a gente, mas eu me lembro de que ela era bem sisuda, assim [...].

MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

Inferimos que o ensino era baseado no método intuitivo, ou seja, método constituído a partir do exemplo, e dinamizado por debates, e que o ensino se dava com diversidade de materiais didáticos, método pontuado também no relatório de inspeção que revela como eram as aulas de Matemática, conforme a (figura 12).

**Figura 12 – O ensino da Matemática a partir do relatório de inspeção**



Fonte: Arquivos da Secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Os debates de tabuadas eram um momento que consideramos de inculcação do conteúdo, que pode ser percebido quando a aluna diz: “[...] eu me lembro de que ela mandava a gente escrever a tabuada [...]”. Portanto, a memorização da tabuada era classificada como importante para a formação das meninas. (VALENTE, 2016, p.17) caracteriza este momento da seguinte maneira: “[...] a cultura estabelecida não haveria outro modo para os iniciantes aproximarem-se do saber sistematizado nos livros, que não fosse por processo de memorização” o que compreendemos que pratica de ensino por meio da memorização da

tabuada fazia parte da cultura escolar da época, embora os processos de memorização abolidos nos dias atuais ainda faz parte da cultura escolar.

Quando a ex-aluna Zita caracteriza ‘o como’ as operações eram propostas ao afirmar “[...] Era palitos de picolé que ela usava para fazer as operações, entendeu? Ela usava tampinha de garrafa, já nesta época aí. [...] Eu me lembro muito, ah estes palitos de picolé que ela usava este eu me lembro bem é das tampinhas de garrafas”. Assim temos um pequeno indicativo que as cartas Parker poderiam ter circularam nos portões do Colégio Salesiano, as cartas representaram um ícone da moderna pedagogia para o ensino da aritmética nos anos iniciais nos finais do século XIX e início do século XX, Valente (2016), onde os alunos segundo o autor percorriam de modo gradual as operações aritméticas. Valente ainda pontua que:

Concomitantemente com o uso das Cartas, o professor também lança mão, como orienta o próprio material de Paker, de ‘coisas’: palitinhos, torninhos, grãos, etc. é possível considerar que ensinar ativamente a aritméticas aos alunos nos primeiros anos escolares signifique utilizar materiais ‘coisas’ para ensinar, um arsenal de elementos presentes no cotidiano dos alunos e que por meio deles há possibilidade de sensibilizar o discente para acompanhar o ensino de aritmética e o sistema de numeração decimal, as suas operações fundamentais. (VALENTE, 2016, p.18)

Mas o que seriam essas cartas? Valente (2013) defini como sendo um conjunto de gravuras que auxilia o professor no ensino da aritmética, o autor caracteriza as Cartas de Parker da seguinte maneira:

As Cartas de Parker constituem um conjunto de gravuras cujo fim é o de auxiliar o professor a conduzir metodicamente o ensino, sobretudo, das quatro operações fundamentais. Junto de cada gravura, há uma orientação ao professor de como deveria dirigir-se à classe de modo a fazer uso de cada uma delas e avançar no ensino da Aritmética (VALENTE, 2013, p.4).

As Cartas de Parker foram proposta segundo o autor na Revista Ensino na seção de periódicos denominado “Pedagogia prática”, o que nos leva a concluir segundo nossas pesquisas que essa metodologia de trabalho circulou no CNSA no período de 1940, nos documentos encontrados no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, analisamos um documento que compunha a grade curricular do Ensino Normal. Além da lista de Livros indicados pelos professores para o curso Normal, encontramos uma lista contendo as principais coleções de revistas pedagógicas para ser estudadas conjuntamente com as disciplinas.

As coleções são: Revista do Ensino, Educando, Infância e juventude, Revista Brasileira de Pedagogia e Administração Escolar, datado de vinte e oito de outubro de 1940. Em anexo a esta Dissertação para eventuais consultas.

Diante dos registros e a descrição das aulas de Matemática pontuada pela ex-aluna, compreendemos que esta abordagem matemática de ensinar fez parte do movimento pedagógico do ensino intuitivo no CNSA. Segundo Valente (2013) o ensino intuitivo é o primeiro degrau que caracteriza o ensino tradicional, consistindo-se este movimento em uma vaga pedagógica intuitiva, que caracteriza de abordagem dos conteúdos em um determinado período. O que vimos também e a aplicação das Lições de Coisas, conteúdo previsto no Regimento Interno do Colégio já pontuado anteriormente, Valente (2013) detalha este conteúdo no seguinte modo:

O ensino intuitivo da Aritmética, da numeração, levará em conta as Lições de Coisas. Assim, cada número, tratado inicialmente de modo oral, será gravado nas mentes infantis, associando-o sempre às coisas. As coisas darão lições sobre os números, sobre as operações, sobre o modo como devem ser resolvidos os problemas aritméticos. E, sob essa perspectiva, começam a proliferar materiais que objetivam as coisas; as coisas que irão dar lições aritméticas. Talvez o material que melhor simbolize esse tempo de chegada dos materiais didáticos, para o ensino de aritmética nos anos iniciais, sejam as Cartas de Parker. (VALENTE, 2013, p.4).

Vale destacar que para que estas práticas que Valente pontua era necessária uma organização do conteúdo a ser ensinado. Encontramos no depoimento de Zita e no regimento interno identificação destas ações por parte dos professores. O primeiro é o momento que a professora Irmã Maria Oneto, planejava suas aulas, seguindo as finalidades atribuídas pela Instituição Salesiana, ao mesmo tempo, mantendo o controle e a disciplina das meninas nos momentos de estudos, que ocorria no período vespertino na biblioteca, como lembra a ex-aluna:

[...] Eu me lembro das operações, até como eu disse na biblioteca eu me lembro dela estudando conosco, os menores, e ela fazendo atividades. Agora estas atividades, o que me lembro bem dos palitos e das tampinhas nas operações de matemática. [...] MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

Propor exercícios para realizar em casa com a obrigação de corrigir e apontar nota como mostra o art. 4, item f, do Regimento Interno (figura 12), o que também conjecturamos que neste, mesmo período em que a professora ficava com as alunas na sala de estudo

(biblioteca), as aulas eram organizadas pelas professoras com esta estrutura: organização de atividades, materiais didáticos, exercícios de fixação, em “cadernos especiais em ordem cronológica.” (REGIMENTO ESCOLAR, 1939, art. 17.).

Conforme o movimento de análise que fizemos, concordamos com Chervel (1990), que compreende o composto desta estrutura, seria o de um produto cultural, responsáveis pela transmissão de conteúdos e saberes escolares, constituídos pelo aparato didático-pedagógico que orienta seu ensino, sendo este o movimento tático das professoras no cumprimento das normativas propostas pelo regimento interno, pela finalidade institucional de ser um colégio exclusivo feminino, que tinha o objetivo de “não somente ensinar, mas educar perfeitamente”, estratégia não só da Direção em manter o controle do que era ensinado, mas também do governo em manter o ensino das meninas sob constante vigilância não fugindo das finalidades pelas quais a instituição foi constituída.

Desta forma o ensino da Matemática tinha suas práticas pedagógicas voltados aos métodos tradicionais de ensino, valorizando a arguição (tomar a tabuada ou os debates de tabuada), a memorização e a manipulação de materiais (uso de tampinhas de garrafa e palitos de picolé), que faziam parte do cotidiano das alunas. Também entendemos que as professoras eram, em sua maioria, estrangeiras e podem ter trazido certa influência da cultura materna para o Colégio Salesiano, contribuindo na formação das moças deste Estado.

O que verificamos também por meio dos anúncios dos jornais, é que este ensino tradicional, era caracterizado também pelos métodos Decroly, Montessori e Agazzi, que tinha a finalidade de preparar a criança para a vida, nesse contexto; assim compreendemos a importância dos rituais pedagógicos na manipulação de materiais concretos, visto que as metodologias de Decroly, Montessori e Agazzi, no ensino infantil, se baseavam na observação permanente, tanto dos fenômenos da natureza como nas manifestações dos seres vivos e na articulação da matemática com a vida cotidiana, um produto cultural da época, cuidaria dos filhos.

Assim, a estratégia da Igreja era em mostrar para a sociedade, o avanço no ensino, visando maior número possível de alunas, pontuando métodos e técnicas comparados aos grandes centros econômicos do país. A tática as freiras usavam o Jornal local, lido pela alta sociedade do Estado que enfatizava tanto o espaço físico, o corpo docente como também o método de ensino pontuado (figura 04 , p. 29) dessa Dissertação.

Para melhor compreender o campo da matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora iremos analisar como era o sistema de provas e condutas avaliativas que movimentavam o interior do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no próximo ítem.

### **Sistema de avaliação das alunas**

Ao discorrer este ítem, mergulhamos na concepção do Historiador André Chervel (1990) sobre o que constitui uma disciplina escolar.

A disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e motivação e **um aparelho docimológico**, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam, evidentemente em estreita colaboração, de mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades (CHERVEL, 1990, p. 207, grifo nosso).

Desta forma, o processo de constituição da disciplina escolar apropria-se de ações do cotidiano do colégio, levando em conta as finalidades pelas quais, está sendo direcionado o ensino em uma determinada instituição, numa combinação da exposição dada pelo professor e o meio verificador da aprendizagem, denominado sistema docimológico.

Este meio verificador da aprendizagem é composto pelas provas, exames e listas de exercícios, ou seja, tudo que norteia a produção do aluno na verbalização implícita e explícita do conteúdo ensinado, um “elemento de Controle” de característica dominante, que detém o poder de manipulação de situações que extraía um retorno por parte do dominado; instrução dada pelo dominante seja ele professor, diretor, coordenador; tendo em vista que estamos analisando o cotidiano escolar.

Quando analisamos o depoimento da ex-aluna Zita e o regimento interno identificamos este sistema docimológico de duas maneiras distintas; uma do desempenho das habilidades, e a outra na autodisciplina, mas que objetiva a aprendizagem e a disciplina<sup>30</sup> das alunas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, o que iremos pontuar cada uma após uma breve introdução de como era organizado o sistema de controle de aprovação das alunas.

---

<sup>30</sup> Para Chervel (1990, p. 180), a disciplina é “um modo de disciplinar o espírito, dar os métodos as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”.

O ano letivo começava no mês março e terminava em novembro, conforme regimento. As férias eram de quinze dias no final de julho para todas as alunas, totalizando 180 dias letivos, conforme o anexo 03.<sup>31</sup> O ensino primário era constituído de quatro anos, como já pontuado anteriormente.

Para ter acesso ao ensino ginásial à aluna deveria passar pelo exame de admissão<sup>32</sup> que tinha como objetivo constatar a maturidade intelectual, e contemplava os conteúdos de Português e Matemática e tinha uma classificação. Segundo o Art. 68 do anexo 03, “A mensuração do educando obedecerá à seguinte escala de conceitos: Ótimo, Muito Bom (aproveitamento superior); Bom e Regular (aproveitamento médio); e deficiente e Insuficiente (aproveitamento inferior)”. Caso a aluna tivesse o aproveitamento Insuficiente, era considerada a etapa perdida, entretanto, era oferecida a aluna o direito a recuperação, mediante a uma nova avaliação, onde definimos como sendo um dos elementos de controle.

O ensino ginásial era composto de cinco anos e seguia o mesmo critério de mensuração nas disciplinas recorrentes ao ensino ginásial conforme a Lei n.º 19.890/31. Entendemos que estes elementos de promoção de uma etapa a outra, ser um movimento de controle de habilidades mínimas, um indicativo do aproveitamento de uma determinada etapa escolar.

O que concordamos com Certeau, que estas práticas de controle, o sistema de promoção por meio de uma classificação, como sendo também um mecanismo de controle do Estado e da família em identificar que determinada instituição propôs condições didáticas e pedagógicas capazes de mensurar a aprendizagem como forma de devolutiva da evolução ou estagnação da aprendizagem aluno, estas devolutivas eram feitas aos pais por meio de um ‘dossier’, como mostra o Regimento Interno no anexo 03, p. 10:

Art. 67 - Cada aluna possuirá um ‘dossiê’ em que serão arquivados todos os seus trabalhos escolares e serão anotadas as ocorrências que lhe disserem respeito, de acordo com as resoluções do Conselho de Professores, para efeito de julgamento final (anual) e garantia de preponderância dos resultados obtidos durante o ano.

---

31 Regimento Interno Escolar do Curso Secundário do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que segue a Lei n.º 4024, de 20 de dezembro de 1961.

32 Art. 18 - O candidato à matrícula na 1.ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.

Entretanto, esta prática de controle, nos dias atuais, passou pelo movimento de transformação do ‘dossier’ para os boletins escolares, entregues bimestralmente aos responsáveis. Se olharmos para o elemento de controle do Estado, antes vemos a figura do Inspetor que tinha o ofício de discorrer relatórios de inspeção feita no interior dos colégios, agora, vemos as avaliações externas, que busca de maneira plana verificar os conhecimentos e os desempenhos de alunos e das unidades escolares. Por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB<sup>33</sup>; Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB<sup>34</sup>; Prova Brasil<sup>35</sup> e Provinha Brasil<sup>36</sup>, o que não iremos entrar em detalhes, apenas um pequeno movimento entre o presente e o passado.

Assim, compreendemos que tanto as freiras quanto os pais exerciam sobre as alunas a táticas distintas, como sendo mecanismo de controle de desempenho escolar das meninas. As freiras usavam, na forma de devolução daquilo que era ensinada, também em manter a

---

33 Ministério da Educação: O IDEB foi criado INEP em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Saeb e a Prova Brasil. A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem> acesso: agosto/2017.

34 Ministério da Educação: O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc. A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/caracteristicas-saeb>) em suas divulgações. A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações. A partir de 2013, haverá a Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA. Esta nova avaliação, que deve ser aplicada anualmente a partir deste ano, terá caráter censitário e avaliará a qualidade, equidade e eficiência do ciclo de alfabetização das redes públicas. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem> acesso: agosto/2017.

35 Ministério da Educação: A Prova Brasil é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados no cálculo do Ideb. As avaliações realizadas a cada dois anos, quando são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática, além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem> acesso: agosto/2017.

36 Ministério da Educação A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>. Acesso em: 15 ago. 2017.

disciplina das alunas, visto que se elas tivessem bom rendimento elas poderiam exercer certos ‘privilégios’ como passear no centro da cidade, por exemplo, ou não ficar privada de brincadeiras com as colegas. Na visão dos pais, e saber se o que está sendo investido, está tendo retorno por parte da estudante, a mensuração de seu desempenho escolar era uma forma de compreender como estava sendo aproveitada a oportunidade oferecida a docente, visto que era privilégio de poucas meninas estarem estudando em um Colégio exclusivo para moças.

Ao analisar os elementos de controle que fazem parte da cultura escolar, a partir do depoimento da ex-aluna Zita, nos permite compreender como era o sistema docimológico da época em que ela estudava no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Ela explica, em relação às médias, à aprovação e sobre como eram as provas:

[...] A média no primário, eu não me lembro, mas no ginásio até a admissão eu lembro por que eu fui com média 7,0, passei raspando no, admissão para o ginásio, e a média era 5,0 me parece. Eu me lembro que minha média foi 7,0 para passar do primário para o ginásio. Por que se você não passasse. [...] A gente teve o colega que reprovou [...]. Todas escritas, inclusive eu me lembro bem dos questionários na lousa e a gente copiando. A gente copiava as questões, isso! Não vinha pronta pra nós. Punha o nome na página o ano e a professora [...] E a professora, ela fazia o cabeçalho na lousa copiava na folha. No ginásio era papel almaço [...]  
MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

Este tipo de prática ainda circula neste tempo. São apropriações de uma cultura que tem o intuito avaliativo e ao mesmo tempo proporciona o controle do comportamento dos indivíduos em sala de aula, pois ao mesmo tempo em que ele se preocupa em ter a nota satisfatória, tem que ter atenção e agilidade em copiar a prova proposta pelo professor na lousa.

Outra forma de controle era o comportamento, em um movimento de compensação, como apontamos anteriormente, uma forma de adestramento para que elas sejam meninas dóceis e cumpridoras de regras, uma receptora passiva das imposições sociais. Caso o rendimento da aluna no decorrer da semana fosse satisfatório. Como pontua a ex-aluna:

[...] Eles sabiam a cada semestre (os pais), a gente tinha uma espécie de avaliação semanal, que a gente tinha uma nota de desempenho, desde Dez com louvor, até deficiente. Tinha Dez com louvor, Dez, nove, dez menos, sabe, quando era deficiente, a gente sempre tinha uma restrição. Ou era, vamos supor, na parte de sair. Por que as freiras tinham um passeio conosco, que era a paixão de todo mundo. Ela punha a gente de uniforme em fila, e saia ali na Rua Pedro Celestino e ia até a Avenida Afonso Pena, voltando no sentido contrário da calçada. Passeando, só para ver a cidade, e a freira junto, em fila. Acho que ia uma ou duas freiras juntas. Elas iam passeando com a gente e voltava, uma vez por semana, geralmente era no domingo que ela fazia este passeio conosco. E quem estava deficiente não ia neste

passeio. E este passeio era a paixão de todo mundo, porque saia do Colégio não é! [...]

MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

O que tudo indica, além de avaliar<sup>37</sup> as alunas em termos de desempenhos dos conteúdos ensinados na forma de aproveitamento de habilidades, também eram atribuídas notas de comportamento e boas maneiras na forma de ‘autodisciplina’, que era mensurado por meio do equilíbrio emocional, pontualidade e postura, como apontado no anexo 03, p. 10.

Uma forma de manter o controle do corpo, da alma e do espírito, atribuído a moças de fino trato, trazendo nas entrelinhas que seu comportamento adestrado no rigor das irmãs salesianas provindas de sacrifício, e eles, trazia benefícios, quando acatados as normas da instituição.

Assim o dominante se apresenta ao dominado de forma sutil, silencioso e quase imperceptível aos anseios da sociedade, ou seja, visto pela concepção do Certeau (2014), a estratégia das freiras era estimular as alunas a ter um bom comportamento e enquanto a tática era premiar as moças por meio dos passeios, principalmente quando a ex- aluna diz: “[...] *Por que as freiras tinham um passeio conosco, que era a paixão de todo mundo, [...]*”

Assim concordamos com as palavras de Certeau (2014) ao dizer acontecer nas miudezas do cotidiano, onde não percebe ao decorrer da rotina as apropriações que são impostas pelo dominante e são passivamente produzidas pelo dominado, as moças, tinha a felicidade no cumprimento das normativas, visando à recompensa, um sacrifício que trazia benefício, gerando um comportamento que era previsto para moças de boa família, recatadas aos moldes sociais culturalmente provenientes da época e articulado nos dias atuais de forma distinta, porém exercendo o mesmo discurso.

Para estas meninas, a boa conduta, não fazia a penalidade da restrição do passeio, um movimento de tática por parte das professoras em manter o controle sobre as meninas e estratégia por parte do governo em disponibilizar o ensino para mulheres tendo como objetivos de torna-las mais cultas em ambientes sociais, além de passivas as ordens, pois todo sacrifício gerava benefícios para as futuras esposas; mulheres bem disciplinadas eram bem

---

<sup>37</sup> Conforme a Lei federal 19890 de 18 de abril de 1931, os alunos eram avaliados da seguinte forma: “Art. 34. Haverá durante o anno lectivo arguições, trabalhos praticos e, ainda, provas escriptas parciaes, com attribuições de nota, que será graduada de zero a dez.”

vistas pela sociedade, principalmente pelas famílias mais tradicionais, no caso seria uma maneira de perpetuar os ensinamentos dos mais antigos, frente às novas faces da sociedade do século XX.

Assim educá-las dentro dos padrões salesianos era de certa forma perpetuar o conceito da mulher como mãe e esposa dedicada guardiã da família, capaz de perpassar valores a seus filhos, mantenedora da família e da pátria, logo proporcionar o ensino em instituições próprias para mulheres não era uma estratégia ingênua ao governo.

A autora Jane Soares de Almeida pontua em sua obra “Mulher e Educação” que a finalidade da educação feminina era prepará-las para aturar no espaço doméstico e ser a primeira a ensinar as primeiras letras a sua prole, além de mantê-las mais agradáveis em ambientes sociais em meados do século XX; ela ainda diz:

A mulher educada dentro das aspirações masculinas seria uma companhia agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente do período Colonial como recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade (ALMEIDA. 1998.p.18).

Logo esta apropriação de valores incorporados pelos rituais pedagógicos, tornava a classe feminina receptora passiva das imposições sociais masculinas, pois as leis eram criadas pelos homens, e eles traçavam o que era ensinado nas escolas, caberiam a eles esse movimento estratégico em manter o controle as mulheres e ao mesmo tempo, oportuniza-las a participar de uma nova ‘roupagem’ social, antes ausente no período colonial.

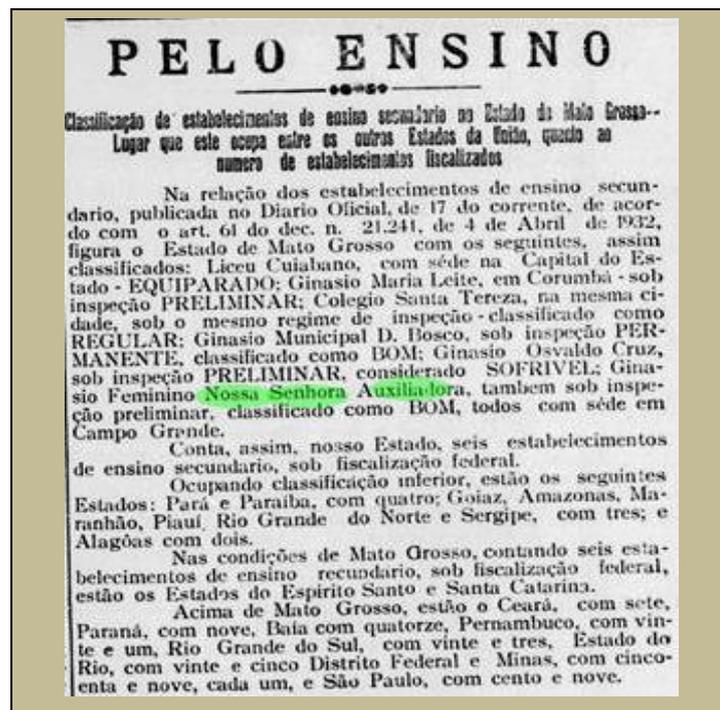
Estas roupagens sociais faziam parte da cultura na época, onde a igreja era o celeiro da conservação da moral, da solides familiar e o amor à pátria e ao mesmo tempo acompanhava os novos avanços peculiares ao crescente processo de urbanização do país, Almeida (1998) ainda pontua:

Do princípio até a metade do século, a vida social, as expectativas sobre a conduta feminina, as doutrinações religiosas da Igreja Católica, as implicações na sexualidade, o controle da feminilidade e as normatizações sociais, aliadas às exigências de casamento religioso, batismo dos filhos e a confissão dos pecados, significavam uma exacerbada vigilância do corpo e da alma das mulheres. A necessidade de instruir-se e educar-se constituía um dos principais anseios para sua liberação e uma forma de alterar um destino imposto pela sociedade moralizadora que se erigia nos padrões de uma época resultante de um acelerado processo de urbanização. (ALMEIDA. 1998.p. 32).

Assim, ‘liberdade vigiada’ proposta pela igreja, era um elemento tático da instituição religiosa feminina em manter o controle da feminilidade dentro dos padrões sociais,

provocando certa tensão entre o dominante (o governo) e dominado (O Colégio NSA); Por um lado à cobrança por parte do governo na apresentação de resultados; o colégio, que condizia a escolarização das moças na forma de um currículo comum a meninas e meninos, além de outros que incluíam no currículo feminino; música corte costura, entre outros; fiscalizados pelo inspetor federal, que tinha a função de atribuir uma mensuração da instituição, como mostra a (figura 13).

**Figura 13 – Classificação de estabelecimento de ensino no Estado de Mato Grosso**



Fonte: Hemeroteca Digital - JORNAL DO COMÉRCIO – Ano 1934 Edição: 01683.

Dessa maneira o sistema docimológico abrangia os dois extremos, tanto a mensuração do desempenho das meninas no ambiente escolar, como também na forma de fiscalização por parte do governo no que era ensinada; por meio do inspetor escolar que detinha a função de avaliar os ambientes escolares, arguindo notas e conceitos a instituições de ensino que se adequavam as normativas e satisfiziam todos os pré-requisitos estabelecidos pela lei, Decreto Lei 19. 890 de 18 de abril de 1931 em que trata tanto das normativas do ensino secundário como também da função da inspeção escolar como já vimos anteriormente, tornando a escola como um aparelho ideológico do Estado cuja finalidade era separada por gêneros que ocuparia funções diferenciadas de acordo com o sexo nesse contexto social histórico.

O que nos leva a entender, que por meio dos personagens aqui analisados e o movimento de inculcação por parte das irmãs utilizando a disciplina como meio do controle da alma, da mente e do espírito. Inculcar os ritos de uma pedagogia dura e sacrificial que leva a recompensa. Produzindo mulheres cultas, capazes de circular na sociedade com os homens, passivas as ordens, tendo o privilégio de obter o conhecimento que era somente exclusividade masculina.

O movimento das irmãs que tem a atribuição de professoras era passar além os saberes constituídos nas leis vigentes, era fazer o repasse também de valores oriundo de uma sociedade em desenvolvimento que tinha a preocupação em manter a família protegida.

Os conhecimentos dessas mulheres filhas de Maria Auxiliadora, nos direciona ao entendimento que sua dedicação integral aos propósitos do sacerdócio e o celibatário o compromisso com a missão do ‘ensinar bem e educar perfeitamente’. Para tanto, o ato do ensinar dessas professoras irmãs pela qual elas perpassavam na instituição eram no compromisso no ensino, utilizando mecanismos pedagógicos utilizados nos grandes centros econômicos do país, como é o caso do ensino da Matemática, onde tudo indica a utilização da Carta de Parker, como sendo um instrumento para o ensino da Matemática.

Sendo que os indícios dessa possível circulação foram deixados pelo depoimento da ex-aluna Zita quando ela afirma; “[...] eu não me lembro se era livro específico, só da matemática. Isso eu não me lembro, mas de muita gravura com operações, com números bem grandes e os sinais de mais ou de menos. Eu me lembro muito disso”, outro ponto que nos parece indicar a utilização das Cartas de Parker como elementos de ensino do conteúdo Matemática, e a partir da lista contendo as principais coleções de revistas pedagógicas para ser estudadas conjuntamente com as disciplinas.

Na seção seguinte discutiremos por meio dos Materiais Didáticos elementos históricos no ensino da Matemática

### **3.3 Materiais Didáticos**

O elemento ‘material didático’ constitui de materiais produzidos no interior do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. No início de nossa pesquisa, conjecturamos a possibilidade de encontrar provas, cadernos de alunos exames que pudesse fazer parte deste item, infelizmente nos arquivos escolares, não encontramos nenhum destes materiais que

pudesse identificar o ensino da Matemática no período de 1930 a 1970. Sendo assim, optamos em analisar, os materiais de uso individual dos alunos e também o material pedagógico para o ensino de desenho e geometria.

Articulamos o referencial teórico juntamente com os materiais de ensino de matemática encontrados no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, onde separamos por itens e estão alicerçadas as análises desta dissertação. Para tal, escolhemos como fonte de pesquisa primária o *relatório do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora* o qual detalharemos a seguir; neste documento os conceitos de análise que destacamos foram: elementos de controle; tática e estratégia, finalidades, vulgata e cultura escolar, que serão articuladas no decorrer do texto.

No colégio feminino em questão, identificamos um dos elementos que nos permite entender ser de ‘controle’ que são os *conteúdos de ensino*, que são vistos pelo movimento de ‘táticas e estratégias’ quando seguimos o viés de Certeau (2014), pois de um lado a sociedade elitizada busca por uma educação e ao mesmo tempo se preocupa com a base familiar; o que entendemos ser a tática das famílias. Por outro lado, o governo, aliado e mantido pela burguesia, dita normas e regras que contemplam a educação para moças com conteúdo voltado à educação doméstica, prendas do lar, comportamento, etiqueta entre outras, um movimento estratégico por parte do governo em manter o ensino feminino sob o cumprimento hierárquico da sociedade.

Assim as meninas eram ensinadas a ter uma conduta irrepreensível *regada de moral e bons costumes*<sup>38</sup>, e sob a proteção do estado, sendo este guardião absoluto da família consumado pelos enlaces do matrimônio e a benção da igreja.

Ficamos na pesquisa de campo por aproximadamente três meses o que nos chamou a atenção para compor este item, foi um *relatório*<sup>39</sup> datado de 1935-1939 elaborado pelas irmãs salesianas para a *inspeção federal*<sup>40</sup>, onde nele existem as normativas da instituição escolar separadas em três partes.

---

<sup>38</sup> Moças instruídas para serem futuras esposas, prendadas, boas mães, encarregada no fortalecimento familiar tendo como exemplo Nossa Senhora, mãe de Jesus Cristo.

<sup>39</sup> Art. 51 - (Decreto n.º 21.241, de 4 de abril de 1932).

<sup>31</sup> (Decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931).

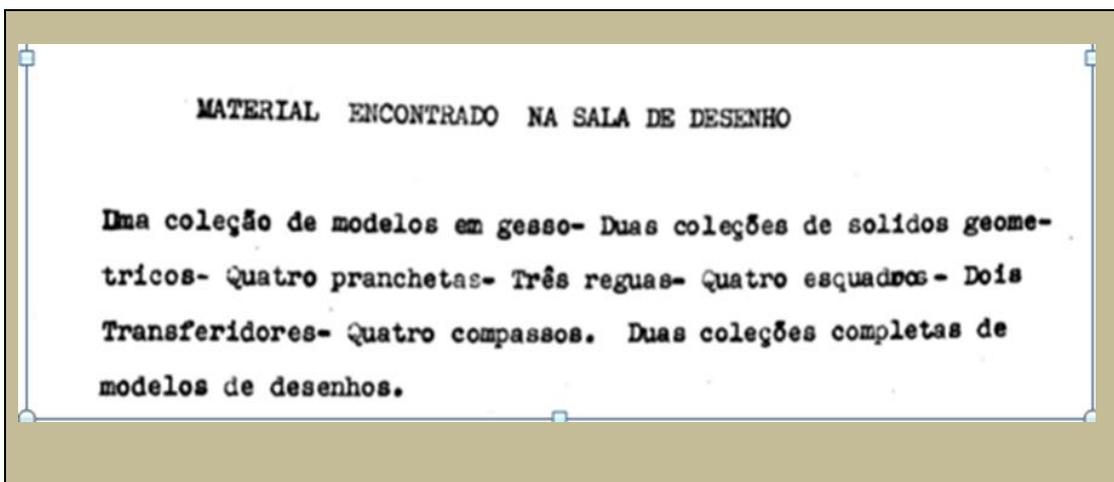
A primeira os *dados gerais* do Colégio, que na época tinha o nome de “Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora” 41, (a partir de 1934 é oferecido o curso ginasial, por isto Ginásio Feminino); a segunda parte, *ala estrutural*, contendo as dimensões das salas e de toda a área escolar interna, externa e os repertórios pedagógicos existentes nas salas, específicas de cada disciplina.

Nessas fontes primárias encontramos também a planta baixa desta unidade de ensino, mas não escanceamos por não fazer parte dos nossos elementos de estudo. E, na terceira parte, *os estatutos* contento as finalidades da instituição explicando detalhadamente os cursos que eram oferecidos: O jardim da infância para crianças 3 a 6 anos; curso primário com quatro anos de duração; curso ginasial com quatro anos de duração, normal e comercial com duração de três anos, estes dois últimos equiparado ao ensino médio, dentro do recorte temporal da pesquisa.

### 3.3.1 Movimento de análise: materiais didáticos

Para dar início ao nosso exercício de análise, tomamos como recorte este estatuto na (figuras 14), destacamos o repertório pedagógico, e na imagem 03 o didático, para o ensino de desenho que conjecturamos ser um dos elementos que compõem o processo de constituição da Matemática no Colégio Salesiano Feminino.

**Figura 14 – Material encontrado na sala de desenhos pelo serviço de inspeção: texto escrito no relatório datado 1935 - 1939**



Fonte: Secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

41 Somente em 1943 por meio do decreto n. 11.470 de 03/02/1943 é que passa a ser usado o nome de Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Os materiais pedagógicos para o ensino de geometria, elencados no relatório, fazem parte dos materiais obrigatórios integrando um dos requisitos para ser equiparado ao Colégio Pedro II. Outro elemento didático que encontramos foi à fotografia da sala de aula.

**Figura 15 - Sala de Geometria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora**



Fonte: PENTEADO, 1996

Com esses materiais didáticos e pedagógicos, podemos conjecturar, por meio desta descrição da figura 14 e 15, que o ensino de geometria poderia ser um trabalho superficial no primário, sendo apenas trabalhado na forma de dobraduras ou noções nas aulas de bordados e costuras, pois nem todas as alunas das salas poderiam manipular ao mesmo tempo esses repertórios pedagógicos: uma coleção de modelos em gesso, duas coleções de sólidos geométricos, quatro esquadros, dois transferidores, quatro compassos, duas coleções completas de moldes de desenhos, conforme o relatório do inspetor.

O que é evidenciado no depoimento da ex-aluna Zita, que diz o seguinte sobre o ensino de geometria: “[...] No ginásio tinha (geometria). No primário, não. No primário, eu me lembro bem de dobradura. Aí, eu tinha contato com a questão de formas. É! [...]”. Neste contexto, a ex-aluna ainda pontua que nessas aulas eram ministradas atividades com dobraduras, “[...] Não era uma disciplina (geometria), esta dobradura era que mais tinha na disciplina de desenho, que me parece [...]”; compreendemos que não havia teorização do conteúdo de geometria. O que é reforçada pelo que consta no documento da grade curricular do ensino ginásial, como disciplina optativa como mostra a (figura 16).

Figura 16 - Currículo do curso Ginásial - EM ANEXO AO REGIMENTO INTERNO

<u>CURRÍCULO DO CURSO GINÁSIAL</u>					
<u>I S C I P L I N A S</u>		<u>1a.série</u>	<u>2a. série</u>	<u>3a.série</u>	<u>4a. série</u>
<u>DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS</u>		5	5	4	4
Português		5	5	4	4
Matemática		4	4	4	4
História		3	3	3	3
Geografia		2	2	3	-
Ciências Físicas e Biológicas		-	-	-	3
Introdução à Ciência		3	3	-	-
<u>DISCIPLINAS COMPLEMENTARES</u>					
Organização Social e Política do Brasil		-	-	2	2
Francês		-	-	3	3
<u>DISCIPLINAS OPTATIVAS</u>					
Inglês		2	2	2	2
Desenho		2	2	-	-
<u>PRÁTICAS EDUCATIVAS</u>					
Educação Física		1	1	1	1
Educação Moral e Cívica		1	1	1	1
Artes Femininas		1	1	-	-
Canto Orfeônico		1	1	1	1
<u>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</u>					
Educação Cinematográfica		-	-	1	1
Educação Religiosa		3	3	3	3
<b>T O T A L</b>		<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>

Campos Grande, 24 de janeiro de 1969.

*Iraã Maria do Carmo Prado*  
Iraã Maria do Carmo Prado  
Diretora

Fonte: Secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Além do mais, na época, as aulas concentravam-se no ensino básico, que visava à preparação de um bom casamento, consistindo apenas de gramática e aritmética (as quatro operações fundamentais), resolução de problemas, álgebra e geometria “dando preferência para as prendas domésticas” (SAVIANI, 2014, p. 65), objetivando sempre a cultura em educar as moças para serem futuras esposas, mães amorosas capazes de ser guardiãs da família e dos bons costumes, uma verdadeira dama da sociedade, pois o ensino deveria ser apresentado em aplicações práticas.

Diante disso, o ensino da geometria parece indicar por meio dos registros, pontuados até este momento, trataria apenas de um conteúdo superficial, tendo em vista as finalidades apropriadas no contexto da época vigente, que era de [...] “instruir as futuras esposas e mães, donas de casa encarregada da educação familiar e do fortalecimento da família.” (SAVIANI, 2014, p. 65). Pelo ponto de vista de Certeau (2014) seria uma tática em manter o controle na

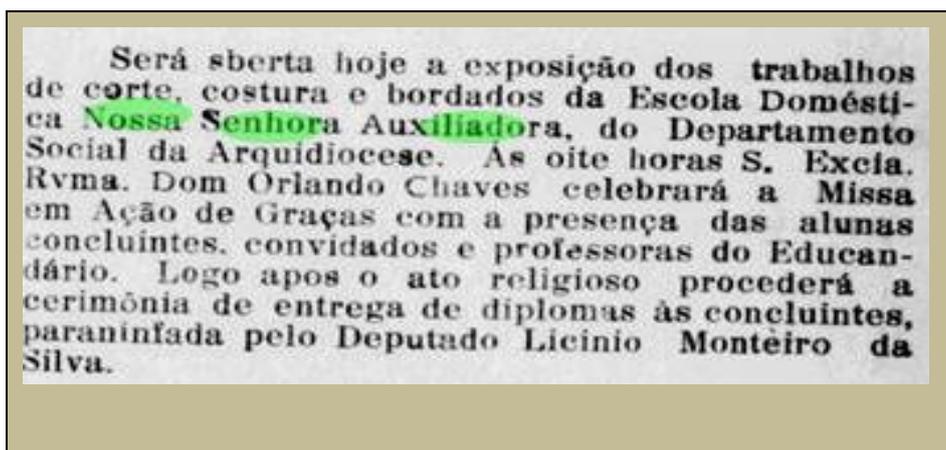
arte do pensar, visto que segundo Almeida (1998) o ensino feminino não poderia fadiga-las a autora afirma:

A educação feminina, apesar da pretendida igualdade, diferenciava-se nos seus objetivos, pois, segundo os positivistas, o trabalho intelectual não devia fatigá-las, nem se constituir um risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa, o que poderia, certamente, debilitar seus descendentes (ALMEIDA, 1988, p.18).

A geometria era vista com um conteúdo matemático de muita complexidade, Valente (2003), um elemento que aperfeiçoaria a razão do sujeito que a prática “[...] a geometria, era vista como elemento de aperfeiçoamento da razão, uma lógica prática, [...], uma disciplina que faz exercitar a razão e tirar consequência precisas dos princípios [...]”. (VALENTE, 2003, p.228).

Além do que os trabalhos de: corte, costura e bordados eram apresentados para a sociedade, na forma exposição, um movimento estratégico por parte das freiras em expor para a sociedade o cumprimento da finalidade pela qual se destina a Instituição Salesiana que “[...] visa não somente ensinar bem mais educar perfeitamente [...]” (Jornal do Comércio, 1940. Figura 11); assim usava-se a imprensa local como uma forma tática de propagar a educação de excelência atribuída às meninas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, como mostra a (figura 17) logo abaixo:

#### **Figura 17: Exposição de trabalhos manuais da escola doméstica<sup>42</sup>**



Fonte: Hemeroteca Digital- Jornal do Comércio 1960. Edição 03841.

<sup>42</sup> Segundo a antropóloga Yara Penteadó (1996) era um tipo de projeto das freiras para acolhimento das meninas pobres que tinham bolsa e possuíam uniformes diferentes das pagantes, pagavam de certa forma seus estudos com dedicação nos serviços da Instituição, como trabalho em hortas, limpeza e produção de alimentos, e suas rotinas diárias eram diferentes das pagantes.

De acordo com as finalidades do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, conjecturamos a princípio, a partir do exposto, que para o ensino de Geometria, não havia um aprofundamento maior dos conceitos, ou seja, não havia uma teorização dos conteúdos geométricos, apenas voltados a artes na construção de bordados, porém, acreditamos que por meio dos registros, do ponto para a prova de Matemática anexo 03, que está conjuntura é incompatível com nossa tese, de que o ensino da matemática seria meramente superficial voltado apenas para fins domésticos e instrução mínima.

O que compreendemos, é que os conteúdos matemáticos no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora eram igualmente propostos para os ensinos para meninos, pois para ser equiparado ao Colégio Pedro II, deveria passar pelo crivo do inspetor federal que diz o seguinte:

**Art. 72.** Conceder-se-á a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação, aos estabelecimentos de ensino secundário cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento. Parágrafo único. A equiparação ou o reconhecimento será suspenso ou cassado sempre que o estabelecimento de ensino secundário, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurar as condições de eficiência indispensáveis. (BRASIL. 1931).

A metodologia utilizada para o ensino de aritmética, álgebra era à base de resoluções exercícios, articulando as outras disciplinas como observamos no relatório da inspeção a respeito do ensino da Matemática:

#### Ensino da Matemática

No ensino da matemática, foi constantemente solicitada à atividade dos alunos, especialmente pela resolução e questionários clássicos e curiosos. Mereceu particular cuidado a alusão dos vínculos existentes entre a matemática e as demais disciplinas, a sua aplicação às ciências físicas, à geografia, à química, etc. Enfim, na exposição destas matérias, em seus três pontos de vista: aritmética, álgebra e geométrico – os professores excluíram todos os processos de cálculos desprovidos de interesse didático, circunscrevendo o ensino, a assuntos que apresentassem importância de aplicação prática.

Fonte: Relatório de *Inspetor Geral*43, datado de 1938 documento original no anexo 05.

---

43De acordo com o decreto 19 890 de 18 de abril de 1931, Art. 55, 56, era responsabilidade dos inspetores remeter mensalmente ao Departamento Nacional do Ensino, um relatório detalhado a respeito de cada escola e cada disciplina, abordando o que era ensinado, a fiscalização abrangia tanto a parte física do prédio, como condições de uso, como também a assiduidade de professores e alunos, e processo de exames e provas finais.

Como vimos o trecho do relatório do inspetor geral, observamos que o ensino da Matemática era desenvolvido pela prática de se aprender pelo exemplo, método intuitivo<sup>44</sup> ou lição de coisas, princípio da Escola Nova, na qual se ensina pela observação e experimentação, onde os livros eram apenas “elementos auxiliares” no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, um produto de um lugar, marca de um tempo, uma sociedade, uma fonte rica de investigação segundo Certeau (2014).

Desta forma, podemos entender o que Chervel (1990) destaca sobre as finalidades<sup>45</sup> neste contexto de ensino. Para o autor, “[...] as disciplinas escolares estão no centro desses dispositivos. Sua função consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa.” (CHERVEL, 1990, p. 188). Nesse sentido entendemos a finalidade por de traz da escrita do relator que diz: “[...] circunscrevendo o ensino, a assuntos que apresentassem importância de aplicação prática [...]”; Mas o que seria essas aplicações práticas? O que entendemos no contexto da geometria seria o ensino das formas geométricas como elementos para o ensino de desenhos e artifícios na decoração do lar, porém quando analisamos os pontos para a prova de matemática, observamos uma geometria tensa e pesada, características ao ensino para meninos, como veremos a seguir na próxima imagem.

Nessa direção decidimos por aprofundar mais a investigação e voltamos no colégio em busca de mais respostas; o que tínhamos em mente era encontrar um caderno de classe, ou uma prova, exame que *pudesse ser confrontado, com os documentos* encontrados até o momento. Olhamos os arquivos individuais dos alunos, fichas, biblioteca e não encontramos nada desta natureza que pudesse responder a nossa pergunta: O que as meninas estudavam em Matemática? Usavam livro? Quais? Que tipos de materiais didáticos usavam nas aulas?

Após mais alguns dias de investigação, a secretária da escola me apontou um pasta, onde não tinha nenhum rótulo e então encontrei uma lista de Livros indicados pelos professores para o ano letivo de 1940, (Anexo 06) e uma lista de materiais dados para os pais comprarem para as alunas de 1936 (Anexo 07), embora as datas sejam diferentes entendemos que estes períodos fazem parte do movimento da Escola Nova, o que leva em conta o método

---

44 “[...] Contato da inteligência com as realidades que se ensinam, mediante a observação e a experimentação, feita pelos alunos e orientadas pelos professores, [...]”. Art. 103, Decreto-Lei 356, de 31 de maio de 1921.

45 Para Chervel (1990), a finalidade é um conjunto complexo cheio de sutilezas, que se reduz aos ensinamentos explícitos e programados de uma escola.

intuitivo ou lições de coisas, conteúdos trabalhados nos livros Cora de Alvarenga, presente no terceiro ano primário; e o exame de admissão João Ribeiro e R. Gabaglia.

Para o ensino Ginásial no ano de 1936, para o primeiro, segundo e terceiro ano colegial foi indicado o livro de Cecil Tiré ‘Matemática’ (Figura 19), cujo autor era catedrático no Colégio Pedro II. Já em 1940 para o mesmo curso ginásial o livro ‘Matemática’, de Jácomo Stávele, encontramos a indicação para todas as séries do curso ginásial com cinco anos de duração. O livro ‘Matemática’ será analisado com maior profundidade no item: Referenciais, ainda neste capítulo de análise.

No Relatório de Inspeção (1940) encontramos a relação de livros para o curso primário, sendo que o primeiro, segundo e terceiro ano não têm livro específico para o ensino da Matemática; já no quarto e no curso de admissão, aparece João Ribeiro e R. Gabaglia como referência para o ensino de Matemática (figura 14). Ainda, na sequência, uma lista de materiais didáticos de 1936 para serem usados nos primeiros anos escolares no anexo 06.

**Figura 18: Relação de Livros curso primário para o ano letivo de 1940**

Curso Primário	
1º ANO	
Meu livro.....	Teodoro de Moraes
2º ANO	
Meu livro (2º).....	Teodoro de Moraes
Minha Pátria.....	J.Pinto e Silva
3º ANO	
Nosso Brasil.....	Hildebrando de Lima
Minha Pátria.....	J.Pinto e Silva
Lições de Cousas.....	Cora de Alvarenga

Fonte: Secretaria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Na relação de materiais, nosso olhar deteve-se apenas nas questões relativas ao ensino da matemática. Destaca-se já no primeiro ano do ensino elementar, o uso de um caderno quadriculado para aritmética, caderno de desenho e um caderno de exercícios para casa, reforçando a posição de Chervel (1990), de que sem o exercício e seu controle, é impossível a fixação de uma disciplina. Por isso, as finalidades do ambiente escolar trazem uma rotina, um adestramento e controle das alunas na aprendizagem e do controle do tempo, para que não permanecessem ociosas no período vespertino.

Outro ponto que destacamos no documento anexo 07, é que no segundo ano, já é pedido o uso da tabuada, além do caderno de aritmética, desenho e uma de sabatina mensal<sup>46</sup>. No terceiro, o que nos chama a atenção é que o Colégio pede para os pais, dois cadernos para aritmética, o que nos leva a entender um certo aumento de exercícios para o ensino da Matemática.

E por último, no quarto ano primário, a separação, de um caderno específica, para resolução de problemas e outro para exercícios, que acreditamos serem para atividades de aritmética, envolvendo as quatro operações.

Procuramos nos arquivos, porém não encontramos documentos que fizessem referência aos materiais de uso pessoal das alunas do ensino colegial, mas apenas a relação de livros a serem utilizados, onde destacamos o olhar para o ensino da Matemática de Cecil Thiré, analisados no próximo item.

### 3.4 Referenciais

Para trabalhar esse elemento, referenciais iremos descrever o cenário político e econômico do Brasil e sua influência partindo do governo de Getúlio Vargas (1930) até o governo de Garrastazu Médici (1970), na tentativa em entender como estes movimentos influenciaram no ensino da Matemática na região Sul do Mato Grosso Uno onde esta pesquisa está alicerçada. No segundo momento, analisar as principais leis que nortearam o ensino no Brasil, que são a de Francisco Campos Decreto-Lei n.º 19.890, de 18 de abril de 1931 e o Decreto-Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971, articulado com o livro adotado no ensino de Matemática no referido colégio ‘Matemática’ de Cecil Thiré e o Regimento interno. Elementos que tomamos como referenciais para compor este item de análise.

Desta maneira, tomamos como ponto de análise o conteúdo tratado no livro de Cecil Thiré, na caracterização da vulgata. Mas o que caracteriza uma vulgata? Para explicar esta categoria, tomamos como definição o conceito de CHERVEL (1990), já apontado no Capítulo 2. Para o autor, a vulgata de uma disciplina escolar é proposta e organizada de forma distinta,

---

<sup>46</sup> Revisão panorâmica dos conteúdos estudados, geralmente era feito uma vez por semana, geralmente no sábado, mas no caso do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, observamos alguns documentos que conjecturamos que esta prática era mensal, pois se atribuía o termo “sabatina mensal”.

constituída por meio de uma prática lógica em um dado período; geralmente são apontadas em livros didáticos.

Assim, partindo de Chervel (1990), compreendemos que este padrão de referência norteia a produção didática no interior escolar, produzindo uma uniformidade do método de ensino, tanto nos conceitos, na forma da escrita, nos exemplos, e principalmente nos exercícios. Para o autor, os exercícios são “quase indispensáveis”, uma forma de controle do que é aprendido, “[...] sem o exercício e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina. O sucesso de uma disciplina depende fundamentalmente da qualidade dos exercícios aos quais se prestar.” (CHERVEL, 1990, p. 204). Sendo assim, o centro de uma disciplina, para o autor se faz pelo conteúdo trabalhado e pela quantidade de exercícios propostos no ambiente escolar. O que era comum na delimitação temporal pelo qual esta pesquisa está inserida os princípios da Escola Nova, como veremos no item 3.3 dessa análise, sendo que, este princípio era uma filosofia que valoriza a observação, e a manipulação de objetos.

### **O movimento educacional na Era Vargas - Escola Nova**

Como vimos anteriormente, o Brasil sofreu um bombardeio tecnológico advindo de influências externa, trazendo uma gama de elementos que proporcionou a modernização e o crescimento econômico no país, vimos também no Capítulo I, o inchaço da região Sudeste em virtude deste movimento.

Um dos elementos modernizadores no Mundo foram os avanços no campo da medicina, atribuindo estudos que aumentaria a expectativa de vida da população, porém o clima de catástrofes, ocasionado pelas guerras contradiz este discurso como é pontuado por Irene da Silva Fonseca dos Santos em seu artigo publicado na revista HISTEDBR On-line (2006). A autora ainda afirma que:

O final do século XIX e o início do século XX constituem um período marcado por inovações tecnológicas várias, com avanços da Medicina e de outras ciências. Prometia-se vida mais longa para um maior número de pessoas. Mas os avanços da indústria de guerra chocavam o mundo, perplexo diante de marchas e contramarchas: ora era a ciência para a vida, ora para a morte (SANTOS, 2006, p. 132).

Um cenário de contradição no campo educacional, uma analogia semelhante, de um lado a lei Imperial<sup>47</sup> a gratuidade da educação para todos, e a outra a realidade, Estados falidos e crescente número de analfabetos; inchaço em regiões estratégicas do Brasil, na ilusão de lugares com condição de trabalho, emprego e renda, e sem sombra de dúvida, maior acesso ao ensino público, laico e de qualidade.

Nesse cenário, educadores, propõem mudanças que beneficiam o maior número de pessoas ao ambiente escolar, assim o Movimento da Escola Nova, surge com este discurso. A autora pontua, que o movimento se alavanca a partir de “Educadores também procuraram introduzir ideias e técnicas que tornassem o processo educativo mais eficiente e mais realizador para o ser humano.” (SANTOS, 2006, p. 132).

Assim, a proposta do movimento da Escola Nova, tem um novo olhar para o mundo das ideias, do comportamento do indivíduo em meio à sociedade, que busca cobrir a imensa lacuna entre os avanços tecnológicos e o avanço das ciências. A autora ainda destaca

[...] a Escola Nova, pois pretendeu promover a pedagogia da existência, superação da pedagogia da essência. Tratava-se de não mais submeter o homem a valores e dogmas tradicionais e eternos, não mais educá-lo para a realização de sua “essência verdadeira”. A pedagogia da existência se voltaria para o indivíduo: único, diferenciado, interagindo com um mundo dinâmico (SANTOS, 2006, p. 133, grifo do autor).

Desta forma, a ideologia do movimento, se importa com a formação do indivíduo, principalmente quando se trata da criança, conceito novo para o século XX, como aponta Maia (2012), em sua dissertação de Mestrado:

[...] já no século XIX, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura, e, no século XX, com a influência de psicólogos e de educadores, elas passam a ser vistas como seres de direitos e em fase de desenvolvimento. Afirma, então, que a transformação pela qual a criança e família passam ocupa um lugar central na dinâmica social (MAIA, 2012, p. 17).

Portanto, considerar a criança como “adulto em miniatura”, é um dos objetivos excluídos do movimento da Escola Nova, cujo fundamento foi herdado pelo escolanovismo americano de John Dewey, que tinha em sua ideologia, propor que por meio da educação seria

---

<sup>47</sup> Carta de Lei de 25 de Março de 1824, art. 179 § XXXII. “A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadão”.

possível construir uma sociedade humana e democrática; seu discurso filosófico no contexto educacional trata o ensino das ciências com o método experimental.

Dentro dessa vertente filosófica, os conteúdos eram articulados no ambiente escolar de forma intuitiva, trabalhando no aluno, a observação e a manipulação de objetos que podem contribuir para que este indivíduo construa seu próprio saber, tirando a concepção de que o professor transmite o conhecimento para o aluno para que ele memorize. Vidal (2003, p. 509), afirma que: “O conhecimento, em lugar de ser transmitido pelo professor para memorização, emergia da relação concreta estabelecida entre os alunos e esses objetos ou fatos, devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais”.

Assim, este ideário se desenvolveu na Era Vargas, em meio de turbulentas mudanças, pois na época acelerava o processo de urbanização do país, no âmbito econômico, a crescente implantação de indústrias com incentivos fiscais e os conflitos de ordem política, marcam o início do Governo, como aponta Santos (2006). A autora ainda pontua que no cenário econômico, “[...] o capital passa a ditar as regras a uma sociedade que deveria ser ativamente produtora e, conseqüentemente, consumidoras.” (SANTOS, 2006, p. 136).

Com isto, o movimento da Escola Nova, apontava um discurso que vinha ao encontro do novo panorama social, político e econômico, pelo qual o país perpassava no momento, com muitas frentes de trabalho, e novas perceptivas no contexto educacional. Desta forma, a Escola Nova assumiria características de inovação, contrapondo elementos que vinculava o crescimento intelectual apenas as classes elitizadas. Agora, era importante para o país se dispor de mão de obra especializada que pudesse gerar benefícios que fundamentava o crescimento econômico.

### **Escola Nova**

A Escola Nova, e seus autores, propunha uma educação, baseada na experimentação, sendo o aluno o sujeito atuante na construção do saber, tirando a figura do professor como autoridade régia do conhecimento. A criança é vista como um sujeito capaz de construir no seu tempo o conhecimento, proposto pelo novo papel que o professorado assume, como sendo um indivíduo facilitador do ensino e aprendizagem. (SANTOS, 2006). A autora ainda pontua que o ensino deve ser provocado pelo professor, da seguinte forma:

As noções não podem ser dadas, pois a abstração é um processo a ser atingido pelo próprio aluno a partir de sua experiência. Metodologicamente, a iniciativa e a espontaneidade são valorizadas, e se fomenta o respeito pelo ritmo de cada aluno nas suas atividades. Em programas e horários maleáveis, são estimuladas as pesquisas e experiência (SANTOS, 2006, p. 138).

Desta maneira, o ensino, passa a ser experimental, com base na observação e estimulado pelo professor, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada criança. O sistema docimológico obedeceria esta nova forma ideológica, validando a conquista do sujeito e as habilidades adquiridas no intento da aula.

Assim, a partir de agora tendo em vista o movimento da Escola Nova e seu impacto na confecção de livros didáticos em particular o de Cecil Thiré, levando em conta o decreto Lei 19 890/31, buscamos as possíveis aproximações e distanciamentos, tendo em vista que o livro fez parte do repertório pedagógico no ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Sendo assim iremos analisar os ‘corpus’ das três principais leis na qual consideramos: Lei 19.890/31 por ser a primeira lei que regulamenta o ensino secundário; a Lei 4244/42, onde há distinção do ensino Ginásial e Colegial e também a regulamentação das aulas do ensino secundário feminino; e pôr fim a LDB 5692/71 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Assim iremos analisar as supracitadas leis e suas particularidades no contexto do ensino da Matemática Escolar.

### **3.4.1 Movimento de análise - As unidades norteadoras das ações escolares**

Para que serve as Leis e as normatizações? Em suma o que entendemos ser unidades regulatórias que normatizam as ações de um determinado seguimento, no nosso caso, portanto, iremos analisar leis federais que regulamentam o Ensino do Brasil elegemos três leis que caracterizamos ser importante para nossa pesquisa dentro do recorte temporal que vai 1930 a 1970, no contexto educacional. A primeira delas a Lei 19 890 de 18 de abril de 1931 sob o comando do então Ministro Francisco Campos; a segunda a Lei 4244 de 9 de abril de 1942 idealizado pelo Ministro Gustavo Capanema; e pôr fim a LDB 5692 de 11 de agosto de 1971 cujo ministro era Jarbas Passarinho. Na sequência iremos caracterizar cada uma delas e seus possíveis impactos no contexto da matemática escolar em um colégio feminino.

Porém mediante as pesquisas verificamos que as leis vigentes, influenciaram a produção literária no campo da Matemática Escolar, marcando alguns momentos de inflexão, a nas apresentações dos conteúdos e nas metodologias do ensino. Assim na proposta que se segue, articulamos na Lei 19 890/31 o Livro de Cecil Thiré e Mello e Souza, como movimento de compreender como era disposto o ensino da Matemática, a partir da fusão dos três eixos: Aritmética, Álgebra e Geometria em uma única Matemática, como haviam pontuado anteriormente.

### **Lei Francisco Campos - 19 890 de 18 de abril de 1931.**

A frequência obrigatória para os alunos deixa uma ruptura na Cultura Escolar estruturada exames parcelados, Conforme Dallabrida (2009), o ensino secundário não se exigia a frequência dos alunos nas Instituições escolares, segundo o autor, para ter acesso aos cursos superiores, bastava o estudante realizar um único exame em cada componente curricular, sem haver a necessidade de um curso preparatório para o ingresso ao nível superior,

Diante disso eram comuns as famílias com maior poder aquisitivo, contratar professores ou preceptores para preparar seus filhos para fazer esses exames parcelados em instituições escolares à escolha dos familiares; conseqüentemente o ensino fundamental e superior ficaria a alcance de uma pequena parte da população brasileira.

Foram nesse intuito que Francisco Campos articula suas ações, baseados nos fundamentos da Escola Nova, em benefício de um crescimento intelectual da nação como sendo um instrumento estratégico para a produção de mão de obra qualificada com isso o governo movimenta a modernização e ampliação do ensino como sendo um movimento tático na escolarização a todas as classes da população brasileira, visto que se fazia necessário, pois havia um forte movimento de urbanização e industrialização no país promovido pelo governo Getúlio Vargas. Moraes (2000) pontua:

A reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, a importância da 'criação' de cidadãos e de reprodução/modernização das 'elites', acrescidas da consciência cada vez mais explícita acerca da função da educação no trato da questão 'social': a educação rural, para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico profissional do trabalhador, visando solucionar o problema das agitações urbanas (MORAES, 2000, p.132).

Logo o escolanovismo<sup>48</sup> se desenvolveu como sendo um movimento estratégico do governo na produção de mão de obra qualificada, partindo da alusão de um novo Brasil, moderno, com a implantação de indústria que ofereceria uma nova roupagem cultural ao país; um Brasil com mais oportunidades de emprego e renda, o que antes ocorria apenas nas zonas rurais.

Com essa forma de pensar, o governo tem suas ações voltadas à educação em massa, semeando na população uma esperança que por meio da educação e esforço do sujeito seriam componentes necessários para que o mesmo tenha um “futuro promissor” outra tática do governo, na manipulação da população mais carente em submeter às autoridades as novas políticas públicas, e ao mesmo tempo no cumprimento e lealdade a pátria sem causar nenhum movimento contraditório às ações do governo, Nicareta (2009) ainda diz:

Com essas medidas adotadas constatamos uma tomada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais necessárias à sociedade brasileira. O objetivo dessa política educacional tinha uma intencionalidade clara, “*transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas*” (FREITAG, 1984., p. 52). Era necessário formar o trabalhador para as indústrias que exigiam maior qualificação e diversificação da força de trabalho. (NICARETA, 2009, p.213, grifo da autora).

Assim a tática governamental era disseminar o maior número possível de escolas, mas para isso, haveria a necessidade em criar um novo modelo educacional brasileiro com o intuito de formar trabalhadores para as indústrias. Foi neste movimento que o governo estabelece estratégica e a tática; Estratégica na implantação do escolanovismo e tático na normatização do ensino onde há uma nova concepção no ensinar, deixando paulatinamente o conceito que somente os homens tinham o direito a escolarização e o acesso cultural. Pois era necessária também a participação da mulher e a elas estavam destinadas o magistério em prol de bens comuns. Almeida (1998) pontua:

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina revelada já nesse período, possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. (ALMEIDA, 1998, p.28)

---

<sup>48</sup> Movimento ligado às concepções de Jonh Dewey idealizador norte-americano da Escola Nova, que acreditava que a educação era o único caminho para a construção de uma sociedade democrática.

Com isso, pouco a pouco as meninas iam saindo de suas casas, em busca de uma nova esperança de ingressar no mercado de trabalho por meio de instrução; Em escolas próprias elas, eram mantidas no rigor da vigilância por parte dos pais e sendo cobrada pela sociedade, a mesma concepção de suas antepassadas: a de uma mulher zelosa com os princípios da família e cristãos, sendo ela o alicerce da criação dos filhos de uma nação em expansão agora mais urbanizada e industrial.

Dessa maneira, o crescimento econômico com a expansão escolar reabre na figura da mulher a capacidade do ensino; Assim, a Lei Francisco Campos normatiza em seus discursos a estruturação do ensino secundário e superior, propondo a feminização do magistério e trazendo nas entrelinhas a proposta de uma nova Cultura Escolar que estaria nas mãos femininas, onde elas deveriam ter a capacidade de cuidar, amparar, amar e educar não perdendo o foco no amor à pátria e a lealdade a ela. Assim Saviani (2014) pontua:

Essa crença teve seu prolongamento nas décadas seguintes à proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, colocou nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. (SAVIANI. 2014.p.57).

Dessa maneira inocente, as mulheres começam ter uma nova concepção de mundo, agora não mais apenas a de uma moça prendada e cheia de beleza e doçura, caberia agora a ela uma dura jornada de estudos, que incluiriam as mesmas oportunizadas para o ensino dos meninos, porém na mesma instituição elas também teriam aulas de economia doméstica, música, trabalhos manuais que incluiriam: corte, costura bordados, além de culinária, etiqueta e outras, uma forma estratégia do governo em manter as meninas domesticadas nas suas funções maternas. A tática das autoridades foi fazer uma parceria com a igreja católica no promover essa educação vigiada, em manter a ordem do país sem prejuízo a moral e o bom costume, sendo a família o centro de uma nação equilibrada e culta,

Sob esse interesse o Governo Getúlio Vargas cria uma nova pasta no Ministério Público na intenção em articular ações de controle do crescimento econômico, político e industrial da nação.

Com estes objetivos, no Ministério de Educação e Saúde, toma posse o seu primeiro Ministro Francisco Luís da Silva Campos, que tem como meta estruturar o Ensino secundário e superior no Brasil. Assim suas ações trouxeram para o país um marco na organização de um

currículo educacional único de cunho nacional, movimentando uma normatização de uma nova Cultura Escolar em todo território nacional, entre suas ações destacamos:

1. Aumento de número de anos no curso secundário;
2. Divisão em dois ciclos; fundamental e o complementar;
3. Seriação do currículo;
4. Frequência obrigatória para os alunos;
5. Regulamentação do sistema docimológico para os alunos;
6. Reestruturação do sistema federal de inspeção escolar, entre outras.

Como nosso foco é voltado à educação feminina no que se diz respeito ao ensino da matemática escolar, assim no (quadro 2), iremos mostrar o movimento das disciplinas e as seriações propostas pela lei vigente, e posteriormente suas implicações na adequação de um currículo feminino no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no período em que entra em vigor a lei 19 890/31.

A finalidade da Lei 19 890/31 era formar o cidadão para enfrentar os novos rumos de crescimento do país, Conforme Julia (2001), essa nova concepção de ensino no contexto Histórico Cultural estabelece um conjunto de normas que busca modernizar o ensino no Brasil e caracterizam o que ensinar e como ensinar, normatizados por meio da do Decreto Lei as finalidades previstas na urbanização social, crescimento econômico.

Para tanto as normatizações dessa Cultura Escolar tinha que se adequar a educação das moças nessa vertente verificamos que no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora – CNSA além das aulas previstas na lei vigente as alunas ainda tinham aulas de música piano, violino culinária, corte e costura, bordados, pintura, dobraduras para fazer flores e artesanatos, nessa época os trabalhos manuais eram expostos em feiras (ver figura 17 p.72), como sendo uma forma de demonstrar os ensinamentos propostos pelas irmãs salesianas reforçando o adestramento doméstico das futuras mães de família.

Quanto ao ensino da Matemática escolar nesse período, era disposto na junção dos três ramos existentes no currículo do ensino da Matemática: Aritmética Álgebra e Geometria, proposta firmada pela Lei Francisco Campos e regulamentada, Valente (2011) pontua:

Uma das principais ações do novo ministério tratou da elaboração de um currículo nacional de ensino. Roxo<sup>49</sup>, praticamente sozinho, como demonstra vários estudos, elaborou uma proposta de fusão das disciplinas Aritmética, Álgebra e Geometria, com vista á constituição de uma única disciplina denominada Matemática. (VALENTE. 2011.p.648).

Assim, a disposição dos conteúdos e as seriações implicava em uma nova Cultura Escolar baseada na seriação e na obrigatoriedade da presença dos alunos em sala de aula, como vimos anteriormente.

---

<sup>49</sup> Segundo Carvalho (2014), Euclides Roxo, elaborou uma proposta de constituição da Educação Matemática no Brasil tendo em vista a formação profissional do indivíduo.

TABELA 2 – Lei Francisco Campos 19 890/31

Governo	Decreto Lei	Cursos	Objetivo	CURRÍCULO DE ACORDO COM A LEI	CNSA
Getúlio Vargas (1930- 1945)	Lei 19.890 de 18 de Abril de 1931 – Ministro Francisco Campos	Primário Quatro anos de duração.	Formação básica	Português, Aritmética, Geografia, História Pátria, Religião, Noção de ‘Cousas’, Ciências e Higiene, Civilidade, Instrução Moral e Cívica, Desenho; Caligrafia, Educação Física e Trabalhos Manuais.	Aulas de música, culinária.
		Fundamental Cinco anos de duração.	“Formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”	1ª série: Português - Francês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico). 2ª série: Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico). 3ª série: Português - Francês - Inglês - História da música, civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho - Música (canto orfeônico). 4ª série: Português - Francês - Inglês - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História Natural - Desenho. 5ª série: Português - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho.	Aulas de piano e violino, culinária, corte costura e bordados e pintura.
		Complementar Dois anos de duração.	Obrigatório para os candidatos à matrícula no ensino superior,	Alemão ou Inglês. Latim, Literatura, Geografia, Geofísica, Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História natural, Biologia geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia e Desenho.	

No CNSA, encontramos indicativos da passagem de dois livros didáticos que comungava da Lei Francisco Campos, pontuado por Valente (2004), entre as obras citadas pelo autor, encontraram o livro de Cecil Thiré e Mello e Souza, Jacomo Stávale, O autor pontua a respeito das obras o seguinte:

Em 30 de junho de 1931, nos termos do Decreto 19.890 de 18 de abril do mesmo ano, ficaram estabelecidos os conteúdos e a metodologia que deveriam parametrizar o ensino da nova disciplina criada com a fusão da Aritmética, da Álgebra e da Geometria. Dentre os livros didáticos de Matemática, considerados verdadeiros best-sellers, pela quantidade de exemplares que venderam, estão às obras de Cecil Thiré e Mello e Souza, Jacomo Stávale, Algacyr Maeder, Agrícola Bethlem, para citar alguns dos mais importantes. Todos eles publicaram livros com a entrada em vigor da Reforma (VALENTE. 2004.p.4).

Com isso escolhemos o Livro de Cecil Thiré e Mello e Souza, como um campo de análise histórica na busca de compreender como era a Matemática ensinada no Colégio Salesiano feminino, buscando estabelecer distanciamentos e aproximações que alocam a lei Francisco Campos, conjuntamente com as normativas da instituição de ensino religioso voltada para moças de fino trato.

#### **Livro: ‘Matemática’ - Cecil Thiré e Mello e Souza**

O Livro ‘Matemática’ foi escrito pelo professor Cecil Thiré, nascido em Novo Lima, em Minas Gerais no dia 03 de maio de 1892. Seus pais eram de origem francesa, sendo que seu pai, Arthur Thiré era engenheiro e professor do conceituado Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro, que perpetuou por um longo período como sendo um Colégio de referência no ensino para todo o Brasil. Cecil seguiu os passos do pai e foi professor catedrático de Matemática no Colégio Dom Pedro II, começando seu ofício como professor substituto e depois como professor titular, Conforme o (quadro 3).

**Quadro 2- Professores Catedráticos 1838– 1950 (BRASIL, 1954)**

<b>Professores catedráticos</b>	<b>Ano da nomeação</b>
Lino Antônio Rabello	1839
José Ventura Boscóli	1858
Luiz Pedro Drago	1871
Antonio Carlos de Oliveira Guimarães	1875
Joaquim Gonçalves Guillon	1879
Eugênio de Barros Raja Gabaglia	1890
Agostinho Luiz da Gama	1890
Thimóteo Pereira	1894
Joaquim Ignácio de Almeida Lisboa	1902
Henrique César de Oliveira Costa	1907
Arthur Thiré	1910
Euclides de Medeiros Guimarães Roxo	1919
Cecil Thiré	1924
Haroldo Lisboa da Cunha	1935
<b>Professores substitutos</b>	<b>Ano da nomeação</b>
Samuel Castrioto de Souza Coitinho	1879
Alfredo do Rego Soares	1915
Cecil Thiré	1915

Fonte: (SOARES.2014.p.11)

O professor Cecil, formou-se no Instituto Mackenzie em São Paulo, e juntamente com Mello e Sousa e Euclides Roxo, publicaram várias obras que visavam o ensino de Matemática no Brasil, especialmente no Colégio Dom Pedro II que, como pontuamos, era referência no ensino no Brasil no final do século XIX e meados do século XX. Suas obras tiveram grande aceitação durante décadas, principalmente após a Reforma Francisco Campos, com vigência em todo o território nacional Valente (2004).

A Reforma Francisco Campos (1931), como vimos, foi à primeira reforma brasileira de caráter nacional, cujo teor da lei, é a regulamentação do ensino secundário dividindo-o em dois ciclos; o primeiro com a duração de cinco anos eram de nível fundamental, como se fosse do sexto ao nono ano nos dias atuais, curso este que era continuidade do ensino primário equivalente a primeira a quarta série; e o segundo, complementar com duração de dois anos; os objetivos destes ciclos era preparar o aluno para a entrada no ensino superior. Assim,

[...] a Reforma Francisco Campos teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. [...] um curso secundário que procurou dar, em seu ciclo fundamental, formação básica geral, e, em seu ciclo complementar, buscou estruturar-se como curso propedêutico (ROMANELLI, 2010, p. 136 - 138).

Esta reforma de cunho nacional trouxe a fusão das disciplinas de Aritmética, Álgebra e Geometria para uma única Matemática, projeto idealizado por Euclides Roxo 50 . Proporcionando uma reforma no ensino secundário em dois ciclos; um fundamental, com a duração de cinco anos e o outro complementar com duração de dois anos.

Assim, iremos ver no próximo tópico dentro desta estrutura apontada por Romanelli (2010) como foram abordados os conteúdos no Livro de Cecil Thiré e Mello e Souza.

### **Movimento Didático do Livro de Cecil Thiré e Mello e Souza**

O Livro ‘Matemática’<sup>51</sup>, de Cecil Thiré e Mello e Souza, foi um livro destinado para o uso de professores, cuja proposta dos autores apontam estarem dentro das normatizações vigentes da época, Valente (2004). O livro na qual iremos abordar, é da quinta edição de 1934, impresso pela Livraria Francisco Alves, contendo 385 páginas dispostas em conceitos teóricos e práticos dos conteúdos

---

50 Professor de Matemática e Espanhol no Colégio Pedro II, foi diretor do externato do referido colégio e Ministro da Educação e Saúde.

51 Livro disponível no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161623>.

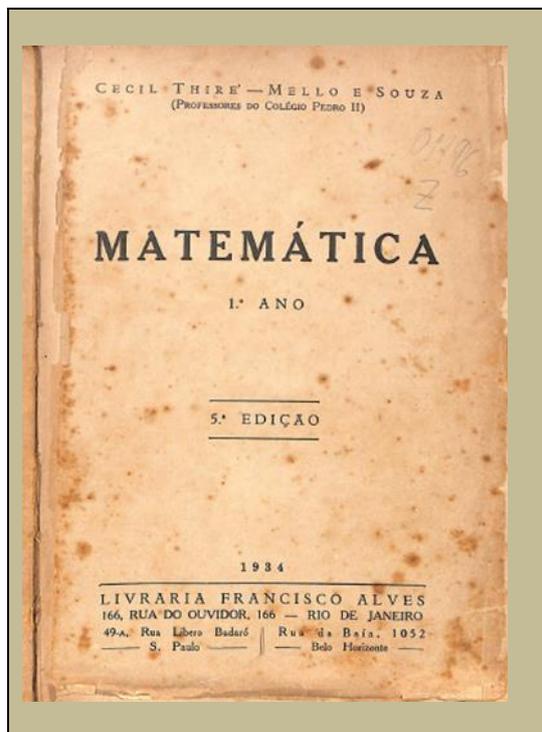
matemáticos, bem como trazendo de forma articulada com os conteúdos, pequenos textos relativos à História da Matemática.

Os conteúdos matemáticos estão dispostos em aritmética, álgebra e noções geométricas em uma única Matemática como foi proposto por Euclides Roxo. Assim, os conteúdos da obra de Thiré (1934) são organizados da seguinte maneira: Sistema de Numeração; Adição; Subtração; Multiplicação; Divisão; Potencia; Múltiplo e Divisor; Propriedade do Resto; Máximo Divisor Comum; Frações Ordinárias e Decimais; Forma Geométrica; Números Complexos; Sistema Métrico decimal; Sistema Inglês de Peso e Medidas; Determinação de Área; Números relativos e qualificados; expressão algébrica; Termo de Semelhantes; Equações do primeiro grau; Eixo das Coordenadas; Multiplicação Algébrica; Raiz Quadrada.

O que iremos propor para análise desta Dissertação é a organização didática para o ensino de Adição, abordado no Capítulo II compreendido entre as páginas 29 a 35 do Livro ‘Matemática’ de Cecil Thiré Mello e Souza de 1934.

#### **Estrutura editorial do Livro:**

**Figura 19 - Capa da 5.<sup>a</sup> edição Livro “MATEMÁTICA”, DE Cecil Thiré de Mello e Souza**



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Observamos ao analisar a capa da obra, que os autores deixam dados de suas formações e onde atua profissionalmente, no que se refere no livro, o Colégio Pedro II, além dos dados editoriais de onde a obra foi impressa. O que compreendemos ser uma forma estratégica de pontuar aos leitores a credibilidade de seus autores frente aos novos rumos da educação no Brasil. Sabendo que o Colégio Pedro II, era referência para os demais colégios os métodos e as instruções de ensino deveriam ser equivalentes a Pedro II; “Os programas de ensino destes cursos, organizados e expedidos nos termos do art. 10, serão idênticos aos do Colégio Pedro II”. (BRASIL. 1931.p.1) ainda:

Art. 10. Os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino serão expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo ministro e à qual serão submetidas as propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II. (BRASIL.1931)

Ou seja, os catedráticos dessa Instituição de Ensino detinham grande relevância por parte do Ministério Público, pois seus professores eram renomados e escolhidos pela titulação, e os programas de ensino e as propostas didáticas deveriam ser equivalente ao Colégio Pedro II como ainda pontua a referida Lei 19 890/31 que diz:

Art. 14 corpo docente do Colégio Pedro II será constituído por professores catedráticos e auxiliares de ensino. Art. 15 Os professores catedráticos do Colégio Pedro II serão nomeados por decreto do Governo Federal, e escolhidos entre diplomados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras mediante concurso de provas e títulos (BRASIL.1931).

Portanto fazer menção da titulação dos autores e pontuar onde eles lecionavam, não era uma simples informação singular, era um movimento estratégico da editora em repassar a credibilidade de seus autores e garantindo o maior número de aceitação e consequentemente de vendas.

Outro ponto em destaque é a homenagem dos Mestres Arthur Thiré, como vimos pai de Cecil Thiré, professor catedrático no Colégio Pedro II e de Eugênio B. Raja Gabaglia<sup>52</sup>, também professor da Instituição. Ao Dr, Arthur Thiré no Livro Memórias do Colégio de Pedro Segundo 1837 – 1937 de Escragnolle Dória pontua a importância do Catedrático:

---

<sup>52</sup> Segundo Valente (1999), Eugenio de Barros Raja Gabaglia, foi um Engenheiro Civil. Geógrafo, Bacharel em Ciências, Matemática, Física e Ciências Naturais; foi também professor e posteriormente diretor do Colégio Pedro II, autor do primeiro Livro de História da Matemática publicado em 1889.

Dr. Thiré convidado por D. Pedro II, constante selecionador de competências, para secundar o professor Gorceix na organização e início da escola de Minas de Ouro Preto. Aí lente de várias cadeiras e diretor interino da Escola até 1885, Dr. Thiré dirigiu a mineração de ouro em Sabará, para mais tarde ocupar cargos de administração nos Estados de Minas e do Rio de Janeiro para afinal, a 14 de abril de 1910, ser professor efetivo de Matemática no Internato do Pedro Segundo, então Colégio Bernardo de Vasconcellos. Não se limitou o Dr. Thiré a ensinar, a literatura didática ficou-lhe devendo compêndios úteis e despreziosos, no molde do caráter e da vida de Arthur Thiré. (DÓRIA. 1997. p. 191)

Nesse contexto compreendemos a importância dos autores da obra didática ‘Matemática’, em fazer ênfase aos magistrados, pois ambos tinham grande reputação e respeito, principalmente entre seus pares, Dória (1997.p.194) ainda pontua sobre o professor Raja Gabaglia “[...] Do seu amor ao Colégio, ficou indestrutível prova na criação do Anuário da instituição [...]”. Então, seria natural dar ênfase por parte dos autores Cecil Thiré e Mello e Souza a fazer à devida homenagem as catedráticas.

No que diz respeito à Matemática, após sua caracterização como nova Disciplina Escolar a partir de 1929, Valente (2004), toda a estrutura metodológica foi modificada produzindo uma nova forma de apresentação do livro didático com conteúdo de Matemática. Proposta está, como vimos, surgiu de Euclides Roxo, que por meio da elaboração de livro didático “Curso de Matemática Elementar” formalizou o nascimento da nova Disciplina Escolar, a chamada ‘Matemática’, dessa maneira, os eixos de Aritmética, Álgebra e Geometria para os cursos ginasiais não são apresentados como componentes isolados e independentes conforme pontua o autor.

O que destacamos nesse período ser um momento de inflexão trazendo a caracterização de uma nova Vulgata, o que permanece até os meados de 1960 com o surgimento de uma nova Matemática, a Matemática Moderna, Valente (2004) afirma:

Com a reforma nacional do ensino, em 1931, a publicação de vários cursos de matemática irá atestar como se desenvolveu a disciplina a partir da proposta inicial, como ela se transformou e estabilizou, até a chegada de uma nova revolução no ensino desse saber com o Movimento da Matemática Moderna. (VALENTE. 2004.p.4)

A proposta inicial do Livro Matemática Elementar, escrito por Roxo, acreditamos que este produto norteou a produção dos autores Cecil Thiré e Mello e Souza, pois os

mesmos aderem no prefácio da primeira edição do referido livro, uma proposta de uma Matemática nova, moderna assim como foi produzida por Roxo. Assim os autores faziam crítica aos professores que faziam do ensino da Matemática um elemento cansativo, rígido e complicado, os autores ainda pontuam:

Os professores de Matemática, com raras exceções, têm a preocupação de complicar e dificultar o ensino dessa matéria. Em vez de problemas práticos, interessantes e simples, exigem sistematicamente de seus alunos a decifração de questões complicadíssimas, verdadeiras charadas, cujo sentido estudante não chega a penetrar. (THIRÉ; SOUZA, 1934: p. XI).

Movimento tático dos autores em seduzir os leitores com a proposta que sua obra traria elementos metodológicos e didáticos capazes de atrair o aluno a ter uma nova forma de olhar a disciplina de matemática, garantindo o sucesso de vendas como pontua (Valente. 2004.p.4), “considerados verdadeiros best-sellers, pela quantidade de exemplares que venderam”.

Ainda o prefácio pontua sobre as questões metodológicas anteriormente prescritas nos livros didáticos para o ensino da matemática, que traziam vários processos de resolver uma situação problema, dando grande ênfase as demonstrações. Outra crítica dos autores as obras anteriores é a da metodologia de apresentação dos conteúdos, os autores apontam da seguinte maneira:

A nosso ver cabe também não pequena censura aos professores, que não sabendo distinguir o ensino primário do ensino secundário, procuram aplicar ao curso ginásial um sistema de ensino infantil, irrisório e inadequado ao desenvolvimento mental dos alunos. E' o caso, por exemplo de um professor que procura ensinar aos alunos do primeiro 'ano secundário uma certa noção, como se estivesse diante de uma classe da escola primária. Esse professor aparecerá sem querer, ridículo aos olhos de seus discípulos, esses julgarão haver sofrido um lamentável retrocesso de seus estudos (THIRÉ; SOUZA, 1934: p. XII).

Assim a nova proposta de ensino da Matemática como disciplina vai se moldando a partir das primeiras letras de seu prefácio, e tomando corpo das ideias da reforma Francisco Campos; o termo Matemática como sendo produção de uma nova forma de transmitir os conteúdos programáticos, assim conforme os autores, os conteúdos eram dispostos de uma maneira mais prazerosa sem repeti-los, trazendo uma nova orientação metodológica no ensinar a matemática, fazendo uso das apropriações contidas nos programas oficiais do governo, nesse caso a da Reforma Francisco Campos, os autores pontuam:

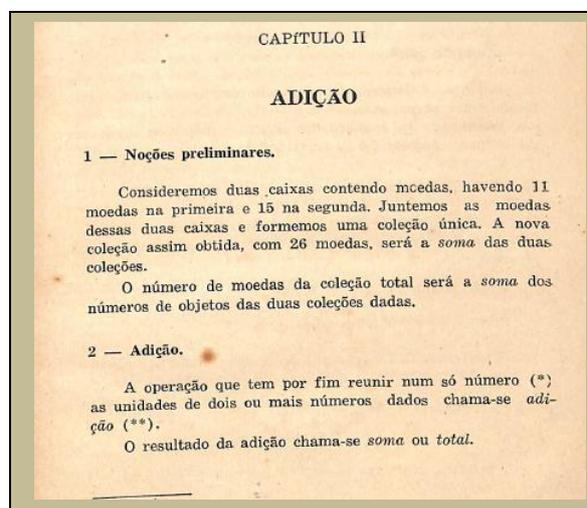
Sem fugir ao programa oficial, que seguimos paripassu, procuramos abordar as diferentes partes da Aritmética. Álgebra e Geometria, em conjunto, com simplicidade e máxima clareza, sem a confusão de assuntos. Fizemos acompanhar cada capítulo de um pequeno trecho de leitura capaz de despertar no jovem estudante o interesse pelos diversos fatos da História da Matemática e pela vida dos grandes sábios que colaboraram na progressão dessa ciência. (THIRÉ; SOUZA, 1934: p. XIII).

O que compreendemos então a apropriação do método de ensino produzido a partir da reforma Francisco Campos por meio de Euclides Roxo, onde se estabelecem que os conteúdos devam ser dispostos de acordo com a maturidade dos alunos, tendo como ponto de partida a intuição, para que posteriormente, de forma paulatina, os conteúdos matemáticos incorporassem elementos mais formais e dedutivos como veremos a seguir para o ensino de Adição proposto no Livro ‘Matemática’ de Cecil Thiré e Mello e Souza p.27:

A forma intuitiva proposta na (Figura 20), e uma parte substancialmente da manipulação de elementos pertinentes ao cotidiano do aluno, que nesse caso, são as moedas; o conceito de juntar apropria-se o conceito de adição, onde na sequência os autores abordam formalizando o conceito de Adição, como sendo a ação de reunir em uma só unidade numérica. Apontando também os elementos operacionais da Adição, distinguindo a parcela da soma.

O livro, parte do princípio que as operações aritméticas permeiam o cotidiano do aluno, assim conforme a proposta inicial de seus autores, a matemática se torna mais leve menos agressiva, nesse caso, seus autores abordam cuidadosamente estabelecer relações com o cotidiano do alunato, dispendo de ilustrações capazes de assumir fácil abstração.

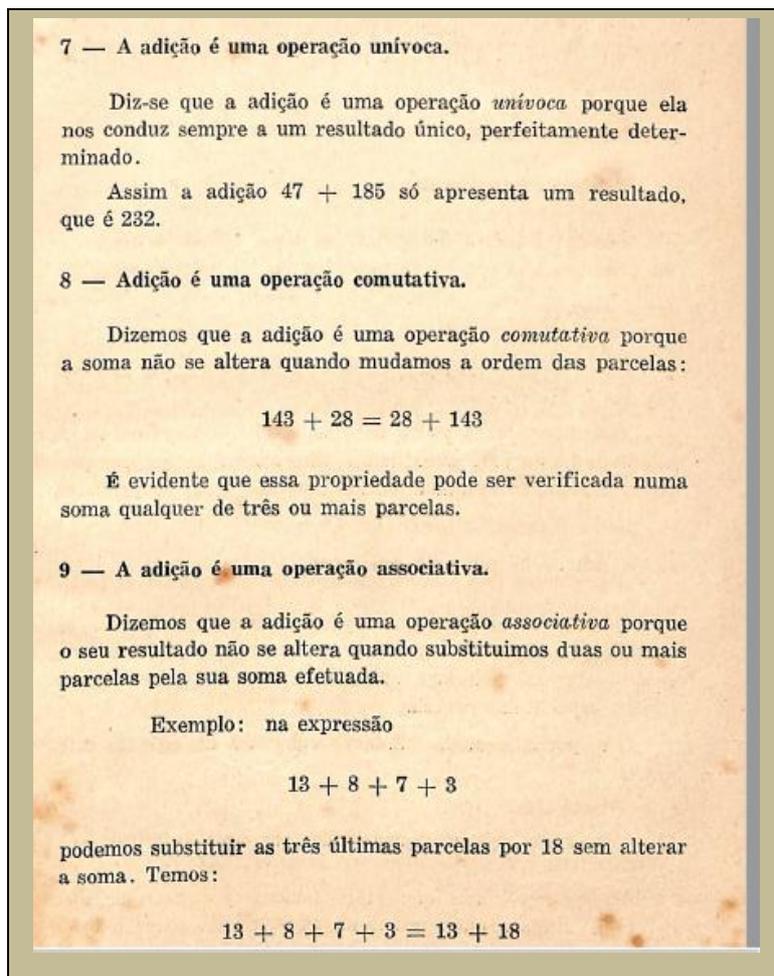
**Figura 20- Capítulo II do Livro: “MATEMÁTICA”, Cecil Thiré de Mello e Souza p.27**



O que compreendemos, que à medida que a análise que se seguiu observou que a proposta feita por Roxo, iria tomando forma, pois a disposição dos textos aderem uma sequência gradativa e incorporando aos poucos uma progressão do conceito de Adição, pontuando até mesmo a simbologia usada na operação de Adição, proporcionando ao professor/aluno, a rápida noção dos conceitos Aditivos e a formalização das regras estabelecidas e as classes contidas na operação de adição; tais como: associativa, comutativa, trazendo uma linguagem de fácil entendimento, como era a proposta apresentadas pelos autores no prefácio do texto dessa obra.

Assim se segue as orientações da ideia de adição, de uma forma discursiva, proporcionando tanto ao professor como ao aluno, consiga a partir da leitura estabelecer relações e de forma intuitiva abordar os conceitos matemáticos pertinentes à adição a formalização do mesmo, passando da linguagem intuitiva para a formal dedutiva.

**Figura 21- Propriedades da Adição no Livro: “MATEMÁTICA”, DE Cecil Thiré e Mello e Souza p.29**



O que compreendemos a partir da descrição do texto da (Figura 21), é a regência de uma nova proposta vindoura a Lei Francisco Campos, um trabalho educacional pressupondo que o aluno descubra o que lhe é proposto ensinar; assim o livro de Thiré assume em algumas partes a forma heurística da abordagem dos conteúdos, possibilitando em alguns momentos que os alunos consigam compreender sozinho como leitor o que está sendo proposto, a partir dos exemplos indicados nos textos. Como é o caso do exemplo do item 9.

A abordagem das propriedades comutativa e associativa articuladas no texto, são formalizadas a partir dos exemplos, nesse caso indicativo de aproximação das orientações da proposta da Reforma o método Heurístico.

Com intuito de compreendemos melhor a abordagem heurística, iremos dedicar esse momento para pontuar suas especificidades no ensino da Matemática escolar. O método Heurístico é uma proposta elencadas pela Lei Francisco Campos e articulada pelo professor Euclides Roxo. A proposta de maturação de idade série na organicidade dos conteúdos levando em conta a maturação da criança faz parte dos conceitos da Escola Nova, em ter um olhar para o mundo das ideias e do comportamento do indivíduo em meio à sociedade em desenvolvimento. Roxo era defensor do método heurístico, segundo Pinto (2005), ele estimulava que as atividades matemáticas deveriam conter “o raciocínio lógico voltado para descoberta, no lugar da memorização de definições e uso abusivo de regras algorítmicas” (Pinto. 2005.p.3)

Assim o método Heurístico segundo Valente (2004) era utilizado nas questões introdutórias dos conteúdos, o que aconteceu no texto do livro ‘Matemática’ de Cecil Thiré e Mello e Souza em alguns momentos. O método Heurístico o professor articula os conteúdos de forma que o aluno consiga de maneira independente desenvolver as atividades propostas, formular a ideia e consequentemente resolver a situação proposta, Alvarez (2000) formaliza o conceito Heurístico da seguinte maneira:

Ao utilizar o método heurístico, o professor deverá conduzir a atividade de maneira que o aluno consiga, na medida do possível, descobrir sozinhas as verdades matemáticas, não permitindo, então, que o mesmo se torne um receptor passivo de conhecimentos. Essa descoberta deverá se dar por meio da resolução de problemas, que visam orientar a pesquisa de teoremas e o desenvolvimento do raciocínio lógico, que serão orientados através de questionários intimamente coordenados. O aluno deverá ter contato primeiramente com as noções intuitivas, com exemplos concretos e, se possível, instrumentos móveis, para posteriormente obter um conhecimento tácito sobre as proposições empregadas, ou seja, parte-se do conhecimento intuitivo para atingir posteriormente a Matemática mais formal e dedutiva. (ALVAREZ. 2000.p.3).

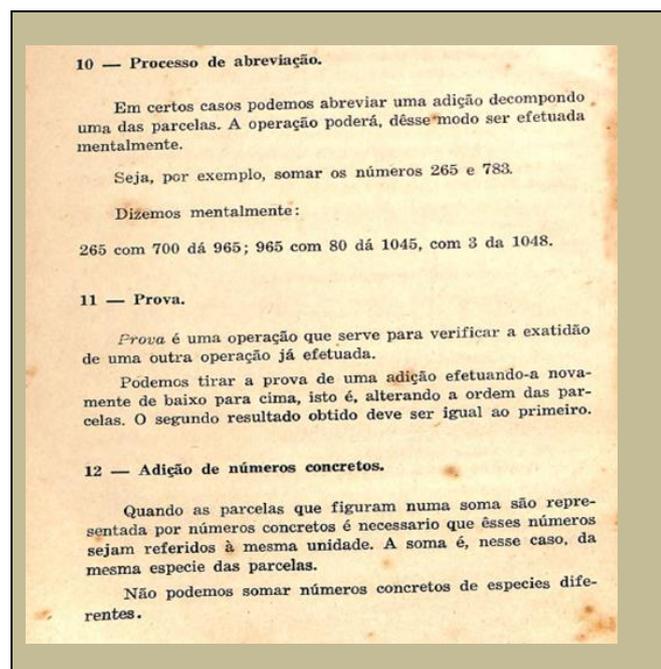
Ainda a autora pontua que pelo método Heurístico de abordagens dos conteúdos, o professor parte da abordagem prática, para depois formalizar por meio dos axiomas e demonstrações o conteúdo proposto, assim ao propor o método heurístico, o aluno tende a compreender mais facilmente, como vimos à parte introdutória do conceito de adição:

Consideramos duas caixas contendo moedas, havendo 11 moedas na primeira e 15 na segunda. Juntamos as moedas dessas duas caixas e formemos uma coleção única. A nova Coleção assim obtida, com 26 moedas será a soma das duas coleções (THIRÉ; SOUZA, 1934:27).

O que verificamos nas nossas análises dos Referenciais foi justamente essa forma introdutória da abordagem do conteúdo de Adição, trazendo elementos do cotidiano do aluno na busca de facilitar o entendimento do texto e conseqüentemente a compreensão dos conceitos, formais e dedutivos.

É que acontece na sequência do texto; os autores propõem a progressão intuitiva dos conteúdos, uma forma de organização sequencial, que tem a finalidade de desenvolver gradativamente a capacidade de abstração no aluno dentro da proposta do conceito de adição, perpassando da mais simples como vimos anteriormente a mais complexa, como é o caso quando os autores abordam a prova real, e a introdução à álgebra, como está proposto no item 14 da (Figura 22) da unidade do Livro em estudo.

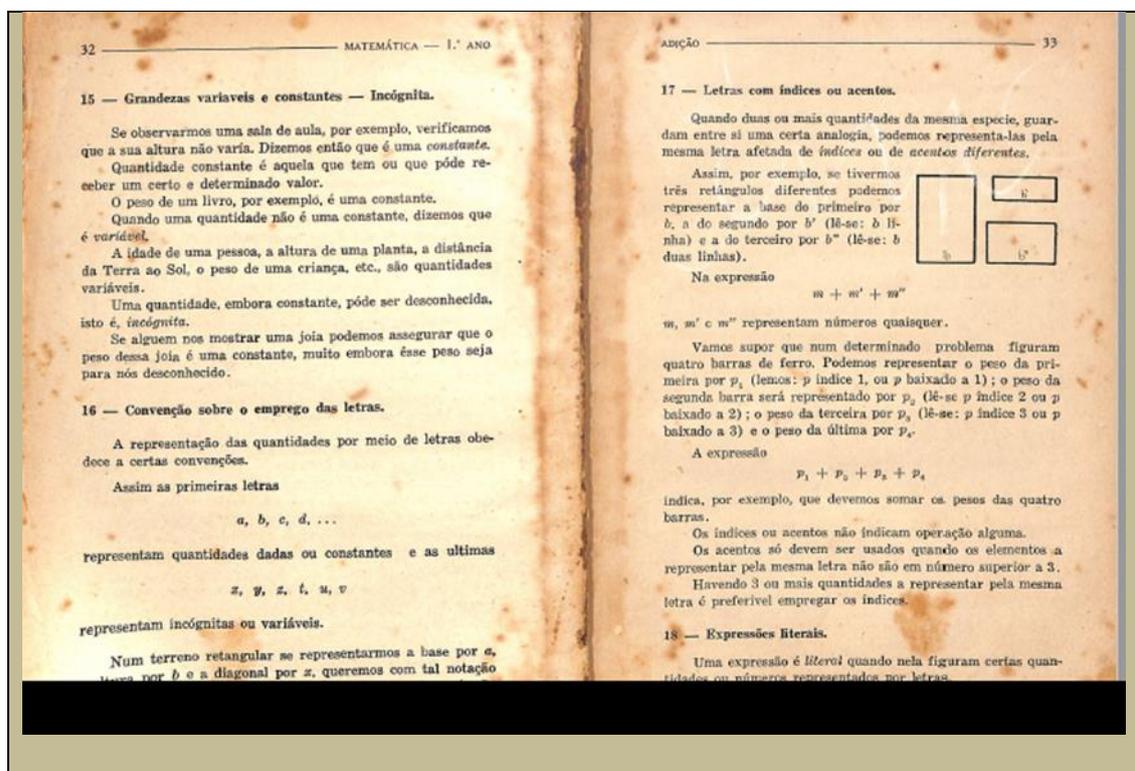
**Figura 22- Processos de Adição no livro: “MATEMÁTICA”, de Cecil Thiré e Mello e Souza p. 30-31**



Do presente texto da (Figura 22), começa a ganhar um formato mais técnico necessitando que o aluno, no decorrer da leitura comesse a estabelecer relações dedutivas, na construção de conceitos e nas representações algébrica. Assim o aluno se apropria dos conceitos intuitivos a priori e estabelecem relações, o que entendemos aproximar cada vez mais das normativas propostas pelos programas oficiais, que neste caso e a Lei Francisco Campos 19 890/31 onde o presente primeiro Ministro da Educação e Saúde concede: “Acatou, em sua reforma para o ensino secundário, todas as ideias modernizadoras presentes na proposta da Congregação do Colégio Pedro II, na parte relativa ao ensino da Matemática”. (VALENTE. 2003. Aput MIORIM. 1998.p.93).

Assim o novo formato para o ensino da Matemática Escolar torna-se mais substancial, saindo do Colégio Pedro II para todas as capitais do Brasil, por meio da Lei 19 890/31, na forma de ser referência pedagógica e didática no ensino da Matemática Escolar nesse período, aderindo uma Nova Cultura Escolar baseada nas apropriações do Colégio Pedro II no que se refere ao currículo de Matemática. Na sequência da análise veremos a continuidade da integração dos conteúdos, até o momento analisamos uma sequência de integração da aritmética com a álgebra, veremos agora a disposição da sequência didática no conteúdo de Adição agora envolvendo grandezas variáveis, e constantes e concomitantemente com a articulação do mesmo conceito de adição utilizando exemplos de cunho geométrico.

**Figura 23- Processos de Adição no Livro: “MATEMÁTICA”, de Cecil Thiré e Mello e Souza. P.32-33**



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Como pontuamos até o presente momento, Euclides Roxo, foi um dos propulsores da organização didática e a organização matemática no período da Reforma Francisco Campos, no ensino secundário, dentro da proposta, estabelece uma intervenção por parte dos autores em desenvolver o método heurístico até o momento, toda a parte teórica vem caminhando para estar em consonância com a referida reforma. É o que podemos perceber na exemplificação da (Figura 23) o que verificaremos com mais detalhes a seguir.

A parte proposta na (Figura 23) aborda uma linguagem de fácil entendimento quando o texto ele exemplifica o conceito de Incógnita:

Se observarmos uma sala de aula, por exemplo, verificamos que a sua altura não varia. Dizemos então que é uma constante. Quantidade constante é aquela que tem ou que pode receber certo e determinado valor. O peso de um livro, por exemplo, é uma constante. Quando uma quantidade não é uma constante. Quando uma quantidade não é uma constante, dizemos que é variável. A idade de uma pessoa, a altura de uma planta, a distância da Terra ao Sol, o peso de uma criança, etc, são quantidade, embora constante, pode ser desconhecida, isto é, incógnita. (THIRÉ; SOUZA, 1934:32).

Assim os autores apontam exemplos que dão significado ao conceito de constante para então posteriormente encaminham o texto, ao entendimento em que a constante quando for desconhecida chama-se de incógnita. Já o encaminhamento em relação aos sinais, que indicam os lados de uma figura por meio do emprego de letras, não atende a proposta, visto que na linguagem utilizada já não facilita tanto o entendimento principalmente se tratando de alunos com idade de onze anos aproximadamente.

Ainda nessa proposta, as relações algébricas estão implícitas no texto não sendo formalizado como sendo um conceito algébrico, porém abre caminhos para entendimentos maiores na compreensão e formalização da Álgebra, que ocorrerá no Capítulo XX página 303 na mesma obra.

Embora, verifiquemos uma linguagem teórica que facilita o entendimento, os autores deixam uma lacuna, quando não favorecem uma sequência lógica de perguntas que levem os alunos a descoberta, os textos que tratam do conteúdo de adição permitem certa sequência lógica e gradativa de pensamento perpassando da linguagem intuitiva para a dedutiva, porém não leva os alunos a indagar algumas suposições, ou fazer preposições e encontrar possíveis conflitos e formular por si só conceito e definições, o que deixa claro o distanciamento da proposta heurística.

Outro ponto contraditório à proposta da Reforma Francisco Campos que analisamos, no livro de Thiré (1934), é na produção de exercícios, na sequência que se tem é que todos destes capítulos são vindouros de respostas, e possui poucos problemas de ordem lógica, vejamos alguns dos exercícios propostos por meio da (Figura 24):

**Figura 24- Exercícios de Adição no Livro: “MATEMÁTICA”, de Cecil Thiré e Mello e Souza p.34**

20 – Exercício II.

*A idade de uma pessoa era  $x$  anos. Qual era a idade dessa Pessoa 8 anos depois?*

Resposta:  $x + 8$

21 – Exercício III.

*Uma caixa vazia pesa  $P$  quilogramas; a mercadoria colocada dentro dela pesa  $P'$ . Qual é o peso total da caixa com a Mercadoria?*

Resposta +  $P'$  quilogramas

Fonte: Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

O que observamos ao analisar estes exercícios, é que eles potencializam a generalização da aritmética, por meio das representações de variáveis atribuídas às grandezas propostas. Exercícios que não buscam o aluno a formular um raciocínio lógico, permitindo assim que apenas por meio da leitura estabeleça a relação da compressão do que está sendo proposto. Ao contrário do que Euclides Roxo propôs em sua obra, pontuada na dissertação de Mestrado de José Lourenço Rocha que diz:

A noção de equação surgirá naturalmente na resolução de problemas simples de aritmética, com uma só incógnita e do primeiro grau. É mister que na primeira fase do estudo das equações se evite a sistematização do processo de resolução. Antes convém que o aluno seja obrigado a repeti-lo e a raciocinar em cada um dos casos numéricos apresentados de acordo com o critério de complexidade crescente. (ROCHA, 2001:211-212).

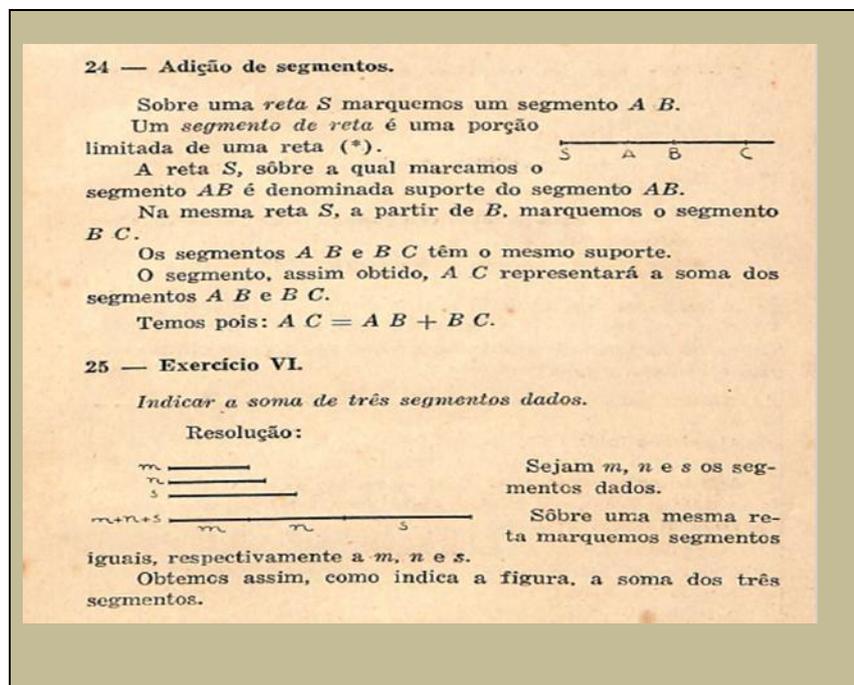
Neste caso, os problemas têm o objetivo de apenas compreensão da introdução de um conceito que será definido posteriormente, não permitindo o aluno raciocinar nos exercícios, além do mais, há poucos exercícios, nessa parte do conteúdo de Adição, são propostos seis exercícios e todos eles resolvidos, e nenhum deles nessa parte atribui a operação de adição

desmembrado da ramificação algébrica. O que compreendemos que diante das propostas de exercícios elencadas, a um grande distanciamento do objetivo da Reforma Francisco Campos.

Outro ponto que trazemos em discursão e a adição de segmentos, pontuada no texto do livro de Thiré e Souza (1934.p 35), que trata de como fazer uma adição de seguimentos, arguindo com o leitor uma possível compreensão do que se pretende fazer entender, que no caso é somar seguimentos de reta.

**Figura 25-** Adição de segmentos no Livro: “MATEMÁTICA”, de Cecil Thiré e Souza p. 34

Mello e



Fonte: Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

A tentativa de estabelecer relações com a geometria trouxe para o Livro mais um exercício que diferencia a proposta da Reforma, o que compreendemos ser apenas uma maneira expositiva de adição de segmentos.

Os autores dispõem no conteúdo de Adição uma parte dedicada à leitura, com textos de História da Matemática, o texto que é proposto chama-se: Os algarismos, de Rouse Ball. Trazer nos livros de Matemática um pouco de História era um elemento motivador pontuado por (D’Ambrósio. 2009. p.29) que diz: “não é sem razão que a história vem aparecendo como um elemento motivador de grande importância”, o que era comum nos livros, Miguel (2011) também pontua:

Isso parece ser um indicativo de que tais textos deveriam ser lidos pelos estudantes em sala de aula ou na própria escola, como um elemento complementar ao trabalho realizado sobre o tema, embora os autores não apresentem nenhum esclarecimento acerca da forma como esses textos deveriam ser trabalhados. (MIGUEL, 2011, p.18).

Embora não ter presente no livro de Thiré (1934) como deveria ser apropriado em sala de aula, conjecturamos que os textos eram propostos por mera curiosidade.

No geral, concluímos que o Livro ‘Matemática’ de THIRÉ; SOUZA(1934) para o primeiro ano de o ensino complementar, no conteúdo de Adição, não se apropria das propostas estabelecidas pela Reforma Francisco Campos, que tinham como objetivo propor uma metodologia heurística nos conteúdos elencados.

Os autores estabeleceram algumas relações no campo algébrico e na geometria, porém não dispuseram de uma proposta que envolvesse o aluno na construção gradativa do conteúdo. O livro embora nas primeiras páginas salientasse que a referida obra, estava em consonância as Leis oficiais, que nesse caso era a Reforma Francisco Campos por meio do Decreto Lei 19 890/31. O que concluímos ao analisarmos o conteúdo de Adição do Livro de Thiré, é que o método heurístico proposto pela Reforma não foi totalmente apropriado na vulgada.

Assim, descrevemos que a Reforma Francisco Campos com um dos mais importantes movimentos instituídos na área educacional no Brasil, sendo o este o primeiro a dispor de um programa de ensino de todas as disciplinas escolares, em especial, é nessa reforma que se estabelece uma Única Matemática com a fusão da Aritmética, Álgebra e a Geometria para o ensino complementar, estabelecendo uma nova cultura no ensino da matemática escolar, idealizado por Euclides Roxo.

Compreendemos a importância da reforma, e estabelecemos as relações com o cenário da pesquisa que é Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, um colégio salesiano específico para moças. Perguntamo-nos, como seria a Matemática praticada na Instituição Salesiana, diante do movimento que permeia a referida Reforma.

O que compreendemos até o presente momento, é que embora no Relatório de Inspeção (Anexo) e no Regimento Interno do Colégio (Anexo) apresentarem apropriações das propostas na Reforma Francisco Campo, isso significa que a metodologia abordada no campo da Matemática Escolar atribuía conceitos inerentes a Escola Nova e conseqüentemente a

proposta de ensino de Euclides Roxo; sendo assim todo território nacional deveria comungar da mesma metodologia heurística no ensino da matemática escolar. O Novíssimo Programa do Ensino Secundário (nos termos do art.10, do decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931). Rio de Janeiro, 1931, pontua como a Matemática deveria discorrer nas aulas:

O ensino da Matemática tem por fim desenvolver a cultura espiritual do aluno pelo conhecimento dos processos matemáticos, habilitando-o, ao mesmo tempo, à concisão e ao rigor do raciocínio pela exposição clara do pensamento em linguagem precisa. Além disso, para atender ao interesse imediato da sua utilidade e ao valor educativo dos seus métodos, procurará, não só despertar no aluno a capacidade de resolver e agir com presteza e atenção, como ainda favorecer o desenvolvimento da capacidade de compreensão e de análise das relações quantitativas e espaciais, necessárias às aplicações nos diversos domínios da vida prática e à interpretação exata e profunda do mundo objetivo. (BRASIL.1931)

O que entendemos é que se apenas a unidade norteadora das ações para o ensino escolar for somente o Livro ‘Matemática’ de Cecil Thiré e Mello e Souza de 1934, não poderíamos afirmar que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora comungava da proposta. Porém, o que compreendemos é que se o CNSA era equiparado com o Colégio Pedro II (Figura 26) registrado no Jornal do Comércio, acreditamos que o Livro de Cecil Thiré (1934) não era a única unidade norteadora para o ensino da Matemática, no ensino complementar que seria nos dias atuais do sexto ao nono ano.

**Figura 26- Equiparação Nossa Senhora Auxiliadora ao Colégio Pedro II**

<p><b>O Collegio das Irmãs</b></p> <p>Dos grandes e justos padrões de que o Estado de Matto Grosso se pode orgulhar, destaca-se, no departamento administrativo do ensino, o grande e modelar Collegio de N. S. Auxiliadora, fundado, construídos os seus magníficos edificios e dirigido pela capacidade didáctica, pelo zelo, pela dedicação das Reverendas Irmãs Salesianas á infancia e juventude femininas.</p> <p>O Collegio das Irmãs, como vulgarmente é chamado, constitue para a cidade onde está, um eloquente attestado do elevadissimo gráo alcançado em Campo Grande pelo ensino primario, secundario e normal</p>	<p>Mantendo todos os cursos existentes nos mais adiantados congêneres dos grandes centros, desde o jardim da infancia, escola activa do methodo Decroly, conservatorio de muzica, curso de commercio equiparado as respectivas Academias e expedindo diplomas de Contador; curso normal equiparado á Escola Normal do Estado e expedindo diplomas com equal valor; e, finalmente, curso gymnastal, equiparado ao Collegio Pedro II, habilitando, portanto, para a matriculadas Faculdades de Ensino Superior, o Collegio das Irmãs enche de satisfação e de jubilo a todos aquelles que se preocupam com as cousas serias e se interessam pela solução dos problemas vitales da nacionalidade!</p>	<p>Com um Collegio completo, o das Irmãs Salesianas, aparelhado com o que existe de mais moderno em gabinetes e laboratorios de Physica, Chímica e Historia Natural, e onde leccionam notaveis professores e professoras, as familias mattogrossenses não necessitam mais enviar para longe suas filhinas, para lhes assegurar a mais requintada e primorosa educação e instrucção.</p> <p>O Collegio das Irmãs, de Campo Grande, que já pode rivalisar com os melhores estabelecimento de ensino feminino de S. Paulo ou do Rio, acaba de ter a official consagração de sua absoluta idoneidade, com o Decreto do Governo Federal, que hoje publicamos nouro local, equiparando-o ao Gymnasio Nacional.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Hemeroteca Digital- Jornal do Comércio 1934. Edição 01490.

Como já vimos no Relatório de Inspetor Geral no ano 1938, anexo 5 o ensino da matemática era proposto vários exercícios, partindo do intuitivo, e ganhando característica da metodologia Heurística proposta pela Reforma, onde foi melhor explorada na página 63 dessa dissertação. O Relatório pontua:

No ensino da matemática, foi constantemente solicitada à atividade dos alunos, especialmente pela resolução e questionários clássicos e curiosos. Mereceu particular cuidado a alusão dos vínculos existentes entre a matemática e as demais disciplinas, a sua aplicação às ciências físicas, à geografia, à química, etc. Enfim, na exposição destas matérias, em seus três pontos de vista: aritmética, álgebra e geométrico – os professores excluíram todos os processos de cálculos desprovidos de interesse didático, circunscrevendo o ensino, a assuntos que apresentassem importância de aplicação prática. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL. 1938. s/n)

Se for constantemente solicitada atividades às alunas na resolução de exercícios então por meio das análises feitas nesse relatório supracitado, nos levam a entender havia outra fonte complementar nas aulas de matemática deferente do Livro de Thiré (1934).

Portanto notamos que como o CNSA, apropriaram-se das propostas estabelecidas por meio da Lei 19890/31 como um elemento norteador das ações educativas, promovendo uma nova Cultura Escola adaptada ao Colégio Feminino, que disponham um currículo próprio para educação doméstica, logo as moças tinham um currículo para o ensino de Matemática considerado ‘pesado’, pertinente no geral ao ensino masculino.

### **Reforma Gustavo Capanema – Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942**

Gustavo Capanema, Ministro de Educação e Saúde, tomou posse no ano de 1934-1945, em meios a conflitos ideológicos e políticos vindouros das questões políticas internas e externas explícitas durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante a Era Vargas, o novo Ministro da Educação e Saúde, promulgou uma proposta educativa que elencava interesses econômicos, políticos e sociais no país. Diante disto, o Ministro centralizou suas ações educativas. (Souza. 2014), com o intuito em desenvolver uma gestão que ampliasse os poderes do Executivo, sendo esta base constituição do Estado Novo (1937 – 1945).

Um dos fatores que influenciou na abordagem da Reforma Capanema nessa Dissertação foi à presença marcante da Igreja nas questões políticas e educacionais nesse período. A aliança entre o Estado e a Igreja, fortaleceu as Instituições privadas e Católicas no crescimento ideológico das convicções de cunho religioso, político, econômico e doutrinário, resgatando o poder da Igreja no domínio de uma nação.

Assim, na Reforma Capanema, a Igreja teve a estratégia em dispor o seu apoio político ao governo, e em contrapartida o governo teve como tática incluir do ensino religioso nas escolas públicas como sendo um mecanismo de garantir o conservadorismo de todas as classes sociais, mantendo a população sobre ‘controle’ de possíveis revoltas e contradições do poder público. Schwartzman (1985)

Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, afirmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhistas e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca, a aprovação das chamadas “ementas religiosas” na Constituição de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. (SCHWARTZMAN, 1985, p.2)

O que compreendemos que por meio da aliança entre o Estado e a Igreja Católica, cresce o movimento institucional de uma nova Cultura Escolar, onde a Igreja impõem seus dogmas em todo território nacional, além de enfatizar que o ensino de qualidade de famílias de bem é de caráter privado e confessional fortalecendo ainda mais o distanciamento entre as classes sociais, pois o ensino secundário assumia uma característica ainda mais elitista, e o ensino profissionalizante para o ingresso da população mais carente, que mesmo diante deste movimento atribuía o ensino profissionalizante como privilégio Gomes (2012) pontua que:

Esse conjunto de reformas tinha caráter centralista e dualista no sentido de separar o ensino secundário, destinado às elites, e o ensino profissional, para o povo, pois somente os egressos do ensino secundário tinham o direito de acesso aos cursos superiores. (GOMES, 2012. p.21).

Desta maneira, o governo atribui estrategicamente o que deve ser ensinado, convencido e disseminados nas escolas como sendo as ‘verdades’, pontuando em sua retórica que toda ação contraria as suas ordens se torna um movimento de rebelião. Assim a tática do poder público seria propor por meio de Leis elementos que fortaleceria o seu governo e estabelecesse o ‘controle’ da ordem no país, visto que nesse período foram compostos conflitos políticos e econômicos. Lembrando que este tempo foi marcado pela Era das

Catástrofes (1914-1947) de Hobsbawn (1995) pontuada com mais detalhe na página 68 dessa Dissertação.

Neste período de tantos conflitos, o Governo propõe a continuidade da reforma educacional iniciado por Francisco Campos, agora com objetivos mais amplos, pois havia uma crescente acomodação por parte das indústrias no país. Diante desses fatores o ensino foi disposto em preparar mão de obra mais qualificada, assim Saviani (2014) pontua:

Tento substituído Francisco Campos no Ministério da Educação a partir de julho de 1934, Gustavo Capanema deu sequência ao processo de reforma educacional, inferindo, nos anos de 1930, o ensino superior e, a partir de 1942, nos demais níveis de ensino por meio das “leis orgânicas do ensino”, também conhecida como reforma Capanema, abrangendo os ensinos industrial e secundário (1942), comercial (1943), normal, primário e agrícola (1946), complementados pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (1942), E O Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC). (SAVIANI, 2014, p. 36).

Em virtude desses novos interesses, o ensino primário foi dividido em duas categorias; a primeira chamada de primário fundamental destinada a crianças com idade entre sete a doze anos com duração de quatro anos para o ensino básico e mais um ano complementar; o segundo era chamada de primário supletivo, com a duração de dois anos, destinado a alunos com defasagem de série e idade, Saviani (2014)

No mesmo período o ensino médio ficou disposto em dois ciclos em ginasial e colegial; no ensino ginasial era mais amplo, tinha a duração de quatro anos, já o colegial tinha duração de três. Nesse período o aluno tinha a possibilidade de fazer cursos técnicos profissionais que incluía técnica industrial, comercial, agrícola e normal, Saviani (2014); um dos mecanismos tático do governo no crescimento das indústrias e comércio que consequentemente aumentaria a economia do país.

Assim, a Reforma Capanema assume por meio estratégico em 9 de abril de 1942 por meio da Lei 4244 e a complementação por leis orgânicas, as normatizações de um sistema centralizador das ações educativas onde o currículo escolar fica em suma organizado da seguinte maneira:

[...] o curso primário de quatro anos, seguido do médio com duração de sete anos, dividido verticalmente em dois ciclos, o ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos, divididos horizontalmente nos ramos secundários, normal e técnico, sendo este, por ser turnos, subdividido em industrial, agrícola e comercial. (SAVIANI, 2014. p.38)

Em suma o ensino ficou redefinido da seguinte maneira: o curso ginásial é o antigo fundamental, passa a ter duração de quatro anos, o curso complementar é dividido agora em clássico e científico, neste período há dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio. O Ginásio dispõe apenas de aulas do primeiro ciclo que seria o ensino primário e o ginásial; já o colégio além do ensino do primeiro ciclo era proposto o ensino complementar, sendo dividido em clássico e científico; No CNSA era disposto o ensino em clássico e científico além das aulas de economia doméstica previstas agora nessa lei<sup>53</sup>.

Os cursos; clássicos e científicos tem a mesma grade curricular, diferenciando o latim e o grego, que somente se ministrarão no curso clássico, e o desenho, que se ensinará somente no curso científico. O ensino da matemática no curso científico era ensinado de acordo com um mesmo programa do clássico, porém com maior amplitude, o mesmo acontece com a disciplina de física, química e biologia. O que iremos ver no (Quadro 3 p.98).

No que diz respeito no ensino da Matemática, na presente reforma, estabeleceu o que deveria ser ensinado nos currículos, levando em conta a idade e série, assim a Disciplina de Matemática ganha uma nova roupagem, que influenciou a produção de livros didáticos, Valente (2004). O autor ainda pontua que:

Reforma Gustavo Capanema apenas elencou os conteúdos da disciplina que deveriam ser ensinados nas diferentes séries do ensino secundário. Com ela, a disciplina ganhou novas feições. A análise das coleções evidências que a apropriação que os autores fizeram da nova reforma traduziu-se pela manutenção em separado dos ensinamentos de Aritmética, de Álgebra e de Geometria, mesmo que sob o manto de uma única disciplina chamada Matemática. (VALENTE, 2004, p.6)

Com isso a Reforma Capanema toma o caráter passivo nas questões metodológicas do ensino da matemática, pois a proposta não caracteriza ‘o como’ deveriam ser ensinados os conteúdos. Deixando para as instituições privadas a livre forma de abordar o currículo para o ensino da matemática escolar, produzindo um distanciamento constante e progressivo que

---

53 Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais: 1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. 2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentado por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dado especial autorização do Ministério de Educação. 3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica. 4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

ainda é visto nos dias atuais, um currículo único com abordagens diferentes distanciando o ensino público e privado.

Assim, alguns autores,<sup>54</sup> se apropriam das novas normatizações e estabelecem uma relação em consonância com a lei Capanema, porém a mesma não dispunha de novas orientações metodológicas para o ensino da matemática escolar.

Compreendemos, que o método heurístico perdurou mais algum tempo na forma de conduzir a matemática trabalhada em sala de aula, visto que foi nesse período que antecede a década de 50 onde que nossa depoente Zita, estudou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, e entendemos por meio da entrevista e na composição do matemática didático que era solicitado para as famílias que o método se manifestava de forma efetiva no que se diz respeito à Matemática Escolar.

---

<sup>54</sup> Segundo Valente (2004) os autores são: Cecil Thiré, Mello e Souza e Euclides Roxo, Jacomo Stávale e Algacyr Maeder.

TABELA 3 – Lei Capanema de 1942.

Governo	Decreto Lei	Cursos	Objetivo	CURRÍCULO DE ACORDO COM A LEI	CNSA
Getúlio Vargas (1930- 1945)	Lei N° 4.244, de 9 de abril de 1942 -Ministro Gustavo Capanema	Primário Quatro anos de duração.	Formação básica	Português, Aritmética, Geografia, História Pátria, Religião, Noção de ‘Cousas’, Ciências e Higiene, Civilidade, Instrução Moral e Cívica, Desenho; Caligrafia, Educação Física e Trabalhos Manuais.	Aulas de música, culinária.
		Ginasial Quatro anos.	Formar a personalidade; Elevar a formação espiritual, a consciência patriótica e humanística.	<b>1ª série:</b> Português. Latim. Francês. Matemática. História geral. Geografia geral. Trabalhos manuais. Desenho. Canto orfeônico. <b>2ª série:</b> Português. Latim. Francês. Inglês. Matemática. História geral. Geografia geral. Trabalhos manuais. Desenho. Canto orfeônico. <b>3ª série:</b> Português, Latim. Francês. Inglês, Matemática. Ciências naturais. História do Brasil. Geografia do Brasil. Desenho. Canto orfeônico. <b>4ª série:</b> Português, Latim. Francês. Inglês. Matemática. Ciências naturais. História do Brasil. Geografia do Brasil. Desenho. Canto orfeônico.	Aulas de música, piano e violino, culinária, corte costura e bordados e pintura. Educação
		Complementar Três anos Dividido em Clássico e Científico.	Preparação intelectual para o nível superior.	<b>1ª série:</b> Português. Latim. Grego. Francês ou inglês, Espanhol.) Matemática, História geral, Geografia geral; <b>2ª série:</b> Português. Latim. Grego. Francês ou inglês Espanhol. Matemática. Física. Química. História geral. Geografia geral. <b>3ª série:</b> Português, Latim. Grego. Matemática. Física, Química. Biologia. História do Brasil, Geografia do Brasil. Filosofia.	Religiosa, Latim

No dia da entrevista, eu perguntei a Zita se tinha proposta de resolução de problema e uso de livro didático para o ensino da Matemática, a depoente pontua:

[...] Tinha, tinha. Ela fazia. Não consigo lembrar problemas, mas tinha, porque, [...], Por causa, acho que por causa das gravuras, aquelas contas, as atividades que a gente tinha, que ela passava na lousa ou que ela copiava de livro. Vai ver que até tinha um livro de matemática, mas eu não me lembro. MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

Embora a depoente não lembre com exatidão se usava realmente livros didáticos, podemos conjecturar pela sua descrição, pelo regimento interno e pelo relatório do inspetor geral, que havia o uso de livros para a disciplina de Matemática. Além do que segundo a regulamentação o ensino deveria ser

Art. 26. Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames. Os exames serão de três ordens: de admissão, de suficiência e de licença.

Parágrafo único. Integrarão o quadro da vida escolar os trabalhos complementares.

Art. 27. Os estabelecimentos de ensino secundário adotarão processos pedagógicos ativos, que deem aos seus trabalhos o próprio sentido da vida. (BRASIL, 1942.)

O que encontramos nos registros a passagem de três livros didáticos para o ensino da Matemática no CNSA entre 1930 a 1960; são Eles: Cecil Thiré e Mello e Souza, Jácomo Stávele e o Livro de Raja Gabaglia este para o curso de admissão (Figura 27). Em conformidade de Valente (2004), pontuamos que estas obras se apropriaram das orientações didáticas e metodológicas propostas no movimento educacional das duas Reformas; a de Francisco Campos (1931) e a Capanema (1942), porém temos com base em nossas análises não identificamos que o Livro de Cecil Thiré (1934), apresenta-se uma proposta que contemplasse toda proposta da Lei 19 890/31.

**Figura 27- Recorte da Lista de Livros para o ensino Normal e primário anexo a Dissertação**

4º ANO E CURSO DE ADMISSÃO	
Exames de admissão .....	João Ribeiro e R. Gabaglia
Nosso Brasil .....	L. Amaral Wagner
Première année de Français .....	Modesto de Abreu

Fonte: secretária do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - CNSA

Pelo que foi analisado até o presente momento, o ensino da Matemática que perpassava no Colégio Salesiano feminino, era de um currículo que tinha uma formatação tradicional e rígida, proposta na Cultura Escolar que tinha seus valores e finalidades voltados à educação cristã, na formação do carácter feminino no inculcamento das atribuições de mãe, esposa fiel, uma exime dona de casa. Porém no decorrer das análises, percebemos que além desse ensino tradicional, o CNSA dispunha de condições físicas e humanas em atribuir não somente valores morais, mais um currículo base que não levava em conta a separação de gênero.

Outro ponto relevante e a promoção de cursos de capacitação de professores da rede católica como uma forma estratégica de garantir a qualidade de ensino proposta, assim os professores desenvolviam como táticas os métodos pedagógicos inovadores, tendo em vista garantir a sobrevivência educacional salesiana no ranque da qualidade de ensino. Saviani (2014) pontua:

Outro indicador significativo da influência da pedagogia nova nesse período é encontrado no empenho das próprias escolas católicas em se inserir no movimento renovador das ideias e métodos pedagógicos. Essa renovação manifesta-se especialmente por meio da organização, pela Associação de Educadores Católicos (AEC), das “Semanas Pedagógicas” e das classes experimentais em 1955,1956 e nos seguintes. Por meio de palestras e cursos intensivos divulgam-se nos meios católicos as novas ideias pedagógicas. Surge, assim, uma espécie de “Escola Nova católica”. (SAVIANI, 2014, p.30).

Portanto não é difícil compreender os motivos das buscas em apropriar-se de as Leis como campo nortear das ações pedagógicas de cunho confessional, entrar em consonância com o Estado era garantir o empenho do mesmo em possibilitar a doutrina católica em todo país. Em contrapartida a Igreja estabelecia em seus ensinamentos o amor à pátria e adestrava suas alunas a ser multiplicadoras destes valores.

O que compreendemos é que o Colégio Salesiano se apropriava das leis estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde, e adequava sua estrutura curricular no detrimento das finalidades da instituição salesianas. Assim, o currículo para as moças dessa instituição lição currículo ‘pesado’, para o ensino da matemática, se direcionar para as literaturas matemáticas que permearam o CNSA o que consolidamos essa tese, quando analisamos a discriminação de matérias lecionadas durante o mês de outubro de 1935 , pontuada pelo inspetor geral para o ensino de 1ª série do ensino fundamental tendo como parâmetro a Lei 19 890/31

Matemática: Raiz quadrada de números inteiros, Câmbio: moeda brasileira: a estrangeira e vice-versa. Superfície lateral do prisma reto. Problemas, Trabalho escrito. Calculo com números complexos. Exercícios. Regra de três simples diretas-problemas. Proporção- exercícios. Regra de três simples diretas – problemas. Proporções – exercícios. Valor numérico de expressão algébrica. Sabatina oral. Raiz quadra de números inteiros. Calculo de uma expressão aritmética, redução de termo semelhante: exercícios. Solução de problemas sobre números decimais. RELATÓRIO GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR – 1935. Em anexo a Dissertação.

Outro ponto que nos dá suporte ao afirmar que não havia diferenciação de gênero para o ensino da matemática no CNSA, quando analisamos a relação de livros didáticos indicados pelos professores. O que compreendemos ser uma lista de livros que as famílias deveriam adquirir para dar suporte aos estudos das moças, entre a presente relação (Figura 29), notamos a não separação de gênero na atribuição dos conteúdos para o ensino da matemática;

As moças estudavam logaritmos, o livro usado era da FTD, cálculos, geometria descritiva, (Figura 30), áreas de superfície entre outras.

**Figura 28- Relação de livros didáticos indicados pelos professores do CNSA 1940**

Série	Assunto	Indicador
1ª SÉRIAS	Português: Páginas Floridas	Silveira Bueno
	Francês: Première année de Français	Tito Lívio Ferreira
	Matemática	Joaquim Álvares
	Hist. da Civilização	Joaquim Silva
	Geografia	Luis Lense
2ª SÉRIAS	Português: Páginas Floridas	Silveira Bueno
	Francês: Deuxième année de Français	Tito Lívio Ferreira
	Matemática	Robert Coventry Bethell
	Hist. da Civilização	Joaquim Álvares
	Geografia	Joaquim Silva
3ª SÉRIAS	Português: Língua Vernácula	José de Sá Nunes
	Francês: Textes Français	Henry de Lantouil
	Inglês: The English Grammat Grammar	Robert Coventry Bethell
	Matemática	Joaquim Álvares
	Hist. da Civilização	Joaquim Silva
	Geografia	Luis Lense
	Física	Antônio de Freitas
	Química (Dicas, etc)	Luis Sanches
	História Natural	Luis Sanches
	Química Geral	Julian Powell
4ª SÉRIAS	Português: Páginas Floridas	Silveira Bueno
	Francês: Textes Français	José de Lantouil
	Inglês: The English Grammat Grammar	Robert Coventry Bethell
	Matemática	Joaquim Álvares
	Textos de Logaritmos	F.T.D.
	Gramática Latina	Puppo Navias
	Dicionário Latim-Português	Luis Lense
	Geografia	Joaquim Silva
	História da Civilização	Antônio de Freitas
	Física	Georges Brachet
5ª SÉRIAS	Páginas Floridas	Silveira Bueno
	Análise Literária e Notas de Literatura	Brant Neta
	Gramática Latina	Puppo Navias
	Dicionário Latim-Português	Joaquim Silva
	História da Civilização	Joaquim Álvares
	Matemática	Luis Lense
	Geografia	Antônio de Freitas
	Física	Georges Brachet
	Química Geral	V. Moraes e C. Fonseca

Fonte: secretária do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - CNSA

Figura 29- Pontos para o exame de Matemática para o quinto ano do ensino fundamental de acordo com a lei 19890/31.

PONTOS PARA EXAMES DE MATEMÁTICA	
5ª. SÉRIE (ART. 100)	
10	Determinação de logaritmo do seno de um ângulo em graus e minutos- Derivada de uma função- Resolução de um problema sobre geometria no espaço- (em todos os pontos)
20	Logaritmo- uso das tábuas- Constante de integração-
30	Casos clássicos de resolução dos triângulos retângulos- Séries-
40	Resolução de triângulos retângulos- Determinação de áreas pelo Cálculo integral-
50	Integral definida- Derivadas sucessivas-
60	Integração- Permutação-
70	A derivada de uma soma- Combinações-
80	Integrar expressões- Arranjos-
90	A derivada de um produto de duas funções- Cálculo integral-
100	Desenvolvimento em séries- Integral de uma expressão-
110	Determinar a área limitada por uma parábola, pelo eixo das abscissas e pelas ordenadas- Análise combinatória-
120	Desenvolver uma série pelo método de divisão- Derivada de uma função-
130	Derivada pela regra das 4 operações- Determinação de áreas-
140	Coordenadas matemáticas (análise combinatória)-- Derivada do quociente de 2 funções-
150	Binômio de Newton- A derivada da função $\sin x$ -
160	A derivada da função $\cos x$ - Logaritmos- interpolação-
170	Desenvolvimento de uma potência - A derivada da função $\tan x$ -
180	Determinar o log. do sen. de um ângulo em graus, minutos e segundos- Integral-
190	Fórmula geral do binômio de Newton- Cálculo diferencial-
200	Determinar a área de um trapézio pela integração- Acréscimos-

Campo-Grande, de Fevereiro de 1940

1º Examinador \_\_\_\_\_

2º " \_\_\_\_\_

*Inspector*  
INSPECTOR

Grade Curricular 5º ano/9º ano

Fonte: secretária do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - CNSA

Diante as figuras, 28 e 29, nos levam a entender que a Cultura Escolar no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dispunha de um currículo sem distinção de gênero; as moças tinham uma Matemática considerada difícil, além de um extenso currículo que atribuíam economia doméstica, higiene, música, bordados corte e costura. Um movimento que vai além

das nossas expectativas de iniciação da pesquisa, onde tínhamos como ponto de partida que as moças só eram preparadas para o casamento e teriam uma matemática simplista em seu currículo escolar.

As apropriações presentes nesse contexto da matemática, podemos conjecturar que as normativas legais de cunho Nacional, estavam presentes nas aulas de matemática, e que as lacunas deixadas pelos livros didáticos propostos nas relações de livros, eram subsidiadas por atividades complementares que incluíam exercícios de fixação com o uso de situações problemas.

Como pontuamos a vulgata da época nos leva a dispor de obras com poucos exercícios propostos, necessitando de complementação de exercícios para fixação dos conteúdos propostos, nos embasamos nessa conjuntura, quando analisamos o depoimento da Zita<sup>55</sup>, que descreve: '[...] No primário, o que eu me lembro, muito de matemática são estas contas que a gente tinha e elas passavam de tarefa no quadro, para a gente fazer na sala de estudo e trazer no dia seguinte. Com isso podemos pontuar que a atividade de fixação do conteúdo proposto pelo método Heurístico era feita no quadro, uma Cultura Escolar que até nos dias atuais utilizamos como forma de fixação do conteúdo trabalhado em sala.

Para o ensino da Matemática entre as Reformas Francisco Campos e a Reforma Capanema, segundo Valente (2004) não houve modificações nas orientações metodológicas. Fica uma questão para futuras pesquisas: Quais foram às modificações propostas pelos autores Cecil Thiré e Mello e Souza para o ensino ginasial após a reforma Capanema? Quais as diferenças e aproximações que vincularam nas propostas de ensino da matemática entre os livros de Cecil Thire e Jácomo Stáveles?

O autor ainda pontua que no período de 1930 a 1950 em que a Matemática enquanto disciplina escolar houve certa 'estabilidade' no discorrer dos conteúdos propostos mediante as leis já estabelecidas entre a Reforma Francisco Campos e Capanema apenas tendo arguida de modificações com a chegada da Matemática Moderna, Valente (2004) caracteriza este movimento da seguinte maneira:

---

55 MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [ a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

A Matemática no Brasil, enquanto disciplina escolar, nasceu no Colégio Pedro II e referenciou-se ao nascer, na obra de Euclides Roxo. No entanto, a transformação e estabilização da disciplina ocorreram nas décadas seguintes. Os anos 1930-1950 marcaram o desenvolvimento da matemática escolar e sua estabilização até a chegada, em nível internacional, da Matemática Moderna. A disciplina Matemática nesse período esteve, em enorme medida, marcada pelas determinações das reformas nacionais. (VALENTE, 2004, p.6).

Para dar continuidade ao nosso movimento de análise iremos descrever a LDB 5692/71 com suas particularidades para o ensino da Matemática escolar, porém antes de fazer qualquer movimento analítico da supracitada lei, iremos caracterizar a LDB 4024/61 a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação no Brasil que dará aporte a 5692/71.

### **Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB 4024/61 E LDB 5692/71**

Como o crescimento da economia do país iniciada com Getúlio Vargas (1930) por meio da Reforma, surge a crescente necessidade de ampliar as leis de cunho educacional. De acordo com Alves (1997) a modernização do Brasil gera desconforto contínuo do Governo Federal em detrimento do grande número de analfabetos em relação ao crescimento populacional.

Assim após vários debates, com aproximadamente treze anos de discussão e tramitação a cerca de uma nova plataforma educacional, surge a lei 4024 de 20 de dezembro 1961, trazendo novas diretrizes educacionais, estruturando o ensino no Brasil, proporcionando a expansão geral do ensino, com ares de liberdade tendo em vista os direitos e deveres do cidadão da seguinte forma:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (BRASIL, LDB, 1961.)

Mesmo diante de uma boa proposta de ensino, o governo ainda dispunha de um grande número de analfabetos, e o acesso ao ensino primário ainda era precário e o exame de

admissão era um fator de exclusão para o ensino ginásial como aponta Queirós (2013), a autora ainda pontua, que o exame de admissão era um curso preparatório para o ingresso ao ensino secundário, segundo a autora “uma linha divisória” que produzia angústia nos adolescentes ainda imaturos a este desafio.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo. (BRASIL, LDB, 1961.)

Para se preparar as famílias investia em aulas particulares e teria que dispor de livros muito volumosos com cursos completos de português e matemática e conhecimentos gerais. “o exame de admissão funcionou como um verdadeiro ‘rito de passagem’ no processo de seleção à continuidade dos estudos, representada pelo ginásio acadêmico, que teve procura intensificada a partir de 1930” (VALENTE, 2001, v. 2). Para as provas de Matemática cobrava-se muito as quatro operações e a habilidade nos cálculos, a maioria delas apresentadas na forma de problemas, Pinto (2005) caracteriza como era constituída as provas de admissão:

[...], as provas de Matemática do Exame de Admissão ao Ginásio apontaram para uma lógica interna que supervalorizava os cálculos das operações fundamentais, o uso do sistema monetário, o sistema métrico de medidas, as representações fracionária e decimal dos números racionais. (Pinto.2005. p.6).

Com base em Chervel (1990) as provas ou exames, poderão permitir um discurso das efetivas do processo pedagógico, a partir das finalidades de seus objetivos (ingresso ao ensino ginásial); O que fica a lacuna nessa pesquisa, como eram as provas de admissão para o ingresso no ensino ginásial em uma instituição escolar feminina? O que era realmente necessário elas saberem? São questionamentos que darão aporte a futuras pesquisas.

Dando continuidade ao assunto; outro ponto foi relevante caracterizar nesse período, foi o golpe Militar 1964, com ele se exigia adequações, que “implicavam mudanças na legislação educacional”. (Saviani. 2014.p.40), assim o próprio governo conforme o autor aponta, não teve interesse em modificar totalmente as legislações já estabelecidas, pois tinha como estratégia dar “continuidade da ordem socioeconômica”, bastando apenas para o governo vigente organizar o ensino a uma nova cultura.

Assim a lei 5692 constituída em 11 de agosto de 1971, entre os principais pontos de mudanças pontuamos a formulação do primeiro e segundo grau; assim o ensino de primeiro grau constitui-se em oito anos; e o de segundo grau com três anos de duração, como veremos no (Quadro4).

**Quadro 4– Características imputadas na LDB: 5692/71**

Artigo	O que diz a lei:	Apropriação a fazer nas instituições de ensino.
Art.4	Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.	Prevê um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais. Diferença que no Art. 20 4024/61, pontua a organização do ensino primário e médio.
Art.7	Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto a primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. <i>Parágrafo único.</i> O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.	Inclusão da educação moral e cívica, educação física, educação artística, e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo, além do ensino religioso facultativo e o ano letivo agora passa a ser de dias 180 dias. Não mais nove meses conforme a Art.28 da lei 4244/42.
Art. 19	Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.	Não há mais o exame de admissão, previsto na 4244/42 Art. 34. 1º O candidato a exames de admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei.
Art. 20	Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula. <i>Parágrafo único.</i> Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos.	Ensino de 1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos. Ao contrario proposto no Art.27 4024/61 que apenas o ensino primário era obrigatório.

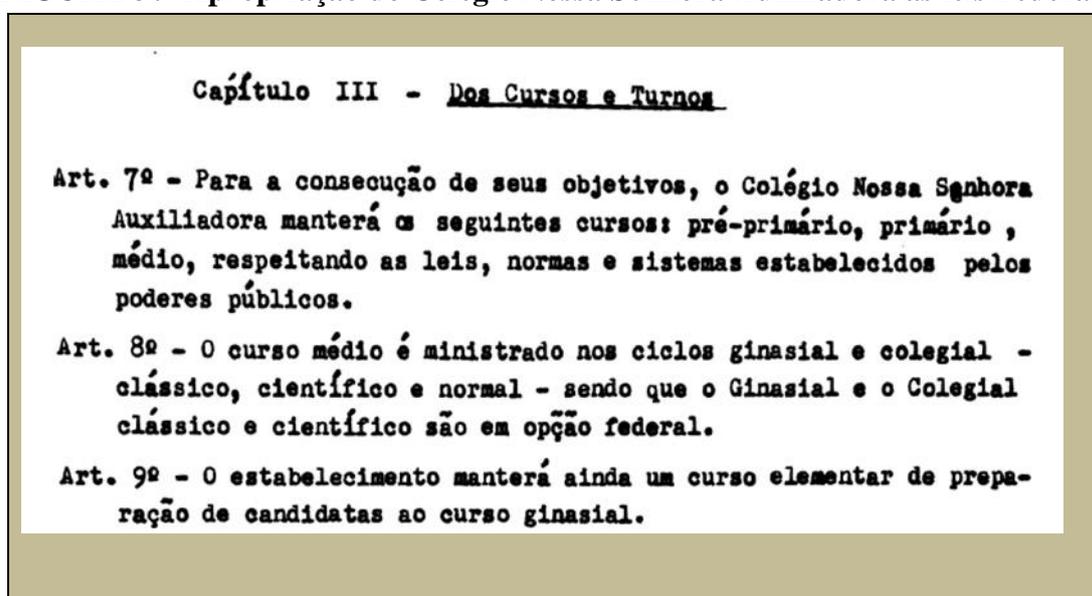
Fonte: Elaborada pela Autora

Assim, diante das características pontuadas para nós como relevantes nesta pesquisa de Dissertação apontadas no (quadro 2), compreendemos que a LDB 5692/71 tinha o objetivo

a unificação do ensino secundário disposto pela LDB 4024/61 em uma única nomenclatura: o ensino de primeiro grau; extinguindo definitivamente a separação entre o ensino primário e médio.

As apropriações as novas mudanças propostas pela LDB 5692/71 se manifestam nos regimentos internos das instituições escolares, embora que no CNSA, não encontramos documentos que registrem esta distinção de ensino primário e médio para ensino de primeiro grau, porém, temos os indicativos que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora previa no seu estatuto estar sempre em consonâncias com as leis federais. Como aponta a (Figura 30)

**FIGURA 30- Apropriação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora as leis Federais**



Fonte: Regimento Escolar no Curso Secundário – secretária do CNSA.

Diante do documento podemos considerar que os conteúdos dispostos nas leis federais no que se segue nos anos posteriores eram apropriados no CNSA no que se refere ao (Quadro5).

TABELA 4 – LDB: 5692/71

Governo	Decreto Lei	Cursos	Objetivo	CURRICULO CONFORME A LEI	CNSA
Emílio Garrastazu Médic (1969-1974)	Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 5692 de 11 de agosto de 1971. Ministro Jarbas Passarinho.	Primário+	Proporcionar a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e exercício consciente a cidadania.	<b>Primário</b> – <i>Comunicação e Expressão</i> : Português, <i>Estudo Sociais</i> : Geografia, História Pátria, Religião, Educação Moral e Cívica, <i>Ciências</i> : Matemática, Programas de Saúde; Educação Física, Educação Artística	Trabalhos Manuais.
		Ginásio = oito anos de duração. Ensino do primeiro grau.		<b>Ginásio - 1ª série</b> – Português, Matemática, História, Geografia Iniciação a ciências, Inglês, Desenho Educação Física, Educação Moral e Cívica, <b>2ª série</b> Português, Matemática, História, Geografia Iniciação a Ciências, Inglês, Desenho Educação física, Educação Moral e Cívica, <b>3ª série</b> Português, Matemática, História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil, Francês, Inglês, Educação Física, Educação Moral e cívica, Canto Orfeônico, <b>4ª série</b> Português, Matemática, História, Geografia, Ciências Físicas e Biológicas Organização Social e Política do Brasil, Francês, Inglês, Educação Física, Educação Moral e cívica, Canto Orfeônico.	Artes femininas, Canto Orfeônico, Educação Religiosa, Educação Cinematográfica.
		Segundo Grau três anos de duração		Núcleo comum para ambas às séries: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas.	Científico Clássico e Normal

Fonte: Lei de Diretrizes e Bases de 11 de agosto de 1971.

Em suma, o período perpassa a LDB 5692/71, que foi uma ampliação da LDB 4024/61 que organizava o ensino de primeiro e segundo grau, com o fim do processo de admissão e a continuidade no estudo do primário e ginásial, dispõe de consonância nas Instituições Salesianas.

### **O Ensino da Matemática Escolar entre 1950 a 1970: Movimento da Matemática Moderna e as possíveis apropriações no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.**

Como nosso objetivo é a constituição do Ensino Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, iremos continuar nosso movimento de análise dentro das unidades norteadoras das ações educativas, em que caracterizamos no início. Entendemos que os livros didáticos, as leis educacionais e as finalidades das instituições são elementos norteadores das ações educativas dentro das unidades escolares.

O que analisamos até o momento foi como se constituiu o ensino da educação Matemática em um período que tange 1930 a 1950, compomos esta linha temporal com base pontuada por Valente (2004), em que o ensino da matemática escolar se estabiliza entres os períodos 1930 a 1950, mantendo uma estabilidade tanto na parte do poder público como também nas produções literárias para o currículo matemático.

Partindo desta estabilidade, começamos a conjecturar: ‘o como’ o ensino da Matemática ocorreu no CNSA neste intervalo de duas décadas? Será que as irmãs salesianas tiveram alguma formação especial neste período? A metodologia trabalhada apropriou-se dos movimentos internacionais para o ensino da Matemática caracterizado como Matemática Moderna? Estas questões nos incomodaram e fomos a buscas de possíveis respostas, tentando compreender este Movimento Internacional que trouxe um momento de inflexão nas práticas educativas para o ensino do currículo de matemática.

Caracterizada anteriormente, o ensino da Matemática se estabiliza entre 1930 a 1950. A partir de 1960, surge um movimento internacional caracterizado como Matemática Moderna, trazendo uma ideologia de ensino que acarreta mudanças significativas nas práticas de ensino da matemática escolar. Pinto (2005). Neste sentido compreendemos que o Movimento da Matemática Moderna caracterizou uma nova forma de representação da matemática escolar, carregada de simbologia e precisão, com linguagem mais técnica, com intuito de estabelecer o ensino de uma matemática atraente e menos complicada. Assim surge uma nova vaga pedagógica para o ensino da Matemática escolar.

Nossa pesquisa não tem como objetivo o estudo desta vaga pedagógica, porém pontuamos sua característica para podermos compreender melhor como foi constituído o ensino da matemática escolar no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Porém iremos apontar algumas das principais características alocadas nessa vaga pedagógica que fez parte do nosso recorte temporal da pesquisa de Dissertação.

O movimento da Matemática Moderna foi difundido, segundo Pinto (2005), lentamente em todo território nacional, muitos lugares as aplicações dessa metodologia chegavam via livro, sem que professores tivessem qualquer tipo de preparação para trabalhar com esta nova técnica de ensinar. Ao que parece a vaga pedagógica em questão, não se preocupava com as relações sociais, políticas, ou seja, não tinha uma preocupação com o sujeito constituídos de elementos vindouros de seu dia a dia, capazes de fomentar a aprendizagem significativa, ou seja, uma matemática desligada das ações do cotidiano do sujeito. Pinto (2005) caracteriza este movimento:

A excessiva preocupação com a linguagem matemática e com a simbologia da teoria dos conjuntos deixou marcas profundas, ainda não desveladas, nas práticas pedagógicas daquele período. Ao tratar a matemática como algo neutro, destituída de história, desligada de seus processos de produção, sem nenhuma relação com o social e o político, o ensino de Matemática, nesse período, parece ter se descuidado da possibilidade crítica e criativa dos aprendizes. (PINTO, 2005, p.5)

Dentro dessa ideologia de conduzir a matemática a ser ensinada nas Unidades Escolares está o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, não encontramos nos arquivos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, nenhuma avaliação, provas, exames ou lista de pontos para prova que pudéssemos caracterizar que houve por parte da Instituição Salesiana, indicativos de apropriações da vaga pedagógica modernista, porém na biblioteca no arquivo morto encontramos dois exemplares de livros que fizeram parte deste período de inflexão no ensino da Matemática no Brasil. São eles; **Exercícios de Matemática** de Francisco Cataldi e Carolina de Melo Lobo de 1958. 2ª edição, editora: F. BRIGUIET E CIA. Rio de Janeiro e o **Livro de Matemática** para a primeira série ginásial de Ary Quintella de 1969 125ª edição. Editora: Companhia Editora Nacional.

O livro de Francisco Cataldi e Carolina de Melo Lobo de 1958, quando folheado, não encontramos nenhum indicativo que ele tenha sido emprestado para consultas para as alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ao contrário do Livro de Ary Quintella, além do mais, encontramos a coleção completa da obra de Quintella, porém destacamos apenas o do

primeiro ano do ginásio. Em virtude do não encontramos indícios que o livro de Francisco Cataldi e Carolina de Melo Lobo de 1958, optamos em descrever um pouco sobre o livro de Quintella (1969)

Segundo Valente (2008) Os livros de Jácomo Stávele, e Ary Quintella, visaram parte da mesma vulgata, suas obras se tornaram verdadeiros best-sellers. Ary Quintella, foi campeão de vendas pela editora Nacional a partir de 1940. Professor Ary Norton de Murat Quintella, nasceu em São Paulo, mas desenvolver sua carreira docente no Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Pedro II e posteriormente professor do Colégio Militar do Rio.

A biografia profissional de Quintella credenciou-o a fazer parte do quadro da Nacional e ver transformados seus livros didáticos de matemática em best-sellers educacionais. No início dos anos 1950, suas obras para o ginásio e para o colégio alcançaram várias dezenas de edições. Esse autor garantiu à Editora grande parte do mercado do Rio de Janeiro, rivalizando com as concorrentes cariocas, que sempre se mantiveram à frente na produção de obras didáticas de matemática. Quintella e Stávale, nos anos 1940, seriam os grandes autores da Nacional a compor a vulgata do período. (VALENTE, 2008, p.155)

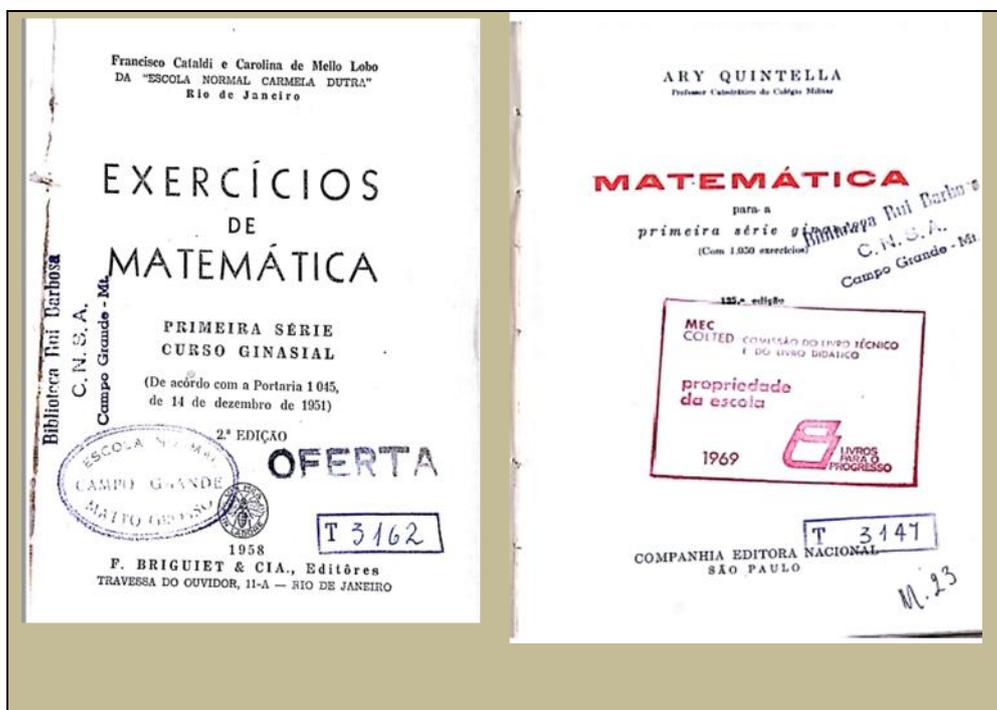
Na figura 32 temos as imagens das capas dos referidos livros, onde elas apresentam já uma característica da Matemática Moderna na produção de livros, as capas já trazem figuras coloridas e emergem a vaga pedagógica modernista, indicativos de apropriações dos autores em estas em conformidade, com as novas tendências para o ensino da Matemática escolar.

**Figura 31 – CAPAS DOS LIVROS: Exercícios de Matemática e Livro de Matemática.**



Fonte: Acervo do Arquivo Morto da Biblioteca do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

**Figura 32 – CONTRA- CAPAS DOS LIVROS: Exercícios de Matemática e Livro de Matemática.**



Fonte: Acervo do Arquivo Morto da Biblioteca do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

É interessante notar com bases apenas nas informações dos autores nas contracapas dos livros, é que o primeiro Exercícios de Matemática, seus autores ainda trazem informações das atuações profissionais, e a normatização (Portaria 1045 de 14 de dezembro de 1951) pela qual o livro foi constituído, o conjeturamos que a Editora, tinha a finalidade de pontuar que os autores eram professores de instituições da Escola Normal Carmela Dutra 56, um dos primeiros colégios de ensino Normal do Rio de Janeiro, como referência, acreditamos que este exemplar poderia ser suporte para as aulas do curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, porém não podemos afirmar pois não temos subsídios históricos suficientes para isso.

Já o de Quintella (1969), além das características modernistas presentes em ambos os livros, a editora não pontua se o livro está ou não de acordo com as normatizações legais em

56 Para maiores informações sobre a Escola Normal Carmela Dutra, consultar a Dissertação de Mestrado em Educação de Lima. Fábio Souza C. (2015) intitulada de: AS NORMALISTAS CHEGAM AO SUBÚRBIO A HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA: DA CRIAÇÃO À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (1946 – 1953).

vigor no país, o interessante notar, é que esse deixa estabelecido já nas primeiras laudas, que esta obra possui 1050 exercícios de matemática.

O que é uma das características da vaga pedagógica modernista e o quantitativo de exercícios para complementar a proposta do livro, sabendo que neste período os livros didáticos têm a característica descartável e individual, os exercícios eram propostos com espaçamento para que o aluno fizesse as atividades no próprio livro; com isso encontramos uma nova dificuldade, o alto custo, em manter os filhos na escola. Segundo Pinto (2005), houve uma grande preocupação das famílias com vários filhos em manter os filhos nas unidades, pois os livros se limitavam o uso a único aluno. A estratégia das editoras eram aumentar o quantitativo de livros vendidos no território Nacional.

Assim, esta limitação para uso único, foi uma tática das editoras em aumentar a proliferação de exemplares em todo território nacional, com o movimento das próprias editoras em estimular as instituições e os professores na aderência dos livros como sendo uma fonte organizacional dos currículos para o ensino da matemática principalmente quando compreendemos que houve a diminuição do uso dos cadernos escolares nas aulas de matemática, focalizando seu uso apenas na escrita e na leitura, Pinto (2005). Assim estaria garantindo o grande faturamento das Editoras.

O que verificamos, é que o CNSA, apropriou-se do ensino proposto no Movimento da Matemática Moderna, caracterizado no período, o que vimos ser uma prática constante da Instituição Salesiana em manter atualizadas as mudanças proposta para o ensino em âmbito Nacional, perpassando valores de excelência em métodos e técnicas de ensino, pois seguiam as tendências educacionais dos grandes centros, apontados no Jornal do Comércio (Figura 26).

Uma forma estratégia do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era nessa divulgação, com a finalidade em aumentar o número de matrículas, com isso às freiras salesianas buscavam por meio da imprensa local divulgar estas apropriações feitas nos grandes centros como é o caso, que já pontuamos anteriormente a tática em usar a Revista Mensal Folha da Serra, uma conceituada revista e com possível circulação para classes mais elevadas.

### **Reflexão sobre as unidades norteadoras das ações escolares no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.**

As leis deportadas nas instituições de ensino, nos leva a trazer a memória os apontamentos de Romanelli (2010) no que diz respeito da educação “[...] como instrumento de que se serve todo o aparato do Estado, para criar condições infraestruturas de desenvolvimento do capitalismo e também para manter e reforçar a estrutura de dominação”. (Romanelli.2010, p. 258). A ação de controle do Estado, por meio das normativas federais, impõem manifestações de poder do forte para o mais fraco (estratégia), estabelecendo o que deveria ser atribuído nas unidades de ensino de acordo com a necessidade que lhe julgava para um possível crescimento econômico por meio da ampliação do ensino.

No que se segue o incentivo a ampliação do ensino para todas as classes sociais permitiria eliminar as taxas de analfabetismo comparado com o crescimento populacional, assim o Governo tem como tática a criação do ensino supletivo e a eliminação dos exames de admissão no curso ginásial na busca um crescimento efetivo da nação, inculcando nos sujeitos a apropriação de uma linguagem única e universal, a de uma educação salvatória cheia de sutilezas, que nas entrelinhas é chamado de capitalismo. Oliveira (2003) aponta que o Estado é formador das práticas e interesses que estão envoltos os sujeitos, usando a escolarização como tática de crescimento do consumismo.

O que fica a lacuna nessa pesquisa de Dissertação se esse movimento inculcado partindo do ponto vista de uma educação salvatória atribuindo em seus discursos tinha a finalidade de crescimento econômico e social da nação. No ponto de vista estabelecido por meio da nossa pesquisa compreendemos que esses discursos, alocados em um sistema de ensino que buscava de maneira sutil e subterrânea em esconder as verdadeiras ‘verdades’ disponíveis no cotidiano dos indivíduos.

Com base nas normativas federais nos âmbitos educacionais, o cotidiano dos indivíduos é construído a partir das necessidades emergentes de um país regido pela ditadura militar. Esse diálogo é sensibilizado em várias instituições, não somente nas escolas mas nas igrejas, nas ruas praças entre outros, modificando por meio do tempo as práticas e comportamentos que se expressam “na penumbra”, num cotidiano tão carregado de contradições e sutilezas, tais como o crescimento do capitalismo, a qualificação de mão de

obra para cobrir a demanda da instalação das grandes indústrias, o crescimento e o fortalecimento do comércio entre outras, será estas uma das finalidades apontadas como ‘verdades’ na constituição das Reformas supracitadas neste texto permeada como ‘sombra’ no cotidiano de seus sujeitos?

Para Certeau (2014) o cotidiano é aquilo que é imposto a cada dia no invisível, no subterrâneo das ações dos fortes em estabelecer um ambiente favorável ao fraco, elemento imposto nas entrelinhas das finalidades do forte em relação ao fraco; o que importa para o autor é que na construção do cotidiano a sempre uma relação de força. [...] “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. De forma convicta, consumida inocentemente pelo fraco. Certeau vai além, para ele “o consumo supostamente passivo dos produtos recebidos, para a criação anônima, nascida da prática, do desvio no uso desses produtos”.

Assim os indivíduos buscam de forma ordinária a construção de seus novos mundos, impostos pelos fortes. A ideologia do discurso da escolarização salvadora atribui ao indivíduo caminhos que trazem esperança na construção de uma ideologia progressista, que alavanca sorrateiramente o consumismo.

As reformas educacionais estabelecidas nessas quatro décadas constituíram um produto que chamamos de progresso, e para esses fins, os meios são bastante contraditórios; uma educação de qualidade para as elites, a centralização do ensino técnico para a grande massa da população, ensino supletivo para abaixar os índices de analfabetismo.

A cultura escolar constituída nessas décadas torna-se um produto excludente de classes sociais, com os exames de admissão, distanciando entre as classes sociais, estabelecendo limites por meio de fronteiras sócio econômico e culturais. Para Certeau os elementos culturais estabelecidos em um ‘*lucus*’, se tornam uma cultura quando é atribuído um significado.

Assim ao estabelecer a escolarização como produto, estabelece uma distinção entre o que pode ser consumir e o que não pode nesse sentido, o produto produz uma separação de consumidores, arguidos pelas forças da Igreja Católica na separação de gêneros nas escolas, aonde vimos que foi fortalecido na reforma Capanema em 1942, assim o ‘produto’ se torna impróprio para classes mistas, fortalecendo a cultura ramificada ainda do império,

conservando as mulheres em espaços tradicionais, mantendo o inculcamento de uma doutrina estabelecida pela força na figura do homem.

Assim o objeto de consumo das moças, que era ter direito a formação acadêmica, se torna elemento estratégico do governo em ampliar o ensino no país; a falta de professores capacitados é minimizada com os cursos superiores para formação de moças, estabelecendo na figura feminina a interfase de educadora, mãe, capaz de transmitir valores patriotas, assim o ensino Normal tem a apropria-se de uma cultura formalizada na entidade feminina.

A inculcação dessa ideologia marca as classes mais ricas da sociedade, em um movimento sutil, incorporado na cultura patriarcal, estabelecendo um alinhamento vertical de poder, pois são eles os homens, que se apropriaram do controle educacional ao longo das quatro décadas, passando a ditar as regras e normatizações do ensino nas instituições femininas, imitando o ingresso a outras profissões que fogem da ação do ensinar.

Produzindo uma cultura escolar diferenciada com acúmulo de disciplina, inculcando o dogma que a mulher é herdeira de muitos afazeres capaz de desenvolver habilidades natas ‘do fazer várias coisas ao mesmo tempo’, assim é incorporado no currículo das unidades de ensino confeccionais femininos, além das disciplinas escolares estabelecidas por meio da normatização de um currículo único, eram também agregados os ofícios de administradoras do lar, que incluíam, corte e costura, música, artes manuais como confecção de flores, bordados, pintura além de conhecimento de saúde e higiene.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação de Mestrado em Educação Matemática assumimos como elemento norteador no campo de pesquisa em História Cultural, o seguinte questionamento: Qual foi a trajetória histórica do ensino da Matemática escolar no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, localizado no município de Campo Grande na região Sul do Mato Grosso Uno no período de 1930 a 1970?

Na busca em responder tal indagação à análise apoiou-se nos autores da História Cultural e na História da Educação Matemática com o objetivo de identificar as manifestações sofridas no tempo delimitado na pesquisa, para então tematizarmos sobre os métodos que contribuíram na constituição do ensino da Matemática em um colégio salesiano feminino, administrado pelas irmãs filhas de Maria Auxiliadora.

O CNSA foi constituído em 1926, em pleno movimento que aperfeiçoava os ideais pedagógicos da Escola Nova, proposta esta, que ganha maior consistência a partir de 1930 com o governo Getúlio Vargas. Com a criação do Ministério de Educação e Saúde, o governo Vargas, atribui suas forças no crescimento econômico e industrial da nação, incentivando as instalações de grandes indústrias e, conseqüentemente, promovendo a geração de emprego e renda.

Porém, o país tinha um grande número de analfabetos, e não tinham mão de obra qualificada para os novos desafios e projetos do Governo Vargas, assim o poder público estabelece por meio da Lei Francisco Campos 19 890/1931, um plano nacional de educação que tinha a função de coordenar e fiscalizar as ações pedagógicas das escolas do país e ampliar o número de escolas em todo o território brasileiro.

Assim, os Estados do Brasil, passam a ter uma normativa de cunho educacional, cuja proposta curricular regulariza o ensino secundário, tendo como parâmetro o Colégio Pedro II. Desta maneira o governo tenta preencher a lacuna que separava as classes pobres das classes mais abastardas. Com isso o governo apropria-se da estratégia em dispor condições que viabilizam o crescimento econômico, político e social, com o incentivo da criação dos polos industriais, exploração dos recursos minerais, agropecuária, café, entre outras. Para isso era necessário que houvesse a escolarização da população em detrimento de mão de obra qualificada, principalmente para atuar na indústria e comércio. Mediante a situação, o governo

estabelece a tática em incentivar a população à instrução escolar em alcançar o ensino superior, sendo que isso era um privilégio apenas para as classes sociais de alto padrão.

Diante dos enfrentamentos políticos e sociais vindouros das classes dominantes em estabelecer a escolarização no Brasil, tomando como base a ideologia da Escola Nova, o governo toma na figura feminina, uma peça chave para alcançar seus objetivos, um dispositivo tático em proporcionar essa escolarização, visto que o país tinha defasagem de professores qualificados para atuar no ensino primário e secundário. A mulher toma outra posição, de cuidado doméstico e educadora.

As habilidades consideradas natas, pela sociedade no ‘cuidar’, a classe feminina apropria-se deste ‘produto’ que foi oferecido pelos governantes, como sendo uma oportunidade única de obter instrução, melhorar o convívio social, e, conseqüentemente, aprimorar o gerenciamento do lar e na criação de suas proles.

O que cabe recordar, e que a figura da mulher era vista como ‘posse’, a sua formação era ligada nos afazeres domésticos que perpassavam geração a geração, a sua vida se resumia, na dedicação do lar e na vida nas fazendas. Quando as famílias disponham de recursos, as moças tinham o privilégio de apreender em casa, com professores particulares que tinham o ofício de ensiná-las a ler, escrever, fazer as quatro operações e logicamente bordar, cozinhar, administrar a casa e suas criadas.

Com o passar dos tempos esse campo ideológico toma novos rumos, e as mulheres passam a frequentar ambientes que só eram permitidos a homens, diante disto se faz a necessidade que a classe feminina tenha uma cultura mais refinada, do que se limita a de suas casas, assim ficou bem quista pela sociedade elitizada a formação das moças em ambientes Salesianos Femininos, dirigidos por freiras, onde as mesmas garantiriam a preparação feminina tanto na formação intelectual quanto a doutrinária, fortalecendo os valores familiares, preparando-as para um bom casamento, regando a sua sexualidade no contexto doméstico, tendo como exemplo, a imagem de Maria mãe de Jesus.

Com isso o governo estabelece um currículo separatório entre homens e mulheres, o que ganha força a partir da Reforma Capanema 4244/42, principalmente por que a igreja é propulsora desta reforma e adquire maior mobilidade no campo político, social, cultural e escolar na nação, principalmente quando se estabelece nessa reforma a obrigatoriedade do ensino religioso no currículo escolar.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, apropria-se desta nova Cultura Escolar e estabelece movimentos para tentar satisfazer a sociedade local, em todas as suas angustias em detrimento desta nova cultura.

Para a sociedade local, a figura feminina deveria ser composta da doçura, delicadeza, do ser boa esposa, mãe, administradora do lar, uma boa cristã; assim a mulher atribui esses valores e com os avanços modernos ela deveria ter mais um atributo, a de ser culta, pois agora elas dispõem dos mesmos ensinamentos curriculares previstos para os meninos, ainda tinham aulas de músicas, várias línguas, corte e costura, bordados, e pinturas, economia doméstica além das aulas de religião que tinham o objetivo de inculcar a pureza, e o acatamento.

É assim que se consolidam as verdadeiras finalidades do CNSA, que tinham além de dispor do ensino curricular previstos nas leis do país, mantinham o controle do corpo, da alma e do espírito, atribuindo a moças de fino trato, um comportamento adestrado no rigor das irmãs salesianas e de suas famílias, pois os pais matriculavam suas filhas no colégio e tinham o maior orgulho e prestígio em mantê-las neste ambiente, considerado salutar.

É nesse 'locus' que analisamos o expoente da questão norteadora desta Dissertação, e constituímos a partir das análises dos documentos, das normativas estabelecidas pelas leis, no depoimento com ex-aluna, o como era o ensino da Matemática escolar nesse ambiente com finalidades claras e explícitas a toda sociedade, perfazendo uma nova forma de pensar sobre o que deveria ser ensinado a estas moças, impondo mediante as disciplinas escolares as verdadeiras finalidades das instituições que as constitui.

Diante deste contexto, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, continha uma cultura escolar que buscava estar sempre dentro das legislações que permeavam o Brasil nas suas respectivas épocas, propondo um ensino com práticas religiosas e doutrinárias que tinha a finalidade de proteger a família, que poderia ser abalada com o avanço da economia e a modernização do país, e o movimento feminista que tinha nas entrelinhas a equiparação de direitos entre homens e mulheres.

Com isso, o Estado por meio do poder econômico e político, apropriam-se de mecanismo de Controle, onde entendemos serem as leis, que passam a ditar regras do sistema educacional das Mulheres, com políticas que apresentavam currículo que também tinham trabalhos manuais, com o uso de linha e agulha, culinária, etiqueta entre outras, que visavam preparar as moças a ser uma boa administradora do lar e guardiãs dos bons costumes, mães

dedicadas, instruídas e agora cultas o suficiente para percorrer caminhos sociais antes oriundos da classe masculina.

Ao que tudo indica, os estudos apontam, que este ensino, era proposto não para todas as moças, mas para uma classe privilegiada filhas de latifundiários, comerciantes, pecuaristas, políticos entre outros, que dispunham de recursos suficientes para manter suas filhas em um Colégio privado geralmente em regime de internato.

O ensino desta classe elitizada era controlado pelas freiras salesianas, que tinham a estratégia de separar as internas e as externas para não terem contato com o que era oferecido no mundo fora dos portões, usando a tática de usar uniformes diferentes em ambientes diferentes em carteiras diferentes, muito embora estudassem na mesma classe, trazendo uma cultura escolar rígida dentro das normativas instituídas no regimento interno.

Desta forma as alunas eram constantemente avaliadas, pelo bom comportamento, pelo equilíbrio emocional, pela pontualidade, pela postura e boas notas sendo agraciadas com passeios nas proximidades do Colégio. Na linguagem ordinária dos fatos significa: ‘seja dócil que você sempre receberá uma recompensa de seus atos’; ‘todo sacrifício traz benefícios’.

As freiras também proporcionavam momentos de estudos às internas, buscando não as deixas ociosas no contra turno, ou seja, na linguagem ordinária, ‘a mulher não tem tempo para ociosidade’; com isso as professoras passavam atividades para serem feitas no contra turno, que exercia a fixação dos conteúdos propostos no dia.

Estas professoras, na sua maioria eram estrangeiras e articulavam os planos de aula na biblioteca nos momentos de estudos com as alunas. A disciplina Matemática foi proposta para as moças e atribuem formas distintas que foram apropriadas pelos movimentos educacionais vindouros das leis estabelecidas pelo país no período temporal da pesquisa, dentro da normatização interna do CNSA, que tinha cunho confessional.

O ensino da Matemática no curso primário era disposto basicamente das quatro operações e na disciplina de desenho, eram propostos dobraduras e uma pequena introdução de formas geométricas. Já no ensino ginásial, a disciplina de desenho era optativa e abordava desenho de figura humana, frutas e formas abstratas, além dos conteúdos de aritmética e álgebra.

As aulas de Matemática eram articuladas com o uso de materiais concretos, tais como palito de picolé, tampinha de garrafa, vigorando os métodos heurísticos de ensino, valorizando a arguição e memorização. A arguição, pois entendemos que o ‘tomar a tabuada’ era uma forma de memorização, e de inculcação de um conteúdo.

As moças tinham aulas de Matemática considerada ‘pesada’, como podemos verificar no ponto de exame, e identificamos por meio dos Regimentos internos e o relatório de inspeção que o ensino da disciplina Matemática estava em consonância com as leis federais, pois a presente instituição foi equiparada com o Colégio Pedro II, uma referência de ensino para todo o país.

O CNSA, também se apropriou das questões de ensino de Euclides Roxo, e comungou do método heurístico como caminho metodológico da constituição da Matemática entre os períodos de 1930 a 1960 aproximadamente, assim, o Colégio adota livros de professores do conceituado Colégio Pedro II. Os que encontramos nos documentos analisados foram à passagem de três livros didáticos para o ensino da Matemática no CNSA entre 1930 a 1960; são eles: Cecil Thiré e Mello e Souza, Jácomo Stávele e o Livro de Raja Gabaglia este, para o curso de admissão, ambos perfazem a apropriação da mesma vulgata.

Segundo nossa pesquisa estas obras apropriaram-se das orientações didáticas e metodológicas propostas no movimento educacional das duas Reformas; a de Francisco Campos (1931) e a Capanema (1942); O que nos leva a interpretação com base em nossas análises, é que o Livro de Cecil Thiré (1934) não se apresenta uma orientação didática que contemplasse toda proposta da Lei 19 890/31, assim a instituição salesiana nos dá indicativos que as freiras complementavam as aulas de Matemática com exercícios extras, não se detendo apenas aos exercícios oferecidos pelo livro como verificamos no relatório de inspeção.

Mediante os registros analisados nos documentos internos, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, faz as devidas adequações curriculares, proposta por Capanema (1942), na separação do ensino ginásial e colegial. Assim o colégio, amplia a formação, disponibilizando o curso Normal e Comercial, com ênfase no secretariado e faz uso dos jornais locais na divulgação do ensino oferecido, o que tudo indica que a instituição de ensino não deixava nada a desejar no contexto educacional em relação com os grandes centros econômicos do país.

Com a instabilidade da disciplina escolar nos períodos de 1930 a 1950, no discorrer dos conteúdos propostos no ensino da Matemática Escolar a referida disciplina nos levou a entender que passam por momentos de inflexão a partir de 1960, com o surgimento da nova vaga pedagógica, caracterizada como Matemática Moderna, acarretando mudanças onde inferimos ser significativas no campo da matemática.

Assim o movimento da Matemática Moderna trás o excesso de simbologia, precisão, linguagem muito técnica, acarretados de exercícios; com isso, os livros didáticos a partir de 1960, passam por uma reformulação e deixam de ser únicos para ter um caráter descartável e individual mobilizando a constituição de uma nova vulgata. Com isso a indústria editorial, tem um salto econômico na produção de livros, ocasionando um elevado custo aos brasileiros em manter seus filhos na escola, visto que já não era uma tarefa fácil para aqueles que tinham o privilégio.

Nos registros do colégio, encontramos no arquivo morto da biblioteca, dois livros que fizeram parte desse movimento da Matemática Moderna, porém demos ênfase a apenas um em decorrência que o mesmo tinha registro de empréstimo pelas alunas.

Entre os livros encontrados identificamos: **Exercícios de Matemática** de Francisco Cataldi e Carolina de Melo Lobo de 1958. 2º edição, editora: F. BRIGUIET E CIA. Rio de Janeiro e o **Livro de Matemática** para a primeira série ginasial de Ary Quintella de 1969 125º edição. Editora: Companhia Editora Nacional. Ary Quintella foi considerado um dos maiores autores de venda segundo Valente.

Seguindo a mesma consonância, o CNSA, apropria-se desta nova vaga pedagógica e adota livros que mobilizavam as finalidades propostas pelas leis vigentes, perpassando valores de excelência a toda a sociedade, pois sempre seguia as tendências educacionais dos grandes centros econômicos do país.

Diante de todos os documentos analisados dentro e fora da Instituição Salesiana, que nos foi permitido, encontramos um Colégio com dispositivos educacionais no campo da matemática, que eram além do esperado para o ensino das moças, o que nos leva a entender é que o ensino da Matemática constituída no colégio trazia uma característica única, não separatista em relação ao gênero. A elas fora dado o privilégio de estarem em consonância às tendências educacionais, o que foi lhe acarretado, foi à dura carga horária de estudos, com currículos amplos que iam além das letras.

Assim essa pesquisa de Dissertação, nos dá a partir das análises feitas por meio dos personagens, dos materiais e dos referenciais, que as alunas eram instruídas para ter um bom casamento, porém, sua instrução não se limitava apenas nas atribuições domésticas, elas tinham o enriquecimento de ter um currículo semelhante ao do Colégio Pedro II. Assim não havia distinção de gênero quanto ao currículo, o que nos faz entender por meio das análises dos documentos, que o CNSA oferecia um currículo mais extenso composto de elementos que fornecia a essas alunas uma formação mais completa.

Diante disso, nos reforça a ideia de uma formação apropriada às finalidades estabelecidas na época a de “[...] que visa não somente ensinar bem, mas educar perfeitamente, [...]”, conforme a propaganda do colégio.

Logo, mediante as análises dos documentos, o currículo para o ensino da Matemática nos traz esse indicativo, do ensinar bem, é em não estabelecer uma matemática simplista, mas uma matemática igualitária comum a todos.

Com isso, terminamos nossa pesquisa e nela encontramos a poesia do ensino do referido Colégio, trazendo até os dias atuais a lembrança salutar daquelas que estudaram em um período de tantas mudanças e por que não tantas conquistas, em meio a estes momentos de inflexões que aconteceram na era das catástrofes. Ficaram alguns questionamentos que não foi possível ser respondidos como, por exemplo: Como eram as provas, exames? Que tipos de apropriações foram constituídos no campo da Matemática para o ensino de segundo grau? Como era a aplicação do ensino da Geometria?

Estas questões são elencadas na tentativa de nortear a futuras pesquisas, com intuito de responder, a institucionalização e a constituição do ensino da Matemática no Sul Estado do Mato Grosso Uno.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1998.
- ALVAREZ, T. G.; PIRES, I. M. **Uma Nova Didática para o Ensino de Matemática: O Método Heurístico e a Reforma Francisco Campos**. Educação Matemática n° 19 , PUC: São Paulo. 2000.
- ALVES, L. M. A. **Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso (1719-1946)**. Cuiabá: UFMT, 1997.
- ALVES, L. M. A. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande, MS : Ed. UFMS. 2015
- AZZI, R. **Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008.
- AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Massangana, 2010.
- BARROS, J. D. **A história cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogo, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946. Seção 1, p. 113. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946. Seção 1, p. 116 Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. LDB 4024, 20 de dezembro de 1961. **Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 jul.2017.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino**. Brasília, DF: 1931.
- \_\_\_\_\_. Lei Francisco Campos n° 19 890 de 18 de abril de 1931. Regulamenta o ensino secundário Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-1980abril1931-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 jul.2017.

CARVALHO, J. B. P. Euclides Roxo e as polêmicas sobre a modernização do ensino de matemática. In: VALENTE, W. R. (Org.). **Euclides Roxo e a modernização do ensino de Matemática no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2004. P. 86-158.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, R. **A história cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. **Escutar os mortos com os olhos**. Estudos Avançados [online]. 2010, vol. 24, n. 69, p. 6-30. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>. Acesso em jun. 2016.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

DÓRIA, E. . Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo / Escragnole Dória; Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II, Roberto Bandeira Accioli... et ai. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, M. L. M. **História do Ensino da Matemática: uma introdução**. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). (Biblioteca da Escola de Belas Artes da UFMG, MG, Brasil), 2012.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LE GOFF, J. (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MACEDO, E. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MAIA, J. N. **Concepções de crianças, infância e de educação dos professores de Educação Infantil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

MEGID, N. J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MIGUEL, A. **História na Educação Matemática: proposta e desafios**. 2 ed. Belo Horizonte; Autêntica Editora. 2011.

MORAES, M.C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 2000.

NICARETE, S.E. . **Os Livros Didáticos da Escola Primária nos Anos 1930 – 40 E A Imagem Feminina**. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia PUCPR.2009.

Novíssimo **Programa do Ensino Secundário (nos termos do art.10, do decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931)**. Rio de Janeiro, 1931.

ORTIZ, F. R. **A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: <<https://ppgedu.ufms.br/files/2017/06/A-Escola-Normal-de-Mo%C3%A7as-das-Elites-Um-Estudo-das-Pr%C3%A1ticas-Escolares-Culturais-e-Sociais-do-Col%C3%A9gio-Nossa-Senhora-Auxiliadora-1946-%E2%80%93-1961-Fernanda-Ros-Ortiz.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

OLIVEIRA, M. A. T. **Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968 - 1984)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PENTEADO, Y. **Auxiliadora setenta anos**. Campo Grande: Ruy Barbosa, 1996.

PIMENTA, S. G.. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34)

PINTO, N.B. Marcas Históricas da Matemática Moderna no Brasil. Revista Eletrônica, Curitiba v. 5, n.16, p.25-38, set./dez. 2005.

RAHE, M. B. **Inovações incorporadas ou “modernidades abandonadas”?** Uma investigação sobre os materiais didáticos para as aulas de Línguas Vivas em dois ginásios de Campo Grande, sul do Estado de Mato Grosso (1931-1961). 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

ROCHA, J. L. **A Matemática do curso secundário na reforma Francisco Campos**. Rio de Janeiro, 2001. 228 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Departamento de Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, E. O. P. **A Revista Mensal Ilustrada Folha da Serra: História, Memória e Identidade no Sul de Mato Grosso**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 1., 2016, Aquidauana. **Anais...** Aquidauana: UFMS, 2016.

RODRIGUEZ, M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. História da Escola Normal no Estado de Mato Grosso: implantação e consolidação no sul do estado. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G.

B.; LOPES, A. P. C. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

RODRIGUEZ, M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de. A escola normal no sul do estado de Mato Grosso como expressão de uma política pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006. Goiânia. Anais... Goiânia: SBHE, 2006. CD.

RODRIGUEZ, M. V. et al. A implantação e expansão da escola normal no sul do Mato Grosso (1930-1970). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, A. C. C. **Recursos didáticos e representações da geometria espacial da 4.ª série do Ensino Fundamental de uma escola em Campo Grande - MS**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2003.

SANTOS, I. S. F. A revista mensal ilustrada *Folha da Serra (1931-1940)*: fonte/objeto para a história da educação. In: Congresso de Educação da Grande Dourados, 2., 2016, Dourados. Anais... Dourados: UFGD, 2016.

SARQUIS, E. **Matemática com o Sarquis**. Belo Horizonte: Formato, 1998

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2014.

SOARES, F. S. **Professores de Matemática do ensino secundário brasileiro no século XIX: o caso do Colégio Pedro II**.(2014). Disponível em [https://repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/1843/1/COLUBHE\\_2014\\_SOARES\\_PROFESSOR ES.pdf](https://repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/1843/1/COLUBHE_2014_SOARES_PROFESSOR_ES.pdf) acesso: junho/2017.

SOUZA, E. C. (Org.). **Autobiografias, história de vida e formação: pesquisa e ensino**. Salvador: EDUNEB - EDIPUCRS, 2006.

THIRÉ, C. e SOUZA, M. **Matemática – 1º ano**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1934.

VALENTE, W. R. **Uma História da Matemática Escolar no Brasil (1730-1930)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

VALENTE, W. R. **Os exames de Admissão ao Ginásio: 1931-1969**. PUC-SP,2001, CD-ROM. Vols: 1, 2 e 3 .

VALENTE, W. R. **A disciplina matemática: etapas históricas de um saber escolar no Brasil.** In: OLIVEIRA, M.; RANZI, S. (Orgs.) **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

VALENTE, W. R. **Livros didáticos de matemática e as reformas Campos e Capanema,** In: VII Encontro Nacional de Educação Matemática. Recife. 2004.

VALENTE, W. R. **Livro didático e educação matemática: uma história inseparável.** *Zetetiké*, Campinas, v. 16, n. 30, p. 139-162, jul./dez. 2013.

VALENTE, W. R. **A Matemática no Ensino Secundário: duas Disciplinas escolares?** Rev. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v.11, n.34, p. 645-662, set/dez. 2016.

VIDAL, D. G. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, E. M.; FIGUEIREDO, L.; GREIVAS, C. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

## ANEXO 1 – Entrevista

**Boa Tarde, a minha dissertação é baseada nos Elementos Históricos no Ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, entre 1930 a 1970. Então, hoje, eu tenho o privilégio de estar com você. Neste momento, eu gostaria que você falasse um pouco sobre você, sua idade, de onde você veio, seus pais. Você poderia falar um pouco, por favor?**

Bom, é um prazer atender à sua solicitação. Primeiro, por ser nossa colega de trabalho, pois eu admiro, acho responsável no que você faz e é com prazer que vou responder o que for possível e me lembrar o que você questionar. Meu nome é Maria do Socorro Matos de Moraes. Meu pai é Manuel Alves de Moraes Júnior e minha mãe é Maria Matos de Moraes. Vieram do Ceará em 1952. Eu tinha apenas cinco anos de idade e até o terceiro ano primário. Na época, eu fiz com minha mãe, que era a única professora do município de Pedro Gomes, no Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul. A gente quando chegou ao município, naquela época, com pouco desenvolvimento. Ela (a mãe) morava em uma parte do grupo escolar, onde a outra parte do grupo era destinada à moradia do professor. Então, ela teve o privilégio de ser normalista, na época. Aí, a gente morou no grupo escolar.

**Então você não morou no município de Campo Grande. Vocês moraram?**

No município de Pedro Gomes

**Pedro Gomes.**

Isto! Estudei até o terceiro ano primário com minha mãe e fui alfabetizada por ela como meus irmãos, também que nós somos cinco mulheres e cinco homens, todos vivos, graças a Deus. Ela alfabetizou todos nós. No terceiro ano primário, ela achou que eu já deveria vir para uma escola mais avançada, não é? E, na época, era bem carente mesmo de quase tudo, não é? Como meu pai achou um campo bom para investir e crescer, ele também se preocupava muito, tanto ele como a mamãe com a nossa formação.

Aí, ele veio para Campo Grande sondar primeiro o local e indicaram para ele, na época, foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Aí, foi para onde eu vim aos nove anos de idade e terminei o primário. Fiz a admissão, que era uma espécie de passagem para o ginásio, na época, assim denominado, não é? Então, fiz até o quarto ano primário na Auxiliadora e, em

seguida, a admissão. E fiz até a sétima série do ginásio. É que na oitava série do ginásio fui fazer a Escola Normal, em Presidente Prudente, junto com as irmãs Beneditinas.

### **Em Presidente Prudente?**

Sim, em Presidente Prudente - SP. Por que lá? Porque a Escola Normal, aqui na Auxiliadora, ainda não era reconhecida pelo MEC, estava começando. E lá em Prudente era reconhecido pelo MEC. E, se eu fizesse aqui na Auxiliadora, teria validade só no Estado de Mato Grosso e, se eu fizesse em São Paulo, teria validade nacional, por já ser reconhecido pelo MEC. Então, o papai pegou e colocou minha irmã e eu para estudarmos internas em Presidente Prudente.

### **Aqui em Campo Grande, quando vieram pra cá, você consegue lembrar que ano?**

Foi justamente quando eu tinha 9 anos de idade. Se eu nasci em 47 e vim com 5 anos, então, nós viemos no ano de 52 mais quatro anos. Então, no ano de 56 ou 57.

### **Você estudava lá em que regime? Interno ou semi-internato?**

Éramos internas. Sim, internas. Eu tinha colegas de Coxim. Pedro Gomes era só eu... de Pedro Gomes. Depois, veio minha irmã. Veio minha irmã no ano de 59, mas até 59, era só eu me pareço. Eu vim mesmo em 57, não tenho bem certeza. Foi quando fiz o quarto ano primário e depois, a admissão. E fiz da primeira série até a sétima série que é o oitavo, pois o final do ginásio já fiz em Prudente, onde estudei quatro anos de Escola Normal. Fiz três anos na escola Normal, que era o curso, e depois um ano de Especialização do Pré, que era no próprio Cristo Rei, na época.

### **Quando você estava aqui, no quarto ano primário, o que você se lembra de seus professores? Como eram eles?**

Eu me lembro de que eu era da divisão das menores, porque no internato nós tínhamos divisão das menores, das sub-médias, e das maiores.

### **Você lembra, mais ou menos, como eram seus professores, se eram as irmãs?**

Me lembro, me lembro. A gente sempre tinha aula no período matutino, que era após a missa, na época, que era obrigatório todas as manhãs a gente ir à missa. Após, ia para o refeitório no café da manhã. Logo após, passava na sala de estudo, pegava o material e depois

descia para a aula. Na sala de aula, a gente tinha, por exemplo, existia... Eu me lembro muito bem desta imagem. Tinha quatro fileiras de alunas na sala de aula, duas eram de alunas internas e duas de alunas externas.

### **Separadas?**

Até o uniforme era diferente. O nosso uniforme tinha o mesmo modelo das externas, só que o nosso era xadrezinho com alça, não é? Suspensório e blusa branca. Das externas, era todo branco. Era saia e blusa branca, na época, e meia cor de carne até o joelho, sabe, com o sapato preto. O uniforme, nesta época, o comprimento já era abaixo dos joelhos, de encontro com as meias  $\frac{3}{4}$ , e o que diferenciava a gente na sala de aula era justamente isto. A gente não mantinha contato de bater papo, e estas coisas com as externas, com as alunas externas. A gente tinha as mesmas aulas, na mesma sala, mas, como expliquei pra você em fileiras diferentes. O recreio nosso, era no pátio da parte de cima da escola, que ficava já próximo à capela, refeitório. E das externas era lá embaixo no pátio da entrada, onde elas tinham o recreio delas. No sinal, a gente subia. Elas subiam em fila, mas a gente já tinha ido à fila para as salas. Então, era tudo assim, uma disciplina muito organizada pelas freiras salesianas. Elas tinham uma característica de organização muito boa, como até hoje os padres salesianos da UCDB e do Dom Bosco, e o Auxiliadora também mantém esta organização. E tanto que foi uma escola que deixou muito boa lembrança que eu mantive esta tradição. Minhas filhas fizeram quatro anos de Educação Infantil com a Irmã Brígida e fizeram o Ensino Fundamental inteiro. Elas saíram porque a Auxiliadora não tinha científico ainda. Elas tinham a escola normal, não o magistério, na época da minha filha. Elas tinham o magistério, o Dom Bosco que tinha o científico. Então, elas ficaram 11 anos no Auxiliadora e foram para o Dom Bosco já no científico as duas.

Continuando a falar das minhas lembranças desta época, eu me lembro muito bem da Irmã Maria Oneto, que era da Matemática. Ela era professora, freira, Irmã Maria Oneto. Ela dava aula de Matemática pra mim, usava muito debates de tabuadas e usava os palitos de picolé.

### **Como era isto?**

Eram palitos de picolé que ela usava para fazer as operações, entendeu? Ela usava tampinha de garrafa, já nesta época aí. E eu me lembro que a biblioteca, a gente passou a usar a biblioteca já no primeiro ano do ginásio sozinhas, mas até eu fazer o admissão, a gente ia para a biblioteca com a Irmã Laurita, que era professora de canto e de artes. Isto no ginásio,

ela era professora de canto e de artes. E, nesta fase que estava recente, eu me lembro bem que a gente ia para a biblioteca, que era uma sala média, que não era nem pequena nem tão grande, onde tinha uma mesa grande somente e cadeiras, que era revezado por horários para ir para esta biblioteca. E a Irmã Maria Oneto, que era nossa professora de Matemática, às vezes, acompanhava a gente até a biblioteca. Sabe que lá biblioteca estava um pouco conosco. Por quê? Porque nós tínhamos aula no primeiro matutino. No vespertino, a gente ficava na sala de estudo a tarde inteira. Após o almoço, a gente tinha um recreio. Este recreio... a gente ficava... vamos supor... que eu não me lembro precisamente, uma média de meia hora.

### **Logo depois do almoço?**

Logo após o almoço. Ali, a gente jogava ping-pong, brincava de amarelinha. Eu me lembro muito bem da Amarelinha, que era riscada, e pegador. A gente também tinha muitas cantigas de roda. Elas gostavam muito de cantigas de roda e, após este almoço, eu estou falando só das alunas internas, a gente subia para a sala de estudos e eu me lembro da Irmã Maria Oneto conosco, que era uma turma pequena das menores, ela na biblioteca conosco.

### **Você lembra se ela usava outros materiais didáticos?**

Não. Ela gostava, a Irmã Maria Oneto. Ela tanto foi professora no quarto ano na admissão de Matemática como ela foi minha professora no ginásio de Matemática.

### **Você sabe se ela tinha o curso de Matemática?**

Devia ter não sei, mas ela só dava aula de Matemática. A nossa professora de canto, de música, de piano, porque eu fazia piano e minha irmã, violão. A professora de música sempre foi a Irmã Laurita, até em sala de aula e no piano lá embaixo, porque tinha as salas que tinham o piano e o vilão. Ela que era professora. A Irmã Laurita era uma magrinha, bem clarinha e ela era a nossa professora de canto. E a Irmã de Português, esta já é no ginásio, que sempre foi a Irmã Sofia, que até depois de muito tempo ela deixou o Hábito, mas era professora.

Agora, da minha parte bem criança, eu só me lembro da Irmã Maria Oneto, e a irmã Sílvia. A Irmã Sílvia, ela parecia alemã. Ela uma Italiana alta. Ela sofria de asma, então, ela era muito nervosa, até as outras irmãs falavam pra gente ter paciência com ela, pra gente respeitar porque ela ficava sem ar. Elas trabalharam muito isso conosco, porque criança é danada mesmo. E ela brincava muito com a gente também e era professora de desenho. Eu me

lembro dela fazendo dobradura com a gente, sabe Agora, Matemática... eu me lembro mesmo era da irmã Oneto.

**Nestas aulas de Matemática vocês tinham cadernos específicos de Matemática, tinham livros. Você consegue lembrar alguma coisa a respeito?**

Não me lembro de muito das questões que apareciam, gravuras... Eu me lembro se era livro específico, só da matemática. Isso eu não me lembro, mas de muita gravura com as operações, com números bem grandes e os sinais de mais ou de menos. Eu me lembro muito disso.

**Então, você lembra se tinham cadernos específicos de matemática, um de português? Não?**

Eu me lembro muito... ah, estes palitos de picolé que ela usava. Estes eu me lembro bem e das tampinhas de garrafas. Sabe por quê? As externas eram que juntavam para ela. Naquela época, não tinha nada descartável, não é? Era tudo tampinha de guaraná, tubaína, tampinha de garrafas. Então, ela usava tampinha e usava palitinhos de picolé.

**Mas tinha registro no caderno? Tinha algum tipo de registro? Vocês faziam estas operações não só manipuladas, mas tinha, de alguma forma, algum registro em algum caderno?**

Ah! Com certeza! Eu me lembro das operações até, como eu disse, na biblioteca. Eu me lembro dela estudando conosco, os menores, e ela fazendo atividades. Agora, estas atividades... o que me lembro bem é dos palitos e das tampinhas nas operações de matemática.

**Você lembra se vocês usavam a tabuada?**

Usava a tabuada assim... que eu me lembro que ela mandava a gente escrever a tabuada.

**Tinha pregado na parede ou não?**

Na parede, eu não me lembro. Eu me lembro bem que ela fazia debate de tabuada, que ela punha as internas de um lado e as externas de outro. Aí. Ela perguntava a tabuada pra um lado e para outro. Ela fazia esta competição nossa, que eram os debates, que a gente chamava.

Ela falava: “Olha, vai ter debate de tabuada” e ela era séria, sabe. Tinha horas que ela brincava com a gente, mas eu me lembro que ela era bem sisudona, assim.

**Mas, assim, não havia nenhuma tabuada no sentido, uma tabelinha, um livro específico?**

Não. Escrita no caderno, eu me lembro bem da tabuada.

**Escrita no caderno? Você consegue lembrar como eram suas provinhas? Vocês tinham provas?**

Tinha, inclusive, elas levavam muito a sério a nota. Muito a sério.

**Qual era a média Zita? Você lembra?**

A média no primário eu não me lembro, mas no ginásio até o admissão eu lembro, porque eu fui com média 7, passei raspando no admissão para o ginásio, e a média era 5, me parece. Eu me lembro que minha média foi 7 para passar do primário para o ginásio, porque se você não passasse... A gente teve o colega que reprovou.

**E como eram estas provas? Todas escritas?**

Todas escritas, inclusive, eu me lembro bem dos questionários na lousa e a gente copiando. A gente copiava as questões. Isso! Não vinha pronta pra nós. Punha o nome na página, o ano e a professora

**Você se lembra se nestas provas...**

E a professora, ela fazia o cabeçalho na lousa, copiava na folha. No ginásio, era papel almaço. Agora, no primário, eu não me lembro. No primário, o que eu me lembro muito de matemática são estas contas que a gente tinha e elas passavam de tarefa no quadro, para a gente fazer na sala de estudo e trazendo no dia seguinte.

**Você lembra se tinha alguns probleminhas para resolver? Você consegue lembrar?**

Tinha, tinha. Ela fazia. Não consigo lembrar problemas, mas tinha, por que...

**Por causa das gravuras talvez?**

Por causa, acho que por causa das gravuras, aquelas contas, as atividades que a gente tinha, que ela passava na lousa ou que ela copiava de livro. Vai ver que até tinha um livro de matemática, mas eu não me lembro. Ou, se era no próprio livro que tinha matemática, português e tudo. Não me lembro, não me lembro.

### **Não se lembra se tinha um livro específico?**

Não me lembro sabe por quê? Porque era tudo muito conduzido assim, por exemplo, o estudo, a sala de estudo... a sala de estudo... a gente ficava a tarde estudando e tinha a Irmã que levava a gente para o banho. E ela levava por turminhas, então, ela levava as turminhas das pequenas para o banho. Era em um corredor grande, assim, que tinha banheiro de um lado e do outro. Aqui, a gente tinha as cancelas, onde tinha o nome de cada uma, com suas roupinhas íntimas, era calcinha e tal, pois o uniforme era colocado na cama no dia que trocava. Aí, a gente já deixava naquele saquinho lá o uso sabe. Mas as roupas íntimas nossas eram ali naquelas, onde elas chamavam de cancelas. Eram as prateleirinhas de cada uma com o nome. A gente pegava ali a toalha de banho da gente, que o enxoval era todinho marcado pelo nome e o número no internato. Desde a roupa de cama, de banho, as calcinhas... depois a maior, os sutiãs, tudo era marcado. Já tinha que ir com o enxoval marcado.

Quando meu pai foi lá, ele já pegou a lista de materiais. Ela deu a lista do enxoval e, quando o pai deixava a gente lá, ele deixava no primeiro semestre. Ia buscar só nas férias do meio do ano, ia levar no começo do segundo semestre e aí buscar só... não é o meio do ano, porque as férias mesmo eram só no final de ano. Era assim: tinha um feriado de Semana Santa que a gente não saía, as atividades eram todas internas. E, no segundo semestre, tinha um feriado grande que o pai podia tirar a gente, que era feriado do tipo Semana da Pátria, porque dia 26 de agosto coincidia com 7 de setembro. Não sei como era este esquema de feriado, sei este feriado. Tinha um feriado no período da semana, que tinha atividades, por exemplo, o Dom Bosco fazia muitas atividades religiosas junto com o Auxiliadora. Eu me lembro que a gente se fantasiava de anjinho com asinhas e tudo, carro alegórico, procissão... Dom Bosco junto com o Auxiliadora, era uma coisa assim. São lembranças muito interessantes que eu tenho desta fase de menor.

### **Você lembra se você tinha uma matéria chamada geometria?**

No ginásio tinha, no primário, não. No primário, eu me lembro bem de dobradura. Aí, eu tinha contato com a questão de formas. É!

**Era uma disciplina esta? Mas não era a Irmã Maria Oneto?**

Não era uma disciplina esta dobradura, era mais na disciplina de desenho, que me parece.

**Você lembra se tinham alguma disciplina onde vocês aprendiam a bordar? Não era esta disciplina (geometria)?**

Não eram trabalhos manuais, mas só no ginásio, no primário, nós não tivemos.

**No primário não tinha?**

Trabalhos manuais não mesmo, porque a gente era muito pequena ainda. Eles não dariam agulha, não é? Até no ginásio quando a gente começou, eu me lembro que nossa professora de trabalhos manuais... ela usava aqueles bastidores de madeira, você entendeu? E nossa agulha era um pouquinho maior, não fazia ainda. Ela punha cânhamo, que tinha o fio mais largo pra gente fazer, por conta da agulha. Porque depois não, quanto maior a gente foi ficando, mais a gente foi tendo aulas de trabalhos manuais. Eu me lembro, no ginásio, elas levarem a gente até a cozinha para aprender a fazer brigadeiro, bolinho, docinho. Não me lembro se era brigadeiro, eu me lembro que era uns docinhos que elas ensinavam a gente no ginásio.

**No ginásio?**

No ginásio. Primário, não. No primário, eu me lembro bem de dobraduras, a matemática, eu me lembro muito bem das operações e números grandes no caderno. Eu me lembro muito dos debates de tabuada. A tabuada eu tinha uma vaga lembrança que a gente estudava a tabuada no caderno, e não na tabuada. Eu não me lembro da imagem da tabuada.

**Zita, para encerrar, como seus pais sabiam do desempenho escolar de vocês?**

Eles sabiam a cada semestre. A gente tinha uma espécie de avaliação semanal, que a gente tinha uma nota de desempenho, desde 10 com louvor até deficiente. Tinha 10 com louvor, 10, 9, 10 menos. Sabe, quando era deficiente, a gente sempre tinha uma restrição. Ou era, vamos supor, na parte de sair, porque as freiras tinham um passeio conosco, que era a paixão de todo mundo. Elas punham a gente de uniforme em fila, e saía ali na rua Pedro Celestino e ia até a Avenida Afonso Pena, voltando no sentido contrário da calçada.

Passeando, só para ver a cidade, e a freira junto, em fila. Acho que ia uma ou duas freiras juntas. Ela ia passeando com a gente e voltava. Uma vez por semana, geralmente, era no domingo que ela fazia este passeio conosco. E quem tava deficiente, não ia neste passeio. E este passeio era a paixão de todo mundo, porque saía do colégio, não é?

**Voltando um pouquinho, os pais tinham acesso a estas provas que vocês faziam? Vocês copiavam do quadro? Você lembra-se disto, Zita?**

Não tinham acesso. Pode até ser que as externas tinham, mas nós internas, não, porque os pais moravam longe. Nessa época, da cidade de Pedro Gomes até aqui era um dia inteirinho de viagem. Eu me lembro que meu pai tinha um jipão 4 portas, que ele colocava correntes nas rodas do jipe para atravessar São Gabriel, que tinha atoleiro. Então, ele pegava o jipe e subia entre os cupins no campo para atravessar, porque os caminhões estavam em fila e atolados. Eu me lembro disso na viagem de lá pra cá, quando o papai vinha trazer a gente.

**E a saudade de casa como era?**

Nossa! A saudade da comida da minha mãe! Porque a minha mãe, ela mandava quando vinha alguém, esporadicamente, que era muito raro vir gente de lá pra cá, por causa da dificuldade de transporte. Então, quando vinha alguém, ela mandava lata de farofa de frango, mandava lata de pé de moleque, ela mandava lata de doce de leite quadradinho. Sabe, aí, isso aí era festa pra gente. E quando chegava este lanche que a mãe mandava, estes presentes, a gente punha na mesa pra todas, cada uma que recebia punha na mesa pra todas. Se for doce, cada um servia ali na mesa, guardava, e tinha o nome da gente, depois ia para o armário no refeitório, tinha horário para comer.

**Tinha horário pra tudo, não é, Zita?**

Tinha. E tinha que dividir e eu lembro que eu escrevi uma carta no dia que meu pai veio, que foi me visitar na escola. Eu escrevi uma carta pra minha mãe que tinha achado bichinho no arroz, que tinha achado bichinho na polenta. Para ela mandar mais farofa de frango. Aí, sabe, eu escondi e recolhi os bichinhos. Era cheiro verde e cisquinhos. Eu escondi em uma caixinha e dei esta caixinha para meu pai, junto com a carta na sala de visita. Aí, meu pai foi para o hotel. Esqueceu a carta na mesa de centro da recepção e a freira pegou.

Menina! Aí, meu pai foi chamado e a freira falou! Deu um pito em mim, na frente do meu... que eu passei para o pai. Eu não esqueço isso. Aí, minha filha, foi à vergonha que eu

nunca esqueço que eu passei. Que o papai virou e falou assim: mas ela merece o perdão, sabe por quê? De qualquer forma, ela não mentiu. Para ela, o cisquinho era bichinho. Você perdoa, porque, de qualquer forma, ela não mentiu. Meu pai era puxa-saco da gente. Aí, tem histórias deste internato! Agora, é o seguinte: eu vou perguntar para minha filha Daniella, esta que é advogada, que tem 41 anos, que ela fez o primário, mas é muito recente, não é? Ela fez em 80, mais ou menos. Isto mais ou menos, de 80 para 90, porque ela nasceu em 1975, não é?

**Mas agradeço sim se você tiver alguma coisa dela, algum caderno, algum registro que possa estar contando a história da matemática no colégio será uma benção. Muito Obrigada, Zita!**

De nada. Foi uma sessão nostálgica.

Maria do Socorro Matos de Moraes

ANEXO 2 – Regime Interno do Ginásio Feminino

Regimento Interno

Ginásio Feminino  
N. S. Auxiliadora

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"**  
SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRETIDO PELAS IRMÃS SALESIANAS  
Campo Grande Mato Grosso

**REGIMENTO INTERNO**  
do Colégio e seus fins e sede

Art. 1º- O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, fundada e dirigida pelas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, na cidade de Campo Grande (Estado de Mato Grosso), no ano de 1928, tem por fim ministrar instrução e educação cristã à mocidade feminina.

Art. 2º- Regê-se pelos regulamentos da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora e pelos presentes Estatutos, reformados a critério da Diretoria do Colégio.

Art. 3º- Tem por sede judicial e extra-judicial a cidade de Campo Grande.

Art. 4º- O Colégio mantém os seguintes cursos: Jardim de infância, primário, ginásial, normal e cooperativo.

§ unico- Mantém, ainda, curso de piano, violino, bandolim, pintura, flores artificiais, dactilografia, bordados, corte e costura.

Art. 5º- As alunas do Colégio estão distribuídas pelas seguintes seções, sob uma única direção: internato, externato e semi-internato.

§ unico- Além dos cursos que funcionam no edifício principal do Colégio, mantém este, em prédio situado no centro da cidade, um oratório festivo para crianças e jardim da infância.

Art. 6º- As alunas são contribuintes e gratuitas. Aquelas estão sujeitas ao pagamento de tabela anexa. Estas serão matriculadas mediante prova de que são pobres, orfãs ou abandonadas.

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"**  
SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRETIDO PELAS IRMÃS SALESIANAS  
Campo Grande Mato Grosso

§ 1º- Todos os anos a diretoria do Colégio porá à disposição das autoridades municipais e estadual um determinado numero de vagas em qualquer dos cursos do estabelecimento.

§ 2º- Além dos matriculados gratuitos de que trata o § 1º, manterá o Colégio um curso primário destinado exclusivamente às meninas pobres e orfãs que não dispõem de recursos.

**ADMINISTRAÇÃO-DURAÇÃO- EXTENSÃO DO COLÉGIO**

Art. 7º- O Colégio é administrado por uma diretoria composta de Irmãs: Diretora, vice-diretora, secretária e tesoureira.

§ 1º- A diretoria exerce as suas funções pelo periodo de seis anos, podendo qualquer membro da mesma (da) ser substituído de acordo com os regulamentos da Congregação.

§ 2º- A Diretoria do Colégio responde ativamente, judicialmente pelas obrigações contraídas pelo Colégio.

§ 3º- Os membros da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, respondam subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 4º- A Diretoria é quem representa o Colégio em juízo e fora dele.

Art. 8º- A sua duração será por tempo indeterminado.

§ unico- No caso de extinção o seu patrimonio passará a outro Colégio da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora.

**DO CURSO PRIMARIO**

Art. 9º- O curso primario cômsta de quatro anos e abrangia as

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"**  
SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRETIDO PELAS IRMÃS SALESIANAS  
Campo Grande Mato Grosso

seguintes materias: Portuguez, Aritmetica-Geografia- Historia patria- Religião- Noções de coassa- Ciências e higiene- Cívildade- Instrução Moral e cívica- Desenho- Caligrafia- Educação Física- Trabalhos manuais.

**DO CURSO GINÁSIAL**

Art. 10º- O curso ginásial feminino, sob o regimen de provão fiscalização federal, regê-se pelas leis federais a respeito.

**DE OUTROS CURSOS**

Art. 11º- O jardim de infancia está organizado de acordo com uma conveniente adaptação dos metodos Decroli, Montessori e Agazzi e se destina a crianças de 3 a 6 anos.

**DO INTERNATO**

Art. 12º- As candidatas à matricula no internato devem apresentar os seguintes documentos:

- a)- certidão de registro civil;
- b)- certidão de batismo;
- c)-atestado de vacinação recente, de não soffrer de molestia transmissivel e de se achar em boas condições de saúde.

Todas as alunas deverão se conformar com o regulamento interno do estabelecimento.

**DO EXTERNATO**

Art. 13º- As candidatas à matricula devem apresentar os se-

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"**

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRIGIDO PELOS IRMÃOS SALESIANOS

**Campo Grande Mato Grosso**

guintes documentos:

- certidão de registro civil;
- certidão de batismo;
- atestado de vacinação recente e de não sofrer de moléstias transmissíveis.

§ 1º - não se aceitam alunas externas que morem em pensões ou casas cuja moralidade não seja garantida.

§ 2º - As alunas cuja família não reside na cidade deverão estar em casa de um parente idôneo ou na casa de outra família de respeito, a qual fará a matrícula da aluna e se responsabilizará por escrito pela assiduidade e bom procedimento das mesmas.

DO SEMI-INTERNATO

Art. 14º - Aplicam-se às semi-internas todos os artigos do capítulo referente às externas.

§ único - As semi-internas entram de manhã e se retiram às 17 horas, tomando no Colégio duas refeições: almoço e lanche.

DA MATRICULA DAS ALUNAS

Art. 15º - A matrícula do Curso secundário far-se-á do 1º a 14 de Março mediante apresentação dos seguintes documentos:

- certificado de habilitação no exame de admissão para o 1º ano, ou certificado de habilitação nas matérias da série anterior, para as demais alunas;
- Atestados de sanidade;
- certidão de idade;

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"**

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRIGIDO PELOS IRMÃOS SALESIANOS

**Campo Grande Mato Grosso**

estabelecimentos.

g) recibo de pagamento da taxa de matrícula.

DO ANO ESCOLAR

Art. 16º - O ano letivo obrigatório começará em 15 de março e terminará em 30 de Novembro.

§ 1º - Além das férias de fim de ano, são considerados de férias escolares, os últimos 15 dias de mês de Junho;

§ 2º - As alunas internas pontuais na entrada, serão conferido no fim do ano, um prêmio de pontualidade.

§ 3º - Não poderá prestar exame no fim do ano, a aluna cuja frequência não atinja as três quartas da totalidade das aulas da respectiva série.

§ 4º - A frequência às aulas de educação física e de música é obrigatória.

DO REGIME ESCOLAR

Art. 17º - As matérias de todos os Cursos serão ensinadas pelos processos mais modernos e eficientes, conforme as instruções regulamentares:

§ 1º - serão praticas as aulas de línguas vivas, por meio de conversação e correspondência. Na de português, serão feitos exercícios metódicos e graduados de composição, para facilidade de expressão vernacula e criação de estilo próprio, principalmente na se. é; superior

§ 2º - Todos os exercícios serão lançados em cadernos especiais; em ordem cronológica para que a aluna verifique

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"**

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRIGIDO PELOS IRMÃOS SALESIANOS

**Campo Grande Mato Grosso**

DA CONSTITUIÇÃO DO CORPO DOCENTE

Art. 18º - O corpo docente será constituído por professores devidamente registrados no departamento Nacional do ensino.

§ 1º - Os professores terão os seus lugares garantidos enquanto mostrarem capacidade normal de trabalho e absoluta idoneidade moral;

§ 2º - Os honorários do corpo docente serão pagos até o dia 5 de cada mês;

§ 3º - Os professores do estabelecimento assinarão com a Direção um contrato de locação de serviços, para a sua salvaguarda e para garantir ao Colégio ensino eficiente;

§ 4º - Aos professores compete:

- Organizar o horário, comparecer pontualmente às aulas, ministrando-as durante o tempo prescrito pela lei;
- Seguir à risca os programas oficiais, as instruções do Departamento Nacional do ensino e as da direção do Estabelecimento;
- Comparecer dez minutos, pelo menos, antes do início da primeira aula do período;
- Não faltar às aulas sem previo aviso de 24 horas, salvo caso de doença comprovada ou força maior a Juízo da Direção;
- Manter a disciplina nos moldes deste regimento e as instruções da Diretoria;
- Determinar exercícios para casa, corrigi-los, anotar os seus valores, sempre de acordo com a orientação da Diretoria;
- Ligar ao conhecimento da Diretoria o que tiver notado de anormal dentro ou fora do estabelecimento e que possa interessar sob qualquer aspecto, principalmente o moral e o intelectual;

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"**

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRIGIDO PELOS IRMÃOS SALESIANOS

**Campo Grande Mato Grosso**

b) Comparecer às reuniões da Congregação.

DO CORPO DISCRETE

Art. 19º - As alunas terão direitos:

- A frequência às aulas obrigatória e no horário;
- A assistência constante da Diretoria;
- Apresentar em termos as suas reclamações que serão atendidas quando justas;

Art. 20º - O estudo da religião faz parte de todos os cursos.

Art. 21º - As aulas de educação física, exercício de declamação, representações dramáticas ou líricas no teatrino do Colégio, execução de música vocal e instrumental, conferências morais e religiosas, trabalhos manuais, comemorações das grandes datas nacionais, conferências com preleções luminosas completam o programa de ensino no Estabelecimento.

SISTEMA DISCIPLINAR

Art. 22º - As alunas matriculadas estão sujeitas às seguintes penas disciplinares:

- Advertência;
- Suspensão momentânea das aulas;
- Supresso de boas notas de procedimento e aplicação;
- Separação por um ou mais dias das colegas;
- Suspensão por um ou mais dias das aulas;
- cancelamento da matrícula;

Art. 23º - A pena constante das letras g e l compete exclusivamente à Diretoria.

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "M. S. Auxiliadora"**

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIREÇÃO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

**Campo Grande Mato Grosso**

Art. 24\* - De desligamento de qualquer aluna será imediatamente certificado a inspetoria Nacional do Ensino;

Art. 25\* - Determina cancelamento da matrícula:

a) ofensa contra a moralidade ou mesmo conversas em maneiras posto decretadas;

b) insubordinação incorrigível ou falta grave de respeito.

Art. 26\* - A morosidade injustificável no pagamento será tanto um motivo suficiente à restituição da aluna à família.

Art. 27\* - As alunas devem responder imediatamente pecuniariamente, pelos estragos no edifício ou no mobiliário, assim como a qualquer prejuízo causado às colegas e ao Colégio.

Art. 28\* - As alunas não podem ter no Colégio revistas, jornais e livros de qualquer espécie estranhos aos estudos.

Art. 29\* - Todas as alunas devem conformar-se com o regimento interno que é lido no começo de ano letivo, explicado frequentemente no decorrer do mesmo.

**Art. 30\***

PENSO E DESPESAS

Art. 30\* - A pensão será paga de acordo com a tabela em vigor. Sendo duas ou mais irmãs internas gozará cada uma, excluída a 1ª 10% de abatimento na pensão.

Art. 31 - Os pagamentos são todos adiantados.

Art. 32 - A pensão é anual; não se faz diferença pelo fato de alguém chegar atrasado, nem se fará restituição alguma no caso de aluna ser retirada do Colégio.

Art. 33\* - O Colégio não fornece roupas e calçados às alunas sem ordem expressa dos pais, mas neste caso, devem depositar a quantia estipulada para tais gastos.

Scanned by CamScanner

**Ginásio Feminino "M. S. Auxiliadora"**

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIREÇÃO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

**Campo Grande Mato Grosso**

Art. 43\* - Dado o caso de moléstia contagiosa ou suspeita, a administração reserva-se o direito de tomar imediatamente as providências que forem julgadas oportunas.

**NOTA:** Os presentes Estatutos poderão ser reformados na parte referente a administração do Colégio, a juízo de sua diretoria.

Scanned by CamScanner

## ANEXO 3 – Primeira parte: Regime Interno do Curso Secundário

Lei 5.692/74

Regimento Interno  
Curso Secundário

1969-1972

Colégio N.S. Auxiliadora  
Campo Grande

Scanned by CamScanner

- b)- existencialmente imperfeito na conquista de estabilidade;
- c)- psicologicamente formada por um feixe de potências distintas, em progressiva maturação;
- d)- teologicamente inserida no Corpo Místico de Cristo;
- e)- sociologicamente pertencente a diferentes grupos humanos;
- f)- obviamente dentro da comunidade nacional brasileira;
- onde decorram os princípios:
- § 2º - a)- a educanda com o educador forma o binômio fundamental do Instituto;
- b)- o "tempo" conscientemente trabalhado é exigência fundamental para a maturação;
- c)- o corpo diretivo e o corpo docente assumem a obrigação de "servir";
- d)- a "verdade", o "bem", o "belo" e o "uno" são os valores de conquista pessoal e de expressão;
- e)- a aluna é a causa eficiente principal da aprendizagem e o professor a causa auxiliar;
- f)- a causa formal da educação é Cristo;
- g)- a responsabilidade da educação da aluna recai sobre a comunidade;
- h)- o fundamento da disciplina é a liberdade, baseada nos princípios da RAZÃO, RELIGIÃO e o AMOR, traduzido em:
- k)- respeito pela dignidade humana;
- l)- respeito pelo trabalho do outro e solidariedade;
- m)- respeito à autoridade;
- n)- respeito à família.
- Art. 6º - Portanto, a finalidade do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora é: "Educar a juventude feminina, tendo em vista o seu harmônico e integral crescimento para a sua inserção vital na realidade social cristã".
- Parágrafo único - Isto implica:
- 1 - ajudar a aluna a descobrir e a desenvolver todas as suas potencialidades;
  - 2 - levá-la à aquisição e herança espiritual-cultural da Patria e da civilização e uma sólida cultura humano-cristã;
  - 3 - levá-la à integração consciente nos requisitos da ordem social, preparando-a para a sua responsabilidade na comunidade e despejando-a para uma autêntica cidadania;
  - 4 - acordá-la para a "Verdade", o "Bem" e o "Uno":
    - a)- baseando o desenvolvimento da consciência moral numa escola de valores;
    - b)- exercitando a educanda na conquista da estabilidade emocional;

Scanned by CamScanner

### REGIMENTO ESCOLAR DO CURSO SECUNDÁRIO DO

COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE CAMPO GRANDE - MT

- TÍTULO I -

- DAS FINALIDADES -

Capítulo I - Da denominação, sede, prioridades e caracterização

- Art. 1º - O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, foi fundado em 1926, pelo Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, Sociedade civil, com sede também nesta cidade de Campo Grande, na Rua Pedro Celestino, n. 1436, Estado de Mato Grosso. Adquiriu personalidade jurídica em 20 de março de 1934, com registro n. 691, no Livro n. 1, do Cartório do 4º Ofício desta cidade.
- Art. 2º - É uma Instituição de caráter beneficente, educacional, cultural e de assistência social. É católica e age de acordo com sua confissão. Aceita alunas de todos os credos, classe social ou racial, de diferente convicção filosófica e política (LDB, art. 19, g) mas exige delas acatamento à condição confessional do Estabelecimento bem como a este Regimento e à sua regulamentação.
- Art. 3º - Dentro de suas possibilidades e na medida em que as circunstâncias o permitirem, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora poderá desenvolver quaisquer obras de educação, ensino e assistência social que venham beneficiar a juventude.
- Art. 4º - Sua organização interna reger-se-á pelo presente Regimento.

Capítulo II - Das prioridades e fins

- Art. 5º - Os princípios que fundamentam o estabelecimento estão consignados na Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. São inspirados nos ensinamentos da Santa Igreja Católica e no Sistema Preventivo de D. Bosco.
- § 1º - A aluna é um ser:
- a)- essencialmente perfeito: "corpo e alma racional em unidade de natureza";

Scanned by CamScanner

- c)- desenvolvendo-lhe o potencial criativo e a sensibilidade de estética;
- d)- promovendo o desenvolvimento de habilidades intelectuais e de técnicas de comunicação e profissional;
- e)- guiando a educanda a uma progressiva conquista da liberdade;
- f)- levando-a à auto-educação e auto-adaptação;
- g)- levando a aluna a um amadurecimento tal que lhe possibilite de, sózinha, realizar-se na sua vocação terrena para conquistar os objetivos eternos.

Capítulo III - Das Cargas e Turnos

- Art. 7º - Para a consecução de seus objetivos, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora manterá os seguintes cursos: pré-primário, primário, médio, respeitando as leis, normas e sistemas estabelecidos pelos poderes públicos.
- Art. 8º - O curso médio é ministrado nos ciclos ginasial e colegial - clássico, científico e normal - sendo que o Ginasial e o Colegial clássico e científico são em opção federal.
- Art. 9º - O estabelecimento manterá ainda um curso elementar de preparação de candidatas ao curso ginasial.
- Art. 10 - O ensino será ministrado em dois turnos: matutino e vespertino, exclusivo para alunas do sexo feminino.
- Art. 11 - O estabelecimento organizará seus cursos sob regime de externato, internato e semi-internato, podendo suprir, temporariamente, alguns dos regimes previstos, atendendo às circunstâncias especiais.
- Art. 12 - No curso ginasial serão ministradas as disciplinas em número e especificação conforme a Lei n. 4.024, de 20/12/61.
- Parágrafo único - a) nove disciplinas, no curso;
- b) sete disciplinas, no máximo, por série, e cinco, no mínimo.
- Art. 13 - O currículo, apresentado sob forma de anexo, devidamente aprovado, poderá sofrer modificações, no ano seguinte, precedidas da comunicação aos órgãos competentes.
- Parágrafo único - As disciplinas poderão ser ministradas em período semestral, com maior número de aulas, caso haja conveniência.
- Art. 14 - A Educação física é prática obrigatória para todas as alunas menores de 18 anos.
- Art. 15 - A Doutrina Católica será ministrada como prática educativa para todas as alunas do Estabelecimento.

Scanned by CamScanner

## TÍTULO VI

## Capítulo I - Nos Programas e Trabalhos Escolares

- rt. 52 - As disciplinas serão ministradas de acordo com o programa elaborado pelo professor, em regime de "PARTICIPAÇÃO", de forma a proporcionar às alunas oportunidades para o desenvolvimento de todas as suas potências e garantir-lhes o maior rendimento possível.
- rt. 53 - É assegurada ao professor o direito de elaborar o programa de sua disciplina, de acordo com as instruções metodológicas apresentadas pelo órgão competente.
- rt. 54 - É dever do professor submeter ao Corpo Diretivo, no início de cada ano, o programa de sua disciplina e prática educativa, com a especificação dos objetivos e conteúdos.
- rt. 55 - Obriga-se o professor ao cumprimento do programa elaborado, tendo-se em vista o período de trabalho escolar. (art. 38-LDB)

## Capítulo II

## Da Educação Moral e Cívica

- rt. 56 - Além da educação indireta de Moral e Cívica, através das diferentes disciplinas, serão ministradas aulas de Educação Moral e Cívica que visam integrar a aluna na sociedade brasileira.
- rt. 57 - As datas nacionais e estaduais serão comemoradas de maneira a despertar na aluna o sentimento de participação na comunidade.

## TÍTULO VII

## Da Frequência Escolar

- art. 58 - A frequência às aulas é obrigatória, tanto das disciplinas como das práticas educativas (art. 38-LDB VI e Parecer 356/65-Doc.11).  
Parágrafo único - Não há abono de faltas, qualquer que seja o motivo, inclusive doença (Parecer 356/65-Doc.11; 67/65 - Doc.13).
- art. 59 - Entra em regime de recuperação especial, exame de segunda chamada, a ser realizada em fevereiro, a aluna que não compareceu entre 50 a 75% das aulas dadas de disciplinas e práticas educativas e Educação Física, computada separadamente a frequência desta.

Scanned by CamScanner

## TÍTULO VIII

## Da Escrituração e Arquivo Escolar

- t. 60 - Este Estabelecimento manterá escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluna e da regularidade e autenticidade de sua vida escolar.
- § 1º - 1- Livro de Matrícula;  
2- Livro de Atas;  
3- Livro de Adaptações;  
4- Documentos exigidos, recebidos e expedidos pela Direção do Estabelecimento;  
5- Programas das disciplinas e práticas educativas;  
6- Coleção de Leis e comunicações das autoridades escolares.
- § 2º - 1- Certidão de nascimento ou documento equivalente;  
2- Documento que comprove satisfatória educação primária;  
3- Documento relativo à vida escolar realizada em outro estabelecimento, para alunas transferidas;  
4- Fichas individuais das séries cursadas, onde serão registrados:  
a- todos os resultados do processo de verificação da aprendizagem escolar, ao longo do período letivo;  
b- todos os resultados da recuperação;  
c- aprovação, reprovação e promoção da aluna;  
d- frequência às aulas das disciplinas e práticas educativas;  
e- número de aulas ministradas durante o ano letivo.
- § 3º - Tendo sido feitas as devidas anotações, os documentos referentes ao processo de apreensão ou verificação da aprendizagem escolar, excetuadas as atas, serão incinerados após dois anos.
- art. 61 - O Diretor ou o seu substituto legal e o Secretário assinarão os documentos expedidos pelo Estabelecimento.
- art. 62 - Concluído o curso, gratuitamente a aluna receberá, em duas vias, o respectivo certificado, acompanhado do histórico escolar.
- art. 63 - De qualquer documento, pode ser aceita fotocópia, desde que legalmente autenticada.
- art. 64 - Os vistos e assinaturas dos documentos escolares terão, agtopostos, em letra de fôrma, datilografados ou carimbados, e, por extenso, os nomes dos signatários e os números de seus registros ou de suas matrículas.
- art. 65 - Exceto nos casos previstos em Lei, nenhum documento de arquivo será entregue ao interessado.

Scanned by CamScanner

## TÍTULO IX

## Capítulo I - Da Avaliação do Rendimento Escolar e Promoção

- t. 66 - A mensuração da aprendizagem será em termos de:
- a - **ATTITUDES:**
- 1- **LIDERANÇA DEMOCRÁTICA:** autenticidade; integração; civismo;
  - 2- **AUTO-DISCIPLINA:** Equilíbrio emocional; pontualidade; postura.
- b- **HABILIDADES:**
- 1- **Expressão:** oral, escrita, etc.
  - 2- **Compreensão:** reflexão, pesquisa, análise, síntese, audição-crítica, associativa, etc.
- c - **CONHECIMENTOS.**
- § 1º - Bimestralmente, cada professor classificará as alunas na sua disciplina, considerando as seguintes etapas: março-abril; maio-junho; agosto-setembro; outubro-novembro.
- § 2º - A mensuração do rendimento escolar bimestral será feita de maneira contínua e acumulada, ao longo de todo o período letivo, através de trabalhos deconstrutivos de progressivo amadurecimento, da capacidade de investigação e pesquisa, de juízo e crítica, de generalização e transferência, de associação e criatividade, de análise e síntese, de demonstrações práticas e entrevistas e outros processos dinâmicos, dando-se liberdade à iniciativa do professor.
- rt. 67 - Cada aluna possuirá um "dossier" em que serão arquivados todos os seus trabalhos escolares e serão anotadas as ocorrências que lhe disserem respeito, de acordo com as resoluções do Conselho de Professores, para efeito de julgamento final (anual) e garantia de preponderância dos resultados obtidos durante o ano.
- rt. 68 - A mensuração do educando obedecerá à seguinte escala de conceitos: ÓTIMO, MUITO BOM (aprovetamento superior); BOM e REGULAR (aprovetamento médio); DEFICIENTE e INSUFICIENTE (aprovetamento inferior).
- rt. 69 - A etapa é perdida para a aluna que obtiver **aprovetamento inferior**.
- rt. 70 - Todavia, todas as alunas têm direito à recuperação da etapa perdida, mediante nova verificação da aprendizagem.

Scanned by CamScanner

11

- t. 71 - Os primeiros dez dias de cada bimestre, a partir de maio, são reservados à recuperação da etapa anterior. A recuperação do último período será, praticamente, numa época móvel, dependendo da liberação da Diretoria em fixar após os 180 dias letivos.
- t. 72 - O processo da recuperação deverá ser, a critério do professor, uma atitude ou mais, extra-classe e extra-horário, que obrigue a aluna a sério trabalho cultural em que entrem em jogo suas potências, visando objetivos bem determinados de **ATTITUDES, HABILIDADES e CONHECIMENTOS.**
- t. 73 - Não é permitido repetir o conceito de um período para outro, nem progressiva nem regressivamente. Não se admite, igualmente, que a aluna seja examinada em matéria de outro estágio já vencido ou numa só matéria com validade para dois períodos. Nada impede que os conhecimentos e habilidades adquiridos num período, sejam empregados na resolução dos trabalhos dos períodos seguintes.
- rt. 74 - Não há segunda chamada para os trabalhos e verificação bimestrais. A aluna que faltar às mais significativas atividades, embora por doença, não será classificada. Tem direito, todavia, à recuperação em épocas previstas pelo artigo 71 deste Regimento.
- rt. 75 - As alunas que se transferem para este Estabelecimento serão regidas pelo que reza o artigo 43 deste Regimento.
- rt. 76 - Os conceitos das Práticas Educativas não influirão para a aprovação da aluna.  
Parágrafo único - Se na avaliação das Práticas Educativas não se colocar na escala de aproveitamento superior e médio, a aluna terá matrícula vedada neste estabelecimento, no ano seguinte.
- rt. 77 - No critério de avaliação da aluna, nas Práticas Educativas, levar-se-á em conta, sobretudo seu crescimento nas **ATTITUDES e HABILIDADES**, não prescindindo, contudo, de suas aptidões especiais.
- rt. 78 - A expressão do crescimento da aluna nas **ATTITUDES e HABILIDADES**, colhidas pelos professores através das atividades na manipulação de **CONHECIMENTOS** das diferentes disciplinas, será resumida bimestralmente, pelo Conselho dos Professores.
- rt. 79 - No decurso do período letivo, não serão alteradas essas normas regimentais relativas à apuração do rendimento escolar, inclusive graus de aprovação e promoção.

## Capítulo II - Da Promoção

- art. 80 - Será considerada aprovada e dispensada da recuperação final (exame final) a aluna que, pelo Conselho de Professores, examinado o dossier, for julgada apta, sem mais, para cursar a série se-

Scanned by CamScanner

14

guinte. Como norma geral, são consideradas automaticamente aprovadas as alunas que, estando na escola de aproveitamento superior e de aproveitamento médio, em cada disciplina, em todas as etapas de mensuração, incluindo os conceitos atribuídos às ATIUNDES e HABILIDADES.

Parágrafo Único - Para os casos discutíveis, prevalece o critério do professor da disciplina em discussão, ouvido em reunião do corpo docente, sob a presidência da Diretora do Estabelecimento, da Diretora dos Estudos e da Secretária.

Art. 81 - Na recuperação final (provas finais ou exames finais), será aprovada a aluna que conseguir REGULAR de aproveitamento médio (preponderância dos resultados alcançados durante o ano letivo).

Art. 82 - O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora expedirá certificado de conclusão de curso médio, 1º e 2º ciclo, satisfetidas as exigências regulamentares.

#### Capítulo III - Do Exame de Segunda Época

Art. 83 - Será facultada a possibilidade de recuperação especial em todas as matérias (exame final em segunda época) à aluna que não compareceu entre 50 a 75% das aulas dadas de Disciplinas e Práticas Educativas e de Educação Física, computada separadamente esta última.

Art. 84 - O processo desta recuperação está a critério do professor, (art. 72 deste Regulamento) assim como lhe está assegurada a liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento. (art. 39 § 1º L.U.B.)

Art. 85 - A aluna contemplada no artigo 83 deste Regulamento será aprovada se obtiver aproveitamento médio e superior nos exames de 2ª. época, de acordo com o art. 81 deste Regulamento.

#### Capítulo IV - Da Revisão de Prova

Art. 86 - Em prazo de 15 dias após à entrega dos resultados, admitir-se-á revisão do "dossier", caso o deseje a aluna, diante de uma banca eleita pela Diretoria e o Professor da matéria em questão.

### TÍTULO X

#### Capítulo I - Da Administração Escolar - Da Diretoria

Art. 87 - A Direção do Estabelecimento estará a cargo de uma das Religiosas que presidirá a todas as atividades escolares, o trabalho

Scanned by CamScanner

15

dos Professores e das alunas, a Orientação Educativa e demais relações da Comunidade Escolar com a vida exterior.

Art. 88 - O cargo de Diretora será exercido por quem estiver devidamente credenciada e por deliberação da Entidade Mantenedora do Estabelecimento, com aprovação da Inspeção Seccional. Terá como auxiliares, uma Vice-Diretora, devidamente credenciada, e Conselheiras.

Art. 89 - Compete à Diretora:

- Comprir e fazer cumprir as leis do ensino e as determinações legais das autoridades competentes, na esfera de suas atribuições;
- representar oficialmente o Estabelecimento, perante as autoridades federais e estaduais;
- supervisionar os atos escolares que digam respeito à administração, ao ensino e ao andamento geral do Estabelecimento;
- presidir ao Conselho de Professores;
- convocar, quando julgar necessário, representantes das alunas para as várias atividades constantes do plano das atividades escolares.

Parágrafo Único - Estando a Diretora legitimamente impedida de exercer algumas das atribuições previstas acima, será substituída pela Vice-Diretora.

#### Capítulo II

##### Do Conselho Deliberativo

Art. 90 - Constituem o Conselho Deliberativo a Diretora, a Vice-Diretora, as Conselheiras, a Secretária, a Tesoureira.

Parágrafo Único - Compete ao Conselho Deliberativo:

- deliberar sobre as atividades escolares;
- deliberar sobre as medidas pedagógicas apresentadas pelo Conselho de Professores;
- deliberar sobre a mudança de algum artigo do Regulamento, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino;
- deliberar sobre o planejamento escolar do início do ano.

##### Capítulo III - Da Congregação dos Professores

Art. 91 - Haverá uma Congregação de Professores constituída pelos Professores de cada disciplina, devidamente registrados ou autorizados pelo órgão competente do Ministério da Educação.

Parágrafo Único - O presidente desta Congregação é sempre a Diretora.

Scanned by CamScanner

16

Parágrafo Único - A Orientadora Educacional poderá ser auxiliada no desempenho de suas funções, quando necessário, por elementos do Corpo Docente e Administrativo.

- Art. 108 - Compete à Orientadora Educacional:
- Organizar o fichário das alunas;
  - ajudar a aluna a descobrir e a desenvolver todas as suas potencialidades;
  - auxiliar as alunas a conhecerem as oportunidades educacionais do Estabelecimento, da Cidade, do Estado e do País;
  - auxiliar as alunas na consecução de seus objetivos educacionais;
  - entender o Serviço de Orientação Educativa no meio ambiente social e familiar, atendendo casos especiais;
  - cooperar eficazmente com o Serviço de Expansão Cultural e Formação Moral, Social e Cívica;
  - elaborar anualmente relatório de seus trabalhos, com conclusões que das observações feitas resultarem.

#### Capítulo II - Da Recreação

Art. 109 - O regime de recreação das alunas será dimensionado pela possibilidade do horário e extra-curricular.

§ 1º - Dentro do horário escolar as alunas terão 30 mn. de recreio;

§ 2º - Fora do período escolar, haverá livre acesso ao pátio para treinamento de vôlei, bola ao cesto, pingue-pongue, etc. assim como terão acesso de livre escolha a outras áreas de práticas educativas.

### TÍTULO XIII

#### DO CORPO DOCENTE

##### Capítulo I - Da Investidura dos Professores

Art. 110 - A constituição do quadro dos professores se fará em termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - Formam o corpo docente membros do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora assim como Professores laicos. De todos é exigida, além dos documentos legais, idoneidade de vida.

Scanned by CamScanner

17

#### Capítulo II - Dos Deveres

Art. 111 - São deveres dos professores:

- ter sempre em mira a formação física, intelectual, moral, social, cívica e religiosa da aluna;
- submeter ao corpo diretivo e ao Conselho de Professores, no início do ano, o programa de suas disciplinas, com especificação dos objetivos e do conteúdo;
- apresentar às alunas os respectivos programas, estudar-lhes o espírito vivificador e, no fim de cada etapa, fazer uma revisão para uma conscientização dos objetivos atingidos;
- ministrar suas aulas de acordo com o programa elaborado, em regime de "PARTICIPAÇÃO", de forma a proporcionar às alunas oportunidades para desenvolvimento de todas as suas potencialidades e garantir-lhes o maior rendimento possível. Usar, portanto, processos didáticos atualizados;
- regar as aulas de acordo com a distribuição feita pela Direção, no horário estabelecido;
- estar presente na sala de aula, antes da entrada das alunas e retirar-se apenas depois de terminada a aula;
- promover a integração da aluna na comunidade escolar e cívica;
- verificar a presença das alunas e marcar as faltas;
- registrar, no diário de classe, a matéria lecionada;
- conservar, no "dossier" das alunas, os trabalhos executados ao longo das etapas do ano letivo, para fins de julgamento final (anual);
- conservar, no estabelecimento, os registros de faltas e conceitos das alunas;
- preocupar-se com a linha Confessional da Escola;
- tomar parte nos Conselhos de Professores, em horário fixado pela Diretoria.

Art. 112 - É vedado ao Professor:

- adotar livros ou apostilas, sem autorização;
- ocupar-se, em aula, de assuntos estranhos à finalidade educativa;
- servir-se da cátedra para propagar doutrinas contrárias aos interesses nacionais e à Religião;
- aplicar às alunas outras penas que não as da advertência e repreensão.

##### Capítulo III - Dos Direitos

Art. 113 - É assegurado ao professor:

- o direito de elaborar o programa de sua disciplina, de acordo

Scanned by CamScanner

18

do com as instruções metodológicas apresentadas pelo órgão competente;

b - a liberdade de aferir, sob variadas formas, a aprendizagem da aluna em termos de **ATITUDES, HABILIDADES e CONHECIMENTOS**;

c - a liberdade de promover experiências pedagógicas em sua disciplina ou em conjunto com outros Professores, com assentimento da Diretoria;

d - o respeito à autoridade sua e o prestígio no desempenho de sua missão;

e - o direito à remuneração do trabalho em termo da lei trabalhista em vigor.

**TÍTULO XIII**

**Capítulo I - Do corpo docente - Dos Deveres**

Art. 114 - O corpo docente é constituído de alunas regularmente matriculadas.

Art. 115 - São obrigações gerais das alunas:

a - proceder de acordo com as regras de urbanidade, dentro do Colégio e fora, estando obrigada ao uso do uniforme, de acordo com o modelo estabelecido;

b - aplicar-se, com máxima diligência, no aproveitamento do ensino ministrado, frequentando com pontualidade as aulas e todos os atos escolares e executando os trabalhos e exercícios que lhes forem prescritos;

c - devolver, em tempo, os livros da Biblioteca e outro material de que tenha feito uso;

d - acatar a autoridade da Diretora, Professores e Assistentes;

e - respeitar a orientação religiosa do Estabelecimento.

Art. 116 - É vedado às alunas:

a - promover, sem autorização da Diretoria, qualquer campanha;

b - impedir a entrada de colegas na Escola ou admiti-las à reunião coletiva;

c - usar nomes e estiletes da Escola, sem autorização expressa da Diretoria;

d - ausentar-se do Estabelecimento, sem a devida licença;

e - ocupar-se, durante as aulas, com trabalhos estranhos às mesmas.

**Capítulo II - Dos direitos**

Art. 117 - É assegurado à aluna:

a - o direito de revisão do "dossier";

b - o direito de recuperação da etapa perdida, nas épocas previstas.

Scanned by CamScanner

19

tas por este Regulamento;

c - a liberdade de pertencer a uma ou mais Associações, aprovadas pela Escola;

1- Associações Religiosas;

2- Grêmios Literário e Científico;

3- Clubes cívicos.

d - o direito de representação nos Conselhos de Classe;

e - o direito a igual tratamento, mesmo que sua cor, convicção filosófica, política ou religiosa sejam diferentes.

**TÍTULO XIV**

**Do Regime Disciplinar**

Art. 118 - O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora adota, em seu regime disciplinar, o Sistema Preventivo, conforme os ensinamentos de D. Bosco. Tal sistema procura manter afastado o castigo e prefere fazer que o "aluno queira" a "querer que o aluno faça".

Art. 119 - Havendo, contudo, necessidade, às alunas faltosas são aplicadas correções que consistem em:

a - advertências;

b - suspensão em relação a alguma ou a todas as atividades escolares, com todas as consequências do afastamento da realização das atividades para a mensuração bimestral.

Parágrafo Único - A eliminação de alunas só se fará depois de tratamento especial, paciente e cuidadoso, por parte da Orientadora Educacional. São causas de eliminação:

a - conversas e manobras habituais pouco decorosas e ostentação de irregularidades;

b - falta habitual de aplicação e docilidade ao Regulamento;

c - desajustamento mental e emocional.

**TÍTULO XV**

**Da contribuição escolar**

Art. 120 - Antes de iniciar a matrícula, o Estabelecimento fixará a anuidade para o ano letivo e a contribuição será feita em prestações.

Art. 121 - O aumento da anuidade, cada ano, será em base da lei vigente.

**TÍTULO XVI**

**Das Disposições Transitórias**

Scanned by CamScanner

20

**TÍTULO XVI**

**Das Disposições Transitórias**

Art. 122 - Antes de iniciar a matrícula, o Estabelecimento fixará a anuidade para o ano letivo, podendo ser alterada no decorrer do ano, atendendo à manutenção da Escola e à alta no custo de vida. Parágrafo Único - As alunas que cancelarem a matrícula durante o ano letivo, não serão devolvidas as contribuições já feitas.

Art. 123 - Em nenhuma hipótese, a Direção, o Corpo Docente ou as Associações que funcionam no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora poderão, isoladas ou coletivamente, pronunciarem-se sobre assuntos de natureza política, com intuito subversivo. Parágrafo Único - Nenhuma publicação de responsabilidade poderá ser feita sem autorização prévia da Diretora, e, em casos mais graves, do Conselho Deliberativo.

Art. 124 - Este Regulamento será alterado sempre que colidir com modificações introduzidas na Legislação do ensino ou quando houver conveniência para a Administração Escolar "ad referendum" da autoridade competente.

Art. 125 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Diretoria em atendimento com o órgão competente da Inspeção Seccional.

Art. 126 - Anualmente, será enviado ao órgão competente da Seccional, o relatório de suas atividades, assim como antes do início do ano letivo, ocorrendo modificações julgadas necessárias, será enviada a relação.

Art. 127 - O ato de matrícula da aluna e o Contrato do Professor implicam na aceitação, por parte de ambos, do compromisso de respeitar as normas deste Regulamento.

Art. 128 - Este Regulamento entrará em vigor nas 1.ª e 2.ª séries do curso ginasial do ano de 1969, e, progressivamente nas séries seguintes, a partir de 1970.

Campo Grande, 24 de janeiro de 1969.

Irmã Maria do Carmo Prado  
Diretora

Scanned by CamScanner

**ANEXO**

**CURRÍCULO DO CURSO GINASIAL**

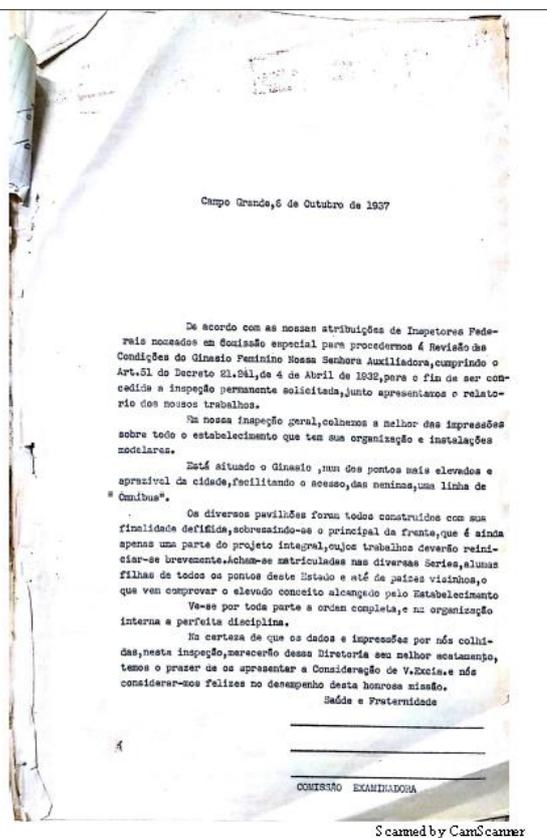
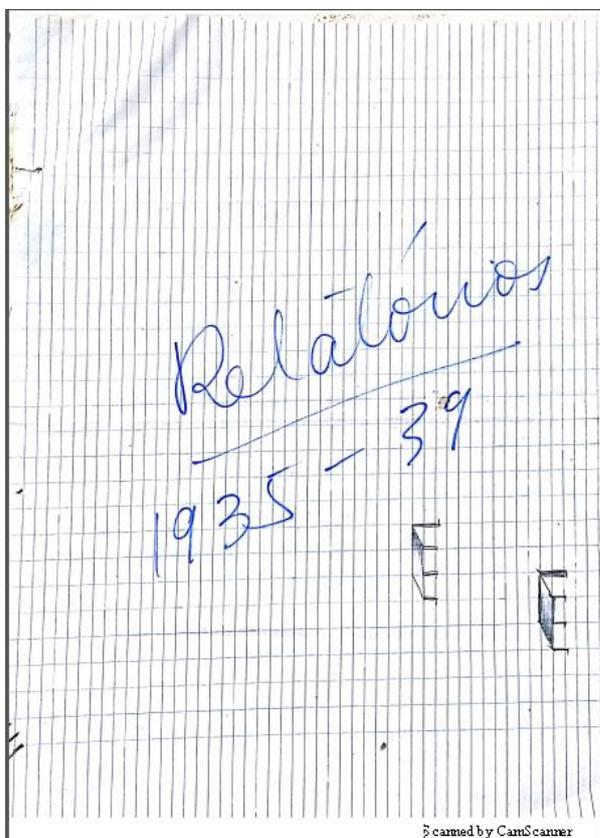
DISCIPLINAS	1.ª série	2.ª série	3.ª série	4.ª série
<b>DISCIPLINAS OBRIGATORIAS</b>				
Português	5	5	4	4
Matemática	5	5	4	4
História	4	4	4	4
Geografia	3	3	3	3
Biologia	2	2	3	-
Química Física e Biológicas	-	-	-	3
Introdução à Ciência	3	3	-	-
<b>DISCIPLINAS COMPLEMENTARES</b>				
Educação Social e Política do Brasil	-	-	2	2
Francês	-	-	3	3
<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>				
Inglês	2	2	2	2
Desenho	2	2	-	-
<b>PRÁTICAS EDUCATIVAS</b>				
Educação Física	1	1	1	1
Educação Moral e Cívica	1	1	1	1
Artes Plásticas	1	1	-	-
Canto Orfeônico	1	1	1	1
<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>				
Educação Cinematográfica	-	-	1	1
Educação Religiosa	3	3	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>

Campo Grande, 24 de janeiro de 1969.

Irmã Maria do Carmo Prado  
Diretora

Scanned by CamScanner

## ANEXO 4 e 5 – Relatórios



# Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRIGIDO PELAS IRMÃS SALESIANAS  
Campo Grande Mato Grosso

## RELATÓRIO

**1ª Parte**

**DADOS GERAIS**

- 1 - **NOME** oficial sob o qual funciona o Estabelecimento.  
O Ginásio desde 1934, época de sua fundação, funciona com o nome de **GINÁSIO FEMININO N. S. AUXILIADORA**.
- 2 - **HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO**-O Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora, foi fundado em 1934, tendo sido nomeado como seu 1º Fiscal designado para a fiscalização de que trata o Art. 51 e seus parágrafos, do Decreto nº 21.241, de 24 de Setembro de 1934.  
Para os primeiros meses de matrícula efetuadas em fins de fevereiro de 1934, foi nomeado o Dr. Alvirino Corrêa da Costa, que nomeou uma banca examinadora, constituída de professores do corpo docente do Ginásio Municipal de Campo, por não dispor ainda, o Ginásio Feminino N. S. Auxiliadora de professores registrados.  
Em 26 de novembro de 1934, foi nomeado como Fiscal o Sr. Desidério de Carvalho, que fiscalizou o Estabelecimento até agosto de 1935, sendo então substituído pelo Dr. Américo C. de Sá, atual Inspetor.
- 3 - **CONSTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA**-A direção do Ginásio Feminino N. S. Auxiliadora pelas constituições Saleianas, das Filhas de Maria Auxiliadora, e sua administração compõe-se dos seguintes membros:  
**DIRETORA**-que se acha à frente do Estabelecimento é a Sr. Irmã Ernestina de Fátima.  
**VICIA DIRETORA**-encarregada do estado moral e sanitário das alunas pouco a este cargo a Sr. Irmã Irmã Genoveva de Fátima.  
**CONHECEDORA**-Secretaria das aulas e chefe da disciplina pouco a este cargo a Sr. Irmã Angélica Vilali.  
**COORDENADORA DE ECONOMIA**-que compete a administração financeira pouco a este cargo a Sr. Irmã Joaquina Prioli.  
A assistência ou vigilância do estado moral e sanitário das alunas pouco a este cargo a Sr. Irmã Genoveva de Fátima.  
As alunas divididas em seções de conformidade com as idades, duas encarregadas da assistência às alunas externas e semi-externas e as demais encarregadas da assistência do Refeitório e Dormitórios, etc., etc.
- 4 - **MATERIAL**-a matrícula do Colégio N. S. Auxiliadora atingiu neste ano de 1937 um total de 753 alunas sendo 120 do Curso Secundário, 431 do Curso elementar ou primário, Curso Comercial 116, Curso Normal Equiparado pelo Estado 20, 145 externas e 17 internas nas mesmas condições. (Ver lista nominal anexa).
- 5 - **HORÁRIO**-As aulas do Curso elementar São funcionam das 7,15 às 11,30 durante os 6 dias de semana observando-se nos horários os dispositivos dos artigos 33 e 34 do Decreto nº 21.241.  
As aulas do curso primário são das 12 às 16 horas da tarde.  
As alunas internas fazem o estudo das 13 às 14 e das 14,30 às 16 e ainda das 18,30 às 19,30 as do Curso elementar, Normal e Comercial.  
As alunas do curso primário fazem o estudo de manhã das 7,30 às 9,30 e à noite das 18,30 às 19,30, excluindo-se as de 13 e 24 anos elementar. (Ver horário anexa).

Scanned by CamScanner

# Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRIGIDO PELAS IRMÃS SALESIANAS  
Campo Grande Mato Grosso

- 6 - **ORGANIZAÇÃO DA ESCRITA FINANCEIRA**-a organização da escrita está sob o cargo de Irmã Genoveva de Fátima sistema de escrituração é o das partidas dobradas, os livros adotados são o Borrador, o Caixa, Contas Correntes, Diário e Razão. De acordo com a Lei, faz-se mensalmente o Balanço de verificação e anualmente o Balanço Geral do Patrimônio. (Ver balanço anexa)
- 7 - **GARANTIAS DE FUNCIONAMENTO**-O patrimônio consiste na garantia do funcionamento, e esta garantia está no prédio avaliado em R\$ 100.000,00 (cem mil contos), pertencente ao Instituto 2ª - na pensão das alunas nos vencimentos das professoras que pertencendo à Instituição, os revertam em benefício da mesma Escola, sendo em número de 12 (doze) calculando-se uma média de R\$ 100.000 (cem contos) para cada professora. Datin é garantido pela mesma Instituição Saleiana.
- 8 - **CORPO DOCENTE**-O corpo docente do Colégio Feminino N. S. Auxiliadora é de Primeira ordem, e este a seu vez o melhor título que apresenta o Ginásio para obter a equiparação permanente, dirigida por educadoras religiosas, o estabelecimento escolheu seus professores externos sob os moldes da mais estrita moralidade e competência técnica. Pode-se afirmar que neste Colégio a orientação pedagógica é moderníssima. (Ver a lista nominal anexa e respectivos números de registros).
- 9 - **REGULAMENTO**-Obedecendo, entretanto, as orientações e regulamentação que rege as leis do ensino no país, o regulamento do Colégio N. S. Auxiliadora baseia-se nas mesmas orientações do grande fundador da Congregação Saleiana, o venerando pedagogo D. Bosco. (Ver dor os anexos). Além disso, em conformidade com as leis do país, o Colégio adquiriu personalidade jurídica, fazendo os necessários registros de seus estatutos.
- 10 - **INSTALAÇÕES PARA INVERNO**-a matrícula do internato é limitada para 120 alunas, e para este número a capacidade do edifício e das instalações.  
Os dormitórios situados no 2º andar do Pavilhão nº 7, são em número de 3, um para as alunas menores, numa área de 20x30m, 65, com 4 janelas de 2,40x2m, e duas portas de 2,40x1m, dando para o corredor, e 6 janelas vitórias novas de 2x1, para um dos pórtos internos para as alunas maiores, 43x30m, com 16,40x2m para as alunas médias, 43x30m, com 18 janelas, 43x30m, com 16,40x2m para as primeiras, para o lado externo e 16 com 2x1, para o internato por las iguais as primeiras para esse mesmo lado. Os dormitórios são acham-se separados por um corredor igual ao do 1º andar, iluminado por 3 grandes janelas vitórias novas sistema basculante.  
Iniciou-se brevemente a construção da parte central do estabelecimento. Continuou a esta parte 4º se acham construídos os seguintes pavilhões: Pavilhão nº 10 (lado de Sto. Antônio), 2º Pavilhão nº 3 subdividido em salas destinadas aos planos e a outros instrumentos musicais, 3º Pavilhão nº 4 abrangendo os compartimentos de copa, refeitório, cozinha e dispensa, com varanda anexa. O pavilhão nº 5 compõe-se de 4 salas separadas por um corredor que, sendo as dimensões das salas: 10x10 (cada uma das primeiras); 10x10 terceira e 14x14 a quarta, e 15 dimensões das janelas: 1,70x2,40. Estas salas destinadas à biblioteca escolar, estudo e trabalho manual das alunas.  
Estes pavilhões não deixam a desejar quanto às exigências mo-

Scanned by CamScanner

# Ginásio Feminino "N. S. Auxiliadora"

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRIGIDO PELAS IRMÃS SALESIANAS  
Campo Grande Mato Grosso

demais, que nas suas dimensões quer nas boas condições de isolamento, iluminação e ventilação, prescritas pela higiene. Paralelamente ao 5º pavilhão, numa área mais afastada, acha-se o pavilhão nº 6 ocupando uma área igual ao supradito, onde funciona a enfermaria e suas dependências.  
O pavilhão nº 7, que constitui um terço de grandiosa fachada do estabelecimento foi recentemente construído e inaugurado com o início do ano letivo de 1936. É neste pavilhão que se acham instaladas as aulas do Curso Ginásial, a Secretaria, etc., etc.  
O Colégio dispõe de Gabinete dentário para as alunas internas, com serviço diário das 2 horas às 17.  
A enfermaria oportunamente instalada e suficientemente isolada dos outros pavilhões é adequada ao número de alunas. Tem o seu médico que periodicamente visita o Estabelecimento.

## SEGUNDA PARTE-SITUAÇÃO

- 1 - **SALUBRIDADE**-Uma agradável e saluberrima colina da novel cidade de Campo Grande, salienta-se, dentro do Parque Urbano, o local do edifício do Ginásio Feminino N. S. Auxiliadora, além de se achar numa situação de acordo com todas as condições gerais exigidas pela saúde pública, oferece no logar reconhecidamente saudável, pela pureza do ar, leuente de emanacões nocivas.
- 2 - **ASSOCIAÇÃO DE BOMAS-INDUSTRIAS DE FERRUGEM-PREVENÇÃO DA ATUACÃO** -Isolado o estabelecimento das perturbações vizinhas e relativamente afastado dos centros de grande trânsito, somente de veículos, não apresenta o inconveniente da perturbação do movimento geral das aulas, nem o dos incômodos que poderiam advir do movimento mais agitado.
- 3 - **VENTILAÇÃO**
- 4 - **VENTILAÇÃO**
- 5 - **VENTILAÇÃO**
- 6 - **VENTILAÇÃO**
- 7 - **VENTILAÇÃO**
- 8 - **VENTILAÇÃO**
- 9 - **VENTILAÇÃO**

Scanned by CamScanner

## QUADRO DAS NOTAS ATRIBUÍDAS A CADA SALA PARA CADA ELEMENTO E MÉDIA QUE FIGURA NA FICHA DE CLASSIFICAÇÃO

S A L A S	ELEMENTOS DE CLASSIFIC.									
	Area	Formas	Isolação	Quadro negro	Pinturas	Area de iluminação	Área de ventilação	Acustic	Carteir	Elementos diversos
Primeira Serie	6	8	9	10	10	10	9	10	9	10
Segunda Serie	8	8	9	10	10	10	9	10	9	10
Terceira Serie	9	8	9	10	10	10	9	10	10	10
Quarta Serie	10	8	9	10	10	10	9	10	10	10
Quinta Serie	10	8	9	10	10	10	9	10	10	10
<b>S O M A</b>	<b>43</b>	<b>40</b>	<b>45</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>45</b>	<b>50</b>	<b>48</b>	<b>50</b>
<b>M É D I A</b>	<b>8,6</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>9,6</b>	<b>9,8</b>	<b>-</b>

Scanned by CamScanner

RELAÇÃO DOS PROFESSORES POR DISCIPLINA E  
RESPECTIVOS NUMEROS DE REGISTRO

FRANCO	Maj. S. Verino de Queiroz.....	nº 1813	3º e 4º S.
"	D. Consuêlo Meta .....	nº 6962	1º e 2º S.
FRANCO	Ir. M. Assunta Stranzacappa.....	nº 10061	1ª 2ª 3ª e 4ª S.
MATEMATICA	Wladimir Sakharoff .....	nº 9644	3º e 4º S.
"	Rolf Smith .....	nº 1745	2º S.
"	Ir. Luiza Grossi .....	nº 4108	1ª S.
INGLES	Wladimir Sakharoff .....	nº 9644	2ª 3ª e 4ª S.
GEOGRAFIA	Dr. Adalberto Barreto .....	nº 1850	1ª 2ª 3ª e 4ª S.
HISTORIA	Dr. Bartira C. Gardes .....	nº 5002	1ª 2ª 3ª e 4ª S.
Ciencias Fis. e Natur.	Ir. Francisca Barroso.....	nº 4106	1ª 2ª 3ª e 4ª S.
FISICA E QUIMICA			
HISTORIA NATURAL E	Ir. Josefina Di Sano.....	nº 9805	3ª e 4ª S.
LATIM			
DESENHO	Ir. Maria Luiza Grossi.....	nº 4108	1ª 2ª 3ª e 4ª S.

PROFESSORES SUBSTITUTOS

Ir. Angioletta Vitali..... nº 6989  
 Ir. Lúris Lotfiwá está encaminhado o processo para o registro.  
 Nota- A Diretora do Estabelecimento, está registrada sob O nº 3107.

Campo Grande, 6 de outubro de 1937

COMISSÃO EXAMINADORA

Scamed by CamScanner

REGULAMENTO INTERNO OU REGIMENTO

DO

COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA

CAMPO GRANDE

MATO GROSSO

1936

Scamed by CamScanner

ESTATUTOS

DO

COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Fundado e dirigido pelas

IRMãs FILHAS DE MARIA AUXILIADORA

Jardim da infância

CURSOS : Primário e complementar  
Ginasial

Internato, externato e semi-internato

Campo Grande

Mato Grosso

Scamed by CamScanner

ESTATUTOS  
do Colégio-seus fins e sede

Art. 1º- O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, fundada e dirigida pelas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, na cidade de Campo Grande (Estado de Mato Grosso), no ano de 1926, tem por fim ministrar instrução e educação cristã à mocidade feminina.

Art. 2º- Regêe-se pelos regulamentos da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora e pelos presentes Estatutos, reformáveis a critério da Diretoria do Colégio.

Art. 3º- Tem por sede judicial e extra-judicial a cidade de Campo Grande.

Art. 4º- O Colégio mantém os seguintes cursos: Jardim da infância, primário, ginásial, normal e comercial.

§ unico- Mantem, ainda, cursos de piano, violino, bandolim, pintura, flores artificiais, datilografia, bordados, corte e costura.

Art. 5º- As alunas do Colégio estão distribuídas pelas seguintes seções, sob uma única direção: internato, externato e semi-internato.

§ unico- Além dos cursos que funcionam no edifício principal do Colégio, mantém este, em prédio situado no centro da cidade, um oratório festivo para crianças e jardim da infância.

Art. 6º- As alunas são contribuintes e gratuitas. Aquelas estão sujeitas ao pagamento da tabela anexa. Estas serão matriculadas mediante prova de que são pobres, orfãs ou abandonadas.

Scamed by CamScanner

§ 1º- Todos os anos a diretoria do Colégio por si disposição das autoridades municipais e estadual um determinado numero de vagas em qualquer das curras do estabelecimento.

§ 2º- Além dos matriculados gratuitos de que trata o § 1º, manterá o Colégio um curso primario destinado exclusivamente ás meninas pobres e orfãs que não dispõem de recursos.

#### ADMINISTRAÇÃO-DURAÇÃO- EXTINÇÃO DO COLÉGIO

Art. 7º- O Colégio é administrado por uma diretoria composta de Irmãs: Diretora, vice-diretora, secretaria e tascureira.

§ 1º- A diretoria exerce as suas funções pelo periodo de seis anos, podendo qualquer membro da mesmo(da) ser substituido de acordo com os regulamentos da Congregação.

§ 2º- A Diretoria do Colégio responde ativamente, judicialmente pelas obrigações contraidas pelo Colégio.

§ 3º- Os membros da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 4º- A Diretoria é quem representa o Colégio em juizo e fora dele.

Art. 8º- A sua duração será por tempo indeterminado.

§ unico- No caso de extinção e seu patrimonio passará a outro Colégio da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora.

#### DO CURSO PRIMARIO

Art- 9º- O Curso primario consta de quatro anos e abrange as

seguintes materias: Portuguez, Aritmetica-Geografia- Historia patria- Religião- Noções de cousas- Ciencias e Higiema- Civilidade- Instrução Moral e cívica- Desenho- Caligrafia- Educação Física- Trabalhos manuais.

#### DO CURSO GINASIAL

Art. 10º- O Curso ginasial feminino, sob o regimen de previa fiscalização federal, rege-se pelas leis federais a respeito.

#### DE OUTROS CURSOS

Art. 11º- O Jardim de infancia está organizado de acordo com uma conveniente adaptação dos metodos Decroli, Montessori e Agezzi e se destina a crianças de 3 a 6 anos.

#### DO INTERNATO

Art. 12º- As candidatas á matricula no internato devem apresentar os seguintes documentos:

- certidão de registro civil;
- certidão de batismo;
- atestado de vacinação recente, de não soffrer de molestia transmissivel e de se achar em boas condições de saúde.

Todas as alunas deverão se conformar com o regulamento interno do Estabelecimento.

#### DO EXTERNATO

Art. 13º- Os candidatos á matricula devem apresentar os se-

Scanned by CamScanner

Scanned by CamScanner

guintes documentos:

- certidão de registro civil;
- certidão de batismo;
- atestado de vacinação recente e de não soffrer de molestias transmissiveis.

§ 1º - não se aceitam alunas externas que sejam em penões ou casas cujas moralidade não seja garantida.

§ 2º- As alunas cuja familia não reside na cidade deverão estar em casa de um parente idoneo ou na casa de outra familia de respeito, a qual fará a matricula da aluna e se responsabilizará por escrito pela asseduidade e bom procedimento das mesmas.

#### DO SEMI-INTERNATO

Art. 14º- Aplicam-se ás semi-Internas todos os artigos do capitulo referente aos externos.

§ unico- As semi-Internas entram de manhã e se retiram ás 17 horas, tomando no Colégio duas refeições: almoço e lanche.

#### DA MATRICULA DAS ALUNAS

Art. 15º- A matricula do Curso secundario far-se-á de 1º a 14 de Março mediante apresentação dos seguintes documentos:

- certificado de habilitação no exame de admissão para o 1º ano, ou certificado de habilitação nas materias da serie anterior, para os demais alunos;
- Atestados de sanidade;
- certidão de idade;
- Gaia de transferencia para os alunos provenientes de outros

estabelecimentos.

- recibo de pagamento da taxa de matricula.

#### DO ANO ESCOLAR

Art. 16º- O ano letivo obrigatorio começará em 15 de março e terminará em 30 de Novembro.

§ 1º- Além das ferias do fim do ano, são considerados de ferias escolares, os ultimos 15 dias do mês de Junho;

§ 2º- aos alunos internos pontuais na entrada, será conferido no fim do ano, um prêmio de pontualidade.

§ 3º- Não poderá prestar exame no fim do ano, o aluno cuja frequencia não atingiu as tres quartas da totalidade das alunas da respectiva serie.

§ 4º- A frequencia ás aulas de educação física e de musica é obrigatoria

#### DO REGIME ESCOLAR

Art. 17º- As materias de todos os Cursos serão ensinadas pelos processos mais modernos e eficientes, conforme as instruções regulamentares:

§ 1º- serão praticas as aulas de linguas vivas, por meio de conversação e correspondencia. Na de portuguez, serão feitos exercicios metodos e graduados de composição, para facilidade de expressão vernacula e criação de estilo proprio, principalmente na serie superior

§ 2º Todos os exercicios serão lançados em cadernos especiais; em ordem cronologica para que o aluno verifique proprio progresso ou estacionamento.

Scanned by CamScanner

Scanned by CamScanner

DA CONSTITUIÇÃO DO CORPO DOCENTE

Art. 18º- O corpo docente será constituído por professores devidamente registados no departamento Nacional do ensino.

§ 1º Os professores terão os seus lugares garantidos enquanto mostrarem espedidade normal de trabalho e a absoluta idoneidade moral;

§ 2º- Os honorários do corpo docente serão pagos até o dia 5 de cada mês;

§ 3º- Os professores do estabelecimento assinam com a Direção um contrato de locação de serviços, para a sua salvaguarda e para garantir ao Colégio ensino eficiente;

§ 4º- Aos professores compete:

- a) Organizar o horário, comparecer pontualmente às aulas, ministrando-as durante o tempo prescrito pela lei;
- b) Seguir à risca os programas oficiais, as instruções do Departamento Nacional do ensino e as da direção do Estabelecimento;
- c) Comparecer dos minutos, pelo menos, antes do início da primeira aula do período;
- d) Não faltar às aulas sem previo aviso de 24 horas, salvo caso de doença comprovada ou força maior a juízo da Direção;
- e) manter a disciplina nos moldes deste regimento e as instruções da Diretoria;
- f) Determinar exercícios para casa, corrigi-los, anotar os seus valores, sempre de acordo com a orientação da Diretoria.
- g) Ligar ao conhecimento da Diretoria o que tiver notado de anormal dentro ou fora do estabelecimento e que possa interessar sob qualquer aspeto, principalmente o moral e o intelectual;

Scanned by CamScanner

- b) Comparecer às reuniões da Congregação.

DO CORPO DISCENTE

Art. 19º- As alunas terão direito:

- a) À frequência às aulas discriminadas no horário;
- b) À assistência constante da Diretoria;
- c) À apresentação em tempo as suas reclamações que serão atendidas quando justas;

Art. 20º- O estudo da religião faz parte de todos os cursos.

Art. 21º- As aulas de educação física, exercício de declamação, representações dramáticas ou líricas no teatrino do Colégio, execução de música vocal e instrumental, conferências morais e religiosas, trabalhos manuais, comemorações das grandes datas nacionais, conferências com projeções luminosas completam o programa de ensino no Estabelecimento.

SISTEMA DISCIPLINAR

Art. 22º- As alunas matriculadas estão sujeitas às seguintes penas disciplinares:

- a) Advertência;
- b) Suspensão momentânea das aulas;
- c) Expressão de boas notas de procedimento e aplicação;
- d) Separação por um ou mais dias das colegas;
- e) Suspensão por um ou mais dias das aulas;
- f) cancelamento da matrícula;

Art. 23º- A pena constante das letras g e f compete exclusivamente à diretoria.

Scanned by CamScanner

Art. 24º- De desligamento de qualquer aluna será imediatamente certificado a Inspeção Nacional do Ensino.

Art. 25º- Determina cancelamento da matrícula:

- a) Ofensas contra a moralidade ou mesmo conversas em maneiras pouco decorosas;
  - b) Insubordinação incorrigível ou falta grave de respeito.
- Art. 26º- A morosidade injustificável no pagamento será também motivo suficiente à restituição do aluno à família.

Art. 27º- As alunas devem responder imediatamente pecuniariamente, pelas estranhas no edifício ou no mobiliário, assim como a qualquer prejuízo causado às colegas e ao Colégio.

Art. 28º- As alunas não podem ter no Colégio revistas, jornais e livros de qualquer espécie estranhos aos estudos.

Art. 29º- Todas as alunas devem conformar-se com o regimento interno que é lido no começo do ano letivo, explicado frequentemente no decurso do mesmo.

Art. 30º

PENSO E DESPESAS

Art. 30º- A pensão será paga de acordo com a tabela em vigor. Sendo duas ou mais irmãs internas gozará cada uma, excluída a 1ª 10% de abatimento na pensão.

Art. 31- Os pagamentos são todos adiantados.

Art. 32- A pensão é anual; não se faz diferença pelo fato de alguém chegar atrasado, nem se fará restituição alguma no caso da aluna ser retirada do Colégio.

Art. 33º- O Colégio não fornece roupas e calçados às alunas sem ordem expressa dos pais, que neste caso, devem depositar a quantia estipulada para tais gastos.

Scanned by CamScanner

Art. 34- As despesas em livros, objetos escolares, concertos de calçados, selos, cabeleireiro, dentista, modico e remedios, correm por conta dos pais; dito enviar-se-a uma nota oportuna.

Art. 35º- Cada aluna poderá ter algum dinheiro em depósito na Tesouraria do Colégio, para pequenos gastos pessoais.

Art. 36º- Toda aluna interna deve trazer o enxoval seguinte: (ver estatutos)

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37º- É rigorosamente proibido às alunas conservar qualquer quantia de dinheiro; quanto trouxeram de regresso de suas casas ou o receberam por ocasião de visitas, deverão imediatamente entregar tudo à Diretoria, que se incumbirá, por meio de vale, de distribuí-los em parcelas ao depositante, de acordo com a vontade desta e da sua família.

Art. 38º- É por consequência também proibida, entre as alunas qualquer transação em dinheiro ou em objetos por nenhum motivo ou pretexto.

Art. 39º- É vedada às alunas fazerem uso de relógios, anéis, canivetes, máquinas fotográficas, e terem consigo objetos de valor.

Art. 40º- As alunas só podem receber visitas de suas famílias nos domingos e dias santos, das 11 as 15 horas. As tais, devem apresentar uma autorização por escrito.

Art. 41º- As visitas de pessoas que moram longe, podem ser em qualquer dia, durante o tempo de recreio.

Art. 42º- Todas as semanas, geralmente às quinta-feiras as alunas internas têm um passeio pelos arredores da cidade.

Scanned by CamScanner

Art. 43º- Dado o caso de molestia contagiosa ou suspeita, a administração reserva-se o direito de tomar imediatamente as providencias que forem julgadas oportunas.

NOTA: Os presentes Estatutos poderão ser reformados na parte referente a administração do Colégio, a juizo de sua diretoria.

---

Scamed by CamScanner

II FICHA DE CLASSIFICAÇÃO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DO ENSINO  
DIRETORIA GERAL DO ENSINO SECUNDÁRIO  
FICHA DE CLASSIFICAÇÃO

Colégio Feminino N. S. Auxiliadora - Estado de Mato Grosso  
Regimem-Internato,externato,semi-internato (feminino)  
Localidade-CAMPO GRANDE-Mato Grosso CELESTINO-Nº-1436  
Mantenedores #MARIANO-BRASIL-POPUL-COMERCIAL.

Data de Inspeção 215 de Fevereiro de 1934  
Emitido pela Congregação Salesiana das Filhas de M.A.

Dados relativos ao local:

Sistema de esgotos-Fossas biológicas  
Sistema de abastecimento de agua-Saneamentos  
Mapa de rede electrica? - Sim  
Tipo de canalização de gas? - Não  
Meios de transportes disponíveis- Duas jardineiras  
População da cidade  
Numero de estabelecimentos de ensino secundarios fiscalizados existente na cidade

Campo Grande, 6 de outubro de 1937.

A COMISSÃO EXAMINADORA

Scamed by CamScanner

**Colégio Feminino "N. S. Auxiliadora"**

SOB INSPEÇÃO FEDERAL  
DIRECIDO PELAS IRMãs SALESIANAS

Campo Grande - - - - - Mato Grosso

MATERIAL ENCONTRADO NA SALA DE DESENHO

Uma coleção de modelos em gesso- Duas coleções de solidos geometricos- Quatro pranchetas- Três reguas- Quatro esquadros- Dois Transferidores- Quatro compassos. Duas coleções completas de modelos de desenhos.

Scamed by CamScanner

Contrato das professoras

A primeira de Março de 1937 noventa e cinco e cinco e Capital de S. Paulo, no Colégio Santa Cruz, situado à rua São Pio 616, em vista de suas regras, presentes a Nuda Brice Torra e a Sr. Professora Antonia d'Almeida e de comum acordo, por se a efetos legais, sobre os vencimentos deste fisco estabelecido a seguinte: O Colégio Santa Cruz, por corrente ano, se compromete a pagar-lhe os vencimentos combinados de acordo com a tabela das respectivas matérias e horas de aula por semana, cujo valor corresponde a \$ 100,00 por hora de aula, entendido que tais vencimentos durante as férias, serão igualmente pagos, porém com 50% de desconto. O pagamento será feito mensalmente. O Sr. Professor se compromete a não se retirar do Colégio antes de concluidos os cursos fixados a seu cargo a ordem e a disciplina, a seguir a horário e a direção dados pelo Colégio.

A Nuda Brice Torra aceita a cláusula acima, e obriga a Sr. Professora a continuar a pagar de boa fãma de que se refere. O Sr. Professor foram aceites essas condições e de boa encusada via até que cessara.

(F. Brice Torra)

Assinatura da Diretora  
data

Assinatura e data  
(O. P. P.)  
firma reconhecida

Firma reconhecida  
data

Estampilhas de 1937

Scamed by CamScanner

GINÁSIO FEMININO N. S. AUXILIADORA - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO

MEMÓRIA Nº 45
Assunto: Resultado dos exames do art. 100 do Dec. 21.241.
Exmo. Sr. Dr. Euclides Roza
DD. Diretor da Divisão de S. Secundário
RIO DE JANEIRO

Senhor Diretor

Fasso às vossas mãos o resultado dos exames feitos de acordo com o art. 100 do decreto 21.241 de 4 de abril de 1932, constando do seguinte:
a) Boletim das provas escritas;
b) Boletim das provas orais;
c) Quadro das médias finais.

Em atenção ao vosso telegrama, aprovando as bancas examinadoras para os mesmos exames, os professores constantes das mesmas assinaram a declaração por vós exigida e que vai inclusa ao resultado dos exames.

26
27
28
29
30
31
32

Scanned by CamScanner

GINÁSIO FEMININO N. S. AUXILIADORA
Sob Inspeção Federal - Dec. 2428 de 4-5-1939
CAMPO-GRANDE Mato-Grosso

PONTOS PARA EXAMES DE SEGUNDA SÉRIAS

MATEMÁTICA

3ª SÉRIE

- 1º PONTO-a) Problema. b) Primeiro teorema de Tales. c) Expressões algébricas.
2º " a) " b) Relações numéricas na circunferência. c) Equações do 1º grau e uma incógnita.
3º " a) " b) Traçado de tangentes. c) Equações simultâneas.
4º " a) " b) "Cordas paralelas. Teorema. c) Teoria das desigualdades.
5º " a) " b) Representação gráfica dos números inconmensuráveis. c) Desigualdades simultâneas do 1º grau e uma incógnita.
6º " a) " b) Primeiro teorema de Pitágoras. c) Potências.
7º " a) " b) Demonstrar que "a" diagonal e o lado de um mesmo quadrado são grandezas inconmensuráveis. c) "Radicalizando fracionária.
8º " a) " b) Traçar uma circunferência que passe por três pontos dados. c) Adição de radicais.
9º " a) " b) Ângulos formados por duas retas cortadas por uma transversal. c) Equação completa do 2º grau.
10º " a) " b) Regra de lugar geométrico. x) O denominador irracional.
11º " a) " b) Segundo teorema de Tales. c) Números imaginários.
12º " a) " b) Quarta proporcional. c) Subtração de radicais.
13º " a) " b) Posições mútuas de duas circunferências. c) Resolução direta da equação completa do segundo grau e uma incógnita.
14º " a) " b) Traçar uma circunferência que passe por dois pontos dados. c) Raiz quadrada de um polinômio.
15º " a) " b) Dividir um segmento dado segundo uma razão dada. c) Operações com números imaginários.
16º " a) " b) Construção da triângulo. c) Uso dos radicais.
17º " a) " b) As diagonais de um polígono. c) Equações algébricas.
18º " a) " b) Construção de ângulos. b) Adiciação dos radicais
19º " a) " b) Teorema sobre os arcos cordas. c) Formação de equações do segundo grau.
20º " a) " b) Número de lados de um polígono. c) Adiciação.

Campo-Grande, 12 de Março de 1942

PROFESSORA

INSPECTOR FEDERAL

Scanned by CamScanner

GINÁSIO FEMININO "N. S. Auxiliadora"
SOB INSPEÇÃO FEDERAL
DIREÇÃO PELAS IRMãs SALESIANAS

Campo-Grande Mato-Grosso

PONTOS PARA EXAMES DE DESENHO - 5ª SÉRIE

(MADURERA)

- 1º Ponto - a) Perspectiva da circunferência. b) Aplicação.
20 " - a) Problema gráfico - Achar as sombras de um exaédro estante e sol no plano do quadro. b) Flores.
30 " - a) " - Achar a sombra de um arco fechado por uma parede lisa no fundo. b) Frutas.
40 " - a) " - Achar a sombra projetada por uma tábua paralela aos planos coordenados, sobre uma parede vertical. b) Fluga humana.
50 " - a) Perspectiva de uma fileira de paus iguais. b) Aplicação na paisagem.
60 " - a) Problema gráfico - Construir um paraquise a fio triangular. b) Flores.
70 " - a) " - Construir um paraquise a fio quadrado ou triangular. b) Frutas.
80 " - a) " - Construir uma elipse côncava. b) Figura humana.
90 " - a) " - Achar a sombra de um prisma estante e sol no plano do quadro. b) Figura de animal.
100 " - a) " - Achar a sombra de um exaédro estante e sol atrás do observador. b) Flores.
110 " - a) " - Achar a sombra de um arco fechado por uma parede lisa no fundo. b) Frutas.
120 " - a) " - Achar a sombra projetada de uma tábua oblíqua no plano vertical e paralela ao plano horizontal. b) Flores.
130 " - a) " - Perspectiva do cubo dada por sua projeção b) Aplicação.
140 " - a) " - Perspectiva de pirâmide triangular dada por sua projeção. b) Figura humana.
150 " - a) " - Aplicação na paisagem.
160 " - a) " - Perspectiva da circunferência b) Aplicação na paisagem.
170 " - a) " - Achar a sombra de um exaédro estante e sol no plano do quadro. b) Paisagem decorativa.
180 " - a) " - Achar a sombra projetada de uma tábua sobre um plano convexo. b) Paisagem.
190 " - a) " - Perspectiva da pirâmide triangular dada por sua projeção. b) Figura humana.
200 " - a) " - Perspectiva do cubo b) Aplicação.

Campo Grande, de Fevereiro de 1939

1º Examinador

2º Examinador

Inspector Federal

Scanned by CamScanner

GINÁSIO FEMININO N. S. AUXILIADORA
CAMPO GRANDE
MATO GROSSO

PONTOS PARA EXAMES DE MATEMÁTICA

5ª SÉRIE

(ART. 100)

- 1º ponto - Determinação de logaritmo de seno de um ângulo em graus e minutos - Derivada de uma função - Resolução de um problema sobre geometria no espaço - (em todos os pontos)
20 " Logaritmos-uso das tábuas - Constante de integração - Séries -
30 " Casos clássicos de resolução dos triângulos retângulos - Séries -
40 " Resolução de triângulos retângulos - Determinação de áreas pelo Cálculo integral -
50 " Integral definida - Derivadas sucessivas -
60 " Integração - Parametização -
70 " A derivada de uma soma - Combinações -
80 " Integrar expressões - Arranjos -
90 " A derivada de um produto de duas funções - Vínculo integral -
100 " Desenvolvimento em séries - Integral de uma expressão -
110 " Determinar a área limitada por uma parábola, pelo eixo das abscissas e pelas ordenadas - Análise combinatória -
120 " Desenvolver uma série pelo método de divisão - Derivada de uma função -
130 " Derivada pela regra das 4 operações - Determinação de áreas -
140 " Coordenadas matemáticas (análise combinatória) - Derivada do quociente de 2 funções -
150 " Método de Newton - A derivada da função sen, x -
160 " A derivada da função cos, x - Logaritmo - Interpolação -
170 " Desenvolvimento de uma potência - A derivada da função tang, x -
180 " Determinar o log. do seno de um ângulo em graus, minutos e segundos -
190 " Integral -
200 " Termo geral do binômio de Newton - Cálculo diferencial - Determinar a área de um trapézio pela integração - Acréscimos -

Campo-Grande, de Fevereiro de 1940

1º Examinador

2º " "

Inspector

Scanned by CamScanner

ATTESTADO

Atento, sob compromisso, e dignidade de nossa função, que a Irmã Angioletta Vitali, com 34 anos de idade, filha de João Vitali e D. Theresa Barili Vitali, da Congregação das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, residente nesta cidade, exerce, com proficiência e idoneidade moral, há 5 anos o magistério, na Escola de Comercio "D. Bosco" sito nesta cidade, sob inspeção Federal como professora de Matematica, no Curso Commercial.

Campe Grande, 19 de Dezembro de 1933

Scanned by CamScanner

Exmo. Sr. Director Geral da Directoria Nacional do Ensino:

Irmã Angioletta Vitali, da Congregação Religiosa das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, Italiana, com 34 anos de idade, residente nesta cidade, requer a V. Excia. sua inscrição no Registro de Professores desta Directoria, como professora de Matematica, uma vez que satisfaz com os docs. anexos os requisitos constantes do art. 2º do dec. 20.630, de 9 de Novembro de 1931.

Nestes termos.  
R. Deferimento

Scanned by CamScanner



GINASIO FEMININO "N. S. AUXILIADORA"  
sob inspeção Federal  
Dirigido pelas Irmãs Salesianas  
CAMPE GRANDE MATO GROSSO

POSTOS PARA EXAME DA P.M.A. PARCIAL

(MATEMÁTICA)

1º Grau

- 1º Posto-Inservação-Perimetro de um quadrado-Probl. sobre as 4 operações.
- 2º Posto-Operações racionais-Calculo de expressões-Problemas sobre iguald.
- 3º Posto-Principios relativos á subtração-Quadrado da soma de 2 numeros. Problemas sobre as quatro operações.
- 4º Posto-Calculo de uma expressão aritmetica-Área de um retangulo-Perimetro de um retangulo
- 5º Posto-Calculo de expressões aritmeticas em que entram potencias-Área de um retangulo-Problemas sobre as quatro operações.
- 6º Posto-Perimetro e semi-perimetro de um quadrado-Problemas sobre as quatro operações-Identificação de parentesi.
- 7º Posto-Perimetro e semi-perimetro de um retangulo-Áreas das retangulos-Div. de bilhasada.
- 8º Posto-Área de um retangulo-Inservação-Problemas sobre as 4 operações.
- 9º Posto-Identificação-Principios relativos á subtração-Problemas sobre igualdade.
- 10º Posto-Identificação de parentesi-Perimetro e semi perimetro de um retangulo Problemas sobre as quatro operações.

Campe Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 1934

INSPECTOR FEDERAL

Exmo. Sr. Director Geral da Directoria Nacional do Ensino

Irmã Maria Luiza Grossi, da Congregação Religiosa das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, Italiana (naturalizada argentina), com 48 anos de idade, residente nesta cidade, requer a V. Excia. sua inscrição no Registro de Professores desta Directoria, como professora de Matematica, uma vez que satisfaz com os documentos anexos os requisitos constantes do art. 2º do dec. 20.630, de 9 de Novembro de 1931.

Nestes termos  
R. Deferimento



4) RELAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS INDICADOS PELOS PROFESSORES

PRIMEIRA SÉRIE

José de Sá Nunes ..... Língua Vernacúla-1º volume  
 Cecil Tiré ..... Matemática-1ª Serie  
 S. B. Vignole ..... Première année de Français  
 A. G. Lima ..... Geografia-1ª serie  
 J. Silva ..... História da Civilização-1ª serie  
 Regadasio Taborda ..... Ciências Físicas e Naturais-1ª S.  
 A. De Gerondé ..... Solfejo

SEGUNDA SÉRIE

José de Sá Nunes ..... Língua Vernacúla-2º volume  
 S. B. Vignole ..... Deuxième année de Français  
 Pe. Albert Puger S.J. ..... Lectures classiques  
 J. Silva ..... Geografia-2ª Serie  
 A. G. Lima ..... História da Civilização-2ª Serie  
 Cecil Tiré ..... Matematica-2ª Serie  
 Regadasio Taborda ..... Ciências físicas e Naturais-2ª S.  
 A. De Gerondé ..... Solfejo  
 J. de Mattos Ibiapina ..... From Facts to Grammar-1º volume

TERCEIRA SÉRIE

José de Sá Nunes ..... Língua Vernacúla 3º volume  
 S. B. Vinholes ..... Deuxième année de Français  
 Pe. Albert Puger ..... Lectures classiques  
 J. Silva ..... História da Civilização 3ª Serie  
 A. G. Lima ..... Geografia-3ª serie  
 Cecil Tiré ..... Matemática-3ª Serie  
 J. Silva ..... História Natural-3ª Serie  
 Paccini ..... Física e Química-3ª serie  
 De Mattos Ibiapina ..... From Facts to Grammar-2º volume  
 De Gerondé ..... Solfejo

Campo Grande, 14 de Março de 1936

DIRTORA

INSPECTOR GERAL

Scanned by CamScanner

RELATÓRIO  
Nº 4.  
(Dezembro)

SERVICÓ DE INSPEÇÃO

Excm. Sr. Dr. RÓBERG DA CUNHA  
D.D. Inspector Geral do Ensino Secundário,

EXPOSIÇÃO GERAL DOS MÉTODOS DE ENSINO EMPREGADOS  
NO ESTABELECIMENTO e RESULTADOS OBTIDOS.

Ensino direto das línguas:

Pelo que tenho notado em minhas visitas ao Ginásio "Feminino N. S. Auxiliadora, procurem os professores dar o caráter possível, não sómente ao ensino de Português como também ao de Inglês e Francês. Embora sejam brasileiros os professores, elas exigem na aula o idioma respectivo.

O ensino é aqui prático e agradável: alimna-se toda a parte seriamente teórica e fastidiosa para se aplicar aos casos mais comuns e necessários.

ENSINO DA MATEMÁTICA

No ensino de Matemática a professora tem por base a observação, procurando materializar as proposições antes de demonstrá-las, certa de que a verificação intuitiva conduz a uma demonstração rigorosa, a uma certa logica.

ENSINO DA GEOGRAFIA

O método das lições de Geografia é o intuitivo, quer se trate da Geografia local, quer da regional. A toda e qualquer lição precede uma base solida de fisiografia que permite não somente o conhecimento científico das causas e dos fenomenos, como a sua

Scanned by CamScanner

DISCRIMINAÇÃO DA MATÉRIA LECIONADA DURANTE O MÊS  
DE NOVEMBRO. 1935. 1ª. Série.

PORTUGUÊS :

Leitura e interpretação do assunto. Conversão de sentenças compostas em simples. Análise lógica. Exercícios sobre conversão de sentenças. Leitura e interpretação do assunto. Análise lógica. Recapitulação geral do programa.

MATEMÁTICA :

Câmbio. Regra de três simples. Superfície do círculo. Recapitulação geral do programa.

FRANÇÊS :

Recordação - V, VI, e VIII. Ditado. Leitura e Conversação. Exercício oral - sentenças. Recapitulação geral do programa.

GEOGRAFIA :

Recursos naturais. Os continentes. Estrutura da Terra. Vegetos - classificação. Orgãos do metro. Montanhas e colinas. Recapitulação geral.

HISTÓRIA :

Hebreus. Luiz IV - monarca absoluto. Feudalismo. Cruzadas. Recapitulação geral.

CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS :

Microorganismos da água. Purificação da água. Água destilada e água mineral. Doenças transmitidas pela água. Reprodução dos mosquitos. Malária - febre amarela. Navegação fluvial e marítima. Transatlânticos, submarinos. Recapitulação geral do programa.

2ª. Série. PORTUGUÊS :

Análise lógica. Recapitulação - Concordância do verbo com o sujeito. Leitura e interpretação do assunto. Recapitulação geral do programa.

FRANÇÊS :

Lição 60 - Said Ali. Ditado e leitura. Verbos irregulares. Lição XXXVIII e IX. Mon petit Univers. Recapitulação geral do programa.

INGLÊS :

O verbo To Do. Indicativo presente e imperfeito. Exercícios e formação de frases. Leitura das lições dadas. Recapitulação geral.

MATEMÁTICA :

Scanned by CamScanner

DISCRIMINAÇÃO DA MATÉRIA LECIONADA DURANTE O MÊS  
DE OUTUBRO - 1935. 1ª. Série.

PORTUGUÊS :

Concordância do verbo com o sujeito. Interpretação em prosa, de uma poesia para ser declamada. Trabalho escrito mediante sumário. Leitura e reprodução do assunto. Concordância do substantivo com o adjetivo. Declinação e reprodução em prosa, de uma poesia previamente explicada e estudada. Leitura individual de redações feitas. Redação de uma concordância do verbo com o sujeito. Leitura e interpretação. Conjugação de verbos irregulares, nas formas : negativa e interrogativa. Análise lógica. Função lógica dos pronomes.

FRANÇÊS :

O artigo partitivo - exercício 71. Versão - tema 72. Leitura - Comércio des phéniciens. Lição 58 pag. 76. Ditado - Le Jonst. Exercício: Heures Joyeuses. Leitura. Lição 59 - Exercício do partitivo. Versão - tema 74. Ditado. Le Cogue - Trindade. Exercício escrito. Conversação.

MATEMÁTICA :

Reis quadrados de números inteiros. Câmbio : moeda brasileira : à estrangeira e vice-versa. Superfície lateral do prisma reto. Problema. Trabalho escrito. Círculo com números complexos - exercícios. Regra de três simples direta - problema. Proporções - Exercícios. Valor numérico de expressões algébricas. Matemática oral. Reis quadrados de números inteiros. Cálculo de uma expressão aritmética. Redução de termos semelhantes. Exercícios. Solução de problemas sobre números decimais.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO :

Regime parlamentar na Inglaterra. Carlos X. Continente Africano. Persas (recapitulação). Guerras Púnicas. Guerras Médicas. Hebreus. Fênixes. Antoninos. César. Revolução Francesa. Conflagração européa. Arguições orais.

CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS :

A água - análise da água pelo voltâmetro. O hidrogênio - preparação pelo zinco - propriedades. Oxidos e anidridos. Arguições orais. Ácidos, bases e sais. Combusto do hidrogênio - Compostos orgânicos. Ação da água sobre o carbureto de cálcio. Combusto de gases orgânicos. Solidas autogênicas. Os mares - correntes marítimas. Lagos e rios. Ciclo da água; influência sobre a temperatura. Quedas d'água, motores

Scanned by CamScanner

POSTOS PARA A TERCEIRA PROVA PARCIAL DE MATEMÁTICA  
1a. Série.  
1935.

- medidas lineares, perímetro do quadrado. Problema. Números romanos. Exercícios. Adição algébrica.
- Superfície do quadrado: Problema. Números complexos: medidas de tempo. Redução. Valor numérico de expressões algébricas.
- Superfície do triângulo. Problema. Redução de termos semelhantes. Subtração de complexos.
- Superfície do retângulo: Problema. Multiplicação algébrica. Exercícios. Decomposição de um número em seus fatores primos.
- Problema sobre números decimais. Cálculo de uma expressão aritmética. Adição algébrica. Exercícios.
- Superfície do círculo. Problema. Multiplicação de números complexos. Exercícios. Simplificação de frações.
- Problema sobre as quatro operações. Redução a termos semelhantes. Soma de frações.
- Superfície lateral da pirâmide. Problema. Valor numérico de expressões algébricas. Redução de frações a igual denominador.
- Superfície do trapézio. Problema. Adição algébrica. Exercícios. Redução de termos semelhantes.
- Superfície lateral do prisma reto. Problema. Multiplicação algébrica. Exercícios. Cálculo de uma expressão aritmética.
- Superfície do círculo. Problema. Adição de números fracionários. Valor numérico de expressões algébricas.
- Problema sobre números inteiros. Multiplicação e divisão de frações. Multiplicação algébrica.
- Problema sobre medidas de superfície. Decomposição de um número em fatores primos. Multiplicação algébrica. Exercícios.
- Superfície do retângulo. Problema. Cálculo de uma expressão aritmética fracionária. Soma algébrica. Exercícios.
- Problema sobre números decimais. Simplificação de frações. Valor numérico de expressões algébricas.
- Superfície do quadrado. Problema. Redução a termos semelhantes. Multiplicação de complexos. Exercícios.
- Problema sobre as quatro operações. Algarismos romanos. Exercícios. Multiplicação algébrica.
- Superfície lateral do prisma reto. Problema. Simplificação de frações. Cálculo de uma expressão aritmética.

## ANEXO 6 – Livro indicados pelos professores para o ano letivo de 1940

## ESCOLA NORMAL "D. BOSCO"

Anexo ao Colégio N. S. Auxiliadora

CAMPO GRANDE — Mato Grosso

LIVROS INDICADOS PELOS PROFESSORESPARA O ANO LETIVO DE 1940CURSO NORMAL

4º ANO

Páginas Floridas .....	1.....	S. Bueno (5ª Série)
Análise literária e Noção de literatura....		Brant Berta
Metodologia .....		Artur C. Migal
H. de Educação .....		M. F. Petters
Química .....		Valente do Couto
Física .....		Padua Dias
H. Natural .....		Fulg
Pequena História do Brasil .....		Veiga Cabral
Higiene .....		Airênio Paixoto
Instrução Moral e Cívica .....		Miguel Milano

CURSO PRIMÁRIO

1º ANO

Meu livro .....		Teodoro de Moraes
-----------------	--	-------------------

2º ANO

Meu livro (2º) .....		Teodoro de Moraes
Minha Pátria .....		J. Pinto e Silva

3º ANO

Nosso Brasil .....		Hildebrando de Lima
Minha Pátria .....		J. Pinto e Silva
Lições de coisas .....		Cora de Alvarenga

4º ANO E CURSO DE ADMISSÃO

Exames de admissão .....		João Ribeiro e R. Cabaglia
Nosso Brasil .....		Amaraal Wagner
Première année de Français .....		Modesto de Abreu

## ANEXO 7 – Livros adaptados no curso elementar em 1936

### LIVROS ADOPTADOS NO CURSO ELEMENTAR EM - 1936

#### 1º Ano serie A-B-C

Cartilha para a serie A-Boleo rapido da leitura pelo prof. Mariano de Oliveira  
 " " " B-C - Em livro-Theodoro de Moraes-vol.1ª ra.

- 1 caderno de linguagen
- 1 " caligrafia nº 1
- 1 " quadriculado para arithmetica
- 1 " pequeno de desenho
- 1 block para rascunho
- 1 lapis nº 2
- 1 apontador( prohibido trazer gilette)
- 1 caixinha para guardar lapis, etc...
- 1 caderno proprio para provas mensais
- 1 blok ou caderno pontado para exercicios em casa
- papel para encapar livros

#### 2º Ano ELEMENTAR

Livro de leitura : MEU LIVRO-THEODORO DE MORAES-para o 2º ano elementar  
 Historia Corrada-Coleção P. S. S. Curso preliminar-1 Catecismo-1ª

- 1 caderno de 20 folhas para pontos
- 1 " " " sabatica mensal
- 1 " de linguagen para copia e ditado
- 1 " arithmetica
- 1 " caligrafia vertical nº 1
- 1 " pequeno para desenho
- 1 lapis preto nº 2
- 1 borracha
- 1 caixinha de lapis de cor
- 1 taboada

## 3º ANO ELEMENTAR

Livro de Leitura-SERIE CESARIO KOTA-2º livro-por Theodoro de Moraes

Historia Sagrada-Curso preliminar -1º catecismo

1-caderno de 50 folhas para Português

2 "2 " " " " Artimetica

1 " " " " " sabatinas mensais

1 " " " caligrafia vertical nº 2

1 " " grande para desenho

1 " " ou block para rascunho

1 lapis-borracha-caixinha de lapis de cor,regua, estojo etc.  
Nota-é prohibido trazer gilete e tinta.

4º Ano elementar

Diomas de admissãõ aos cursos ginasiais

Através do Brasil-Olavo Bilac e Manoel Bonfim

Historia Sagrada G. Uadia-2º Catecismo

para Português 3-cadernos de 50-folhas sendo 1 para ditados-1 para composições e outro para exercicios.

Para artistica 2 caderno de 20 folhas sendo 1 para problemas e outro

para exercicios-1 caderno de desenho-1 de caligrafia nº 2-1 caderno de

50 folhas para sabatinas-caneta-lapis-borracha-regua-e pontador de lapis

Nota-é prohibido trazer gilete e tinta.

Campe Grande, 3 de Fevereiro de 1936

## ANEXO 8 – Relação dos livros didáticos indicados pelos professores

## 4) RELAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS INDICADOS PELOS PROFESSORES

## PRIMEIRA SERIE

José de Sá Nunes .....	Lingua Vernacula-1º volume
Cecil Tiré .....	Matematica-1a Serie
S. B. Vignole .....	Primiére année de Français
A. G. Lima .....	Geografia-1a serie
J. Silva .....	Historia da Civilização-1a serie
Ragadasio Taborda .....	Ciências Físicas e Naturais-1a S.
A. De Garondé .....	Solfejo

## SEGUNDA SERIE

José de Sá Nunes .....	Lingua Vernac-la-2º volume
S. B. Vignole .....	2eme année de Français
Pe. Albert Puger S. J. ....	Lectures classiques
J. Silva .....	Geografia-2a Serie
A. G. Lima .....	Historia da Civilização-2a Serie
Cecil Tiré .....	Matematica-2a Serie
Ragadasio Taborda .....	Ciencias fisicas e Naturais-2a S.
A. De Garondé .....	Solfejo
J. de Mattos Ibiapina .....	Proom Facts to Grammar-1º volume

## TERCEIRA SERIE

José de Sá Nunes .....	Lingua vernacula 2º volume
S. B. Vinholes .....	2eme année de Français
Pe. Albert Puger .....	Lectures classiques
J. Silva .....	Historia da Civilização 3a Serie
A. G. Lima .....	Geografia-3a serie
Cecil Tiré .....	Matematica-3a Serie
Ragadasio Taborda .....	Historia Natural-3a Serie
Paccini .....	Fisica e Quimica-3a serie
de Mattos Ibiapina .....	Proom Facts to Grammar-2º volume
De Garonde .....	Solfejo

Campos Grande, 14 de Março de 1936

\_\_\_\_\_  
 DIRETORA

\_\_\_\_\_  
 INSPETOR FEDERAL

### ANEXO 9 – Relação dos livros didáticos indicados pelos professores

ESCOLA FEMININA N. S. AUXILIADORA

RELAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS INDICADOS PELOS PROFESSORES

MANTIDA O DIA DE HOJE DE 1909

**1ª Série**

Português: Páginas Floridas	Silveira Bueno
Francês: Première année de Français	Tito Lívio Ferreira
Matemática	Jácomo Stávale
Hist. da Civiliza.ão	Joaquim Silva
Geografia	Luiz Lenz
Ciências Físicas e Naturais	Luiz Meneses

**2ª Série**

Português: Páginas Floridas	Silveira Bueno
Francês: Deuxième année de Français	Tito Lívio Ferreira
Inglês: The English Gymnasial Grammar	Hubert Couverty Bethell
Matemática	Jácomo Stávale
Hist. da Civiliza.ão	Joaquim Silva
Geografia	Luiz Lenz
Ciências Físicas e Naturais	Tupi Caldas

**3ª Série**

Português: Língua Vernácula	José de Sá Nunes
Francês: Textos Franceses	Henry de Lanteuil
Inglês: The English Gymnasial Grammar	Hubert Couverty Bethell
Matemática	Jácomo Stávale
Hist. da Civiliza.ão	Joaquim Silva
Geografia	Luiz Lenz
Física	Aníbal de Freitas
Química (Iniciação)	Luiz Meneses
História Natural	Luiz Meneses
Gramática Francesa	Julien Fauvel

Fonte: secretária do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - CNSA